



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

KARLA LISANDRA GOBO PINTO

NOBLESSE D'ÉTAT:

Do campo ao *habitus* da diplomacia brasileira

CAMPINAS

2016

Karla Lisandra Gobo Pinto

NOBLESSE D'ÉTAT: O HABITUS DO CAMPO DIPLOMÁTICO BRASILEIRO

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Supervisor/Orientador: Prof. Dr. Renato José Pinto Ortiz

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNA KARLA LISANDRA GOBO PINTO, E ORIENTADA PELO PROF. DR. RENATO JOSÉ PINTO ORTIZ.



CAMPINAS

2016

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de
Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas Cecília Maria Jorge Nicolau -
CRB 8/3387

G538n Gobo, Karla, 1978-
NOBLESSE D'ÉTAT : do campo ao *habitus* da diplomacia
brasileira / Karla Lisandra Gobo Pinto. – Campinas, SP : [s.n.], 2016.

Orientador: Renato José Pinto Ortiz.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Bourdieu, Pierre, 1930-2002. 2. Brasil. Ministério das Relações
Exteriores. 3. Diplomatas - Brasil - História. 4. Elites (Ciências
sociais). I. Ortiz, Renato, 1947-. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

[Informações para Biblioteca Digital](#)

Título em outro idioma: NOBLESSE D'ÉTAT : from the field to the *habitus* of
Brazilian diplomacy

Palavras-chave

em inglês: Brazil.

Foreign relations

Diplomats - Brazil -

History Elite (Social
science)

Área de concentração:

Sociologia **Titulação:**

Doutora em Sociologia

Banca examinadora:

Renato José Pinto Ortiz

[Orientador] MarizaVELOZO

Motta Santos

Renato Monseff

Perissinotto

Marcelo Siqueira

Ridenti

Frederico Normanha Ribeiro de Almeida

Data de defesa: 13-12-2016

Programa de Pós-Graduação: Sociologia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 13 de dezembro de 2016, considerou a candidata Karla Lisandra Gobo Pinto aprovada.

Prof. Dr. Renato José Pinto Ortiz

Prof. Dr. Renato Monseff Perissinotto

Prof. Dra. Marisa Veloso Motta Santos

Prof. Dr. Frederico Normanha Ribeiro de Almeida

Prof. Dr. Marcelo Siqueira Ridenti

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica da aluna.

*Para Luiz Felipe Lampreia,
o meu presente.*

AGRADECIMENTOS

Bem, é chegada a hora de fazer a última parte das primeiras páginas. Deveria me restringir aos breves agradecimentos protocolares. Entretanto, depois de mais de cinco anos de ansiedade e trabalhos, necessariamente nesta ordem e flexão, somados aos fatos da vida privada que impactaram diretamente no tempo e qualidade desta tese me dou ao direito de me arrepende aqui há alguns anos e pensar que deveria ter escrito um texto de dez linhas agradecendo a deus, aos meus pais, ao orientador e aos amigos. Decidi inverter um pouco as coisas, deixar outras ausentes, treinar uma autoanálise de botequim. Mas faço um alerta: não se há de liberdade poética, a verve literária deixo para os nossos diplomatas.

Em algum momento meio confuso entre tentar entender o que se fazia sendo mestre em Ciência Política e ver meu nome em boletos bancários, acabei me tornado coordenadora de dois cursos de graduação em uma faculdade privada. Então, ir para Campinas, cumprir os créditos e tentar fazer a tese foi um momento de alívio, pelo menos tinha a sensação de estar aprendendo algo, satisfação que a burocracia não te dá. Mas enquanto a tese não se tornasse uma necessidade e não um prazer de poucas horas diárias, dificilmente sairia algo dali. Nesta altura eu sabia que era preciso esforço. Mas dotada de uma personalidade obsessiva e com tendências para a megalomania, estava toda voltada para que os cursos que coordenava se fossem reconhecidos pelo MEC, pela instituição, pelos rankings, o que consegui com razoável competência.

Quando decidi que iria colocar as coisas nos seus devidos lugares, tive o amor, o apoio incondicional e o compromisso de me fazer feliz do meu companheiro, Luiz Felipe. Durante os anos em que estivemos juntos, ele me trouxe o equilíbrio, a paz e a felicidade tão caros para que eu pudesse trabalhar. A preocupação de que eu finalizasse este trabalho dentro prazo foi o tema da nossa última conversa. Com o seu falecimento, isto tinha se tornado

não apenas um compromisso comigo, com meu orientador ou com a instituição, tornou-se meu com ele.

É também fundamental dizer que durante todo o percurso dos últimos dezoito anos venho contando com um extenso, sólido e fiel círculo de amizade e apoio. A Eliane, que me ajuda a solucionar a vida cotidiana, cuida do que eu como ou de como me visto quando isso fica demasiadamente complicado para eu resolver sozinha. A Fabia, que venceu os quilômetros que nos separavam quando disse que precisava dela, me fez comer, levantar da cama, fez isso mais de uma vez e continua minha parceira inseparável de todos os dias, por vezes ela me dá o senso de realidade que me falta. A Paulinha, que discreta altera tudo, sua rotina, sua casa para estar comigo. A Sara, capaz de me escutar a noite inteira. A Audren, que gargalha, briga e me empresta os sapatos quando não consigo mais andar. A Vilma, que ajudou a me transformar numa profissional melhor, mas não paciente. Todas mereceriam uma tatuagem, mas só a Eliane sabe desenhar.

A elas ainda se somam Lennita, Dayana, Sabrina, José Szwako, Bruno Bolognesi, Frederico, Fernando, Maria Cecília, Julia Sakamoto, Rafael, Juliana, André, Ludmila, Caroline e Rosangela, agradeço a ajuda, a paciência, a leitura e o bom humor de vocês.

À adorável Dri por toda ajuda, compreensão e solidariedade com que me recebeu em todos os momentos. À Rosa e ao Gilberto, que organizaram toda a minha vida, inclusive cuidando e afofando meus dois gatinhos para que eu pudesse me sentir devidamente culpada por não ter que pensar em mais nada além deste trabalho. Em outros momentos da vida tive a Iracema e a Simone, pessoas a quem também devo agradecer pelo apoio e solidariedade.

As minhas enteadas Teresa e Inês, que me acolheram com tanto carinho e atenção. A Maria Carolina, a Picolina ou Pico, ela me trouxe leveza quando o peso da perda me parecia insuportável.

Aos amigos que se somaram neste processo à Maria da Glória Lampreia e a sua mãe Neném. E aos Embaixadores Celso Amorim e Marcos Azambuja, que se mostraram atenciosos, sensíveis e ciosos da minha condição.

Aos professores deste longo percurso de vida acadêmica, ao professor Dr. Renato Ortiz, por ter me aceitado e me dado a oportunidade de ser sua orientanda. Ao hoje amigo Dr. Adriano Codato que me deu dicas, sugestões, e apontamentos muito preciosos desde a graduação. Trata-se de um “escutador ativo”: escuta, saca um papel, uma caneta, organiza todo o seu pensamento desconexo e entrega o caminho, não lhe cobra nada quando poderia estar acumulando milhões sendo “coaching acadêmico”, isso também se o “acadêmico” fosse um adjetivo possível para se ganhar milhões. Ao professor Renato Perissinotto, que foi o primeiro a ler a versão do projeto que resultou neste trabalho e que me deu valiosas dicas de como melhorá-lo. Ao GT de Elites e Instituições Políticas da ANPOCS, que me ajudou a pensar em elementos que não tinha até então me dado conta. Ao professor Dr. Rafael Villa, que mesmo longe há tanto tempo sempre esteve disponível e presente nos momentos em que precisava. Aos professores Michel Nicolau e Silvio Camargo pela leitura dedicada, atenta e valiosa na banca de qualificação.

Aos meus familiares, especialmente a minha mãe pela coragem que para mim sempre beirou a insanidade de encarar o desafio de criar uma filha sozinha numa estrutura familiar exageradamente conservadora, mas com mulheres incríveis. Ela teve a coragem que eu nunca teria. A minha avó que sempre será minha referência de retidão, empatia e persistência. E aos meu afilhados, João Paulo e Umberto, que se tornam a cada dia pessoas mais gentis, empáticas, generosas e sensíveis, exercendo uma paciência infinita com as exigências que eu tento lhes impor.

Ao grupo de pesquisa que conduzi durante os anos de docência em Curitiba em parceria com o Núcleo de Sociologia e Política (NUSP) da Universidade Federal do Paraná, especialmente às minhas alunas e

orientandas de iniciação científica que auxiliaram em várias das coletas utilizadas neste trabalho: Claudia Santos, Geisa, Carolina de Almeida e Hellen Maciel, muito obrigada!

À UNICAMP, especialmente ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

*Enquanto um sábio negro não puder ser nosso
embaixador em Paris, nós seremos o pré-Brasil.*

Nelson Rodrigues

RESUMO

Inteligência, sofisticação, gosto apurado, domínio de várias línguas, conhecimentos estabelecidos de arte, cultura e o uso das regras de etiquetas. Estes aspectos, de forma naturalizada, compõem o *habitus diplomático*. A diplomacia brasileira por muito tempo se manteve fiel às normas e espaço que a consagravam e distinguiam do restante da sociedade brasileira, por isso até a redemocratização o Itamaraty era o espelho de sua elite. Somente a partir da segunda metade dos anos 1990 se adotam medidas mais efetivas com a preocupação de diversificar os quadros da carreira. Considerando a construção histórica do campo, do *habitus diplomático* e as medidas adotadas nas últimas décadas, este trabalho pretende responder a duas questões: as mudanças nas regras conduzem a mudanças nos agentes recrutados? Se sim, há mudanças no *habitus diplomático*? A investigação sobre este espaço social é fundamental na medida em que a produção acerca deste campo e de seus agentes é bastante escassa, resumindo-se a não mais que cinco títulos. Para a análise foram empregados métodos quantitativos e qualitativos: *survey*, entrevistas, livros de memórias, biografias, banco de dados com a origem geográfica e formação escolar, anuários e editais de concurso. As referências teóricas são os estudos de Bourdieu, enriquecidos em alguns momentos pelas abordagens microssociológicas de Strauss e Goffman.

Palavras-chaves: Campo, *Habitus* Diplomático, Itamaraty, Diplomatas, História.

ABSTRACT

Intelligence, sophistication, refined taste, fluency in several languages, a respectable knowledge of art, culture, and etiquette. These dimensions, in a naturalized way, structure the diplomatic habitus. Brazilian diplomacy has long remained faithful to the rules and spaces which consecrate and distinguish itself from the rest of Brazilian society. Accordingly, until the re-democratization period, Itamaraty was the mirror of its elite. Only after the second half of the 1990s would the institution adopt more effective measures to diversify its personnel. Considering the historical construction of the field, the diplomatic habitus, and the measures adopted in recent decades, this research hopes to answer two questions: do these changes in the rules entail changes in the recruitment of agents? If so, are there changes in the diplomatic habitus? An investigation on this social space is crucial since the scholarly production on this subject matter and its agents remains scarce, totaling no more than five titles. For this analysis I made use of quantitative and qualitative methods: surveys, interviews, memoirs, biographies, database containing geographic origin and educational background, annuals, and tender notices. The theoretical references are Bourdieu, at times enriched with micro-sociological approaches by Strauss and Goffman.

Keywords: Field, Diplomatic Habitus, Itamaraty, Diplomats, History.

LISTA DE FIGURAS

Figura	1	–		Os	
Embaixadores.....					18
Gráfico	1	-	Sexo	dos	
respondentes.....					31
Figura	2	–	Esplanada	dos	
Ministérios.....					39
Gráfico	2	-		Origem	
geográfica.....					31
Figura	3	–	Palácio	do	
Itamaraty.....					42
Gráfico	3	-	Ingresso	por	
período.....					76
Figura	4	–	Ministério	da	
Saúde.....					42
Gráfico	4	–	Total	de	
Diplomatas.....					105
Figura	5	–	Palácio do Itamaraty:	imagem	
interna.....					45
Gráfico	5	-	Aprovados do Sudeste,	por	
estado.....					115
Figura	6	–	Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro:	vista	
externa.....					46
Gráfico	6	–	Número de teatros	por	

Estados.....	207
Figura 7- Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro: vista interna.....	47
Gráfico 7 – Número de salas de cinema nos Estados.....	208
Figura 8 – Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro: corredor de entrada.....	49
Figura 9 – Palácio do Itamaraty, Brasília: vista externa.....	52
Figura 10 – Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro: Jardim externo.....	168

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Origem geográfica, capital x interior.....	32
Tabela 2 - Evolução do quadro funcional dos Negócios Estrangeiros, 1832-1888.....	56
Tabela 3 - Correção salarial da diplomacia brasileira (2003-2014).....	75
Tabela 4 - Conteúdo das provas da primeira fase (2014).....	77
Tabela 5 – Concurso para ingresso no Instituto Rio Branco – Primeira Fase.....	83
Tabela 6 – Concurso para ingresso no Instituto Rio Branco – Segunda Fase.....	86
Tabela 7 – Concurso para ingresso no Instituto Rio Branco – Terceira Fase.....	89
Tabela 8 – Concurso para ingresso no Instituto Rio Branco – Quarta Fase.....	96
Tabela 9 - Diplomatas brasileiros por Estado.....	104
Tabela 10– Distribuição da população por região.....	106
Tabela 11 – Distribuição das cidades que receberam o concurso do IRBr.....	109
Tabela 12 - Aprovados por	

Estado.....	113
Tabela 13 - Gênero dos diplomatas.....	118
Tabela 14 - Proporção de diplomatas, por sexo.....	119
Tabela 15 - Divisão sexual, por governo.....	121
Tabela 16 - Média de idade ao longo do tempo.....	129
Tabela 17- Natureza da Instituição.....	154
Tabela 18 - Classificação das dez melhores universidades brasileiras (2014).....	155
Tabela 19 - Origem das instituições de ensino dos diplomatas brasileiros.....	157
Tabela 20 - Instituições de Origem.....	157
Tabela 21 - Mobilidade entre os estados que menos aprovam.....	159
Tabela 22 - Origem geográfica e instituição de ensino superior dos aprovados.....	160
Tabela 23 - Escolaridade do pai e da mãe.....	161
Tabela 24 - Relação de cursos na carreira diplomática.....	162

Tabela	25	-	Dedicação	a	um	projeto	
paralelo.....							185
Tabela	26	-	Academia	Brasileira	De	Letras.....	188
Tabela	27	-	Publicações	da	Revista	Juca.....	197
Tabela	28	-	Revista	Juca	por	área	de
escritores.....						formação	dos
							199
Tabela	29	-	Lazer	dos	diplomatas	brasileiros.....	204
Tabela	30	-	Consumo	de	arte.....		210
Tabela	31	-	Número	de	obras	compradas.....	211
Tabela	32	-	Gosto	musical.....			211
Tabela	33	-	Esportes	praticados	por	mais	tempo
.....							214
Tabela 34-			Esportes	mais	praticados	pelos	diplomatas
praticados			pelos	presidentes	de	empresas.....	215

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
1. ANALISAR O CAMPO: A IMPORTÂNCIA DE COMPREENDER O PROCESSO HISTÓRICO.....	33
1.1 O Palácio, a casa ou “O Palácio é a casa”?.....	38
1.2. A construção institucional.....	54
1.2.1. Em busca do mérito: DASP e IRBr.....	63
1.2.2. A estrutura do concurso.....	74
1.3. Buscando a diversificação: medidas institucionais.....	99
1.3.1. A geografia do recrutamento.....	102
1.3.2. A ampliação das cidades.....	107
1.3.3. As mulheres na carreira	116
1.3.4. A eliminação da Prova de Francês.....	123
1.3.5. As entrevistas e provas orais.....	125
1.3.6. A nomeação imediata.....	126
1.3.7. O critério etário.....	128
1.3.8. O prêmio-bolsa vocação para a diplomacia.....	130
2. A CONSTRUÇÃO DO <i>HABITUS</i> DIPLOMÁTICO.....	136
2.1. Origem escolar.....	150
2.2. A sombra do Patrono.....	165
2.2.1. Primeiro legado: insulamento do MRE.....	171
2.2.1.1. A política externa como política de Estado.....	174
2.2.2. Segundo legado: representação <i>versus</i> burocratização.....	177
2.2.3. Terceiro legado: interesses variados.....	181
2.2.3.1. A Academia Brasileira de Letras.....	185
2.2.3.2. O <i>Habitus Diplomático</i> reafirmado: o caso da Revista Juca.....	189
2.2.3.2.1. Revista Juca: análise dos dados.....	193
2.3 Outros <i>Habitus</i> distintivos.....	200
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	216
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	224

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, o corpo diplomático brasileiro se constituiu como distinto do restante da burocracia de Estado. Desde seus primórdios, tratou-se de um campo em que critérios de distinção - que consideravam fluência em línguas estrangeiras, conhecimentos estabelecidos de arte e cultura, naturalidade no uso das etiquetas e nas formas de se vestir – foram postos como elementos fundamentais para o exercício da profissão. O trecho a seguir expressa muito bem esses imperativos culturais:

Não eram os diplomatas brasileiros parecidos entre si, como éramos também parecidos com todos os diplomatas do mundo – mas um mundo que consistia em uns quarenta países, dentre os quais talvez uma dúzia ou pouco mais que de fato contassem. Integrávamos uma elite, uma comunidade global que compartilhava estilos e práticas. Essa *crème de la crème* internacional se entendia em francês, a língua diplomática *par excellence*. Compreende-se esse tribalismo elitista. Era prático que agissem todos sob um mesmo código e que, literal e metaforicamente, falassem a mesma língua [...] O Itamaraty era então – e sobretudo – a Casa da elite. Diria mais: era o lugar que reunia a elite da elite, e sua legitimação derivava de se perceber e de ser percebida como núcleo de qualidade e excelência. Com a criação do Instituto Rio Branco, deixou de ser uma Casa de elite por seleção aristocrática para ser também uma Casa de elite por seleção intelectual. O conceito de elite não só permaneceu como robusteceu....¹

A distinção no mundo social unifica e distancia. Ao passo que a diplomacia brasileira era muito diferente dos seus representados, era também muito semelhante às demais existentes pelo mundo, constituindo uma “unidade global que compartilhava estilos e práticas”. Em outras palavras, independente das diferenças culturais ou de nacionalidade, cultivam-se traços distintivos capazes de unir os ‘diplomatas do mundo’, ou do mundo que importa: aqueles que dentre outras coisas, têm em comum o culto e a valorização dos signos mais consagrados nas sociedades ocidentais, sobretudo de origem europeia com acento francês. A cumplicidade e familiaridade entre eles está fundada numa comunidade que lhes confere coesão e que vai além dos interesses profissionais, compartilhando-se valores, uma forma de ser e de apreciar,

¹ AZAMBUJA, Marcos. **Casa bem-assombrada**: O Itamaraty antes da sua ida para Goiás. In: Revista Piauí. Edição 54. Março de 2011.

inclusive em nível inconsciente.² Essa cultura não é uma cultura nacional, mas uma cultura legítima internacional, atuante em qualquer país com uma elite que cultiva *'la politesse'*. *'La politesse'* é o que une essa “elite da elite”, é a capacidade de seguir as regras de sofisticação, de etiqueta, de bom gosto francês.

Esses valores não são conhecimentos técnicos, mas a capacidade de circular emitindo esses signos distintivos com a naturalidade adquirida em uma sociabilidade precoce. O quadro Hans Holbein, de 1533, é particularmente ilustrativo:

FIGURA 1 – Os Embaixadores



² BOURDIEU, Pierre. **Reprodução Cultural e Reprodução social**. In: A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva. 2007.

Fonte: The National Gallery. Ano: 2015

Essa representação fica melhor quando interpretada por um autóctone, que é capaz de capturar, não os aspectos artísticos da obra, mas o que ela simboliza para o grupo. A seguir, o Embaixador Alberto da Costa e Silva³ versa sobre a generalidade de conhecimentos necessários para um representante de Estado: ele deve dominar as artes, a música, a dança, a gastronomia, o direito, a geografia, sem contar ainda as boas vestimentas e aparência:

Na mesa que os dois embaixadores ladeiam, Hans Holbein colocou, para que vivêssemos ou os imaginássemos uns atrás dos outros, grossos livros, cartas geográficas, rolos de documentos, um sextante, um astrolábio, um globo terrestre, uma luneta, um compasso, um alaúde, e mais isto, e mais aquilo, uma porção de objetos que parecem desligados entre si, mas que nos contam quem e como eram aqueles homens bem vestidos, de barbas bem aparadas e de olhos muito agudos, dos quais não se afasta uma certa tristeza ou um certo cansaço diante do teatro do mundo. Eis a imagem canônica do diplomata, daquele que se escolhia para representar, primeiro, o seu rei e, mais tarde, o seu povo. Esperava-se dele que soubesse olhar os astros, ler os mapas, conhecer as leis, discutir os filósofos, decifrar os poetas, dominar o latim e os idiomas das cortes e das ruas, desenhar com precisão, tocar ao menos um instrumento musical, usar a espada, conversar com engenho e graça, distinguir entre vinhos e temperos, dançar com elegância, falar com eloquência e saber quando convinha o cicio e quando cabia a voz alta. Dele se queria que pudesse discorrer sobre qualquer assunto e que mostrasse, nas terras que não a sua, que esta, fosse ou não poderosa, era, antes de mais nada, culta.

Representava-se, sendo. Sobretudo no caso daqueles Estados com menor poder nacional ou menos conhecidos dos demais, por novos ou distantes, o diplomata tendia a personificá-los a dar deles, com sua presença e comportamento na medida. Não será de estranhar-se, por isso, que, quase três séculos após o quadro de Holbein, os países que se independizavam nas Américas mandassem como diplomatas para a Europa alguns dos que pensavam ser os seus melhores, e não só poetas, eruditos e homens de cultura, mas também os que tinham por bonitos, desembaraçados e elegantes.

³ Alberto da Costa e Silva foi Embaixador em Lisboa, Bogotá, Assunção. Oficial de Gabinete e Assessor de Coordenação do Ministro das Relações Exteriores (1970-74). Inspetor-Geral do Ministério das Relações Exteriores (1995-98). Professor do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do Instituto Rio Branco em 1971-1972. Presidente da Banca Examinadora do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, de 1983 a 1985, e vice-presidente de 1995 a 2000. Professor do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do Instituto Rio Branco em 1971-1972. Presidente da Banca Examinadora do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, de 1983 a 1985, e vice-presidente de 1995 a 2000. Na Academia Brasileira de Letras, foi Secretário-Geral em 2001, Presidente em 2002 e 2003 e Primeiro-Secretário em 2008 e 2009. Diretor das Bibliotecas de 2010 a 2014. Vencedor do Prêmio Camões, em 2014.

Para o Brasil tratava-se ademais de demonstrar que não apenas o seu imperador fazia parte das grandes famílias reais europeias, mas que suas elites se entroncavam nas nobrezas do Velho Continente e que até mesmo aquela parcela que se via mais do que morena, por cabocla, mulata ou acafuzada, não destoava em conhecimentos e gosto dos seus pares da Europa. E, muito menos, das Américas.⁴

Os agentes que ocupam esse espaço têm um sentido de nacionalidade, e um discurso voltado para a “defesa do interesse nacional”. Entretanto não são os aspectos nacionais que balizam os gostos e conhecimentos deste corpo. Estes são os legitimados pela unidade com seus pares estrangeiros, principalmente europeus e sobretudo os traços da aristocracia francesa, em que “De um lado, estavam os bens, a força, os lazeres e, com eles, os requintes do luxo, os refinamentos do gosto, os prazeres do espírito, o culto das artes; o do outro, o trabalho, a grosseria e a ignorância.”⁵ É através do domínio desses símbolos que a instituição encontra sua realização, essa capacidade do “[...] corpo em levar a sério a magia performativa do social.”⁶ Em outras palavras, é por meio do domínio do que chamamos aqui de *habitus* diplomático, que tem como base aspectos que transcendem a nacionalidade e que são consagrados como universalmente distintivos. Em outras palavras, os diplomatas incorporam um sentido de jogo específico, que engloba o domínio de uma série de elementos capazes de classificá-los como inteligentes, sofisticados, de gosto apurado:

Diplomatas são citados em colunas sociais de jornais, revistas de circulação nacional como *Caras*, *Veja*, *Istoé*, novelas da Rede Globo e até em romances de Machado de Assis, como o Memorial de Aires. Eles em geral aparecem como pessoas “sofisticadas”, membros de uma elite de difícil acesso. Mais do que isso, vários diplomatas aparecem entre figuras de relevo nacional como Ministros de Estado, porta-vozes da Presidência da República, escritores, músicos, poetas, enfim, são vistos como desde líderes políticos até “celebridades”⁷

⁴ SILVA. A. da C. e. Das mãos do oleiro. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 2005.

⁵ TOCQUEVILLE, Alexis. **A Democracia na América**. São Paulo: Martins Fontes. Livro I: Leis e costumes, 2014. p. 14.

⁶ BOURDIEU, Pierre. **Estruturas, habitus, práticas**. In: Senso Prático. Petrópolis: Editora Vozes, p. 95. 2009.

⁷ MOURA. Cristina Patriota. **O inglês, o parentesco e o elitismo na casa de Rio Branco**. Gena Internacional, ano 8, nº 1, 2006. p. 25.

Como se verá adiante, a diplomacia brasileira por muito tempo se manteve fiel às normas e espaços que a consagravam e distinguiam do restante da sociedade brasileira. Em biografias, entrevistas⁸, memórias ou depoimentos⁹ fica explícita a relação entre aparência, erudição e a ideia de “bem representar” o país. Em trabalhos de pensamento social brasileiro, sobretudo em Gilberto Freyre, observa-se como a aparência física e os domínios da cultura dominante eram importantes elementos para ingressar e ter sucesso na carreira, principalmente em países europeus. Trazer e relatar, muitas vezes em livros, as práticas e costumes dos povos “civilizados” também era uma prática comum.

Nesse material são encontradas referências aos atributos que evocam o domínio naturalizado desses signos distintivos. Por exemplo, na apresentação da segunda edição da entrevista do ex-Ministro da Justiça e das Relações Exteriores, Embaixador Vasco Leitão da Cunha, ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), há dois comentários que chamam a atenção. O primeiro da Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella que ressalta, de maneira enfática, a elegância do entrevistado. Na passagem de três páginas, quatro vezes é citado o seu “comportamento elegante”, que vai dos aspectos puramente pessoais à forma como pediu demissão do cargo de Ministro da Justiça em 1942. O outro, da entrevistadora do CPDOC, Aspásia Camargo, na

⁸ Antes de dar início, julga-se necessário fazer um breve relato sobre o princípio e as dificuldades da inserção no campo, este é um aspecto importante que pode ajudar os futuros pesquisadores do tema. Um aspecto singular e que já num primeiro momento causou estranhamento nas abordagens com os entrevistados foi a facilidade de acesso, já que se vinha de um trabalho anterior com deputados estaduais e representantes do empresariado. Nestes grupos, sobretudo no último, os contatos eram duramente estabelecidos e se contava, não raro, com recusas, dificuldade de agenda, atrasos, ou até mesmo a não colaboração. Ao passo que com os atores em questão, o contato se deu de forma mais eficaz e em nenhum dos casos foi preciso desmarcar ou contar com o atraso, pois todas as entrevistas se deram exatamente no dia e locais marcados através de contato telefônico ou de e-mail.

⁹ Dentre as biografias estão: Viana, Spektor, Alonso, Santos, Araújo, Corrêa, Gouvêa, Lima, Scarabôto, Vieira, Vasconcellos. As memórias e depoimentos são: Luiz Felipe Lampreia, Vasco Leitão da Cunha, Marcos Azambuja, Luís Gurgel Amaral, André Amado, Mario Gibson Barbosa, Celso Amorim, Raul Bopp. Dentre os entrevistados estão: Luiz Felipe Lampreia, Alberto da Costa e Silva Álvaro Franco, Mário Gibson Barbosa, Sérgio Coury, Rubens Ricupero, Fernando Guimarães Reis, Luiz Felipe Seixas Correia e mais cinco diplomatas que se encontram no exercício da função, por isso não serão nomeados no presente trabalho.

introdução do trabalho, ao atribuir ao mesmo diplomata a alcunha de “...sofisticado, disciplinado e brilhante”. Nota-se, portanto que não se trata de regras de comportamento intra-campo. O *habitus* peculiar transcende a instituição, a carreira e seus pares e encontra eco na sociedade, em sujeitos que estão fora desse espaço.

Esses aspectos apresentam elementos para a circunscrição de um *habitus diplomático*, que pode ser definido como um conjunto de disposições associado a um capital simbólico específico ao grupo¹⁰, que é objetivado nas vestimentas, no domínio das regras de etiqueta e de vários idiomas, nos gostos por arte, literatura, política e, sobretudo, na capacidade de opinar e falar sobre diversos assuntos. O domínio desse *habitus* acaba por levar seus integrantes a espaços de consagração nacionais, seja em publicações que os evidenciam, seja participando de círculos privilegiados, em particular meios eruditos, como a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Para entender o campo de atuação desses agentes é bom lembrar que o MRE é parte da administração pública brasileira que nasce com a Independência (1822), mas com as marcas do período colonial.¹¹ O Ministério das Relações Exteriores surge sob o nome de Negócios Estrangeiros e se constitui numa das primeiras burocracias brasileiras, juntamente com o Exército¹². Durante os anos do II Reinado (1840-1889), na pasta de Negócios Estrangeiros, “o Imperador tomava as decisões de impacto, mas esses homens é que conduziam o grosso do trabalho. É por isso mesmo que, durante esse período, a pasta de Negócios Estrangeiros foi sempre considerada a mais

¹⁰ “O capital simbólico é uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital; físico, econômico, cultural, social), percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhece-las, atribuindo-lhes valor” (BOURDIEU, 2005, p. 107).

¹¹ LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando; PACHECO, Regina. (orgs.). **Burocracia e política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2010.

¹² Antes da Independência, em 1822, as duas pastas encontravam-se unidas sob a denominação Negócios de Guerra e Estrangeiros e fora fundada em 1808, após a chegada da família real (FAORO, 2009).

importante.”¹³

O Serviço Exterior Brasileiro é composto das Carreiras de Diplomata, Oficial de Chancelaria e Assistente de Chancelaria.¹⁴ O presente trabalho tratará somente da carreira de Diplomata.¹⁵ Desde a reforma de 1938, chamada Reforma Oswaldo Aranha, tais servidores são incumbidos das atividades de natureza diplomática e consular, em seus aspectos específicos de representação, negociação, informação e proteção de interesses brasileiros no exterior.¹⁶

Um dos poucos estudos sobre este espaço é uma dissertação de mestrado defendida na primeira metade dos anos 1980¹⁷, trata-se de uma análise weberiana sobre os tipos de dominação, cada qual correspondendo a um período na história do Ministério. Além da dominação tradicional, o Itamaraty teria passado também pela carismática e racional-burocrática. A

¹³ SCHUWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras. 2012. Embora não seja objeto do presente estudo, é interessante investigar, em outro momento, os fatores que levaram à diminuição da importância gradativa desse espaço. A literatura do século XX aponta para um cenário diverso daquele do século XIX: baixo orçamento, pouco interesse político no MRE e, mais recentemente, a abertura de secretarias de relações internacionais em outros ministérios, estados e prefeituras. Uma das variáveis possíveis é a resolução, já nos tempos do Barão do Rio Branco (1902-1912), dos famigerados problemas de fronteira e mais recentemente do caráter “pouco pragmático” da diplomacia.

¹⁴ Lei Nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

¹⁵ De acordo com o Decreto Nº 6.559, de 8 de setembro de 2008, a promoção do diplomata obedece a seguinte ordem promoção: por merecimento, Ministro de Primeira Classe, Ministro de Segunda Classe, Conselheiro e Primeiro-Secretário. Por promoção a Segundo-Secretário, obedecida a antiguidade na classe e a ordem de classificação no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD). Para se chegar ao grau máximo é preciso que o candidato esteja há 20 anos no exercício da função, sendo dez exercidos no exterior e três em função de chefia na Secretaria de Estado ou no exterior. Para que seja promovido, o diplomata deverá permanecer no mínimo três anos em cada função. Segundo o presente Decreto, para efeitos de promoção por merecimento para as classes de Ministro de Primeira Classe, Ministro de Segunda Classe, Conselheiro e Primeiro-Secretário, o desempenho do diplomata na carreira e, em particular, durante sua permanência na classe, será considerado pela Comissão de Promoções do Ministério das Relações Exteriores.

¹⁶ Os postos no exterior são classificados, para fins de movimentação de pessoal, em grupos A, B, C e D, segundo o grau de representatividade da missão, as condições específicas de vida na sede e a conveniência da administração.

¹⁷ CHEIBUB, Zairo Borges. **Diplomacia, Diplomatas e Política Externa**: Aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 1984.

primeira vai de 1822 até o final do século XIX, em que se nota a indiferenciação entre o Ministério das Relações Exteriores e os diplomatas. O segundo período estaria localizado no início do século XX, marcado pela liderança carismática do Barão do Rio Branco. Finalmente, no terceiro período, a partir do final da década de 1910, nota-se a crescente racionalização e burocratização do Itamaraty, sobretudo após a criação do Instituto Rio Branco, em 1945. No entanto, assim como o restante dos aparelhos de Estado brasileiros, é a partir de 1930, mais notadamente de 1945, no caso do MRE, que se observam traços mais precisos desse processo. Neste momento é institucionalizado o concurso para a carreira diplomática e percebido o “aprofundamento das tendências iniciadas na fase anterior, quais sejam, a burocratização e a racionalização do Ministério das Relações Exteriores, ampliação da base de seleção, aquisição crescente de autonomia face às influências exógenas e a vigência de uma carreira mais meritória.”¹⁸

É importante compreender que, quando se fala em espaços de produção e reprodução, não se está relacionando mecanicamente o peso das estruturas sobre os agentes. Não é como se os agentes fossem fantoches e a estrutura a causa do *habitus* encontrado na diplomacia brasileira. Num primeiro momento, parece haver uma relação muito próxima entre o *habitus* daqueles que ambicionam a carreira diplomática e o processo de formação no Instituto Rio Branco (IRBr). Elementos fundamentais do *habitus diplomático* já podem ser encontrados nos pleiteantes ao cargo, sendo então reforçados pela cultura da organização. Em linhas gerais, não se trata de um processo unívoco em que as estruturas e as regras institucionais definiriam o comportamento dos agentes, mas de um processo relacional em que agentes e estrutura têm pesos expressivos na constituição do campo diplomático brasileiro.

Nesse sentido, é possível dizer que quando o concurso se dava apenas no Rio de Janeiro, em que os ingressantes eram majoritariamente da

¹⁸ CHEIBUB, Zairo Borges. **Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em Perspectiva Histórica.** Dados, Rio de Janeiro, n 28, 1985.. p. 113-131.

Zona Sul da cidade, com formação finalizada ou em andamento em Direito na Universidade do Brasil, atual UFRJ ou na PUC-Rio, poderia haver um “*habitus* pré-IRBr” muito mais definido. Mas, com a expansão geográfica e a diversidade escolar desses agentes, é possível que o peso da instituição se torne mais decisivo na ‘modelagem’ desses atores.

Alguns traços, como regimentos internos, processos de recrutamento e decretos, por exemplo, deixam claro e ajudam a explicar o funcionamento e alguns aspectos do campo. No entanto, há elementos, sobretudo os não escritos, transmitidos entre os agentes em ambientes de socialização, tais como a homogeneização das vestimentas dias após o início da vida institucionalizada.¹⁹

A investigação sobre este espaço social é fundamental na medida em que a produção acerca deste campo e de seus agentes é bastante escassa, resumindo-se a não mais que cinco títulos²⁰. A escassez na produção pode ser explicada tanto pelo seu baixo peso político e orçamentário frente aos demais ministérios que compõem o aparelho de Estado, como pela dificuldade no acesso aos documentos da instituição que se verificava até o final dos anos

¹⁹ MOURA, Cristina Patriota. **O Instituto Rio Branco e a Diplomacia Brasileira**: um estudo de carreira e socialização. Rio de Janeiro: FGV. 2009.

_____. **O inglês, o parentesco e o elitismo na casa de Rio Branco**. Cena Internacional, ano 8, nº 1. 2006.

²⁰ CHEIBUB, Zairo Borges. **Diplomacia, Diplomatas e Política Externa**: Aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 1984.

_____. **Diplomacia e Construção Institucional**: O Itamaraty em Perspectiva Histórica. Dados, Rio de Janeiro, n 28, 1985. p. 113-131.

MOURA, Cristina Patriota. **O Instituto Rio Branco e a Diplomacia Brasileira**: um estudo de carreira e socialização. Rio de Janeiro: FGV. 2009.

_____. **O inglês, o parentesco e o elitismo na casa de Rio Branco**. Cena Internacional, ano 8, nº 1. 2006.

BATISTA, David do Nascimento. **Habitus Diplomático**: um estudo do Itamaraty em tempos do regime militar (1964-1985). Recife: Ed. Universitária da UFPE. 2010.

LIMA, Vera Lúcia Alves Rodrigues. **A inserção do negro na carreira de diplomata**: ação afirmativa para o Instituto Rio Branco. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2005.

OLIVEIRA, Ana Paula Conceição. **Diplomatas Negros (as)**: Ação afirmativa no Instituto Rio Branco e Trajetória de Diplomatas (ex-bolsistas).. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, da Universidade Federal da Bahia. 2011.

1980. Tal falta de interesse no estudo sistemático do corpo diplomático brasileiro pode também ser o resultado do pouco interesse pela política externa, ou melhor pelo pouco destaque que ela ocupou na história política brasileira, sobretudo após a definição de fronteiras ocorrida no início do século XX. Entretanto, é preciso também considerar que, nos últimos anos, assiste-se a um aumento da produção sobre a temática, principalmente na última década, da atuação brasileira no exterior. Os aspectos mais destacados são (i) a diplomacia presidencial²¹ e (ii) a inserção mais incisiva do Brasil no cenário internacional,²² sobretudo nos anos Lula (2003-2010).

Embora o campo tenha sofrido alterações nas regras ao longo do tempo, sobretudo quanto ao recrutamento, não houve mudanças significativas no que diz respeito aos agentes recrutados até o começo da década de 1980.²³ Dito de outra forma, embora no século XX a seleção para a diplomacia brasileira tenha deixado de ser personalista e se tornado meritocrática, sobretudo após 1945, com a criação do Instituto Rio Branco, os agentes recrutados não diferem muito dos que já ocupavam esse espaço.

Estas mudanças acompanham os processos de seleção de elites em sociedades tradicionais e modernas. Enquanto as primeiras tenderiam a valorizar características herdadas ou atribuídas, as segundas levariam em conta

²¹ A diplomacia presidencial, praticada nos governos Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) e Lula (2002-2010) colocou em evidência a política externa brasileira, já que os líderes do Executivo procuraram, em muitos momentos, assumir o papel de protagonistas nos diálogos no sistema internacional.

²²A Política Externa Brasileira historicamente procurou pautar-se pela não-intervenção nos assuntos de outros países, incluindo aqueles que ocorriam no subsistema latino-americano. No entanto, a principal diretriz apontada pelo chanceler Celso Amorim é a reavaliação da postura brasileira, defendendo a intervenção. Para ele, em alguns momentos a não-intervenção foi tratada como sinônimo de indiferença. Faria (2008, p. 86) aponta que “[...] a política exterior do governo Lula, dita ‘assertiva’ ou ‘altiva’, muito parece ter contribuído também para a ampliação da visibilidade social das estratégias de inserção internacional do país. Isso em função: (a) das controvérsias domésticas que ela tem suscitado (vide a postura, por vezes francamente agressiva, do Partido da Social Democracia Brasileira, principal agremiação oposicionista); e (b) do fato de o governo Lula, por “medida compensatória” da adoção de uma política macroeconômica ortodoxa, contrária às propostas petistas, sistematicamente recorrer à sua política externa, no plano discursivo e tático, para efeito de afirmação da coerência de sua trajetória política e na busca de apaziguamento de sua base interna de sustentação”.

²³ CHEIBUB, Zairo Borges. **Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em Perspectiva Histórica.** Dados, Rio de Janeiro, n 28, p. 113-131. 1985.

primordialmente talentos e os desempenhos.²⁴ Entretanto na prática, o que ocorre é:

[...] uma combinação de características herdadas e de características adquiridas, na medida em que os talentos procurados são muitas vezes fruto de um modo de educação que só as classes privilegiadas podem oferecer. Em cada sociedade, são os talentos considerados mais importantes que fornecem os critérios de recrutamento das elites. Cada vez mais, nas sociedades modernas, as competências técnicas são apreciadas, o que, aliás, torna cada vez mais problemático o controle democrático das elites armadas de competências inacessíveis ao comum dos mortais.²⁵

No caso do Itamaraty há, independentemente do processo de seleção, ou melhor, das características do recrutamento, uma elite que deveria, como aponta o Embaixador Alberto da Costa e Silva, representar o seu rei, sobretudo D. Pedro II. Até a redemocratização, a diplomacia brasileira deveria ser o espelho de sua elite: homens brancos da zona sul do Rio de Janeiro, cuja sociabilidade se iniciava nos colégios da antiga capital e com vivências em outros países²⁶. A partir dessa data, o processo de seleção muda. Há a preocupação que esse grupo represente uma parcela mais ampla da população brasileira. O primeiro aspecto que aponta nesse sentido é a eliminação de provas orais. O discurso do orador de turma, que foi também bolsista do programa de ação afirmativa, João Lucas Ijino Santana, na formatura de 2015, explica:

Consequência direta do maior peso e presença do Brasil no mundo foi a necessária ampliação de nossos quadros. Em 2005, o Ministério contava com 1.008 diplomatas. Hoje, somos 1.569, dos quais 912 se encontram em postos fora do País. Essa geração que ingressou no Serviço Exterior, ao longo da última década, representa um novo perfil de profissional, que, dada sua grande diversidade, marca uma

²⁴ COENEN – HUTHER, Jacques. **Sociologia das Elites**. Lisboa: Instituto Piaget. 2004.

²⁵ COENEN – HUTHER, Jacques. **Sociologia das Elites**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004. p. 165..

²⁶ Por ocasião da morte de Manoel Pio Corrêa, o jornal *Folha de São Paulo* noticia: “Ao lado da família, o carioca Manoel Pio Corrêa conheceu os cinco continentes ainda criança. Seu pai, um famoso botânico de mesmo nome, viajava o mundo como pesquisador do museu de história natural de Paris à procura de plantas desconhecidas. Grande conhecedor da Revolução Francesa, era dono de cerca de 1.000 publicações só sobre o tema, em diferentes línguas - falava pelo menos seis, além do português”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/12/1385611-manoel-pio-correa-jr-1918-2013---o-diplomata-as-viagens-e-os-livros.shtml>

renovação geracional que é benéfica para o conjunto da Instituição. Somos muitos e falamos com diversos sotaques. Professamos várias crenças e professamos crença alguma. Somos pretos, brancos e pardos. Somos homens e mulheres e nascemos e criamo-nos em lares cujo nível de prosperidade deixou de ser um diapasão para tornar-se um amplo gradiente de circunstâncias familiares que engloba, fraternal e solidariamente, os que tiveram mais e os que tiveram menos oportunidades de crescimento pessoal ao longo da vida. Isso é bom para o Brasil e isso é bom para o Itamaraty.²⁷

Neste sentido, percebe-se que só a partir da redemocratização, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1990, são adotadas medidas mais efetivas com a preocupação de diversificar os quadros da carreira: eliminação de provas orais, inclusive de idiomas; nomeação imediata; criação de bolsas de estudo para afrodescendentes; reconhecimento de uniões de pessoas do mesmo sexo para remoções e planos de saúde; fim das barreiras institucionais que impediam a promoção de mulheres; estímulo à promoção de mulheres; eliminação do critério etário; reserva de vagas para deficientes físicos, entre outras.

Tendo em vista estes aspectos, o trabalho investiga os processos de continuidade e mudança no Itamaraty, entendido como um campo, que é uma estrutura de relações objetivas, relativamente autônoma dos demais. Trata-se de um espaço em constante jogo e disputa pelo seus atores:

Compreender a gênese social de um campo, é aprender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustente, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não como geralmente se julga²⁸.

Temos como objetivo responder a duas questões centrais: as mudanças nas regras conduzem a mudanças nos agentes recrutados? Se sim, há mudanças no *habitus diplomático*? Para isso, o trabalho emprega métodos quantitativos e qualitativos. Foi realizado um *survey* com 208 respostas de

27

Disponível

em:

http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10789%3Adiscurs-o-do-secretario-joao-lucas-ijino-santana-orador-da-turma-paulo-kol-2013-2015-do-instituto-rio-branco-brasilia-12-de-agosto-de-2015&catid=206&Itemid=460&lang=pt-BR

²⁸ BOURDIEU. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006, p. 69.

diplomatas brasileiros, levantando-se estatísticas descritivas. A análise qualitativa foi utilizada para interpretar as regras da organização e as instituições informais, captando nuances, como impressões, motivações e dificuldades que os agentes encontraram em seus percursos. As referências teóricas são os estudos de Bourdieu,²⁹ enriquecidos em alguns momentos pelas abordagens microssociológicas de Strauss,³⁰ Goffman³¹ e a sociologia histórica de Elias.³²

Para medir o impacto da instituição analisamos as regras institucionais, considerando aspectos informais expressados em publicações dos alunos do Instituto Rio Branco na Revista Juca. Os signos distintivos da diplomacia brasileira, constituintes do *habitus diplomático*, bem como suas trajetórias, serão analisados a partir de livros de memórias, biografias e entrevistas. Essas fontes também são utilizadas para identificar as regras institucionais. Origem social, origem geográfica e formação escolar, bem como filiação à Academia Brasileira de Letras, também serão consideradas.

É fundamental ressaltar que este trabalho não pretende superar as infinitas discussões acerca da qualidade ou validade de trabalhos qualitativos e quantitativos, mas tentar colocar os dois a serviço do objeto e verificar quais são as respostas encontradas, se elas são semelhantes e comparáveis.

²⁹ Os principais utilizados no presente trabalho são:

BOURDIEU, Pierre. **La distinction**: critique sociale du jugement. Paris: Les Éditions de Minuit. 1979.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva. 2007.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006.

_____. **Razões Práticas**. Campinas: Papirus. 2005.

_____. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp. 2008.

_____. **Senso Prático**. Petrópolis: Editora Vozes. 2009.

_____. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2001.

³⁰ STRAUSS, L.évi. **Espelhos e Máscaras**. São Paulo: Edusp. 1999

³¹ GOFFMAN, Erving. **Ritual de interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. Petrópolis, RJ: Vozes. 2012.

_____. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC. 2008.

³² ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. 2001.

_____. **Escritos e Ensaio**s. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 2006.

_____. **Mozart – Sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1994.

_____. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar editores. 2011.

Entende-se assim que o bom trabalho de pesquisa pode utilizar os dois métodos e se chegar a respostas semelhantes, já que o que se muda é o modo, mas o objeto continua sendo o mesmo. Em outras palavras, espera-se que o trabalho de pesquisa quando bem realizado trará respostas semelhantes.

[...] passado esse período de defesa, e após os pesquisadores qualitativos terem realizado alguns trabalhos relevantes, pareceu que o procedimento geral de pesquisa que eles seguiam era sensivelmente o mesmo que aquele percorrido pelos outros pesquisadores; o pesquisador se propõe uma questão e colhe informações para respondê-la; ele trata os dados, analisa-os e tenta demonstrar como eles permitem responder ao seu problema inicial. De fato, num delineamento de pesquisa qualitativa, encontram-se os elementos comuns a todo projeto de pesquisa.³³

E, é claro, é preciso adaptar o método ao objeto e não o contrário. No caso das minorias, por exemplo, a melhor forma de se trabalhar é através da análise qualitativa, para que se possa recolher as impressões, motivações e dificuldades que esses agentes encontraram nos seus percursos e que a análise quantitativa dificilmente é capaz de dar conta. Por meio da pesquisa qualitativa pretende-se verificar “...o sentido que adquirem a ação da sociedade na vida e os comportamentos dos indivíduos, assim como o sentido da ação individual quando se traduz em ação coletiva.”

Em sociologia as referências que se utilizam em ampla escala de pesquisa qualitativa estão relacionadas ao Interacionismo Simbólico,³⁴ com análises microsociológicas que são fundamentais para dar voz aos atores, tornando-os seres animados. Embora não se pretenda trabalhar exclusivamente com estes aspectos, procurou-se buscar e utilizar a voz dos atores analisados. Em resumo, apesar de trabalhar com os conceitos sociológicos de Bourdieu, procurou-se inspiração nestes outros autores para que a análise não ficasse apenas centradas nos dados quantitativos ou documentais.

³³ DESLAURIERS, Jean-Pierre e KÉRISIT, Michèle. **O delineamento de pesquisa qualitativa**. In: A Pesquisa Qualitativa. Petrópolis: Editora Vozes,. 2008. p. 127.

³⁴ Os principais autores que trabalham com estes aspectos são Strauss e Goffman.

É importante salientar que o cientista é parte do processo de reconstrução dessa realidade analisada. Sendo assim suas questões subjetivas claramente influenciarão no resultado obtido, por mais que se busque a objetividade no tratamento do objeto.³⁵ Essa influência do pesquisador no processo de reconstrução da realidade já pode ser notada no caminho ou, na maior parte das vezes, no atalho que ele faz ao tentar dar conta de seu objeto, já que “como ninguém pode passar a eternidade fazendo seu estudo, é preciso tomar atalhos, e estes levam invariavelmente a violações ‘da maneira como a pesquisa deveria ser feita.’”³⁶ Estes atalhos fazem com que toda pesquisa acabe sendo uma leitura dentre várias outras possíveis. Mesmo com a ânsia de dar conta do todo, as limitações de tempo, dados ou a capacidade do pesquisador de interpretá-los, faz com esta seja uma das possíveis leituras sobre um objeto.

Quanto às entrevistas semi-estruturadas, procurou-se incluir diplomatas aposentados, já que seu vínculo com a instituição é mais fluído, não impactando sua vida institucionalizada.

O truque para lidar com a hierarquia da credibilidade é bastante simples: *duvide de tudo que lhe for dito por qualquer pessoa que detenha poder*. Instituições sempre procuram dar a melhor impressão possível em público. As pessoas que as dirigem, sendo responsáveis por suas atividades e reputações sempre mentem um pouco, polindo asperezas, escondendo dificuldades, negando a existência de problemas. O que elas dizem pode ser verdade, mas a organização social lhes dá razões para mentir. Um participante bem socializado desconfiará do pior e prestará atenção nele.³⁷

Também foram feitas entrevistas com diplomatas ativos, prestando-se um cuidado especial, pois era natural que, mesmo com a ressalva de preservação da identidade pela pesquisadora, houvesse certo temor sobre o uso inapropriado de determinadas informações. Foram entrevistados também

³⁵ DESLAURIERS, Jean-Pierre e KÉRISIT, Michèle. **O delineamento de pesquisa qualitativa**. In: A Pesquisa Qualitativa. Petrópolis: Editora Vozes. 2008. P. 127 – 153.

³⁶ BECKER, Howard. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. p. 106.

³⁷ BECKER, Howard. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. p. 124.

os dois ministros de carreira que ficaram mais tempo na instituição, desde o Barão do Rio Branco (1902-1912): Luiz Felipe Lampreia e Celso Amorim, este último o mais longevo em toda a história do Itamaraty. Como agentes que não só ocupavam posições importantes, como também já não estavam no exercício da carreira, podia-se esperar que eles tivessem menos comprometimento com a versão institucionalizada, já que:

[...] a entrevista permite uma exploração em profundidade das condições de vida dos atores, ela é vista com um instrumento privilegiado para denunciar, de dentro, os preconceitos sociais, as práticas discriminatórias ou de exclusão, e as iniquidades, de quem podem se tornar objeto certos grupos considerados como 'diferentes', 'desviantes', ou 'marginais'.³⁸

Quanto à análise quantitativa, a princípio nosso objetivo era fazer uma análise probabilística dos investigados, mas dada a dificuldade de acesso a algumas informações e o instrumento utilizado para obter as informações, através de um sistema online, optou-se pelo método “bola de neve”, em que os entrevistados indicam os demais. Entretanto, observou-se que os colegas indicam pouco os outros, o que levou a um redirecionamento. Enviou-se, através do sistema de mala direta, um e-mail fazendo a apresentação, com o link para o questionário. Esta se mostrou uma técnica razoavelmente eficiente. Em oito dias de pesquisa, 100 questionários foram completamente respondidos. Até o final da coleta foram 208 questionários completos.

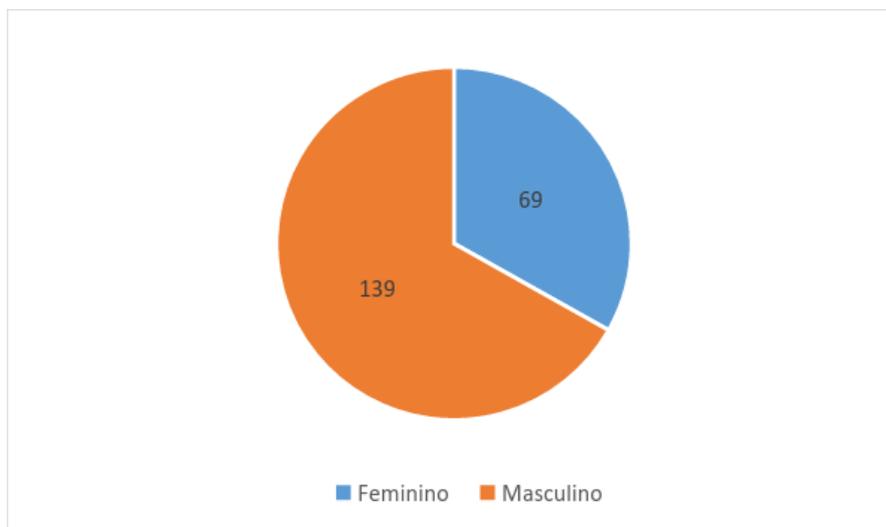
As sondagens, através desse meio, aumentam a precisão e a cobertura das respostas quando comparadas com pesquisa por telefone ou modalidades mistas.³⁹ Entretanto, não foi possível atingir 30% de toda a população, o que implicaria 600 questionários. Os achados relativos ao *survey*, portanto, não podem ser generalizados a toda a população com alta significância estatística.

³⁸ POUPART, Jean. **A entrevista de tipo qualitativo**: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: A Pesquisa Qualitativa. Petrópolis: Editora Vozes. 2008. p. 208.

³⁹ WITTE, James. **A Ciência Social digitalizada**: avanços, oportunidades e desafios. Sociologias, Porto Alegre, ano 14, no31, set./dez. 2012, p. 52-92

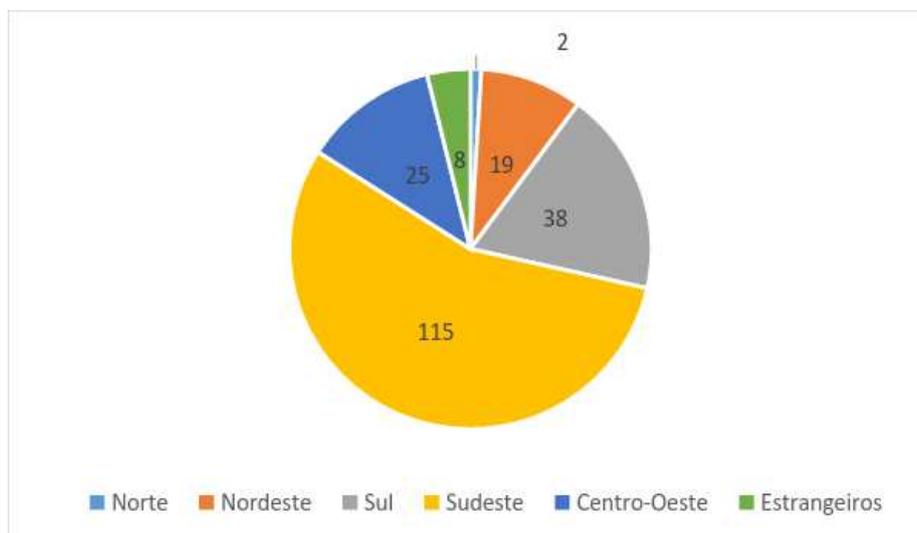
A amostra tem as seguintes características:

GRÁFICO 1 - Sexo dos respondentes



Fonte: Elaboração da autora a partir do survey.

GRÁFICO 2 - Origem geográfica



Fonte: Elaboração da autora a partir do survey.

TABELA 1 - Origem geográfica, capital x interior

Capital X Interior		
Capital	170	81,73%
Interior	38	18,27%
Total	208	100,00%

Fonte: Elaboração da autora a partir do survey.

Mesmo com uma margem de erro alta, pode-se ver a supremacia das capitais sobre o interior nos respondentes, que se reflete no universo do MRE. Isso é entendido na medida em que nas capitais há mais recursos culturais e educacionais que dão ao grupo que ali reside vantagem sobre os que moram no interior⁴⁰.

O objetivo do *survey* é mapear três grandes aspectos: motivação e trajetória na carreira; padrão de gosto, perfil socioeconômico e geográfico dos diplomatas brasileiros.

Por fim, outra parte do material empírico conta com um banco de dados, construído ao longo de pelo menos dois anos de pesquisa. Esse banco contém informações sobre: data de nascimento, local, estado, ano de entrada na carreira, formação e publicação. Isso nos fornece um quadro completo da diplomacia brasileira, principalmente no que diz respeito às origens antes de ingressar na carreira. Esses dados incluem o resultado dos processos de admissão das turmas de 100 alunos anuais. É fundamental ainda dizer que:

Tem-se consciência de que este estudo vá um pouco na contramão das discussões acerca da especialização nas Ciências Sociais, já que ele já nasce da interdisciplinaridade da Ciência Política com a Sociologia,⁴¹ sem

⁴⁰ Aqui se está considerando o interior até as regiões metropolitanas das grandes cidades. Se desconsiderarmos cidades como Niterói, Osasco e São Bernardo do Campo, esses índices serão menores ainda.

⁴¹ SARTORI, Giovanni. **.Da sociologia da política à sociologia política.** In: LIPSET, Seymour M. (org.). Política e Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

contar ainda que considera algumas variáveis que talvez seriam mais caras à Antropologia para a análise do objeto.

Para organizar todo este material e apresentá-lo de forma inteligível e compreensível, optamos por dividir este trabalho em duas grandes partes. A primeira analisará o campo diplomático, a importância da história para sua compreensão, a construção do espaço de estilização do campo e da vida diplomática, as medidas institucionais visando o aumento da pluralidade na carreira e os seus aspectos. A preocupação da segunda parte está em analisar propriamente o *habitus diplomático*. Neste sentido o foco são os agentes, suas origens escolares, os impactos da figura do patrono na produção e reprodução dessas disposições, sua manutenção ao longo do tempo e, por fim, os outros *habitus* distintivos que configuram a diplomacia brasileira.

1. ANALISAR O CAMPO: A IMPORTÂNCIA DE COMPREENDER O PROCESSO HISTÓRICO

Ao longo da história, a condução dos assuntos externos do país por elementos da aristocracia e da elite agrária após a Independência do Brasil, em 1822, foram evidenciadas tanto em análises de política externa⁴², como na observação sobre as mudanças institucionais ocorridas no Ministério das Relações Exteriores⁴³ ou em estudos ou biografias dos principais atores que

Sartori aponta para as diferenças entre Sociologia da Política e Sociologia Política: na primeira método, a estrutura e o enfoque são de natureza sociológica, enquanto a segunda, seria “[...] um híbrido interdisciplinar que tenta combinar as variáveis sociais e políticas explanatórias, isto é, os insumos (*inputs*) sugeridos pelo sociólogo e os sugeridos pelo cientista político” (SARTORI, 1972, p. 112).

⁴² VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Política Externa do Regime Militar Brasileiro: a multilateralização, desenvolvimento e construção**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2004.

PINHEIRO, Leticia. **Política Externa Brasileira, 1889-2002**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2004.

CERVO, Amado. e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: UnB. 2002.

⁴³ FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil**. Revista Brasileira de Política Internacional, São Paulo, vol 51, n 2, 2008. p. 80-97.

CHEIBUB, Zairo Bueno. **Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em Perspectiva Histórica**. Dados, Rio de Janeiro, n 28, 1985. p. 113-131.

BALBINO, Viviane Rios. **Diplomata, substantivo comum de dois gêneros: um retrato da presença feminina no Itamaraty no início do século XXI**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 2011.

atuaram no Ministério⁴⁴.

As elites políticas, e aqui também é possível inserir as burocráticas, são atores históricos e portanto suscetíveis às mudanças. A história acaba sendo o medicamento necessário contra as estilizações normativas ou enunciados eternizantes⁴⁵. Neste sentido, para usar uma analogia com as artes visuais, é possível dizer que este trabalho pretende ser mais uma filmagem do que um retrato de um momento do Itamaraty. Acreditamos que para compreender algumas especificidades deste espaço, é necessário entender seu processo de construção, ou seja, a sua gênese.

Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir⁴⁶

A análise da gênese social deste espaço leva ao escrutínio de suas regras, princípios e hierarquias, que são tomadas como relações invariáveis, invariantes e universais. Embora a diplomacia brasileira possa ter traços comuns com outras diplomacias, este trabalho faz uma comparação “intracampo”, busca padrões de semelhança e singularidade capazes de auxiliar na produção de uma classificação⁴⁷ e interpretação deste espaço. Como será mostrado ao longo da tese, ainda que o recrutamento se dê através do mérito desde 1945, durante boa parte do tempo os agentes recrutados têm origens geográficas e sociais muito semelhantes ao serviço diplomático no

⁴⁴ ALONSO, Angela. **Perfis brasileiros**: Joaquim Nabuco. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

VIANA FILHO, Luís. **A vida do Barão do Rio Branco**. 8. Ed. – São Paulo: Editora UNESPE; Salvador, BA: EDUFBA. 2008.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. **O Evangelho do Barão**. São Paulo: UNESP. 2012.

SPEKTOR, Matias. **Azeredo da Silveira**: um depoimento. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2010.

⁴⁵ GENÉ, Mariana. **Sociología política de las elites**. Apuntes sobre su abordaje a través de entrevistas. Rev. Sociol. Polit., v. 22, n. 52, 2014. p. 97-119,

⁴⁶ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006.

⁴⁷ PERISSIOTTO, Renato. **Comparação, História e Interpretação**: Por uma ciência política histórico-interpretativa. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Volume 28. Número 83. Outubro. 2013.

século XIX, quando a fortuna e o capital social eram componentes importantes. Neste sentido,

Até a Reforma Oswaldo Aranha⁴⁸ em 1938, o Ministério tinha dois corpos: o Corpo Consular e o Serviço Diplomático. O primeiro gerava recursos e emolumentos, enquanto o segundo estava mais focado nas ações de representação do Estado. Neste sentido, a carreira diplomática era aquela que dependia de indivíduos que estivessem próximos ao centro de poder e que pudessem dispensar seus recursos para representar o país.

Dizer que o processo tenha se tornado meritocrático não implica que o acesso ao campo diplomático tenha se tornado universal, já que mulheres, negros, minorias sexuais, homens brancos de baixa estatura, mais velhos ou com deficiência foram, de diferentes maneiras, excluídos desse espaço. A mudança no recrutamento não levou necessariamente à mudança no perfil dos atores recrutados, pois a avaliação visava selecionar justamente agentes muito semelhantes aos que já o ocupavam⁴⁹. Em resumo: a presença de regras universais não resulta necessariamente em universalização das possibilidades de acesso, por isso a necessidade de analisar outros aspectos além do recrutamento ao longo do tempo para compreender as persistências e mudanças neste ambiente.

O domínio das regras de etiqueta, por exemplo, são parte importante do *habitus diplomático* e constitutivas de seu campo. Trata-se de um tema bastante presente nas memórias desses agentes. No relato do ministro dos anos Figueiredo (1979-1985) as recepções têm lugar de destaque.

Quando Claude Cheysson veio a Brasília, orientei o cerimonial para

⁴⁸ Foi Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul 1927-1928; atuou na Revolução de 1930; foi Ministro da Justiça 1930-1931; Ministro da Fazenda 1931-1934; Embaixador do Brasil nos Estados Unidos 1934-1937; Ministro das Relações Exteriores 1938-1944; Embaixador do Brasil na ONU 1947 e Ministro da Fazenda no biênio 1953-1954. (Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>)

⁴⁹ CHEIBUB, Zairo Borges. **Diplomacia, Diplomatas e Política Externa: Aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty**. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 1984.

eu, no almoço que lhe seria oferecido, não servíssemos comida francesa. Uma pobre contração seria muito pior do que algum prato exótico, mas autêntico. Foi servido arroz de tropeiro, que o visitante repetiu com gosto. Ficou particularmente entusiasmado por um vegetal e me perguntou do que se tratava. Expliquei-lhe que era um chou, dito couve mineira, muito apreciado no Brasil, que existia na Europa onde era empregado somente como forragem para animais. Era da família das chicórias. Cheysson observou, então, que era melhor do que a chicória, vegetal muito azedo, ao passo que aquela couve tinha a medida exata de amargor para ter personalidade, sendo agradável. Não poderia concordar mais com o homenageado. Em minha opinião, trata-se de produto refinado.⁵⁰

Já nas afirmações do Embaixador Marcos Azambuja⁵¹, nota-se claramente que o saber receber, oferecer um almoço ou jantar oficial⁵², entender de vinho, colocar as pessoas corretamente sentadas, em suma, entender da arte do cerimonial, é entendido como algo que tem implicação sobre as negociações e nas relações.

A caricatura ganhava contornos mais nítidos quando se pensava no cerimonial e nas regras do protocolo. Como venho da Casa, tenho robusto respeito por essas atividades tão próximas do âmago do saber diplomático. Postas de lado as mesuras e as afetações extravagantes, cerimonial é, na essência, duas coisas de difícil execução: a administração e a conciliação das vaidades pessoais e nacionais; e a montagem de operações diplomáticas como viagens, congressos, conferências e solenidades de todo tipo. Dá mais trabalho do que parece, e os riscos de um vexame à vista de todos são inúmeros. O erro é risco universal.⁵³

O cerimonial e as regras do protocolo não são atividades paralelas ou acessórias, elas fazem parte do “âmago do saber diplomático”. Por meio delas são confirmados o prestígio e a posição de poder de seus agentes perante os demais. Este jogo relacional presente nas aristocracias permanece aqui de forma bastante vívida. A honra e a glória de um indivíduo, estendidas aqui aos Estados, são questões que se solucionam no interior do próprio jogo

⁵⁰ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. **Lembranças de um empregado do Itamaraty**. São Paulo: Sicialiano.

⁵¹ Ex-embaixador na França e na Argentina e ex-secretário geral do Itamaraty no governo Collor de Mello (1990-1992). 1992.

⁵² Christian Lequesne, ao analisar o caso francês do Quai d’Orsay, disserta sobre a importância das refeições neste espaço como parte obrigatória da prática profissional. Disponível em: http://www.lemonde.fr/idees/article/2016/08/28/les-ambassadeurs-vivent-les-repas-comme-une-pratique-professionnelle-obligatoire_4988899_3232.html.

⁵³ AZAMBUJA, Marcos. **Casa bem-assombrada**: O Itamaraty antes da sua ida para Goiás. In: Revista Piauí. Edição 54. Março de 2011.

institucional, ou seja, para alcançar e manter esses princípios é preciso se submeter política e simbolicamente ao soberano⁵⁴, materializado nas regras de cerimoniais daquele que recebe. A ordem de precedência⁵⁵ tem de lidar com variáveis como a antiguidade dos agentes nos postos diplomáticos e a importância naquela relação entre aquele indivíduo/Estado que está recebendo e indivíduo/Estado convidado. Dessa forma, um erro, neste contexto, fere a honra não só do indivíduo, mas sobretudo de seu Estado.

O Itamaraty e as Forças Armadas são duas instituições que guardam semelhanças entre si, sobretudo no que diz respeito a obediência à hierarquia. Além disso a primeira, com seus padrões de controle sobre o recrutamento, um sistema de avaliação e formação profissional durante toda a carreira, faz com que a instituição desenvolva um elevado grau de coesão corporativa e uma identidade institucional própria⁵⁶. Neste espaço, o dissenso ou a confrontação⁵⁷ dificilmente são evidenciados, ao mesmo tempo se valoriza “la politesse” de seus pares. O mercado linguístico⁵⁸ da diplomacia evita o enfrentamento, pelo menos no que se refere ao funcionamento e às regras da “sua casa”.

No ministério de 1974 era difícil encontrar ideais que fossem além do cânone tradicional. Devido ao seu modo de organização, os funcionários recebiam incentivos enormes para nunca colidirem frontalmente uns com os outros. Eles sabiam que os postos-chave

⁵⁴ ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.2001.

⁵⁵ TOMASS, Lea Maria. **Diferença e igualdade entre os Estados**: Uma etnografia da precedência nas relações diplomáticas. Brasília, Dissertação de Mestrado.. 2001.

⁵⁶ DORVAL, Gisela Pereyra. **The point of view of the tradition in the institutional identity**. The case of the Ministry of Foreign Relations in Brazil. Janus. Net, e-journal of International Relations. Vol. 4, nº 2. 2013. P. 84-103.

⁵⁷ Como diz o Embaixador Alberto da Costa e Silva, citado no começo deste trabalho: “[...] falar com eloquência e saber quando convinha o cicio e quando cabia a voz alta” (SILVA, 2005, p. 60).

⁵⁸ “Todo ato de fala e, de um modo geral, toda ação é uma conjuntura, um encontro de séries causais independentes: de um lado, as disposições, socialmente modeladas, do *habitus* linguístico, que implicam uma certa propensão a falar e a dizer coisas determinadas (interesse expressivo), definida ao mesmo tempo como capacidade linguística de engendramento infinito de discursos gramaticalmente conformes e como capacidade social que permite utilizar adequadamente essa competência numa situação determinada; do outro, as estruturas do mercado linguístico, que se impõem como um sistema de sanções e censuras específicas” (BOURDIEU, 2008, p. 24).

seriam sempre revezados entre o mesmo grupo de colegas. Também sabiam que iriam conviver durante décadas com aqueles que um dia poderiam ser seus superiores ou seus subordinados. [...] O resultado era um ambiente de relativa proteção mútua, onde a ênfase não estava na avaliação de argumentos e concepções alternativas, mas na produção de consensos. Isso ajuda a explicar porque os documentos oficiais mais importantes geralmente levavam as assinaturas dos vários chefes de divisão responsáveis por um determinado assunto: as assinaturas conjuntas diluíam a responsabilidade individual de cada diplomata. Caso que o aspecto positivo disso era que eles investiam algum tempo em tentar chegar a um acordo sobre a melhor maneira de proceder diante dos principais temas da agenda. O negativo era que, em ambiente onde o confronto é malvisto, o aparecimento de novas ideias é sempre raro e lento.⁵⁹

Casos como do diplomata Eduardo Saboia⁶⁰ que auxiliou na fuga do Senador boliviano Roger Pinto Molina em 2013, ou o comunicado enviado pelo também funcionário de carreira Milton Rondó Filho⁶¹ às embaixadas denunciando a falta de lisura no processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff foram extensamente noticiados como quebra de hierarquia e estes agentes punidos. Estes fatos recentes mostram que apesar das mudanças no recrutamento, a estrutura da carreira, a obediência à hierarquia e os incentivos para não colidirem frontalmente tornam o quadro descrito em 1974 ainda atual.

Apesar de ser uma regra do campo que está para além da nacionalidade, Azeredo da Silveira, ministro durante os anos Geisel (1974-1979), diz em seu depoimento ao CPDOC que, no Brasil, esses aspectos se tornaram mais evidentes e valorizados:

No Brasil, a carreira é muito ornamental, dá chance a pessoas que nunca teriam essa chance, e essas, às vezes, ficam as mais pernósticas. É natural, é humano.... Está entendendo? Então ficam colecionadores de porcelana, de aparelhos de televisão, de rádio, de.... Colecionam tudo, aí começa tudo a embrulhar na cabeça, compreende? O símbolo passa a ser segurar um copo e dar um toquezinho para ver se ele tem som de cristal, conhecer vinhos...

⁵⁹ SPEKTOR, Matias. **Kissinger e o Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2009.

⁶⁰ TERRA. **Diplomata que ajudou em fuga de senador suspenso no Itamaraty**. 2015. <https://noticias.terra.com.br/brasil/politica/diplomata-que-ajudou-em-fuga-de-senador-boliviano-e-suspenso-do-itamaraty,58f07933635ac410VgnCLD200000b2bf46d0RCRD.html>

⁶¹ G1. **Servidor que enviou alerta de golpe perde cargo de confiança no Itamaraty**. 2016. <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/06/servidor-que-enviou-alerta-de-golpe-perde-cargo-de-confianca-no-itamaraty.html>.

Essas coisas que são até bonitas num especialista, numa pessoa que só conheça vinhos, eu acho uma coisa linda. Mas todo diplomata pensar que vai entender de vinho...⁶²

É importante ressaltar que não são só nas ações propriamente políticas que se nota, ou que se tenta estabelecer, uma diferença com o restante do aparelho de Estado. A organização do campo e o *habitus* diplomático estão além das proposições políticas ou burocráticas, ou melhor, elas são o ponto culminante de uma organização cercada por modos de conduta, ações, apreciações presentes no tempo⁶³. Alguns aspectos referentes à disciplina, hierarquia e ao próprio *esprit de corps* refletem no processo de decisão.

1.1 O Palácio, a casa ou “O Palácio é a casa”?

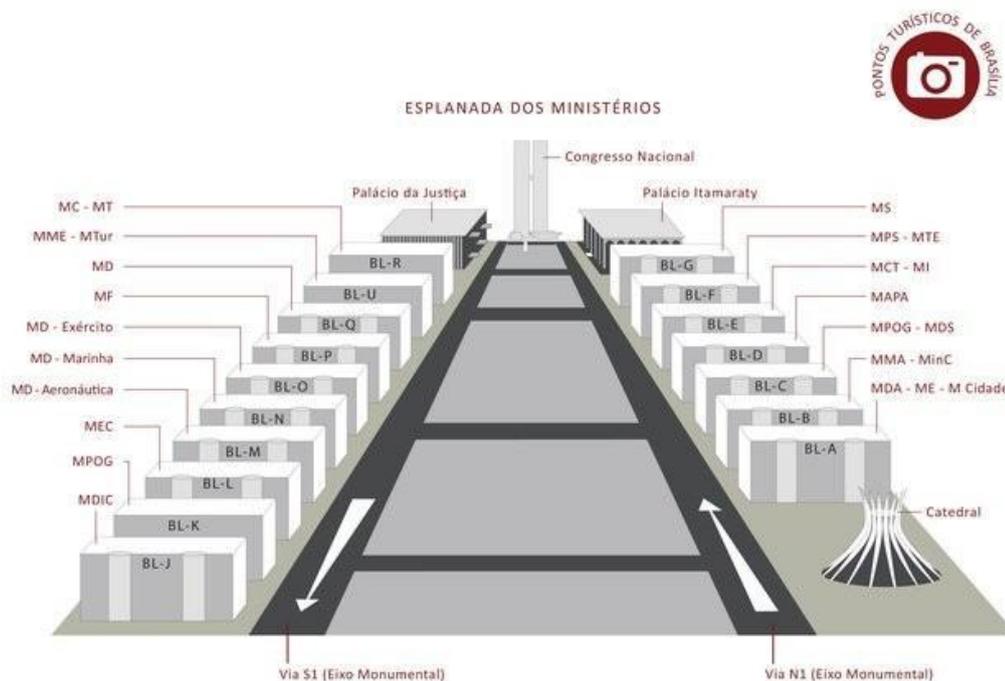
Por que o prédio do Ministério das Relações Exteriores⁶⁴, junto com o Palácio da Justiça, são os únicos dois espaços ministeriais de arquitetura diversa daquela que abriga o complexo arquitetônico da esplanada dos ministérios? O Ministério da Justiça pode ser explicado a partir da tradição bacharelesca e do peso que os profissionais do Direito ocupam na sociedade brasileira. No entanto, qual a importância em se ter uma edificação especial, símbolo da arquitetura moderna, com inúmeras peças de arte, decoração e mobiliário do Brasil e do mundo para um ministério que não tem grande fatia do orçamento e nem expressão política?

⁶²SPEKTOR. Matias. **Azeredo da Silveira**: um depoimento. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2010.

⁶³ YOUTUBE. **Em reportagem no Jornal da Globo em 2009 dizia que a carreira diplomática incluía**: “glamour, belas residências, proximidade com o poder”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PFCoQD1oILA>.

⁶⁴ O nome original para a sede do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, seria Palácio dos Arcos, mas foi mantido a nomeação “Palácio do Itamaraty” em referência à antiga sede localizada no Rio de Janeiro. Mais uma vez nota-se o apego às tradições. O ministro responsável pela mudança do MRE do Rio para Brasília, Mario Gibson Barbosa, relatou a dificuldade de efetivar o processo, já que havia forte resistência do corpo diplomático, tanto que o MRE fora o último ministério a se mudar, somente no início dos anos de 1970.

FIGURA 2 – Esplanada dos Ministérios



Fonte: <http://www.designup.pro.br/>. (2015)

Como se pode ver, fora esses dois ministérios, somente dois espaços têm uma arquitetura própria – Congresso Nacional e a Catedral – e, ao contrário dos demais, somente eles carregam em seus nomes a denominação de “Palácio”, juntamente com o Palácio do Planalto.

A diferença entre as edificações reproduz a distinção deste espaço em relação aos demais ministérios. Não se trata de riqueza ou do tamanho da “fatia do orçamento”. O espaço ocupado reafirma a posição social do ocupante e o dever de ostentação de seus pares diante dos demais. Por isso é importante, antes de tratar definitivamente das questões propostas neste trabalho, descrever em algumas páginas este espaço de espetacularização da vida diplomática. Os significados e sentidos que devem ser apreendidos não estão apenas nas regras e seus agentes, estão também materializados em seus espaços de representação.

A relação campo-*habitus* está simbolizada, em grande medida, na relação Palácio do Itamaraty-Barão do Rio Branco. Trata-se do campo pensado como espaço de estilização da vida diplomática e de seu mais reconhecido representante. É a casa da diplomacia brasileira, local em que a representação do Estado brasileiro se faz presente para os da casa e para os de fora. É a “Casa de Rio Branco”, seu patrono, que dada as condições do início do século, consegue estabelecer determinado *modos operandi* que é reproduzido ao longo do tempo.

Neste ‘espaço sagrado’ acontecem os grandes rituais da casa, são recebidos chefes de Estado estrangeiros, altas autoridades brasileiras, inclusive a cerimônia de posse do Presidente da República⁶⁵. Este ambiente dedicado à ‘representação social’ do Estado brasileiro é onde seus agentes incorporam, expõem e dão sentido aos seus princípios de visão e divisão do mundo. Este campo de representação do Brasil deixa evidente o caráter distintivo de seus integrantes e apresenta elementos que aludem à brasilidade, sobretudo aquela do Império, em parte da mobília e na nomeação de suas salas. A concessão feita à República é dada por meio de artistas modernos. No mais, há uma série de elementos consagrados mundialmente como sendo de bom gosto, como tapetes persas, mobiliário e tapeçaria francesa, esculturas de inspiração greco-romana.

Parte da compreensão do campo se dá por meio do conhecimento da história das edificações que abrigam Ministério das Relações Exteriores. Nem a edificação onde esteve localizado o MRE desde final do século XIX até o início da década de 1970, nem a atual sede em Brasília foram escolhas arbitrárias, merecendo ser mais investigadas. Nota-se uma indissociação entre público e o privado quando se trata da diplomacia brasileira. O Embaixador, e ex-Secretário Geral, Luiz Felipe Seixas Corrêa⁶⁶ aponta:

⁶⁵ MOURA, Cristina Patriota. **O Instituto Rio Branco e a Diplomacia Brasileira**: um estudo de carreira e socialização. Rio de Janeiro: FGV. 2009.

⁶⁶ Promovido a Embaixador em 1987, serviu como Chefe de Missão no México, na Espanha, na Argentina, na Delegação do Brasil em Genebra (ONU e OMC), na Alemanha, na Santa Sé e

Itamaraty. Casa. Duas palavras que significam muito para nós. A sede da diplomacia brasileira é o palácio que deu o nome pelo qual nosso serviço exterior é conhecido no Brasil e no mundo: Itamaraty. Mas a nossa Casa, nossa sede espiritual, leva o nome de Rio Branco. A Casa de Rio Branco. Usamos a imagem do Palácio Itamaraty quando tratamos de formalidades, eventos, posturas ou linhas que seguimos. Utilizamos a expressão “a Casa” para nos referirmos a uma determinada cultura que nos singulariza; um certo modo de fazer o que nos compete; um certo jeito plural de encarar o Brasil, o mundo, o Brasil no mundo e o mundo no Brasil.⁶⁷

Como fica evidente na fala do Embaixador, a referência usada não é como Ministério, mas a alcunha pela qual este ficou tradicionalmente conhecido. A outra referência dada a este espaço, que tem íntima relação com a construção da indissociabilidade entre o profissional e o privado na construção do “espírito de corpo”, é a utilização oficial do termo “Casa”, que é inculcado nas aulas de linguagem diplomática do Instituto Rio Branco. O objetivo é que o termo seja usado nos documentos oficiais dirigidos a outros diplomatas brasileiros. Considera-se que o termo “Casa” não se deve apenas a um regramento burocrático do Itamaraty, mas indica também a indissociação do espaço de figuração entre a vida privada e a profissional, além de distinguir seus ocupantes, um jogo entre de se expor como diplomata e de se opor àqueles que não o são. Para estes “a Casa” não é mera formalidade ou sinônimo de reverência ao local de trabalho, pois a diplomacia não é vista como profissão, mas como uma vocação, não devendo os indivíduos imbuídos dela dissociá-la de sua vida pessoal.

Digamos que exista um modelo A, que é mono direcionado, que vai se dedicar exclusivamente àquela profissão, que tem todo um sistema de backup, quer dizer, ele tem a casa dele arrumada, ele tem as coisas arrumadas. Ele tem quem cuide dele. E tem o modelo B, que quer trabalhar, quer vir aqui trabalhar de 9h às 19h, executar tarefas e tem toda uma vida fora, com outros interesses. Acho que historicamente e socialmente os homens acabam se conformando no modelo A, e as mulheres acabam ficando no modelo B. Agora existem diferenças individuais, conheço muitos homens que têm relacionamento 9-19h com o Itamaraty. São pessoas que sofrem

no Consulado Geral em Nova York. No Brasil, desempenhou-se por duas vezes na Presidência da República: Assessor do Chefe do Gabinete Civil (1983/1985) e Conselheiro Internacional do Presidente da República (1987/1989). Foi Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores (Vice-Chanceler) em duas oportunidades (1992 e 1999-2001).

⁶⁷ CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. **O barão do Rio Branco no centenário de sua morte:** memória, inspiração, legado. Cadernos do CHDD. ano 11. número especial. 2012.

extremamente, têm dificuldades de conseguir remoção, de serem reconhecidos, têm dificuldade de aceitar a lógica da casa, isso aqui é uma corporação, não é a Petrobrás, não é o Banco do Brasil⁶⁸

Se para os estabelecidos aquele espaço é a casa, para os *outsiders* ele é o Palácio, o domicílio de Chefes de Estados, reis ou nobres. A construção de Brasília não teria o nome de Itamaraty, mas continuaria com a denominação de Palácio, desta vez “Palácio dos Arcos”. No entanto, pela tradição, aspecto mais cultivado entre as sociedades de corte⁶⁹ do que nas burguesas, acabou se mantendo a denominação da antiga capital, “Palácio do Itamaraty”.

[...] o nome não vingou e renasceu no Planalto Central o nome Itamaraty que trazíamos do Rio e do velho casarão da rua Larga de São Joaquim como a sugerir que não se alteravam, com a mudança de endereço, o estilo, as tradições e mesmo os valores da nossa maneira de nos relacionarmos com o mundo⁷⁰

Como se pode ver abaixo, sua placa de identificação não é como as demais, que deixam claro a que se refere aquele espaço e qual a função daquela edificação, como o Ministério da Saúde, Educação ou Agricultura. No caso do Ministério das Relações Exteriores, ele é o Palácio do Itamaraty.

FIGURA 3 – Palácio do Itamaraty

⁶⁸ BALBINO, Viviane Rios . **Diplomata, substantivo comum de dois gêneros:** um retrato da presença feminina no Itamaraty no início do século XXI. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 2011.

⁶⁹ ELIAS, N. **O processo civilizador.** Rio de Janeiro: Zahar editores. 2011.

⁷⁰ AZAMBUJA, Marcos. **Casa bem-assombrada:** O Itamaraty antes da sua ida para Goiás. In: Revista Piauí. Edição 54. Março de 2011.



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/rbpdesigner/3178858738/> (2015)

FIGURA 4 – Ministério da Saúde

Fonte: <http://www.grupoimpactoweb.com.br/>. (2015)

Embora a arquitetura modernista seja avessa à ideia de monumento, essa noção é preservada quando se trata do espaço da diplomacia brasileira, em que valores ligados à “nobreza e aristocracia” permanecem presentes. Como fica evidenciado na apresentação do Palácio do Itamaraty, no site da instituição:

O Palácio é uma espécie de cartão de visita do Brasil e traduz, em cada um dos seus detalhes, ideais e valores caros à diplomacia brasileira. Primeiro, a inspiração no passado, no esforço e no talento daqueles que tanto fizeram pelo Brasil. A força do Palácio nos envolve como um legado. Segundo, a vibração do presente, reflexo da dedicação cotidiana de todos nós na busca de um país melhor, de um mundo mais justo e solidário. E, terceiro, a utopia do futuro, para o qual o Palácio parece a todo tempo apontar, na dualidade de sua elegância e simplicidade, nas suas formas arejadas e amplas. Para estar à altura da sede da Chancelaria brasileira e expressar a ousadia pioneira da nova capital, o Palácio precisava traduzir o talento da arquitetura moderna brasileira. Devia ser ao mesmo tempo criativo e funcional, a ponto de conciliar o moderno com o monumental, a simplicidade com a elegância. É nesse ponto que a nudez do concreto armado, um dos traços característicos do Palácio, vai adquirir, nas palavras de Yves Bruand, ‘uma nobreza e delicadeza sem igual.[...] Até então, ninguém tinha ousado empregá-lo como elemento sofisticado numa obra de essência aristocrática, como era um palácio que realmente merecesse esse nome; ora, foi esse o *tour de force* de Niemeyer e sua tentativa se revelou um golpe de

mestre⁷¹

Legado, elegância e simplicidade, nobreza, sofisticação e a essência aristocrática são os termos usados para descrever o espaço e que também descrevem seus agentes. A descrição do espaço de estilização da vida diplomática é mesma encontrada nas memórias de seus agentes, tidos como elegantes, de traços nobres, sofisticados, com histórias que muitas vezes remetem ao Império ou o começo da República. Horácio Lafer, ministro de Juscelino Kubitschek (1955- 1960), na inauguração da pedra fundamental do edifício, discursou:

[...] se chamará Palácio do Itamaraty, nome que evoca a tradição que enobreceu e enobrece a diplomacia brasileira [...] o nome Itamaraty está indissolúvelmente ligado aos grandes nomes de nossa diplomacia. Cabe preservar a ambos, isto é, o espírito da tradição e da seriedade que tem caracterizado nossa política exterior e o nome, símbolo daquele espírito durante mais de meio século.⁷²

Como se pode notar, há um processo de reprodução constante das ideias de tradição, história e enobrecimento que continuam presentes na fala de seus representantes para qualificar a si. Embora estas noções não se refiram apenas a essa “elite da elite”, sua arquitetura também deve representar estes elementos que estão marcados através da similaridade entre os espaços localizados no Rio de Janeiro e Brasília.

Os arcos da fachada principal assobradada que se abriam em balcões para a cidade, transformaram-se num terraço-jardim, abrindo-se para a Esplanada dos Ministérios. A frontaria alinhada ao logradouro é transformada numa arcada sobre um espelho d’água que contorna todo o edifício. Também é comum aos dois edifícios a existência de um átrio que valorize a escada, hierarquizando os ambientes que ela conecta: Salão nobre, Salão de bailes, Salão de banquetes e outros salões. Ao invés das palmeiras imperiais, em Brasília há um renque de buritis e plantas aquáticas nos jardins que foram projetados por Burle Marx. Também nos cuidados com os espaços internos se mantém a preocupação de articular móveis antigos e obras de arte, mas incluindo móveis modernos e obras contemporâneas.⁷³

⁷¹ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. 2009, p. 6

⁷² MENDES, Manuel. **O Cerrado de Casaca**. Brasília: Editora Thesaurus. 1995.

⁷³ ROSSETTI, Eduardo Pierrotti.. **Palácio do Itamaraty**: questões de história, projeto e documentação (1959-70). Revista Arquitectos. ano 09, mar. 2009

As arcadas, referência à arquitetura clássica, não tem caráter estrutural, mas tem a função de carregar a “carga simbólica” do Palácio, além de novamente relacioná-lo com a antiga sede.

É preciso ainda destacar que não é só a arquitetura diferente e semelhante entre os dois espaços, e totalmente diversa das demais, que revela o caráter dessa instituição diante dos outros órgãos do aparelho de Estado. O acervo de arte moderna, que, junto a móveis e tapeçarias do século XVIII e XIX, são responsáveis por reforçar a ideia de ilustração, tradição e “bom gosto” do corpo diplomático. Há uma diversidade de salões neste espaço dedicados justamente à representação do Brasil. As salas e salões são relacionais, podendo ser utilizados de acordo com o evento proposto. Somando todo esse espaço, tem-se 3.300 metros quadrados dedicados à estilização da vida diplomática. O acesso aos grandes salões de festas é dado através de uma escada que parece pairar no ar e que obriga a observação de toda sua extensão:

FIGURA 5 – Palácio do Itamaraty: imagem interna



Fonte: www.alynemattos.com. (2015)

O nome do Palácio, ocupado posteriormente pelo Ministério das Relações Exteriores, carrega a história do primeiro Barão de Itamaraty, Francisco José da Rocha Leão. De origem portuguesa, Francisco veio ao Brasil e se instalou no Rio de Janeiro, fazendo fortuna e

[...] dentro de alguns anos de ininterrupta atividade, enriqueceu no comércio do café e das pedras preciosas, tornando-se uma das primeiras figuras da sociedade carioca, vindo a falecer, cercado do respeito geral, a 6 de junho de 1853, em pleno apogeu da época imperial, firmado na paz interna obtida pela conciliação dos partidos e no prestígio exterior iluminado pela vitória de Caseros.⁷⁴

No Rio de Janeiro, o futuro espaço da diplomacia foi primeiro o endereço da recém-criada República, sendo cedida ao Ministério das Relações Exteriores em 1899. Em 1902, Rio Branco assume o Ministério e retoma muitas das práticas da monarquia⁷⁵, transformando este espaço num dos mais concorridos para a estilização da vida da elite carioca no início da República.

O gabinete do Ministro de Estado no Palácio leva o nome de seu patrono: Barão do Rio Branco. Nela figura a inscrição, próxima ao teto: “Nesta sala, que foi, por muitos anos, o seu gabinete de trabalho, faleceu, a 10 de fevereiro de 1912, o grande ministro das relações exteriores dos Estados Unidos do Brasil, José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco”⁷⁶.

⁷⁴ BARROSO, Gustavo. **História do Palácio Itamaraty**. Museu Histórico Diplomático do Itamaraty: Rio de Janeiro. 1968.

⁷⁵ “...os teatros eram uma das grandes atividades da corte, as maiores diversões consistiam sem dúvida nos bailes e serões. Wanderley Pinho define de maneira precisa as artes que se esmeram em um salão: “a de receber ou preparar um ambiente de cordialidade e espírito; a de entreter uma palestra ou cultivar o humor; a de dançar uma valsa ou cantar uma ária, declamar ou inspirar versos, criticar com graça e sem maledicência, realçar a beleza feminina nas invenções da moda (...)” (Schuwarcz. 2012,p. 113)

⁷⁶ A presença do patrono é imortalizada no seu antigo ambiente de trabalho, a sala Rio Branco; sala utilizada pelo Barão como gabinete de trabalho e quarto de dormir. Quando faleceu, em 1912, ela deixou de ser usada, mas em 1928 o Ministro Octávio Mangabeira redecorou o ambiente e, em sua homenagem, restabeleceu o gabinete do Ministro de Estado. Nela se encontram um retrato de Rio Branco, uma cadeira de braços em estilo nacional português do século XVIII, uma caixa de talheres adaptada para documentos, da metade do século XVIII, um quadro sobre a morte do Barão, uma escultura em bronze “O Espírito do Futuro”, outra escultura “O Aplauso do Povo Oriental”, oferecido ao Barão pelo Club Colorado Rivera em 1909, e outra intitulada “Vitória em Bonze”, oferecida pela comissão de S. Paulo pela criação do primeiro cardinalato no Brasil. Do outro lado há um quadro de parede quase inteira de Pedro Américo de Figueiredo, intitulado “Paz e Concórdia”, de 1902. Um conjunto de troféus e candelabros em prata e prata dourada, oferecidos ao Barão por subscrição pública, promovida pelo Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, pela vitória na questão dos limites com as guianas em 1900. Há também um par de cadeiras em Estilo Português de inspiração Chippendale, do século XVIII, outro retrato de José Maria da Silva Paranhos, um relógio de mesa da coleção Barão do Rio Branco, um busto de Visconde do Rio Branco e, por fim, um tapete Ushak (Turquia).

FIGURA 6 – Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro: vista externa



Fonte: www.panoramio.com. (2015)

FIGURA 7- Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro: vista interna



Fonte: www.flickr.com. (2015)

Nesse período, a elite carioca⁷⁷ da época passa a disputar um lugar nos bailes do Itamaraty, pois a presença neste ambiente simbolizava status, riqueza, sofisticação, ou seja, distinção. O Palácio torna-se um espaço de sociabilidade num momento em que a remodelação da cidade “ [...] a valorização do chique europeu (*Art Nouveau*), o frenesi com que se vive a agitação dos novos tempos, o advento da eletricidade nas casas e nas ruas, são transformações vividas sob o signo do moderno”⁷⁸. Esse signo do moderno estava necessariamente atrelado aos produtos e gostos europeus. A esse respeito:

⁷⁷ “Em 1906, Rio Branco encomendou, para decorar as paredes da escadaria da entrada principal do Palácio do Itamaraty, a execução pelo pintor Rodolfo Amoedo de uma série de painéis com alegorias greco-romanas abstratas, mas que registram, de modo algo críptico, doze datas em algarismos romanos (CONDURU, 2010). Cada um desses anos está relacionado com eventos da história brasileira. Com alguma imaginação, quase como em uma metáfora religiosa, o visitante pode percorrer doze ‘estações’ da história brasileira (e não as quatorze da via-crúcis), em eventos emblemáticos que não terão sido escolhidos ao acaso: a chegada da esquadra de Cabral (1500); a instalação da primeira capital da colônia (1549); a restauração portuguesa (1640); a chegada de D. João VI (1808); elevação do Brasil a Reino Unido (1815); a nomeação do D. Pedro como regente (1821); a declaração da Independência (1822); a vitória contra Rosas (1852); o Tratado da Trílice Aliança (1865); a vitória contra Solano Lopéz (1870); a Lei do Ventre Livre e a Lei Áurea (1871 e 1888) e a proclamação da República (1889)” (SANTOS, 2012, p. 161)

⁷⁸ ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**: Cultura Brasileira e Indústria Cultural. São Paulo: Brasiliense. 2006.

[...] nesse tempo, encomendava na Europa tudo o que lhe parecia indispensável no Itamarati, desde o papel timbrado às alfaias do palácio, do cordão de cores [sic], para costurar tratados e outros papéis diplomáticos, e tratados sôbre [sic] Direito Internacional, enquanto projetava obras para dar à sede de seu ministério certo palaciano aspecto de Chancelaria⁷⁹

Nota-se que a preferência pela estética europeia não se restringiu apenas aos objetos acima citados. O Palácio no Rio de Janeiro também ostenta um parque francês e esculturas de inspiração greco-romana. A tradição é reafirmada com os salões cujos os nomes homenageiam “sujeitos ilustres” que ajudaram a “construir a nação” - como é o caso de Rui Barbosa - ou a delimitar nosso território – referência a Alexandre de Gusmão. Assim, tem-se: a Sala Alexandre de Gusmão, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Esteves Brandão, Lauro Muller, Guerreiro de Castro, Rio Branco e Cabo Frio. O nacionalismo muito presente nos discursos dos diplomatas aparece nas salas Verde, Amarela e Sala dos Índios.⁸⁰ É bom lembrar que, além de serem as cores nacionais, o verde e amarelo são também da dinastia Bragança e Habsburgo. O culto à tradição, aos antepassados e aos valores compartilhados são observados também em profissionais do Direito, que ainda hoje são em maior número no Itamaraty, eles procuram “[...] criar um ambiente de reverência e culto dos antepassados ou dos valores compartilhados pelo grupo ou pela instituição que ocupa aquele espaço físico”.⁸¹ Além da arquitetura, dos nomes

⁷⁹ VASCONCELLOS, Mario de Barros e. (s/d) **O Barão do Rio Branco**. Biografia. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores.

⁸⁰ As composições dos elementos decorativos do Palácio no Rio de Janeiro remetem ao apego pelas artes, sofisticação, bom gosto e tradição que são legitimados como sendo de fruição não somente das classes altas, mas das que detinham além de recursos financeiros, alto capital cultural. Dentre os bustos estão o de Rui Barbosa, Alexandre de Gusmão e Joaquim Nabuco. A tapeçaria se resume a peças persas, turcas, francesas e espanholas, os móveis e objetos decorativos como relógios e candelabros foram trazidos de Paris. Sem contar ainda o quadro de D. João VI, pintado por Rodolfo Amoedo a partir de Jean Baptiste Debret e, por fim, o quadro de D. Pedro I, também por Rodolfo Amoedo, a partir de Henrique José da Silva. Na sala intitulada Sala Verde encontra-se mobiliário procedente de Minas Gerais, do século XVIII, mas com quadros da escola austríaca, francesa, flamenga e tapete Tabriz (Pérsia), do século XIX. A sala de espera do Ministro das Relações Exteriores é intitulada Sala Amarela. Nela estão uma cômoda papeleira luso-brasileira do final do século XVIII, estatuetas votivas de Tanagra, arte grega do período helenístico (323-30 a.C); quadro do embarque do príncipe regente e retrato de D. João VI; cadeira de transição entre João V e D. José; mesa em estilo D. José, entre outros. Essa composição reúne e evidencia o apego à tradição e bom gosto de seus agentes e deixa clara suas predileções. Como a das salas Verde e Amarela.

⁸¹ ALMEIDA, Frederico Normanha Ribeiro de. **A nobreza togada**: as elites jurídicas e a política

das salas, dos elementos de decoração, a entrada do Palácio do Rio de Janeiro é ladeada com o busto de “notáveis”: diplomatas e personalidades da política brasileira e mundial. Além do culto à instituição e ao seu patrono, é cultivada também a memória dos líderes, dos vencedores.

FIGURA 8 – Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro: corredor de entrada



Fonte: www.pbase.com. (2015)

Embora o Palácio do Itamaraty tenha sido endereço da diplomacia brasileira já na República, a ancestralidade imperial brasileira é fortemente preservada, com uma sala dedicada ao Imperador. Nela há a tapeçaria francesa do século XIX, um quadro de D. Pedro II, a partir de Vitor Meirelles e de Rodolfo Amoedo, além de outro da Sessão do Senado onde ocorreu o Juramento da Princesa Isabel assumindo a regência em 25 de maio de 1875.

De acordo com uma publicação dedicada à edificação pelo banco Safra:

O primeiro Chanceler a realizar obras materiais de vulto no Palácio Itamaraty, depois do Barão do Rio Branco, foi o Ministro Otávio Mangabeira. Graças ao seu empenho entre 1926 e 1930 todo o conjunto arquitetônico foi reformado. O jardim original do Palácio era um parque francês de passeios limitados por gramados, roseiras e estátuas de inspiração greco-romana em torno ao chafariz com seus golfinhos e pequeno vendedor de moluscos, o todo cercado por palmeiras. Desse espaço acolhedor Mangabeira poupou apenas quatro renques de palmeira e, à sua sombra, instalou vasto espelho d'água retangular no qual, há anos, nadam cisnes.⁸²

Quanto ao culto à tradição e acerca da preservação da história e dos aspectos artísticos que ostenta o Itamaraty, foi criado em 1955 o Museu

⁸² PALÁCIO ITARAMATY BRASÍLIA: Brasília, Rio de Janeiro. São Paulo: Banco Safra. 1993.

Diplomático e Histórico do Itamaraty, através do Decreto n. 38.312, de 15 de novembro de 1955. O objetivo era abrigar o importante patrimônio histórico e artístico presentes no Palácio Itamaraty e que, juntamente com a Biblioteca, a Mapoteca e o Arquivo Histórico, é “...o testemunho permanente das obras realizadas pela diplomacia nacional e pelos grandes brasileiros que a orientaram e conduziram.”⁸³

O culto ao Império se mantém na sede de Brasília com as salas D. Pedro I, D. Pedro II. Ao contrário das referências à monarquia, não há nenhuma sala que remeta à República, evidenciando mais uma vez a predileção deste grupo. As referências que atestam o capital cultural somado ao nacionalismo também estão presentes na ‘Casa’, como a Sala Portinari.

A montagem e decoração da nova casa da diplomacia brasileira não foi realizada por um *design* de interiores, um decorador ou arquiteto, mas por alguém da “Casa”, o Embaixador Wladimir do Amaral Murtinho - a valorização do caráter múltiplo e diletante dos diplomatas brasileiros serão analisados na segunda parte deste trabalho. O diplomata acompanhou também as obras do Palácio, havendo uma nítida cumplicidade entre ele, Oscar Niemeyer e Lucio Costa. Murtinho teria até mesmo resguardado as plantas e projetos quando ocorreu o golpe militar de 1964, para que nada fosse destruído. Niemeyer concordava com Murtinho que o “O Ministério das Relações Exteriores é uma instituição extremamente diferente dos outros ministérios”.⁸⁴ Olavo Redig de Campos, outro membro do Itamaraty, que foi responsável pela construção e decoração da edificação, é nomeado como “diferenciado”, dada sua formação em Roma. Murtinho dizia que ele tinha “um conhecimento do que são salões, do que é espaço [...] do que é luxo”.⁸⁵ Esta afirmação deixa evidente o peso do caráter distintivo que consiste no conhecimento de elementos que remetam à

⁸³ SOARES, José Carlos Macedo. **O Itamaraty no governo Nereu Ramos**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores. p. 10. 1958.

⁸⁴ ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. **Palácio do Itamaraty: questões de história, projeto e documentação (1959-70)**. Revista Arquitectos. ano 09, mar. 2009

⁸⁵ ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. **Palácio do Itamaraty: questões de história, projeto e documentação (1959-70)**. Revista Arquitectos. ano 09, mar. 2009

sofisticação e elegância de seus agentes e que está intimamente associada ao seu capital cultural formado através da vivência e socialização em grandes centros representantes da arte e cultura ocidentais legítimas, como Roma, Paris ou Londres.

Dentre os elementos que não podem faltar em nenhum Palácio estão presentes no Salão de Honra, de Música e de Baile. Enfim, mesmo com a mudança de sede, o Itamaraty procura cumprir o papel que ele tinha sob os anos Rio Branco. “O Itamaraty era, para Rio Branco, o solar onde a Nação recebia seus mais ilustres hóspedes, acolhendo-os fidalgamente.”⁸⁶ O Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, foi um espaço de socialização e afirmação do processo civilizador brasileiro que se iniciou com a vinda da família real. Como já foi dito, configurou-se ali um espaço de preservação e afirmação dos costumes cortesãos, sobretudo nos primeiros anos da República, pelo seu ministro, adepto à monarquia, Barão do Rio Branco.

Sobre a sede de Brasília, enquanto as embaixadas da Austrália e Itália já estavam terminadas e começando a funcionar, os diplomatas brasileiros insistiam em permanecer no Rio de Janeiro⁸⁷. Mario Gibson Barbosa, ministro no governo Médici (1969-1974), disse ser um dos aspectos mais difíceis da sua gestão à frente do Itamaraty: “A mudança do ministério para Brasília e o sequestro dos embaixadores foram dois assuntos que me tomaram muito tempo e que não tinha nada a ver com a política externa.”⁸⁸

Um dos aspectos que justificam o atraso é o caráter monumental da construção do Ministério da Justiça e das Relações Exteriores, diferentes dos demais edifícios que compõe a Esplanada do Ministérios. No entanto:

O Ministério da Justiça começou a funcionar provisoriamente num anexo de suas futuras instalações, até que estas fossem erguidas. Já

⁸⁶ VASCONCELLOS, Mario de Barros. e. (s/d) **O Barão do Rio Branco**. Biografia. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, p. 149.

⁸⁷ MENDES, Manuel. **O Cerrado de Casaca**. Brasília: Editora Thesaurus.1995.

⁸⁸ BARBOZA, Mário Gibson. **Entrevista concedida no Rio de Janeiro**, 15 de setembro de 2006.

o Itamaraty não aceitou a ideia do parcial e temporário. Seus dirigentes alegavam que, por sua própria natureza – exigências de um sistema de comunicação eficiente, salas especiais para arquivo de documentos históricos e confidenciais, entre outras particularidades – tonava-se impossível a mudança, a não ser para instalações apropriadas e completas. Dentro dessa argumentação, tudo o que se fez foi o funcionamento de um Gabinete Avançado do Chanceler, em salas emprestadas pelo Ministério da Saúde, no segundo andar do Bloco 11, que ficava exatamente ao lado do terreno destinado ao Palácio do Itamaraty⁸⁹

Finalmente, quando da inauguração do Palácio brasiliense, ela foi mencionada pela revista Manchete como “o Cisne Branco do Planalto”. O projeto arquitetônico foi de Niemeyer e o paisagístico foi de Roberto Burle Marx.

O Palácio de Brasília foi inaugurado em 1967, recebendo a visita dos Príncipes Herdeiros do Japão e, no ano seguinte, da Rainha Elizabeth, da Inglaterra. Ele é circundado por um espelho d’água com ilhas que abrigam mais de 80 variedades de plantas tropicais presentes no país, principalmente da Amazônia e do Cerrado. A escultura de Bruno Giorgi, “Metereoro”, fica à frente do Palácio, representando os cinco continentes do planeta.

FIGURA 9 – Palácio do Itamaraty, Brasília: vista externa



Fonte: www.flickr.com. (2015)

⁸⁹ MENDES, Manuel. **O Cerrado de Casaca**. Brasília: Editora Thesaurus, 1995. p. 29.

O acervo de arte brasileira atrai grande número de pessoas para visitas. Dentre as obras do Palácio estão: “O Beijo” (Rodin), maquete para Guerra e Paz (Portinari), tapeçaria de Madeleine Colaço, retratos de Duarte da Ponte Ribeiro, Hipólito José da Costa, Pedro II e Deodoro; Di Cavalcanti, Antonio Bandeira, escultura de Luisa Miller, Pedro Américo (“O grito do Ipiranga” e “Coroação de Pedro I”), Manabu Mabe, Tomie Otake, Aldo Bonadei, escultura de Maira Martins em bronze dourado, Alfredo Ceschiatti e Victor Brecheret em gesso polido “inacabado, cujo bronze se encontra no Largo do Arouche, em São Paulo.”⁹⁰ Na sala Dom Pedro I, em Brasília, o destaque é o quadro de Debret, “Coroação de Pedro I”.

Parte da mobília foi trazida do Palácio do Rio de Janeiro. Outra parte, além das obras da designer Anna Niemeyer, também são parte da história do Brasil, como a papeleira de Dona Maria I. Foram convidados designers para fazer móveis especialmente para o Itamaraty: Tenreiro, Jorge Hue, Bernardo Figueiredo, Bergmiller e Sérgio Rodrigues. Móveis do século XVIII também se encontram presentes. A mesa dos tratados, onde são assinados os documentos brasileiros, é francesa e data do século XIX. Três salas levam os nomes das três capitais brasileiras: Brasília, Bahia e Rio de Janeiro. Numa das salas também abriga um tapete persa de 14X5, um dos maiores do mundo.

[...] enfatiza-se uma lógica relacional em que tanto as obras de arte como as peças do mobiliário são consideradas mutuamente. Os quadros, as tapeçarias e as esculturas da coleção do Palácio convivem com arcazes, cadeiras, aparadores, canapés, marquesas, papeleiras, além das louças, da prataria e dos tapetes. Menos do que a *finesse*, vale a função imprescindível que os tapetes persas desempenham na configuração das salas, caracterizando ambiências em meio ao espaço contínuo, demarcando um lugar como o tapete preto de Mies van der Rohe no Pavilhão de Barcelona em 1929, ou como o próprio Niemeyer resolvera o Salão Verde do Congresso Nacional, com tapetes circulares sobrepostos ao carpete.⁹¹

⁹⁰ PALÁCIO ITARAMATY BRASÍLIA: Brasília, Rio de Janeiro. São Paulo: Banco Safra, 1993. p. 23.

⁹¹ ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. **Palácio do Itamaraty**: questões de história, projeto e documentação (1959-70). Revista Arquitectos. ano 09, mar. 2009, s/p.

Há também, na entrada da Sala Brasília (grande sala de jantar com capacidade para 180 lugares), um piano Steinway, de “mais de 75 anos (que) vem sendo usado nos concertos organizados no Itamaraty a partir da gestão do Ministro Fernando Henrique Cardoso.”⁹² Enfim, como se pode ver, a manutenção da tradição se dá inclusive em espaços arquitetônicos completamente diversos. O que chama a atenção é que, mesmo em Brasília, não há uma referência à República. Embora seja por vezes negada pelos seus atores, a famigerada “tradição monárquica” está materializada na nomeação destes espaços.

Como é possível notar, a ilustração, a tradição, o culto à arte, aos elementos do Império, à organização e ao aspecto da “casa” fazem parte *habitus* da diplomacia brasileira. Estes elementos os distinguem, diferenciam e distanciam dos agentes exógenos, ao mesmo tempo em que os aproximam de seus pares estrangeiros. Constituem-se, assim, como distintivos da instituição e de seus atores diante do restante do aparelho de Estado e semelhantes aos diplomatas de qualquer nacionalidade. Dentre os órgãos do Estado, eles representam, para os de fora, a capacidade de apreciação e preservação da arte, da memória e das tradições brasileiras⁹³, além de aspectos consagrados como sofisticação e bom gosto hegemônicos. Os Ministérios da Cultura ou da Educação, que poderiam concorrer ou se apropriar em maior ou menor grau dessas noções, ocupam edificações muito semelhantes às dos demais

⁹² PALÁCIO ITARAMATY BRASÍLIA: Brasília, Rio de Janeiro. São Paulo: Banco Safra, 1993. p. 20.

⁹³ As informações presentes no site do Ministério das Relações Exteriores ratificam essa noção “Além da arquitetura, e totalmente integrada a ela, merece destaque o importante acervo de obras de arte do Itamaraty, que valoriza o seu interior e combina, de forma harmônica, tradição e inovação. No imenso vão do andar térreo, encontra-se a escultura polivolume de Mary Vieira, “Ponto de Encontro”, formada por mais de 200 lâminas móveis de alumínio anodizado. Um pouco além, está a enigmática escultura “A Mulher e sua Sombra”, de Maria Martins. Na lateral, pode-se apreciar a parede de mármore em baixo-relevo de Athos Bulcão. Ao fundo, vemos os jardins aquáticos de Burle Marx. Tudo isso dá a exata medida do constante diálogo entre arquitetura e arte, que acompanha o visitante ao longo de todos os espaços do Palácio Itamaraty. Além dos quadros e esculturas, integram o acervo variado mobiliário, tapeçarias e peças artísticas, como os dois anjos de 1737, que pertenciam à Igreja de São Pedro dos Clérigos, demolida na abertura da Avenida Presidente Vargas, no Rio de Janeiro. Atualmente, os anjos estão suspensos em frente ao espelho negro da Sala Portinari, no terceiro andar” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2009, p. 9-10)

Ministérios. Apesar de um orçamento maior, seus espaços não são de cultivo da fruição estética ou da história e memória nacionais.

1.2 A construção institucional

As regras institucionais são a forma mais objetiva de modelar o comportamento dos agentes. Como já foi dito na introdução, o Ministério das Relações Exteriores surge sob o nome de Negócios Estrangeiros e se constitui numa das primeiras burocracias brasileiras, juntamente com o Exército, logo após a Independência (1822). Entretanto ambas as instituições mantêm as marcas do período colonial⁹⁴.

Até 1931 havia duas áreas distintas no Itamaraty: a consular e a diplomática⁹⁵, cada qual com métodos de recrutamento diferentes, principalmente no que diz respeito à origem social e utilização do concurso público. A carreira consular era aquela capaz de gerar emolumentos. Como fica evidente na biografia do Barão do Rio Branco⁹⁶, ser Cônsul em Liverpool era um dos melhores postos para gerar os rendimentos necessários para sustentar a família. Na carreira diplomática, para o desempenho de papéis de representação do Brasil no exterior, era preciso ter fortuna pessoal. Em diversos casos eram as fortunas pessoais que financiavam as festas e bailes nas embaixadas, um caso bastante conhecido foi o de Barão de Penedo.

O Correio Mercantil de 24 de junho de 1824 estampou uma notícia do Daily Evening Star, de Washington, sobre a Recepção e baile que Penedo e sua mulher ofereciam por ocasião do aniversário da Imperatriz Dona Teresa Cristina. Foi essa festa o maior acontecimento social em Washington naquele ano. Renato Mendonça nos fala 'que invejável situação social em Washington tinha alcançado Carvalho Momeria em dois anos. Dera maior brilho às suas festas que o próprio Embaixador da Inglaterra. O faro do talento não se restringia a buscar a fiada do raciocínio jurídico. Baixava também ao detalhe social, colhendo louros na diplomacia da

⁹⁴ LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz; PACHECO, Regina Silvia (orgs.). **Burocracia e política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2010.

⁹⁵ FARIA, Carlos Aurélio Pimenta De. **Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil**. Revista Brasileira de Política Internacional, São Paulo, vol 51, n 2, 2008. p. 80-97.

⁹⁶ VIANA FILHO, Luís. **A vida do Barão do Rio Branco**. 8. Ed. – São Paulo: Editora UNESP; Salvador, BA: EDUFBA. 2008.

representação.⁹⁷

Fica evidente que fortuna e capital simbólico – cultural ou social – eram aspectos importantes para se tornar diplomata. As funções de representação exigiam desses funcionários de Estado riqueza e aspectos legitimados e naturalizados de sofisticação para representar o Brasil, por isso tratava-se da “elite da elite” do país: aquela que dispunha de capital econômico e cultural, com disposição de colocá-los à serviço da representação do Brasil no exterior.

Além do capital econômico e cultural, o capital social também era um elemento importante para a inserção na carreira. Sua materialização se dava através das relações com as elites política e diplomática: “O usual, como ocorria na diplomacia europeia, eram políticos e diplomatas inserirem seus próprios filhos na carreira”.⁹⁸ Há inúmeros exemplos nas memórias desses atores que evidenciam relações de parentesco ou de proximidade com as elites políticas ou diplomáticas, que em grande medida foram importantes para sua inserção na carreira.

O interesse na carreira advinha também do prestígio que ela ocupava. Durante os anos do II Reinado (1840-1889) o Itamaraty era considerado a pasta mais importante.⁹⁹ Na Tabela 1 pode-se ver a evolução no número de seus quadros até a República:

⁹⁷ SCARABÓTOLO, Hélio A. **O Barão do Penedo: Diplomata do Império.** Conferência pronunciada no dia 29 de novembro de 1989 no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por ocasião de sua posse como Sócio Honorário e no Instituto Histórico de Petrópolis em 12 de fevereiro de 1990, p. 8.

⁹⁸ FARIA, Carlos Aurélio Pimenta De. **Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil.** Revista Brasileira de Política Internacional, São Paulo, vol 51, n 2, 2008. p. 15.

⁹⁹ SCHUWARCZ, L. M. **As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.** São Paulo: Companhia das Letras. 2012.

TABELA 2 - Evolução do quadro funcional dos Negócios Estrangeiros, 1832-1888

	1832	1845	1875	1888
Secretaria de Estado	13	24	31	29
Corpo diplomático	20	35	54	47
Corpo consular	12	15	24	23
Total no exterior	32	50	78	70
Disponibilidade/aposentados	1	4	10	10
Total do quadro	47	78	119	109

Fonte: Relatórios do ministério dos negócios estrangeiros, 1832, 1845, 1875, 1888 (in: Almeida, Paulo Roberto, 2014.)

Como se pode notar, há um aumento progressivo no quadro diplomático brasileiro, que só sofre uma pequena retração nos últimos anos do Império. Este período pode ser classificado como tradicional¹⁰⁰, ou seja, pautado pela quase ausência de uma burocracia especializada, na qual algumas famílias da elite aristocrática acabavam compondo o agrupamento diplomático¹⁰¹.

A carreira não era autônoma, e, como todos os postos públicos, preenchida por indicação. Funcionava como guarda-cadeiras para posições mais relevantes na política. Todos os chefes liberais, no ostracismo político da longa dominação conservadora, tentavam simultaneamente essa via. Os cargos eram disputadíssimos.¹⁰²

Não há consenso na literatura sobre o recrutamento e os recrutados do período imperial. Enquanto Cheibub¹⁰³ e Alonso¹⁰⁴ apontam para as

¹⁰⁰ Embora o trabalho de Cheibub (1984, 1985) traga as primeiras luzes sobre essa burocracia, ele peca ao dar peso demasiado sobre as mudanças e não continuidades no MRE. Ao enquadrar a história do Ministério nos três tipos de dominação weberiana, o autor esquece-se de que, a despeito dessas mudanças, há poucas diferenças ao longo do tempo.

¹⁰¹ Gôuvea fala da inserção de Oliveira Lima na carreira diplomática: “Contanto com a amizade de influentes políticos liberais como Luiz Felipe de Souza Leão, não foi difícil ao deputado pernambucano passar para a diplomacia” (GÔUVEA, 1976, p. 51).

¹⁰² ALONSO, Angela. **Perfis brasileiros: Joaquim Nabuco**. São Paulo: Companhia das Letras. 2007. p. 60-1.

¹⁰³ CHEIBUB, Zairo. Borges. **Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em Perspectiva**

relações – capital social – como elemento fundamental para os cargos no Império e início da República, Abrucio¹⁰⁵ ressalta a existência de princípios meritocráticos de recrutamento já na República Velha. Para ele, há duas características da burocracia brasileira no período Imperial: mérito e patronagem. A burocracia meritocrática não era pública e nem controlada publicamente e respondia direto ao Imperador. De acordo com este último, é este o modelo reinante no nascente Ministério de Negócios Estrangeiros. O MRE, juntamente com as Forças Armadas, estavam comprometidos com um projeto de construção nacional e, portanto, escapavam do padrão patrimonialista do restante das instituições. A leitura das memórias desses atores ajuda a esclarecer a aparente dicotomia existente. Embora tivessem grande proximidade com o campo político ou o diplomático, seu recrutamento também considerava aspectos pertencentes ao mérito, assim como o domínio da história, da geografia e das línguas estrangeiras, como fundamentais para o exercício da carreira.

No caso do Itamaraty, a escolha por uma seleção meritocrática se deveu à necessidade dos governantes da República Velha e à liderança de seus fundadores. Os presidentes da Primeira República precisavam de um corpo diplomático forte para lidar com as graves questões fronteiriças da época. Para tanto, buscaram inicialmente os membros da elite imperial que faziam a política externa, autênticos ‘homens de mil’. Entre estes, papel destacado foi dado ao barão de Rio Branco. E aqui entra o fator estratégico: Rio Branco sabia que sua posição e de seus comandados era frágil, num país dominado por instituições oligárquicas, e barganhou um status diferenciado à diplomacia, como estrutura permanente de Estado. Esse processo continuou após sua morte e, na década de 1920, Maurício Nabuco, membro de carreira, liderou a consolidação das características de burocracia weberiana do Itamaraty.¹⁰⁶

Embora levar em conta apenas os aspectos meritocráticos da

Histórica. Dados, Rio de Janeiro, n 28, p. 113-131. 1985.

_____. **Diplomacia, Diplomatas e Política externa: Aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty.** Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 1984.

¹⁰⁴ ALONSO, Angela. **Perfis brasileiros:** Joaquim Nabuco. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

¹⁰⁵ LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz; PACHECO, Regina Silvia (orgs.). **Burocracia e política no Brasil:** desafios para a ordem democrática no século XXI. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2010.

¹⁰⁶ LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando; PACHECO, Regina. (orgs.). **Burocracia e política no Brasil:** desafios para a ordem democrática no século XXI. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2010. p. 34.

seleção venha a contrariar alguns estudos,¹⁰⁷ memórias¹⁰⁸ ou biografias,¹⁰⁹ é importante colocar em debate uma falsa questão entre mérito e capital social - considerando como mérito a seleção dos mais aptos, não necessariamente feita por meio de concurso público. O domínio naturalizado das regras de etiqueta, vestimenta e domínio de línguas estrangeiras são elementos considerados meritocráticos naquele momento e em grande parte da história da instituição. Nota-se que tanto no Império e, principalmente nos anos do Barão do Rio Branco, esses dois elementos estavam atrelados. Além da seleção favorecer muitos dos descendentes das antigas famílias do Império,¹¹⁰ também eram considerados no processo o domínio naturalizado das regras e do gosto legítimo.

É claro que capital social e capital cultural, confundido aqui com mérito, não eram fixos, mas cambiantes. A depender do capital social do interessado na carreira, o capital cultural poderia ser menor, como apresentado nos casos abaixo:

Em 1905, ordenou a contratação de um colaborador para 'atender a uma recomendação' do deputado Medeiros e Albuquerque. Quando foi criado o cargo de consultor jurídico do ministério, a despeito de Graça Aranha receber seu apoio, a nomeação recaiu sobre Amaro Cavalcanti, por determinação do presidente da república (AZEVEDO,

¹⁰⁷ CHEIBUB, Zairo Borges. **Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em Perspectiva Histórica.** Dados, Rio de Janeiro, n 28, p. 113-131. 1985.

CHEIBUB, Zairo Borges. **Diplomacia, Diplomatas e Política Externa: Aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty.** Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 1984.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso.** Rio de Janeiro: Nova Aguilar Editores. 2010.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados.** São Paulo: Companhia das Letras. 2012.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta De. **Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil.** Revista Brasileira de Política Internacional, São Paulo, vol 51, n 2, 2008. p. 80-97.

¹⁰⁸ LIMA, Oliveira. **Memórias: estas minhas reminiscencias.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1937.

AMARAL, Luis Gurgel. **O meu velho Itamaraty: de amanuense a secretario de legação: 1905-1913.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1947.

¹⁰⁹ VIANA FILHO, Luís.. **A vida do Barão do Rio Branco.** 8. Ed. – São Paulo: Editora UNESP; Salvador, BA: EDUFBA. 2008.

ALONSO, Angela. **Perfis brasileiros: Joaquim Nabuco.** São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

¹¹⁰ MUNDORAMA. **Filhos da democracia: A descolonização da diplomacia brasileira.** 2015, Disponível em: <http://www.mundorama.net/2015/02/24/filhos-da-democracia-os-diplomatas-brasileiros-na-nova-republica-1985-2010-por-rogerio-de-souza-farias-e-gessica-carmo/>.

2002, p. 103). Felix Bocayuva, nomeado em 1904, era filho do primeiro ministro das relações exteriores da República, Quintino Bocayuva; Lucilo Bueno, nomeado em maio de 1905, do coronel Antonio Bueno, banqueiro e amigo do senador pernambucano Rosa e Silva; José de Paula Rodrigues Alves, nomeado em novembro de 1906, do presidente Rodrigues Alves; Alfredo Varella, nomeado em 1910, era ex-deputado pelo Rio Grande do Sul; Alcebiabes Peçanha, nomeado também em 1910, era nada menos que irmão do presidente Nilo Peçanha. Nenhum destes era rico e refinado. Nas setenta e três nomeações realizadas na gestão Rio Branco, portanto, há um quadro bem mais complexo do que o apresentado até então na literatura.¹¹¹

Outros exemplos aparecem nas memórias e biografias: “Batista Pereira, recomendado pela família Antônio Prado, e cuja nomeação submeteu, a Pena, dizendo ser ‘moço de brilhante inteligência e bela presença, muito bem preparado, escritor fácil e elegante’”.¹¹² Gurgel Amaral, relata em suas memórias como um colega o convencera a entrar na carreira: “- Há muito que penso em V. como candidato ideal para um desses [sic] novos postos, pois V. tem, no meu entender, todos os requisitos para isso – nome, educação e inteligência.”¹¹³

Em outras palavras, se o interessado na carreira tivesse um alto capital social, era tolerado seu baixo capital cultural, caso contrário ele deveria comprovar seu mérito através do domínio naturalizado deste capital. Em resumo, caso não houvesse evidência de seu alto capital cultural e econômico era preciso um altíssimo capital social, que se confirmava através de relações muito próximas, geralmente de parentesco, com os aqueles que ocupavam o centro do poder, inclusive Presidentes da República. Em outras palavras, essa relação entre capital cultural e social demonstra a importância que o capital simbólico ocupava para aqueles que tinham interesse na carreira.¹¹⁴

¹¹¹ MUNDORAMA. **Filhos da democracia: A descolonização da diplomacia brasileira.** 2015. Disponível em: <http://www.mundorama.net/2015/02/24/filhos-da-democracia-os-diplomatas-brasileiros-na-nova-republica-1985-2010-por-rogerio-de-souza-farias-e-gessica-carmon/>.

¹¹² VIANA FILHO, Luís. **A vida do Barão do Rio Branco.** 8. Ed. – São Paulo: Editora UNESPE; Salvador, BA: EDUFBA, 2008. p. 451.

¹¹³ Amaral, Luis Gurgel.. **O meu velho Itaramaty: de amanuense a secretario de legação: 1905-1913.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1947. p. 21.

¹¹⁴ É importante, no entanto, salientar que os traços patrimonialistas não eram um fenômeno exclusivamente brasileiro. Administrações públicas de outros países também estavam baseadas nessa forma de recrutamento, sendo que as primeiras reformas em busca de um

O mérito e capital cultural portanto não são duas grandezas mutuamente excludente neste cenário. Como se verá posteriormente, mesmo com a existência de concurso público para o ingresso na carreira, ele continuou sendo a principal forma de seleção dos ingressantes. Dessa forma, quando se fala em seleção meritocrática, após a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e, posteriormente, o Instituto Rio Branco, é preciso qualificar o que se considera como mérito, como aptidão para ser aprovado. É necessário que se determine “o que se está avaliando?”. Nesse sentido, é possível dizer que a existência de um processo seletivo com regras estabelecidas não é sinônimo de seleção técnica, ou seja, de um processo em que primará por avaliar os conhecimentos em Relações Internacionais, para este caso. Durante boa parte do tempo, o processo seletivo teve como foco selecionar aqueles que tinham mais capital cultural acumulado. O que se pode afirmar é que o concurso público diminui ou torna inexistente o peso do capital social.

Além do capital cultural, dois outros elementos objetivos influenciavam as chances dos candidatos, impactando não só a seleção, mas também a distribuição dos postos: a cor da pele e a aparência física. Alguns autores destacam a sorte do diplomata Oliveira Lima¹¹⁵, diplomata classificado como empenhado e competente, viu-se preterido em alguns momentos por ser obeso “[...] de ter retardado a ascensão de Oliveira Lima – mais do que ele, Barão, obeso – a postos de primeira grandeza na representação do Brasil no

estado burocrático weberiano se iniciaram na segunda metade ou no final do século XIX. Dessa forma, o Estado brasileiro começou a atrasado quando comparado com os demais durante a Primeira República, quando o poder central foi enfraquecido, reforçando assim as oligarquias estaduais. Esse poder geral não foi usado para modernizar a estrutura administrativa estadual.

¹¹⁵ De acordo com Gôuveia (1976, p. 17): “Partiram de Oliveira Lima as primeiras memórias em favor do alargamento dos mercados dos produtos básicos do Brasil – o açúcar e o café –, e não só ao Itamaraty, mas também ao Ministério da Agricultura que na época englobava os negócios da Indústria e do Comércio, fornecia o diplomata notícias detalhadas das conquistas tecnológicas e científicas, orientava sobre as oportunidades surgidas no mercado internacional, cuidava atentamente dos interesses nacionais nos países em que estava acreditado. No exercício tanto das suas atividades oficiais, como intelectuais, Oliveira Lima não admitia desperdícios de tempo com futilidades sociais – nem mesmo nos primeiros tempos da carreira quis parecer um ‘salonnard’, um adepto do estilo de vida que não raro seduz diplomatas de todas as nacionalidades”.

estrangeiro”¹¹⁶ ou “em lugar das missões que aspirava, mesmo que fossem trabalhosas, impôs-lhe o Barão postos secundários na América do Sul, reservando os que Lima aguardava para familiares medíocres membros do chamado ‘Kitchencabinet’”.¹¹⁷ Sobre a escolha de Rui Barbosa para a Conferência de Paz em Haia, não foi uma escolha do Itamaraty, mas sim uma imposição do poderoso *Correio da Manhã*¹¹⁸. Fica evidente nessas passagens que era importante que os agentes/representantes da diplomacia estivessem associados aos padrões europeus não somente nos gostos e comportamentos, mas também no tipo físico: brancos, altos e magros. Traços deste modelo altamente excludente permanece, mesmo após a adoção do processo seletivo do IRBr¹¹⁹. Dessa forma, a carreira diplomática, além de aparecer em alguns estudos como espaço de monarquistas, restrito àqueles que tinham proximidade e acesso aos círculos decisórios na República Velha, exigia também para ingresso “boa aparência” e domínio, com “naturalidade”, dos símbolos da cultura legítima. O Barão do Rio Branco influencia não apenas o seu espaço, o Itamaraty, mas também a condução das reformas ocorridas no Rio de Janeiro no começo do século que

[...] tiveram expressões características no esforço do engenheiro Pereira Passos, prefeito do Distrito Federal, durante a presidência Rodrigues Alves, para substituir, com violência, arquitetura, costumes e meios de transporte tradicionais por estilos franceses, ingleses e anglo-americanos de mais moderno sabor; e a quase obsessão do barão do Rio Branco [...] de dar a impressão ao estrangeiro de que a República entre nós continuava a ser a mesma aristocracia de brancos que o Segundo Reinado. Não só de brancos, porém de brancos finos, elegantes, afrancesados, sem os maus costumes portugueses de palitarem publicamente os dentes, e de cuspirem ruidosamente no chão [...] entendia o barão do Rio Branco que não deviam representar o Brasil no estrangeiro senão brasileiros brancos

¹¹⁶ FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar Editores, 2010. p. 144.

¹¹⁷ GOUVÊA, Fernando da Cruz. **Oliveira Lima**: Uma biografia. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1976. p. 14.

¹¹⁸ FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar Editores. 2010.

¹¹⁹ No exame psicotécnico de Joaquim Barbosa de 7 de julho de 1980 a questão da cor da pele aparece no relatório do avaliador que relata que o candidato “tem uma auto-imagem negativa, que pode parcialmente ter origem na sua condição de *colored*”. Na entrevista com diplomatas havia uma avaliação da aparência, a qual Joaquim Barbosa teve a descrição de regular. (Disponível em: <http://espaco-vital.jusbrasil.com.br/noticias/100637202/como-e-quando-o-itamaraty-discriminou-joaquim-barbosa>).

ou com aparência de brancos, tendo sido a República, sob esse aspecto e sob a influência do poderoso ministro do Exterior, mais papista que o Papa, isto é, mais rigorosa em considerações étnicas de seleção do seu pessoal diplomático, que o próprio Império¹²⁰

Ao mesmo tempo em que se busca a aproximação com a Europa e os Estados Unidos, nega-se o caráter lusitano da cultura brasileira. Este não é um aspecto exclusivo do Itamaraty. Como se viu, traços de antilusitanismo e o antiafricanismo estavam fortemente presentes na recente República. Entretanto, há o empenho pessoal Barão do Rio Branco em constituir uma representação altamente estilizada de homens brancos e de “costumes elegantes e afrancesados”¹²¹. Como se pode notar, a representação do Brasil pelo Barão deveria ser correspondente à elite da capital, e isso significava ser branco ou, como diz Freyre, “com aparência de branco”, com elementos de cultura e sofisticação estabelecidos, ou seja, próximos dos franceses. Se os diplomatas deveriam bem representar D. Pedro II diante do Império, agora eles deveriam espelhar a elite do país, ou como diz o Embaixador Marcos Azambuja, “a elite da elite”, herdeira do Império, socializada com a etiqueta de corte. E essa “elite da elite” deveria ter em maior ou menor medida o capital cultural valorizado na carreira. Esse mesmo Embaixador relata que, na sua entrevista para a carreira, a qual ele trata como uma “conversa” com Guimarães Rosa, eles chegaram a conversar sobre Florença, cidade que o candidato tinha visitado meses antes.¹²²

Se se considerar como mérito apenas a existência de um concurso público, com edital e regras claras de seleção, somente em dois momentos da República Velha esse mecanismo é adotado.¹²³ Em 1903 é feito o primeiro concurso público no ministério para cônsul, secretário de legação e amanuense da Secretaria de Estado. Em 1917 foi feito outro, que teria tido critérios mais

¹²⁰ FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar Editores. 2010. p. 144.

¹²¹ FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar Editores. 2010.

¹²² AZAMBUJA, Marcos. **Casa bem-assombrada**: O Itamaraty antes da sua ida para Goiás. In: Revista Piauí. Edição 54. Março de 2011.

¹²³ FARIA, Carlos Aurélio Pimenta De. **Opinião pública e política externa**: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. Revista Brasileira de Política Internacional, São Paulo, vol 51, n 2, 2008. p. 80-97.

objetivos de seleção¹²⁴, com a aplicação de 11 provas. Apesar desses dois momentos, mais da metade dos ingressantes tiveram acesso às duas carreiras do Ministério sem concurso público. Vasco Leitão da Cunha, que ingressou no Ministério em 1927, destaca o peso das línguas estrangeiras no processo de seleção.

Nessa época eu já estava estudando italiano para o concurso, porque eram quatro línguas: francês, inglês, português e uma quarta que podia ser alemão ou italiano. O Mangabeira achava o espanhol fácil demais. Preferi o italiano porque em seis meses de preparação eu não faria jus ao ensino do alemão [...]. Minha banca, em 1927, foi presidida pelo Raul Adalberto de Campos, que sabia muito bem português e foi duro com os candidatos. A primeira prova foi francês, e o examinador, ministro Rafael de Mayrink, falava como francês, conhecia a língua de verdade. Nos deu um ditado e pediu que fizéssemos a tradução para o português. Depois foram as provas de inglês, português, italiano, matemática, geografia, história do Brasil, história universal e direito: direito internacional público e privado, e noções de direito civil. Éramos 20 e só nós dois fomos aprovados [...] Comecei no Itamaraty como terceiro-oficial da Secretaria de Estado, ganhando 450 mil réis. No escritório do meu avô ganhava o dobro, um conto de réis¹²⁵

Como se pode ver não há nenhuma prova de Relações Internacionais ou Política Externa. As várias provas de línguas estrangeiras deixam evidente o alto capital cultural que se espera de seus candidatos. As provas que poderiam ser consideradas mais técnicas, e ainda assim estão longe de habilitar um candidato para a relação entre os Estados, são as de Geografia, Direito e História do Brasil.

Antes do concurso de 1927, o ministério tinha passado nove anos sem concurso¹²⁶. A ideia de um curso de formação se deu após a criação do

¹²⁴ De acordo com Faria (2014, p. 23): “Tal fato fica ainda mais explícito quando, após onze provas, a banca decidiu dar a segunda colocação a uma mulher – Maria José de Castro Rebello Mendes”.

¹²⁵ CUNHA, Vasco Leitão. **Diplomacia em Alto mar**: depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994. p. 9-10.

¹²⁶ De acordo com Vasco Leitão da Cunha: “(...) quem contribuiu muito para reativar os concursos no Itamaraty foi Maurício Nabuco, que era subchefe de gabinete do Mangabeira. Ele tinha a teoria que o servidor público devia ser concursado, devia conquistar o lugar que iria ocupar. A partir daí fez um trabalho sobre o funcionalismo público civil, um trabalho insano, que ficou guardado no Ministério da Fazenda. Depois de Simões Lopes pegou o tema e fez o DASP” (CUNHA, 1994, p. 21)

IRBr e não se tratava de uma carreira necessariamente bem remunerada¹²⁷, o que reforçava a necessidade do candidato ter recursos próprios ou desempenhar outras atividades até conseguir se estabelecer na carreira.

Ganhava apenas o suficiente para viver. Éramos pagos com grande parcimônia, que o ministério tinha herdado de outros tempos. Havia uma tendência para desejar que os secretários, ministros, embaixadores fossem ricos, porque fazer riqueza como diplomata, ninguém fazia. Eu tinha um amigo que estava no México e suplementava os seus vencimentos jogando bridge como campeão.¹²⁸

Embora fosse considerada insuficiente financeiramente para atender às necessidades e anseios correspondentes à classe social na qual os diplomatas pretendiam trafegar, apresentava um fator muito valorizado ao longo do tempo: o seu grau de “diletância”¹²⁹. Como a própria citação acima aponta, era possível ser diplomata e jogador de bridge. O uso do neologismo parece se adequar aos princípios da carreira, que procurava dentre os interessados, aqueles que conhecem várias línguas, entendessem de literatura, história, geografia, assim como um pouco de direito e economia.

1.2.1 Em busca do mérito: DASP e IRBr

Após 1930 há uma mudança nas regras na seleção, estabelece-se um modelo meritocrático, mensurável a partir de editais e regras estabelecidas de seleção. O resultado desta mudança sobre o perfil dos recrutados é, no entanto, pouco expressivo. Pode-se dizer que o objetivo de selecionar os candidatos com alto capital cultural continua inalterado, o que muda é a influência do capital social sobre o processo seletivo.

¹²⁷ Com o tempo a carreira foi ficando mais atrativa em termos salariais. Ainda assim, o aprovado tinha de ser capaz de se manter durante o processo de formação. A nomeação passa a ser imediata somente em 1995, o que possibilita ao aprovado arcar com seus custos enquanto está fazendo o longo processo imposto pelo IRBr.

¹²⁸ CUNHA, Vasco Leitão. **Diplomacia em Alto mar: depoimento ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 1994. p. 34

¹²⁹ O uso do neologismo parece se adequar aos princípios da carreira, que de acordo com Fernando Guimarães Reis, diretor do IRBr durante os anos 2004-2011: “O que se comprova na prática é que um técnico puro é a própria negação da diplomacia: dificilmente ele terá a percepção do outro, pois estará irremediavelmente afundado do seu conhecimento compartimentado” (Entrevista concedida à autora em: 04 de agosto de 2013). Seus aspectos mais gerais serão tratados na segunda parte deste trabalho.

A partir de 1934, os concursos para a instituição passaram a ser organizados pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Nesse momento algumas medidas foram importantes para a instauração de um processo que privilegiasse o mérito daqueles que detinham maior capital cultural acumulado em detrimento do personalismo, majoritário até então. O recrutamento foi retirado das mãos dos políticos, da cúpula da instituição e o estabelecimento de provas escritas não identificadas foram as três medidas que visavam tornar o concurso um processo baseado essencialmente no mérito dos candidatos. O objetivo aqui era diminuir a força do capital social sobre a seleção. No entanto, a adoção de um sistema de seleção centralizado no DASP não foi consensual entre os diplomatas. A crítica era de que a instituição não compreendia as particularidades e a tradição do Itamaraty.¹³⁰ A disputa entre Oswaldo Aranha, então ministro das Relações Exteriores e o DASP, acabou culminando com a criação do IRBr¹³¹.

Mesmo durante os anos de seleção via DASP, em alguns momentos houve concursos de títulos, que foram apelidados de “entrada pela janela”, subsistindo o concurso de provas. Sobre isso, o Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro revela:

A administração, entretanto, inventou um concurso de títulos, primeiro no DASP e o DASP reprovou todos. Aí, na marra, o Oswaldo Aranha fez no Ministério esse concurso de títulos. Ora, um concurso de títulos para a entrada na carreira é meio difícil. Que tipos de títulos, não é? Os títulos foram publicados no Diário Oficial, as alegações de cada um etc. Foram aproveitados muitos funcionários administrativos, e pessoas que tinham, na época, influência para arranjar a

¹³⁰ MUNDORAMA. **Filhos da democracia:** A descolonização da diplomacia brasileira. 2015. Disponível em: <http://www.mundorama.net/2015/02/24/filhos-da-democracia-os-diplomatas-brasileiros-na-nova-republica-1985-2010-por-rogerio-de-souza-farias-e-gessica-carmo/>.

¹³¹ “Em 1941, ocorreu o embate dessas duas forças. Foram abertas diversas vagas com aposentadorias e afastamentos de servidores e iniciou-se a discussão sobre qual processo seletivo deveria ser utilizado para seu suprimento. Aranha conseguiu que o DASP promovesse o concurso de títulos, mas não contou com o resultado. Ao aplicar um alto padrão aos candidatos, o DASP inabilitou todos. Simões Lopes, com isso, buscou privilegiar os que passaram no concurso anterior, de provas, mas não nomeados ainda por falta de vagas. O Itamaraty acabou convencendo Vargas de que a seleção fora inadequada e que o próprio órgão poderia escolher os melhores candidatos. O presidente acabou cedendo. O conflito deixou claro para Oswaldo Aranha e seus assessores como era negativo estar à mercê do DASP”. (FARIA. 2014, p. 40)

nomeação.¹³²

Nesse momento fica evidente a confrontação entre o capital cultural e social que até então estavam subsistindo em relativa harmonia. Enquanto os concursos premiavam aqueles capazes de ser aprovados em extensas provas de conhecimentos e idiomas estrangeiros, a prova de títulos primava por certa arbitrariedade e privilegiava aqueles que já ocupavam outros cargos no Ministério.

O Instituto Rio Branco foi criado em 1945, através do Decreto-Lei N^o 7.473, de 18 de abril de 1945.¹³³ O diplomata Jorge Latour,¹³⁴ também conhecido como “...grande esportista (remador e nadador), dizia-se um dos criadores do pólo aquático no Brasil”,¹³⁵ foi o responsável pela criação do Instituto Rio Branco. Sua concepção era de que a instituição:

Seria voltada para a administração federal e estadual e aos interessados de forma geral, além de ofertar cursos avulsos e esporádicos para ‘cronistas internacionais’ e ‘agentes comerciais no exterior’. Os modelos para a sua proposta foram o British Museum, o Louvre, o Pergamon e o Vaticano – ao mesmo tempo em que enriqueciam seus patrimônios culturais, constituíram-se em escolas de formação técnica e artística. [...] Esse plano inicial, portanto, era muito diferente do que acabou sendo o Instituto Rio Branco. Primeiro, havia uma forte vinculação entre o acervo histórico do órgão e as atividades propostas – as últimas servindo para dar utilidade ao primeiro. Segundo, seria distinta do ponto de vista administrativo em decorrência de sua forma estatutária. Terceiro, e mais importante, voltar-se-ia para um público mais amplo¹³⁶

¹³² GUERREIRO, Ramiro Saraiva. **Lembranças de um empregado do Itamaraty**. São Paulo: Sicialiano, 1992. p. 46-7.

¹³³ Nesse Decreto-Lei fica estabelecido que o órgão seria um centro de investigações e ensino. Suas funções seriam: a) a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de funcionários do Ministério das Relações Exteriores; o preparo de candidatos ao concurso para a carreira de “Diplomata”; a realização, por iniciativa própria, ou em mandato universitário, de cursos especiais dentro do âmbito dos seus objetivos; a difusão, mediante ciclos de conferências e cursos de extensão, de conhecimentos relativos aos grandes problemas nacionais e internacionais; a sistematização de dados e documentos e a realização de pesquisas sôbre história política e diplomática.

¹³⁴ Bigazzi (2002) diz que “os relatórios de Latour tinham como objetivo estimular os políticos brasileiros a seguir o mesmo caminho da Itália fascista”. O anti-semitismo do diplomata é também afirmado por Camargo e Studart, em reportagem de 1994, que o classifica como sendo um “um antisemita agressivo”.

¹³⁵ MUNDORAMA. **Filhos da democracia**: A descolonização da diplomacia brasileira. 2015. Disponível em: <http://www.mundorama.net/2015/02/24/filhos-da-democracia-os-diplomatas-brasileiros-na-nova-republica-1985-2010-por-rogerio-de-souza-farias-e-gessica-carmo/>.

¹³⁶ MUNDORAMA. **Filhos da democracia**: A descolonização da diplomacia brasileira, 2015 p.

As premissas estabelecidas por Latour foram modificadas em 1945 pelo Ministro Leão Veloso. Enquanto aquele procurava dar um aspecto mais cultural, voltado para o público externo para o órgão, este procurou restringir sua ação para a formação dos diplomatas brasileiros aprovados no concurso público.

Apesar da criação do Instituto Rio Branco, voltado para a formação e treinamento da diplomacia brasileira, o processo de recrutamento não foi unificado. Houve pelo menos três formas de recrutamento após 1945, todas sob o controle do Ministério das Relações Exteriores. A mais conhecida se dava através da aprovação nos exames finais para o ingresso no Programa de Formação e Aperfeiçoamento (PROFA I), posterior Curso de Preparação à Carreira Diplomática (CPCD). Outra seria a realização de concurso direto, que fora realizado em vários momentos de 1954 a 1978,¹³⁷ que livravam os aprovados do curso de dois anos no IRBr. Por fim, o exame de suficiência, que não era realizado pelo IRBr, mas pelo próprio gabinete do Ministro, que visava dar uma oportunidade para os auxiliares contratados ingressarem na carreira. Assim como os concursos diretos, estes também não precisavam frequentar o curso de formação. Sobre o primeiro ano do processo seletivo do IRBr:

[...] as mulheres foram sistematicamente excluídas, vários homens foram preteridos, em consequência dos critérios extremamente subjetivos utilizados pela banca, como 'qualidades morais e de firmeza de caráter', assim como 'capacidade intelectual e formação espiritual'. Diante dessas premissas difusas, elevou-se a importância das cartas de recomendações. Não sem razão, um editorial do jornal falava em 'lista para ver quais os que possuem os maiores pistolões, os que estão mais bem amparados pelos áulicos palacianos'. De concurso, não havia efetivamente nada, sendo uma farsa para acomodar nomeações políticas. O primeiro recrutamento conduzido pelo Itamaraty após a criação do IRBr e o fim do Estado Novo levou, portanto, a resultados pouco adequados e esteve longe de romper com práticas do passado e inaugurar uma nova era"¹³⁸

42-3. Disponível em: <http://www.mundorama.net/2015/02/24/filhos-da-democracia-os-diplomatas-brasileiros-na-nova-republica-1985-2010-por-rogerio-de-souza-farias-e-gessica-carmo/>.

¹³⁷ Os concursos diretos foram: 1954, 1955, 1962, 1967, 1975, 1977 e 1978. (Anuários 1954 – 2014 ref completa?)

¹³⁸ MUNDORAMA. **Filhos da democracia**: A descolonização da diplomacia brasileira, 2015. p. 53-4. Disponível em: <http://www.mundorama.net/2015/02/24/filhos-da-democracia-os->

Se é possível dizer que se diminui, até quase a extinção, o poder do capital social, o capital cultural se firma como fundamental para aqueles que têm o objetivo de ocupar um espaço na instituição. No entanto, formas de exclusão continuaram presentes. De 1938 a 1954 as mulheres não foram admitidas na carreira. Há também relatos de entrevistas que buscavam, além de medir o capital cultural, limitar o acesso de negros, gays e lésbicas.

Entre os que não eram considerados “vocacionados” à carreira estavam, portanto, mulheres, negros, gays e lésbicas¹³⁹, e já nos exames deixava evidente o caráter distintivo e excludente da instituição. O Embaixador Marcos Azambuja assim define sua experiência sobre o concurso de admissão ainda na década de 1950:

A liturgia dos exames de admissão ao Instituto Rio Branco era cercada de pompa e circunstância. As vagas anuais não costumavam ultrapassar uma dúzia e meia, e o número de candidatos que se apresentavam beirava o milhar. Havia primeiro os exames psicológicos que, além de excluir os desequilibrados mais evidentes, tinham um objetivo acessório veladamente homofóbico. Não eram muito eficazes nesse objetivo semiclandestino, já que o Itamaraty sempre preservou entre os seus, ao longo dos anos, uma saudável diversidade de preferências sexuais¹⁴⁰

Daqueles que fizeram o processo seletivo nos anos 1980, há relatos da presença de um Embaixador na entrevista, apelidado de “deer hunter”, que buscava eliminar os candidatos “desviantes” do padrão heterossexual que se tentava impor àqueles que queriam pertencer à carreira. Os candidatos gays ou lésbicas tinham que ser capazes de esconder sua sexualidade. Essas tentativas de exclusão perduraram até 1984, quando findam as entrevistas. Mas somente a partir de 2005, quando são eliminadas todas as provas orais, pode se assegurar que ninguém tenha sido excluído pelos motivos acima citados.

diplomatas-brasileiros-na-nova-republica-1985-2010-por-rogerio-de-souza-farias-e-gessica-carmo/..

¹³⁹ As narrativas não falam em travestis ou transgêneros. Até a existência das provas orais, em 2003, não se verificou nenhuma documentação ou relato de um candidato travesti ou transgênero.

¹⁴⁰ AZAMBUJA, Marcos. **Casa bem-assombrada**: O Itamaraty antes da sua ida para Goiás. In: Revista Piauí. Edição 54. Março de 2011.

Para além dessas formas claras de exclusão, algumas mudanças são observadas ao longo do tempo nas regras de recrutamento que afetavam a todos. Sobre o nível educacional, até 1967 era possível realizar o concurso apenas com o curso colegial, atual Ensino Médio. A partir de então era preciso o primeiro ano de qualquer curso superior, ampliado para o segundo ano em 1968. Mesmo com a exigência restrita ao ensino secundário, o número de aprovados sem ensino superior (completo ou incompleto) nunca ultrapassou 10%.

Com relação à formação, nota-se a preponderância dos cursos de Direito, com 73,6% dos aprovados nos anos 1946-1960 e 55,9% nos anos 1973-1982. Expressivo crescimento dos cursos de Economia e Administração, com 2,7% para 24,6% na mesma periodização. A diferença mais significativa se refere ao curso de Letras. Os aprovados sem superior completo são respectivamente 1,1% e 7,5%, com superior completo, passam para 10% e 14,8%.¹⁴¹ A partir destes dados, percebe-se que a graduação completa em Letras é um importante elemento para aqueles que ambicionavam a carreira diplomática. Uma variável explicativa para esse fenômeno é o peso, a complexidade e a exigência das provas de Língua Portuguesa, tanto no que se referem ao conhecimento da língua quanto a importância dos conteúdos de literatura nacional e estrangeira. O ex-Ministro e Embaixador Luiz Felipe Lampreia, que fez o concurso de admissão à carreira diplomática em 1961, revela que “houve uma época em que se exigia literatura francesa em detalhe. Vinte tópicos de literatura francesa faziam parte do programa”.¹⁴² No anuário do IRBr de 1973, em que um dos itens de gramática em Língua Portuguesa é História da Língua, cujo conteúdo é “o caráter romântico da língua portuguesa evidenciado através de sua evolução: latim clássico e latim vulgar; principais mudanças fonéticas; a ação da analogia. A formação do léxico português; vocabulários populares e eruditos. Principais caracteres do Português do

¹⁴¹ CHEIBUB, Zairo Borges. **Diplomacia, Diplomatas e Política Externa**: Aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 1984.

¹⁴² LAMPREIA, Luíz Felipe. Entrevista concedida no Rio de Janeiro, 16 de junho de 2015.

Brasil”¹⁴³. A prova de literatura também contemplava títulos de literatura brasileira e portuguesa, ao mesmo tempo em que não se tinha provas específicas para conhecimentos de política externa brasileira ou relações internacionais.

Em 1975, o Curso Preparatório à Carreira Diplomática alcançava o *status* de graduação de nível superior. Desde 1968, bastava o candidato ir até o segundo ano de qualquer curso de Graduação. Com o curso do CPCD, os aprovados tinham quatro anos de formação, o mínimo exigido pelo Ministério da Educação para a validação de um curso de nível superior.

Posteriormente, o CPCD passa a ser considerado uma pós-graduação. De acordo com Fernando Guimarães Reis,¹⁴⁴ Embaixador e ex-diretor do Instituto Rio Branco, esse espaço é ao mesmo tempo uma escola e uma etapa técnica da carreira: “O nível do IRBr pode ser de pós-graduação mas o regime é de escola preparatória”.¹⁴⁵

Dadas as características e exigências, o concurso para o Instituto Rio Branco se tornou um dos mais difíceis do país. O Embaixador André Amado¹⁴⁶, ex-diretor da instituição, aponta que:

[...] o concurso do IRBr é difícil e liso. É difícil porque é alvo de competição crescente, em particular depois de facultado o uso da internet para a realização da inscrição. O número de candidatos já supera alguns milhares (mais de nove mil, em 2010). Inclui, claro, aqueles que se prepararam com afinco e dedicação, apoiados por professores ou cursos especializados Brasil afora, bem como os que anunciam que ‘vão fazer Itamaraty’, para talvez tentar reparar sua imagem junto a parentes e amigos, como se a mera inscrição no concurso do IRBr, pudesse equivaler a estar, enfim, tomando rumo na vida.”¹⁴⁷

¹⁴³ INSTITUTO RIO BRANCO. **Anuários do instituto Rio Branco**, 2013. p. 30. Disponível em: <http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/o_instituto.xml>. Acesso em: 10 de ago. 2013.

¹⁴⁴ Foi embaixador do Brasil no Japão e cônsul-geral em Roma (Itália). E diretor do Instituto Rio Branco durante quase toda a gestão do ministro Celso Amorim.

¹⁴⁵ REIS, Fernando Guimarães. **Por uma academia renovada** : formação do diplomata brasileiro. Brasília: FUNAG. 2013. p. 178.

¹⁴⁶ Foi diretor do Instituto Rio Branco (1995-2001) e subsecretário-geral de Energia e Alta Tecnologia do MRE (2008-2011). Foi Embaixador em Lima, Tóquio e Bruxelas.

¹⁴⁷ AMADO, André. **Por dentro do Itamaraty**: impressões de um diplomata. Brasília: Funag,

Nos últimos anos nota-se algumas mudanças na estrutura do processo, como o caráter não eliminatório das provas de Espanhol e Francês¹⁴⁸. Esta causou grandes críticas por parte do corpo diplomático, por acreditarem que o concurso estaria sendo demasiadamente facilitado, baixando assim a qualidade dos candidatos ingressantes.

A análise do processo de recrutamento é particularmente importante, pois o MRE é marcado pela forte hierarquia que se inicia no processo de seleção. O cargo de Ministro do Itamaraty, sobretudo depois da segunda metade do século XX, foi ocupado por alguém da casa e que tinha sido aprovado em primeiro lugar no exame de seleção do IRBr, como foi o caso de Ramiro Saraiva Guerreiro, Celso Amorim, Luiz Felipe Lampreia e Mario Gibson Barbosa. Ou que tivesse sido o primeiro colocado no curso de formação do IRBr, como Antonio Patriota. Tendo isso em vista, pode-se afirmar que o exame de seleção não é um processo que fica no passado. Não se trata somente de um rito de passagem, ele acaba sendo um elemento constituinte que segue o percurso profissional e dá legitimidade àqueles que ocuparam as primeiras posições. Nas entrevistas realizadas, percebe-se a importância que é dada à classificação¹⁴⁹.

É importante salientar que analisar o IRBr é compreender a forma de recrutamento dos agentes que trabalham na diplomacia brasileira. Algumas evidências encontradas nas entrevistas, memórias e referências bibliográficas destacam a importância deste espaço para a inculcação das regras do campo e o *modus operandi* da carreira diplomática. Para exemplificar esse processo de inculcação e homogeneização praticado pelo Instituto Rio Branco, a única indicação no regulamento sobre vestimenta é de que o traje deve ser “passeio

2013. p, 45.

¹⁴⁸ Em 2014 não houve a quarta fase e as provas de Francês e Espanhol passaram a compor a terceira fase, sendo novamente eliminatórias.

¹⁴⁹ Em entrevista com o Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, realizada em 14 de setembro de 2006, num dado momento é citada a lista de aprovados em seu concurso, o nome e sobrenomes do primeiro até o nono lugar.

completo”¹⁵⁰, a autora verificou processos de coerção principalmente entre os alunos, culminando numa rápida absorção nos modos de se vestir. “Ao cabo de dois meses no IRBr, é possível perceber um processo de homogeneização no vestuário dos alunos.”¹⁵¹

O Embaixador, e ex-diretor do IRBr, Fernando Guimarães Reis reafirma: “Enquanto Academia, o IRBr é funcionalmente um repassador realista de tradições.”¹⁵² Considerando esse espaço como um reprodutor do *habitus diplomático*, é possível considerar que sua importância aumenta na mesma medida em que a instituição passa a recrutar agentes mais diversos. Até 1980 a carreira é razoavelmente homogênea.¹⁵³ Os aprovados são em grande maioria fluminenses (43,4%), sobretudo da zona sul da capital; filhos de profissionais liberais (34%) e de diplomatas (12%)¹⁵⁴, com passagens por colégios semelhantes e formação universitária em Direito. Dada essa homogeneidade, o papel da instância de formação é menos relevante, pois é possível considerar que os agentes recrutados já eram muito semelhantes entre si no que diz respeito às disposições mentais e corporais de suas origens e daquelas valorizadas na carreira. No entanto, ao passo que a instituição vai ficando mais diversa, aumenta seu papel de regulador das práticas. Em outras palavras, o IRBr funciona como um sistema eficiente de reprodução do *habitus diplomático*, que se torna mais eficiente à medida que a carreira vai se tornando mais diversificada. É preciso portanto imprimir as “distinções significantes”¹⁵⁵ que têm por objetivo demarcar as diferenças entre os campos

¹⁵⁰ MOURA, Cristina Patriota. **O Instituto Rio Branco e a Diplomacia Brasileira**: um estudo de carreira e socialização. Rio de Janeiro: FGV. 2009.

¹⁵¹ MOURA, Cristina Patriota. **O Instituto Rio Branco e a Diplomacia Brasileira**: um estudo de carreira e socialização. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 83

¹⁵² REIS, Fernando Guimarães. **Por uma academia renovada** : formação do diplomata brasileiro. Brasília: FUNAG. 2013. , p. 15.

¹⁵³ CHEIBUB, Zairo Borges. **Diplomacia e Construção Institucional**: O Itamaraty em Perspectiva Histórica. Dados, Rio de Janeiro, n 28, p. 113-131. 1985.

¹⁵⁴ _____. **Diplomacia, Diplomatas e Política Externa**: Aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 1984.

¹⁵⁵ Bourdieu. Pierre. **Campo de poder e Habitus de classe**. In: A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva. 2007.

e seus agentes.

Para compreender a regulação dos agentes num campo tão controlado por normas escritas e simbólicas, até mesmo as relações conjugais necessitavam de aprovação pelo MRE. Uma permissão por escrito era emitida autorizando o casamento de um funcionário. Durante o regime militar uniões foram impedidas sob o argumento de que se tratavam de pessoas subversivas, e era expressamente proibida a união com estrangeiros¹⁵⁶. Até o primeiro concurso de 2003 constava no Edital que era preciso autorização do Presidente da República para realizar o concurso caso o candidato fosse casado com um estrangeiro. A partir de 2006 o candidato que tivesse cônjuge de nacionalidade estrangeira seria inscrito condicionalmente no e sua eventual aprovação só seria validada se obtivesse a autorização do Ministro de Estado das Relações Exteriores ou do Presidente da República.

Para além da autorização para contrair o matrimônio, havia ainda a pressão interna da instituição para que as uniões se dessem com pessoas que atendessem certos critérios de “sofisticação”, sociabilidade e grau de instrução. As esposas dos diplomatas, sobretudo, são apontadas como um “ativo” na carreira, pois são elas que ficam responsáveis por grande parte das tarefas relativas à representação das embaixadas. Quando embaixatrizes, são as que ocupam um lugar estratégico bastante importante nos jantares, uma vez que, obedecendo a ordem de precedência, são elas que ficarão sentadas entre os dois convidados mais ilustres da noite. Como o jantar é um dos momentos de negociação e troca de informações, seu papel pode ser um pouco mais amplo no sentido de repassar ou estar atenta às informações importantes. Ouviu-se em uma entrevista a história de certo diplomata que, insatisfeito com uma

¹⁵⁶ Clarice Lispector precisou ter a nacionalidade brasileira reconhecida para se casar com Maury Gurgel Valente, recém ingressado no Itamaraty em 1941. A união com estrangeiros continuou precisando da aprovação do Presidente da República ou do Ministro do MRE, primeiro para fazer o concurso e depois para a nomeação. Essa regra esteve em edital até 2006. Diz o Edital: “O candidato que tiver cônjuge de nacionalidade estrangeira será inscrito condicionalmente no Concurso e sua eventual aprovação só será válida se obtiver a autorização do Ministro de Estado das Relações Exteriores ou do Presidente da República”. O Decreto Nº 93.325, de 1 de outubro de 1986, dá amparo à medida.

remoção, foi até o ministro argumentar: “eu sou bem casado! Este senhor acreditava que seu matrimônio pudesse lhe render um posto melhor. Há uma série de ações que são atributos próprios das esposas de diplomatas, como levar flores no dia de uma recepção para a anfitriã ou telefonar no dia seguinte para agradecer e elogiar o jantar, por exemplo. A biografia de Clarice Lispector, casada com um diplomata por pouco mais de 15 anos, demonstra que a esposa do diplomata tem função atuante junto ao MRE, confirmando assim a indissociação entre o caráter público e privado da vida dos agentes¹⁵⁷. Há, por exemplo, uma passagem em que o biógrafo descreve as características que se esperava dessa figura e o quanto Clarice destoava dela: “Ela não era como aquelas outras mulheres. Só muito poucas delas tinham alguma formação. Eram treinadas para ajudar o marido, cuidar dos filhos e da criadagem. Clarice era instruída, tinha uma profissão, tinha uma vida no Brasil.”¹⁵⁸

Claro que é preciso destacar que esse cenário pode ter sofrido mudanças sensíveis ao longo do tempo. Entre os 108 diplomatas do sexo masculino casados que responderam ao *survey*, 31 deles, ou seja 28,7%, declararam que o cônjuge, feminino ou masculino, não exerceu atividade remunerada depois do ingresso na carreira, ou exerceu por pouco tempo, geralmente durante os períodos em que estiveram no Brasil. Alguns relataram a dificuldade do parceiro manter a profissão no exterior, seja por conta do reconhecimento da titulação, seja porque, apesar de acordos bilaterais, as possibilidades serem praticamente inexistentes. Outros 15 diplomatas, 13,9%, responderam que são casados com pessoas da carreira, diplomatas ou oficiais de chancelaria. Dentre as outras atividades, estão a de funcionária pública (14), professora (12), funcionária da iniciativa privada (8) e jornalista (5).

¹⁵⁷ Em 1946, a jovem escritora brasileira Clarice Lispector retornava do Rio de Janeiro para a Itália, onde seu marido servia como vice-cônsul em Nápoles. Ela viajara ao Brasil como mensageira diplomática, levando despachos para o ministro brasileiro das Relações Exteriores. Mas com as rotas habituais entre Europa e América do Sul ainda bloqueadas em função da guerra, sua viagem ao reencontro do marido seguia um itinerário nada convencional. Do Rio ela voou para Natal, dali para uma base britânica na ilha de Ascensão, no Atlântico Sul, em seguida para a base aérea norte-americana na Libéria, dali para as bases francesas em Rabat e Casablanca, e por fim para Roma via Cairo e Atenas (MOSER. 2013, p. 11).

¹⁵⁸ MOSER, Benjamin. **Clarice, uma biografia**. São Paulo: Cosac e Naify. 2013. p. 242.

A preocupação com a imagem da esposa do diplomata já se observa com o Barão do Rio Branco, que tinha pavor da esposa de seu consultor jurídico Clóvis Beviláqua “...de quem era inseparável a esposa, dona Amélia de Freitas, sempre mal penteada e mal vestida.”¹⁵⁹ Ele estimulou fortemente a abertura de colégios de freiras francesas e belgas com o intuito de preparar as jovens para o papel que viriam desempenhar. “Os colégios Sacré-Coeur e o Sion, tinham por objetivo educar as ‘meninas aristocráticas do Brasil’” de forma que “aos homens de Estado, aos grandes da República, não faltassem esposas de maneiras esmeradamente europeias.”¹⁶⁰

Em resumo, a diplomacia do Itamaraty passou de um recrutamento tradicional, selecionando os jovens de famílias tradicionais da elite imperial, inclusive na recém criada República, para uma seleção de tipo racional-legal. No entanto, apesar das mudanças institucionais no recrutamento, o perfil dos agentes que passam a compor o MRE não sofreu grandes alterações no que diz respeito à sua origem social e geográfica.

Pergunta-se, então, em que sentido, após uma séria de mudanças, a Instituição pode ter se tornado mais heterogênea. O professor João Daniel, criador do curso Clio, que em 2008 conseguiu a aprovação de 98 dentre os 109 novos diplomatas, afirma que o concurso se tornou mais pragmático do que era antes:

Havia perguntas sobre música (dodecafônica, até), literatura, artes plásticas e filosofia grega, que mediam muito mais o verniz do candidato do que sua capacidade de raciocínio e conhecimento real. Levava vantagem, naturalmente, quem vinha de um ambiente mais erudito e sofisticado. A maioria dos aprovados hoje ainda é de classe média alta, mas há um programa de estudos claro, que todos podem seguir¹⁶¹.

¹⁵⁹ FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar Editores. 2010, p. 56.

¹⁶⁰ FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar Editores. 2010.

¹⁶¹ EXTRA. **A nova cara do Itamaraty: mudanças democratizam acesso ao Instituto Rio Branco**. Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/brasil/a-nova-cara-do-itamaraty-mudancas-democratizam-acesso-ao-instituto-rio-branco-formam-nova-geracao-de-diplomatas-325366.html>.

Considerando estes aspectos, para compreender o peso da instituição é preciso compreender, além de suas regras institucionais, a formação das disposições mentais e corporais pelas quais passam os diplomatas brasileiros nos dois primeiros anos de sua inserção na vida institucionalizada. Tendo isso em vista, primeiro será feita a análise das mudanças no processo de recrutamento ao longo do tempo; depois, se as mudanças nas regras implicam mudanças dos agentes, sobretudo no que diz respeito à escolaridade, região geográfica, sexo e cor da pele; por fim, havendo alterações significativas, se elas implicam mudança de alguns comportamentos, que poderão ser observados através do *survey* e do estudo de caso da Revista Juca.

1.2.2 A estrutura do concurso

Dado que consideramos a forma de recrutamento como um elemento importante para entender a estrutura do campo e o *habitus* de seus agentes, cumpre agora apresentar alguns dados sobre a forma de ingresso que prevalece na carreira desde 1945, com a criação do Instituto Rio Branco. Como se verá de forma mais detalhada, há uma série de mudanças que levaram a pequenas alterações no perfil dos recrutados no que diz respeito à diversificação. Em particular, focaremos nas regras e suas implicações sobre os aprovados.

Para compreender rapidamente o perfil daqueles que se submetem a esta seleção, os dados do survey revelam que o concurso para o Instituto Rio Branco aparece como única alternativa no funcionalismo público para 73,1% dos diplomatas brasileiros. Sendo assim, a estabilidade, grande atrativo em várias carreiras do Estado não é o principal motivador para eles. Apenas 6% optaram por entrar na carreira pela possibilidade de obter um cargo público e estável. Apesar de ter um dos salários mais atrativos da administração pública, estes agentes com alta escolaridade e passagem por instituições de excelência, acreditam que poderiam ter salários correspondentes ou melhores em outros cargos, tanto que apenas 2% elegeram, como principal motivo, a remuneração para a escolha da carreira. Aproximadamente 76% disseram que suas motivações para o concurso foram: o interesse por política externa brasileira e o desejo de conhecer e morar em outros países. Dentre 45 entrevistados que disseram ter interesse em outras carreiras da administração pública, 35 expressam interesse apenas no magistério superior (16) e nas carreiras do judiciário, magistratura ou ministério público (19).

Outro aspecto que diferencia o concurso de outros da administração pública é sua especificidade, que afasta a figura do “concurseiro”. A diplomata Márcia Canário Oliveira diz que “...dificilmente a pessoa passa para o concurso

para diplomata estudando para qualquer concurso, como se tivesse estudando de uma forma geral. O concurso é muito específico, ele é diferenciado e ele exige uma preparação direcionada”¹⁶².

Antes de dar início à análise dos conteúdos dos Editais, é importante também dizer que, a partir de 2003, é publicado o salário inicial para a carreira diplomática.¹⁶³ Percebe-se uma valorização salarial significativa, pelo menos no estágio inicial, o que certamente aumenta o interesse por essa carreira do funcionalismo público¹⁶⁴:

TABELA 3 - Correção salarial da diplomacia brasileira (2003-2014)

Ano	Salário em R\$	Correção pela inflação (IPCA/IBGE) em R\$
2003-II	R\$ 4.555,98	R\$ 4.514,33
2004	R\$ 4.555,98	R\$ 4.934,16
2005	R\$ 4.615,53	R\$5.309,16
2006	R\$ 4.615,53	R\$ 5.611,25
2007	R\$7.183,91	R\$ 5.787,44
2008	R\$ 7.751,97	R\$ 6.075,56
2009	R\$ 10.906,86	R\$ 6.402,25
2010	R\$ 12.413,03	R\$ 6.678,19
2011	R\$ 12.962,12	R\$ 7.072,87
2012	R\$ 12.962,12	R\$ 7.532,61
2013	R\$ 13.623,19	R\$ 7.961,21

¹⁶² YOUTUBE. **Diplomata baiana palestra sobre carreira e conversa com A Ta**. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kWS0Q5OWnnl>.

¹⁶³ Ao ser nomeado para o primeiro cargo da carreira diplomática Terceiro Secretário, o jovem diplomata passa por dois anos de curso no Instituto Rio Branco, nomeado Curso de Preparação à Carreira Diplomática (CPCD): “(...) tem duração de dois anos. O primeiro ano consiste em aulas e palestras ministradas nas instalações do IRBr, no anexo II do MRE, em Brasília. O segundo é composto de estágios na Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE) e em postos no exterior. Os novos diplomatas permanecem lotados no IRBr durante o período do curso, sendo já diplomatas que ocupam a “classe” de Terceiro-Secretário” (OLIVEIRA, 2011, p. 56).

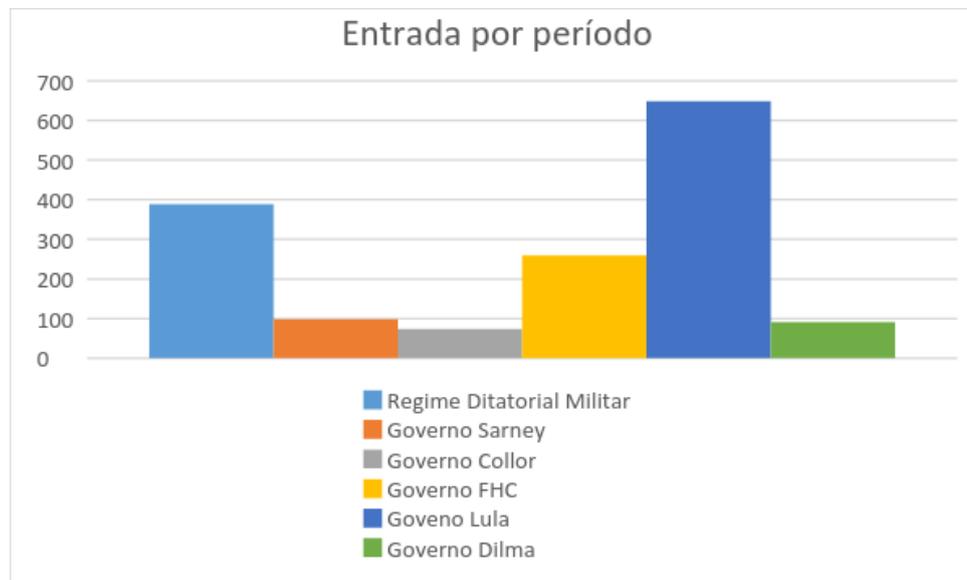
¹⁶⁴ G1. **Em 2010, ano com maior número de vagas, a concorrência foi de 82,12 candidatos para uma vaga**. Disponível em: <http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2011/06/concurso-2011-para-diplomata-e-o-mais-concorrido-dos-ultimos-10-anos.html>.

2014	R\$ 14.290,72	R\$ 8.419,78
------	---------------	--------------

Fonte: Editais de concurso de 2003-2014. Elaboração da autora.

Como se pode ver na tabela, até 2006, o salário dos diplomatas da primeira categoria da carreira estava abaixo da correção da inflação, isso muda a partir de 2007. Em 2006, a inflação foi de 3,14% e o reajuste aplicado em 2007 chegou a aproximadamente 34%. Em 2009 o reajuste foi ainda maior, pouco mais de 40%, com a inflação do ano anterior de 5,9%, sendo o maior reajuste aplicado durante o período. Pode-se afirmar que o governo Lula (2013-2010) foi um “ponto fora da curva” para a diplomacia brasileira. Além da correção salarial ser superior aos índices de inflação da época, observa-se também um crescimento substantivo na carreira. Enquanto se recrutava em média 30 diplomatas por ano, o período de 2006 a 2010 recrutou em média 100 candidatos anualmente, como se pode ver no gráfico abaixo:

GRÁFICO 3 - Ingresso por período



Fonte: banco de dados dos diplomatas ativos. Elaboração da autora

O gráfico contempla 1.561 diplomatas. O mais antigo entre os diplomatas ativos ingressou em 1966. Por isso, o período considerado aqui para o ano do Regime Ditatorial Militar (1964-1985) é de 1966 até o seu fim.

Como se pode ver, não se está comparando anos, mas governos que tiveram períodos diversos. Mas quando olhamos para os governos de quatro anos (Sarney, Collor/Itamar e Dilma) vemos que eles diferem pouco, recrutando no máximo 100 diplomatas em toda a sua gestão. Já entre os governos FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010) a diferença é significativa. Enquanto o primeiro recrutou 259 em oito anos de governo, com o mesmo período o governo Lula recrutou 649 novos diplomatas.

Embora não seja o objetivo deste trabalho analisar o conteúdo das provas dos processos seletivos, uma rápida olhada no concurso de 2014 demonstra que o processo enfoca menos a medição de erudição e de capital cultural e mais os conhecimentos relativos às Relações Internacionais e Política Externa Brasileira. O que em certa medida explica a afirmação de alguns diplomatas de que as “novas gerações” teriam mais conhecimento e interesse em Relações Internacionais do que seus contemporâneos.

O concurso é composto por várias fases. Durante boa parte do processo foram quatro, diminuídas a três no concurso de 2014. Cada uma das fases, exceto a segunda, com diversas provas. A primeira fase do concurso é a mais difícil, já que apenas uma parcela muito pequena, quando comparada com o número de inscritos, passa para a fase subsequente. De acordo com o edital de 2014, somente os primeiros 100 classificados seguem para as demais no processo seletivo. Entre 2006 e 2010, quando havia mais vagas, o número de aprovados para as demais fases chegava a 300 candidatos. Enfim, a correção a partir da segunda fase é de aproximadamente 3 candidatos por fase.

O concurso de 2014 teve 4.151 inscritos para apenas 18 vagas. A prova da primeira fase apresentava 73 questões, todas de certo ou errado. A cada resposta certa é atribuído 0,25 ponto, descontado a cada resposta errada, desestimulando o “chute” para os que estão em dúvida. As provas da primeira fase estavam assim distribuídas:

TABELA 4 - Conteúdo das provas da primeira fase (2014)

Prova/Tipo	Área do Conhecimento	Número de Questões	Caráter
Objetiva	Língua Portuguesa	14	Eliminatório e Classificatório
	História do Brasil	6	
	História Mundial	11	
	Política Internacional	12	
	Geografia	5	
	Língua Inglesa	13	
	Noções de Economia	6	
	Noções de Direito e Direito Internacional Público	6	

Fonte: Edital do Concurso de 2014. Disponível em:

http://www.cespe.unb.br/concursos/irbr_14_diplomacia/arquivos/ED__1_IRBR_DIPLOMATA_2014.PDF.

Como se pode ver, as provas de Língua Portuguesa, de Língua Inglesa, Política Internacional e História Mundial são as que ocupam a maior parte desta fase. Esta última não fará parte das demais fases, mas as outras continuam sendo parte do processo de avaliação do concurso.

As outras fases são seis provas dissertativas e duas objetivas de Francês e Espanhol, todas eliminatórias e classificatórias. Na prova de Português, na segunda fase, já se notam mudanças importantes no processo seletivo. Se no passado ela primava principalmente por avaliar ostensivamente os conhecimentos dos candidatos sobre literatura ou etimologia da língua, a prova de 2014, composta apenas por duas questões, pede que o candidato escreva, em até 150 palavras, a relação entre nacionalidade e influências estrangeiras. Os textos motivadores para discussão são de dois ministros do MRE – Azeredo da Silveira e Luiz Alberto Figueiredo – e Gilberto Freyre. Outra

questão pedia que o candidato discorresse, com no máximo 150 palavras, sobre um texto apresentado em forma de literatura de cordel. Esta segunda questão, em particular, chama a atenção. Numa prova composta apenas por duas questões, uma delas versar sobre um tipo literário considerado popular e não erudito é curioso neste espaço de valorização da cultura consagrada como cultura de elite.

Nas provas da terceira fase, a extensão máxima de linhas para as questões dissertativas foram de 60, duas questões por prova. A prova de Política Internacional e de História do Brasil foram as que exigiram mais desenvolvimento, com um limite de 90 linhas para cada. A prova de Geografia exigiu conhecimentos sobre geopolítica, geografia política e meio ambiente, tema fundamental nos cursos de Relações Internacionais. A prova de inglês, apesar de pedir uma tradução de um texto literário de George Orwell, trouxe também uma versão para o inglês de uma palestra do ministro Celso Lafer para a turma do Instituto Rio Branco, realizada em 2001. As outras duas questões foram um resumo de um texto publicado na *Foreign Affairs* – principal publicação na área - e uma redação de 400 a 450 palavras sobre conflito nas Relações Internacionais, sem auxílio de dicionário, o que demonstra que a prova de inglês continua sendo um forte empecilho para aqueles que não fizeram cursos, intercâmbios ou moraram em países de língua inglesa. A prova de Francês e Espanhol foi composta por 50 questões de múltipla escolha. Na prova de Francês, o candidato deverá ter condições de ler textos de aproximadamente 20 linhas, alguns sobre política e Relações Internacionais, outros de Émile Zola ou Victor Hugo. A prova de História do Brasil foi composta por quatro questões, duas delas também exigindo 90 linhas, todas foram sobre a história da política externa, desde o Segundo Reinado até o estabelecimento das 200 milhas de mar territorial ocorrida no governo Médici (1969-1974). Nesta prova uma das questões pediu para que o candidato discorresse sobre os “feitos do Barão” na chancelaria no que diz respeito à modernização do Brasil. Na prova de Noções de Economia, duas questões foram sobre economia internacional e duas sobre economia brasileira. A prova de Noções

de Direito e Direito Internacional Público também privilegiava a avaliação dos conhecimentos neste último, com questões que estabelecessem o máximo de 40 ou 60 linhas, como na prova de Economia. Em 2014 não houve a quarta fase. Nota-se, a partir dessa seleção, mudanças que impactam o perfil dos recrutados. Os conhecimentos de Relações Internacionais, antes pouco avaliados no concurso, são cobrados na prova de Política Internacional e em outras provas, mais focadas em avaliar conhecimentos técnicos do que eruditos.

Ao longo dos anos há uma série de mudanças no concurso que poderão ser vistas em detalhes nas tabelas presentes neste capítulo. Como são muitas, para fins de clareza, enfatizarei aqui apenas nas mais relevantes.

Voltando um pouco no tempo, no período de 1972 a 1977¹⁶⁵ o exame era composto apenas por duas fases apenas. A primeira era Português, Francês e Inglês. A segunda, por teste físico, psíquico e entrevista,¹⁶⁶ todas eliminatórias. As provas de Francês e Inglês eram escritas e orais. O edital de 1972 diz que as habilidades que se esperam do candidato são as de ler, falar, traduzir e verter corretamente (Edital. 1972). Os candidatos deveriam, portanto, ter domínio praticamente completo de duas línguas estrangeiras. Para exemplificar, em 1978, entre os dez aprovados no concurso direto,¹⁶⁷ quatro tinham certificados de proficiência em língua estrangeira por diversas instituições renomadas: Michigan, Cambridge e Nancy. Um cursou Biologia na Universidade da Califórnia e outra pós-graduação em Edinburgo. Portanto de dez, seis tinham titulações ou passagem por instituições estrangeiras.¹⁶⁸

O edital de 1976 evidencia a importância das provas de línguas

¹⁶⁵ Em 1975 as provas passam a ter apenas duas fases, com os exames de capacidade física e psíquica passando a integrar a primeira fase.

¹⁶⁶ Em 1976 não houve entrevista e teste físico ou psíquico, substituídos por provas de Alemão ou Espanhol, ambas dissertativas e classificatórias.

¹⁶⁷ No concurso direto o aprovado é nomeado e destinado a um posto sem a necessidade do curso de formação.

¹⁶⁸ INSTITUTO RIO BRANCO. **Anuários do Instituto Rio Branco** 2013. Disponível em: <http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/o_instituto.xml>. Acesso em: 10 de ago. 2013.

estrangeiras. A redação de Português devia ter entre 450 e 600 palavras, enquanto as redações das provas de Francês e Inglês deveriam ter no mínimo 400 palavras, sem o auxílio de qualquer dicionário. Embora a exigência do Francês tenha se tornado mais flexível – hoje a prova é objetiva - a de inglês continua igualmente difícil. Professora de inglês do IRBr desde 1977, Sarah Walker, diz que os alunos “já sabem praticamente tudo em inglês, porque os alunos chegam com um ótimo nível”¹⁶⁹, afirmação que corrobora com o grau de exigência presente no processo seletivo.

A partir de 1977 há um aumento significativo no número de inscritos, possivelmente fruto da maior divulgação do concurso nos locais em que se fazia a primeira fase da prova. No edital de 1980 tem-se a lista de diplomatas encarregados de divulgar o concurso nos diversos centros acadêmicos e órgãos de divulgação. A prova da primeira fase estava prevista para sete capitais.¹⁷⁰ Para se ter uma ideia do seu efeito, de 1972 a 1976 a média de inscritos era de 236; nos quatro anos posteriores, de 1977 a 1979, o número passou para 705¹⁷¹. Nesse sentido, pode-se afirmar que a divulgação do concurso acaba sendo um instrumento importante para a diversificação dos agentes na carreira, ainda mais num momento em que não se podia contar com a internet.

Dado o aumento expressivo de inscritos a partir dos anos 1978, o concurso passa a ter mais semelhança com o formato atual, sendo composto por quatro fases, a primeira por questões de Português, Francês e Inglês.

Em 1985, nota-se uma primeira flexibilização nas línguas estrangeiras: Inglês e Francês deixam de ser dissertativas e eliminatórias e passam a ter a obrigatoriedade de alcançar 50 pontos em uma delas para que se possa ir à segunda fase. Ou seja, o candidato pode não alcançar a média

¹⁶⁹YOUTUBE. **70 anos do Instituto Rio Branco – Professora Sara Walker**. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bS0rENluyBw>.

¹⁷⁰ Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo.

¹⁷¹ Anuários do Concurso de 1972 a 1979.

em uma delas e ainda assim continuar no processo seletivo, mas ambas continuam tendo avaliações orais na segunda fase. É bom lembrar que essas mudanças se tornam cada vez mais necessárias num cenário em que a média de inscritos alcançou 897 candidatos durante a década de 1980.¹⁷²

Em 1985 passa a ser obrigatória a apresentação de diploma de conclusão do Ensino Superior.¹⁷³ Até 1984 a obrigatoriedade era ter concluído apenas o segundo ano. Pode-se dizer que essa medida não se traduz num limitador de acesso. No ano em que a medida é tomada o número de inscritos, 814, não é sensivelmente menor do que a média, de 897 candidatos. Somente nos dois anos subsequentes tem-se uma queda 661, em 1986, e 554 em 1987. Como não houve impacto significativo no primeiro ano da medida, a queda apresentada nos dois anos posteriores pode ter outras explicações, mesmo porque o ensino superior já era um fator importante para a aprovação antes da resolução.¹⁷⁴

Voltando um pouco para os últimos anos, de 1996 até 2007 a primeira etapa do processo era chamada de Teste de Pré-Seleção (TPS). A partir de 2008 passou a se chamar de Primeira Fase. A partir de então nota-se as últimas mudanças nas disciplinas que compõem a primeira etapa. Somente em 1996 e 1997 houve provas escritas: Português e Inglês. A disciplina de Cultura Brasileira, Ocidental e Atualidades e todas as outras disciplinas dos anos posteriores eram objetivas: de múltipla escolha, de certo ou errado ou uma das duas. Em boa parte do período em que vigorou o TSP, de 1999 até o segundo concurso de 2003, a prova era estritamente eliminatória. Desde 2003, com algumas exceções (2005, 2006 e 2007¹⁷⁵), as provas da Primeira Fase eram compostas por oito disciplinas: Português, História do Brasil, História

¹⁷² Anuários do concurso de 1981 - 1990

¹⁷³ Tem-se a exceção dos concursos diretos (o último fora em 1979), em que os candidatos tinham de estar com o terceiro grau completo.

¹⁷⁴ CHEIBUB, Zairo Borges. **Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em Perspectiva Histórica.** Dados, Rio de Janeiro, n 28, p. 113-131. 1985.

¹⁷⁵ Nesses anos a Primeira Fase teve algumas alterações, com quatro ou cinco disciplinas que se alteraram. As únicas que permaneceram durante os três anos foram Português, História do Brasil e História Mundial.

Mundial, Geografia, Política Internacional, Inglês, Noções de Direito e Direito Internacional Público e Noções de Economia. Como se pode notar, em comparação com o período anterior, a prova torna-se mais complexa, já que exige que os candidatos tenham um bom desempenho em um número maior de disciplinas para continuar no processo seletivo.

TABELA 5 – Concurso para ingresso no Instituto Rio Branco – Primeira Fase

Avaliações								
	Português	Inglês		Francês				
	Português	Inglês	Questões Internacionais contemporâneas	Francês				
ra brasileira, cidental e ualidades	Português	Inglês						
ra brasileira, e atualidades								
ra brasileira, e atualidades	Português	Inglês		Raciocínio lógico e analítico				
ra brasileira, e atualidades	Português	Inglês	Questões internacionais contemporâneas		Geografia	Noções de Direito	Noções de Economia	História

(Continuação)

Avaliações								
	Português	Inglês	Questões internacionais contemporâneas		Geografia	Noções de Direito	Noções de Economia	História
ltura geral	Português	Inglês	Política Internacional		Geografia	Noções de Direito e Direito	Noções de economia e economia	História

						Internacional	Internacional	
	Português				Geografia			História do Brasil
	Português	Inglês						História do Brasil
	Português	Inglês	Política Internacional					História do Brasil
	Português	Inglês	Política Internacional		Geografia	Noções de Direito e DIP		História do Brasil

Fonte: Anuários e Editais de concurso (1978-2014). Elaboração da autora

Mesmo com o aumento no número de candidatos, em 1996 e 1997 as provas de Português e Inglês voltam a figurar como dissertativas. De 1998 até 2001 constava apenas a prova de Cultura Brasileira, Geral e Atualidades, com 100 questões de múltipla escolha. A partir de 2002, sobretudo de 2003, percebe-se mudanças significativas nessa etapa. Em 2002 ampliou-se a exigência de conhecimentos, que passou a ser de Cultura Brasileira, Geral e Atualidades, Português, Inglês e Raciocínio Lógico e Analítico.

Em 2003 tem-se a grande mudança na primeira fase, quando a prova, ainda com 100 questões, passa a exigir conhecimentos que serão cobrados no restante do concurso: Cultura Brasileira, Geral e Atualidades, Português, Inglês, Questões Internacionais Contemporâneas, História, Geografia, Noções de Direito e Noções de Economia. A prova de Cultura Brasileira, Geral e Atualidades deixa de fazer parte do processo seletivo no ano seguinte. Infelizmente não há nos editais ou anuários o conteúdo dessa prova, mas, dado o título, parece ser um medidor mais preciso do capital cultural dos interessados. A prova de Questões Internacionais Contemporâneas ou Política Internacional, como foi renomeada mais tarde, é que deixa evidente o caráter mais técnico do concurso.

De 2008 a 2014 há mudanças no número de questões, de 65 a 80, mas não nas disciplinas. Exceto em 2014, em que só estiveram presentes questões de certo ou errado, em todas as outras o formato era misto, com questões de certo e errado e múltipla escolha.

A Segunda Fase sofreu uma série de mudanças, como se pode ver abaixo:

			Portuguê s	Inglês						
				Inglês						
			Portuguê s							

Fonte: Anuários e Editais de concurso (1978-2014). Elaboração da autora.

A Segunda Fase foi se tornando mais simples a partir de 1984. Até então tinha-se os exames de sanidade psíquica, investigação e aptidão profissional que limitavam ou constrangiam sobretudo mulheres, negros, gays e lésbicas. Desde 1984 a seleção é composta de uma série de provas discursivas, que passam a diminuir em número partir de 1996.

Sobre a Segunda Fase, em 1987 é instituída a avaliação de Questões Internacionais Contemporâneas, que junto com Inglês e Francês passam a ser orais e classificatórias. Questões Internacionais Contemporâneas, depois renomeada para Política Internacional, passa a fazer parte de todos os concursos em alguma das fases, no período democrático. Embora não se tenha analisado os conteúdos, estes são os primeiros passos para uma avaliação mais focada na área de atuação dos futuros diplomatas aponta para uma maior profissionalização desde o processo de recrutamento.

E português tinha uma mistura da língua com temas de relações internacionais, inclusive você sorteava quais seriam os temas, os temas eram pré-estabelecidos e você sorteava, a partir daí a banca ficou realmente...digamos...ela ficou primeiro mensurável e ela teve um caráter mais digamos, impessoal mesmo.¹⁷⁶

Há poucas diferenças na segunda fase, quando comparada às alterações realizadas na primeira. Nos últimos anos ela envolve apenas provas dissertativas de Português ou Inglês, em alguns anos foram as duas. Pode-se dizer que a primeira fase passou a ser o principal filtro, enquanto até os anos 1990 a segunda fase cumpria este papel. Durante toda a existência da prova de Português, para o candidato avançar para a terceira fase ele teria de alcançar o mínimo de 60 pontos. Na prova de Inglês o mínimo aceitável eram 50 pontos. Ambas as provas eram discursivas.

¹⁷⁶ Entrevista concedida em 24 de outubro de 2014. Diplomata anônimo.

TABELA 7 – Concurso para ingresso no Instituto Rio Branco – Terceira Fase

Avaliações											
a				Direito			História Mundial	História do Brasil			
	Geografia do Brasil			Noções de Direito	Noções de economia		História Geral	História do Brasil			
		Exame físico	Sanidade e psíquica								
a				Noções de Direito	Noções de economia	Português			Francês	Inglês	
	Geografia do Brasil						História Geral	História do Brasil			
		Cap. Física e psíquica, Exame de sanidade									
a				Noções de Direito	Noções de economia		História				Questões Internacionais contemporâneas

(Continuação)

Avaliações											
t											
a				Noções de Direito	Noções de economia		História			Inglês	Questões Internacionais contemporâneas

a				Noções de Direito	Noções de economia	Português	História			Inglês	Questões Internacionais contemporâneas
a				Noções de Direito e Direito Internacional	Noções de economia e Economia Internacional		História				

(Conclusão)

Avaliações

a				Noções de Direito e Direito Internacional	Noções de economia e Economia Internacional						
a				Política Internacional	Noções de economia			História do Brasil		Inglês	
a				Noções de Direito e DIP	Noções de economia			História do Brasil		Inglês	Política Internacional

a				Noções de Direito e DIP	Noções de economia			História do Brasil		Inglês	
---	--	--	--	-------------------------------	-----------------------	--	--	-----------------------	--	--------	--

Fonte: Anuários e Editais de concurso (1978-2014). Elaboração da autora.

As noções de Economia e Direito entre 1980 e 1983 eram cobradas na terceira fase, em provas dissertativas e classificatórias. Em 1985 e 1986 passam a ser provas dissertativas, orais e classificatórias, juntamente com Geografia Geral. Nesse mesmo período, Português, Francês e Inglês são apenas orais e classificatórias.

É importante observar que os candidatos, embora pudessem agora evitar constrangimentos nas entrevistas, tinham ainda que enfrentar as provas orais. Estas, apesar de mais objetivas, com um conteúdo a ser avaliado, podiam também servir para eliminar mulheres, negros, gays e lésbicas. No caso das mulheres, única mensuração possível com os dados obtidos, tem-se um aumento de quase cinco pontos percentuais no índice de aprovação, passando de 21,4% para 26,4% após a eliminação de qualquer prova oral a partir da avaliação de 2005. Tendo essa evidência do caráter comprovada, pode-se dizer que a eliminação de qualquer entrevista ou prova oral pode aumentar a possibilidade de aprovação dos grupos historicamente excluídos na instituição.

Questões Internacionais Contemporâneas e Inglês aparecem na modalidade oral até o primeiro concurso de 2003. Na primeira consta que será avaliada a “arguição, articulação, apresentação pessoal”.¹⁷⁷ Em 2002 e no primeiro concurso de 2003 além dessas duas provas orais há também uma prova de Português. Tanto a prova de Inglês como a de Português exigiam “fluência e correção da língua”.

Com exceção dos anos de 1997 e 1998, em que a Terceira Fase envolveu apenas apresentação de documentos, nos demais concursos foram realizadas as provas, inclusive orais. Nessas provas orais é observada e avaliada a capacidade de se falar a língua legítima, que depende essencialmente do patrimônio cultural do candidato:

¹⁷⁷ Edital do concurso de 1996 até 2003.

A competência suficiente para produzir frases suscetíveis de serem compreendidas pode ser inteiramente insuficiente para produzir frases suscetíveis de serem *escutadas*, frases aptas a serem reconhecidas como *admissíveis em quaisquer* situações nas quais se pode falar. Também neste caso, a aceitabilidade social não se reduz apenas à gramaticalidade. Os locutores desprovidos de competência legítima se encontram de fato excluídos dos universos sociais onde ela é exigida, ou então, se vêem condenados ao silêncio. Por conseguinte, o que é raro não é a capacidade de falar, inscrita no patrimônio biológico, universal e, *portanto, essencialmente não distintiva*, mas sim a competência necessária para falar a língua legítima que, por depender do patrimônio social, retraduz distinções sociais na lógica propriamente simbólica dos desvios diferenciais ou, uma palavra, da distinção.¹⁷⁸

Nesse sentido, pode-se dizer que as provas orais mantêm o caráter distintivo aplicado às entrevistas. E que a distinção não se faz apenas entre mulheres e homens, gays, lésbicas e heterossexuais, negros e brancos, mas entre aqueles que não são e os que são capazes de se expressar na língua legítima e de deixar evidente seu alto capital cultural para a banca de examinadores.

As disciplinas de línguas estrangeiras são as que sofrem maiores alterações. Inglês deixa de ser cobrada como prova oral em 2003, a partir de 2005 passando a ser uma prova escrita. De 2005 a 2007 o candidato podia escolher entre fazer uma prova de Francês ou Espanhol, mas em 2014 passam a ser cobradas ambas. Essa fase sempre foi eliminatória para todas as matérias, inclusive para as provas de línguas estrangeiras. O Embaixador Fernando Reis, e ex-diretor do Instituto Rio Branco, aponta:

A porta de acesso a nossa carreira diplomática é única e estreita, mas é democrática – e cada vez mais democrática. Dos primórdios à atualidade, o panorama mudou, para desagrado dos elitistas disfarçados, que não entendem que o conhecimento do inglês – embora indispensável, ninguém duvida – não deve ser um fator artificial de discriminação. O português, sim, deve ser um vetor básico de seleção, porque é a língua em que o candidato tem (ou deveria ter) condições ideais para mostrar que sabe realmente pensar.¹⁷⁹

A eliminação das provas orais em qualquer modalidade colaborou

¹⁷⁸ Bourdieu, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp. 2008.

¹⁷⁹ REIS, Fernando Guimarães. **Por uma academia renovada** : formação do diplomata brasileiro. Brasília: FUNAG, 2013, p. 31.

para a diversificação do Itamaraty. Porém, estas foram as que causaram maior espanto e indignação de uma parcela dos diplomatas, sobretudo a eliminação da prova oral para inglês.

[...] que o Itamaraty deveria ser uma instituição de elite e que essa elite deveria ser formada com base no 'mérito' e não no nascimento. Por um lado, os que criticavam a medida diziam que ela iria possibilitar o acesso à carreira de pessoas despreparadas, incompetentes, monoglotas, ou menos analfabetas [...] Por outro lado, os que defendiam a medida faziam questão de frisar que o Itamaraty continuaria recrutando os candidatos mais bem preparados.¹⁸⁰

As críticas apresentadas nesse período não levaram em conta que apesar da eliminação da prova oral, o concurso teria uma quarta fase em que o candidato passaria por provas igualmente eliminatórias de francês¹⁸¹ ou espanhol, que já não faziam parte do concurso.

Se até 2003 havia provas orais, no segundo concurso de 2003 e em 2004 elas foram “transferidas” para a quarta fase. Ainda no segundo de 2003, a prova de Questões Internacionais Contemporâneas foi escrita e oral. Também no segundo de 2003 e em 2004, as provas de Francês e Espanhol Instrumental eram apenas classificatórias, ao contrário das demais.

Desde 2008, a Terceira Fase passou a ser composta pelas provas de História do Brasil, Geografia, Noções de Direito e Direito Internacional Público, Noções de Economia, Política Internacional e Inglês. Nos exames de 2005, 2006 e 2007 eram também cobrados os idiomas de Espanhol ou Francês, também eliminatórios.

Até 1999 os aprovados eram aqueles que obtiveram as maiores médias e só poderia ser considerado aprovado o candidato que alcançasse nota igual ou maior que 60. De 2000 a 2003, a média dos aprovados e classificados levava em conta apenas a segunda e terceira fases. De 2004 a 2012 apenas a primeira fase ficava fora da aprovação e classificação dos

¹⁸⁰ MOURA, Cristina Patriota. **O inglês, o parentesco e o elitismo na casa de Rio Branco.** *Cena Internacional*, ano 8, nº 1. 2006. p. 27.

¹⁸¹ O francês fizera parte do concurso até 1996 e foi “resgatado” em 2004.

candidatos. Entretanto, a partir dos exames de 2013 e 2014 a primeira fase volta a compor a nota final que definirá a aprovação ou não do candidato e sua classificação.

TABELA 8 – Concurso para ingresso no Instituto Rio Branco

Ano	Avaliações							
1980-1983	Geografia Geral							
1987-1988	Geografia Geral	Noções de economia	Noções de Direito					
1996	Resultado							
1997-1998	Geografia	Noções de economia	Noções de Direito	Questões Internacionais Contemporâneas	Inglês	História		
1999-2003 1º Concurso							Exame de suficiência física e mental	

(Continuação)

Avaliações											
				Questões Internacionais Contemporâneas				Português	Inglês	Espanhol e Francês Instrumental	
								Português	Inglês	Espanhol e Francês Instrumental	

							Não houve					
												Al Ár Man Esp Fra Japo Ru
										Espanhol	Francê s	
							Não houve					

Fonte: Anuários e Editais de concurso (1978-2014). Elaboração da autora.

Por fim, a quarta fase é realizada apenas de 1980 a 1983 e em 1987 e 1988. Todas as provas são dissertativas e classificatórias. No segundo concurso de 2003 e em 2004 não há provas orais na terceira fase, mas elas aparecem na quarta nas mesmas disciplinas: Português, Inglês e Política Internacional, com caráter eliminatório. Apenas em 2005 tem-se apenas provas escritas para o ingresso na carreira diplomática. Mesmo com o ressurgimento das provas de Francês e/ou Espanhol a partir de 2003, elas se apresentam apenas na modalidade escrita e classificatória.

O ano de 2003 foi o único em que se teve dois processos seletivos para a instituição, um com 30 vagas e outro com 35, ambos com possibilidade de ampliação no decorrer do concurso. A partir de 2006 foi a primeira vez na história do Itamaraty em que se passou a ter um concurso com recrutamento de mais de 100 jovens diplomatas por ano. Foram 5 concursos, de 2006 a 2009, com 105 vagas; o de 2010 teve 108. Com a valorização salarial, o concurso tornou-se ainda mais atrativo.¹⁸² O Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, estabelece a reserva de vagas para deficientes físicos em concurso público, mas apenas em 2002 percebe-se que os editais passam a cumprir o estabelecido. Até 2005 aproximadamente 10% das vagas eram destinadas a esse fim, a partir de 2006 passaram a ser 5%.

Nas mudanças observadas nas provas de 2014, tanto na forma quanto nos conteúdos, percebe-se que o concurso passou a avaliar aquilo que seria mais próximo dos aprovados durante a carreira. Embora alguns diplomatas argumentem que a eliminação de provas orais seria um aspecto negativo, já que se trata de um instrumento importante na prática diplomática, ela aumentou a isonomia do processo, já que, como foi apontado, a existência dessas provas prejudicava os grupos historicamente excluídos desse espaço.

¹⁸² G1. **Em 2010, ano com maior número de vagas, a concorrência foi de 82,12 candidatos para uma vaga.** Disponível em: <http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2011/06/concurso-2011-para-diplomata-e-o-mais-concorrido-dos-ultimos-10-anos.html>.

Dado o nível de exigência do concurso, as línguas estrangeiras continuam a ser um limitante a ser considerado. A prova de inglês cobra um grau de conhecimento somente alcançado por aqueles que conseguiram frequentar cursos privados, intercâmbios ou estudos em países de língua inglesa. O Francês, retirado do concurso em 1995, retorna a partir da segunda prova de 2003, embora menos complexa do que as anteriores. Em 2014 as provas de Francês e Espanhol voltam se tornar eliminatórias. Isso certamente impacta a seleção e o interesse em fazer o concurso, já que os candidatos sabem que além do Português terão de ter um domínio quase pleno do Inglês e pelo menos um conhecimento intermediário de Francês e Espanhol.

1.3 Buscando a diversificação: medidas institucionais

O processo seletivo do Instituto Rio Branco pode ter se tornado mais pragmático, aumentando a avaliação em Relações Internacionais, História e Análise da Política Externa Brasileira, ao mesmo tempo em que diminuiu a importância da erudição de seus candidatos no processo seletivo. Entretanto, o alto peso das provas de línguas estrangeiras, mesmo sem a presença de provas orais, ainda faz do concurso um espaço altamente elitizado. Não é de se estranhar que boa parte dos diplomatas sejam oriundos da região Sudeste do país, de maior PIB e número de equipamentos culturais - como teatros, cinemas e bibliotecas -, de maiores médias salariais e instituições de ensino.

A ampliação do número de cidades onde o candidato pode fazer o concurso é a primeira medida em que se nota a preocupação do MRE em diversificar seus quadros. Embora a medida resulte no aumento do número de inscritos, ela não é suficiente para alterar a baixa diversidade geográfica presente nesse espaço, como se verá adiante.

A baixa diversificação do MRE não diz respeito apenas à supremacia do Rio de Janeiro na história e do Sudeste na atualidade. O Itamaraty, como já foi evidenciado, é um espaço que, ao longo do tempo, limitou ou bloqueou a entrada de uma série de minorias, tornando-se assim uma instituição cuja maioria dos seus agentes se encaixava no seguinte perfil:

homens jovens, brancos, de classe média alta, de estatura alta ou ao menos mediana, da zona sul do Rio de Janeiro, que, se não eram heterossexuais, eram capazes de esconder sua sexualidade pelo menos durante o processo seletivo e capazes de se vestir e expressar de forma naturalizada os signos da cultura legítima. Neste sentido, a preocupação de representar o país não podia ser confundida com representar a diversidade étnica/racial, sexual, cultural ou de diversos tipos físicos existentes no Brasil.

Em resumo, as mudanças observadas nas provas não são propriamente indicativas de diversificação do “diplomata brasileiro”. Como já foi relatado, o fato da prova ter se tornado mais pragmática no limite favorece os candidatos formados em Relações Internacionais, mas não de perfil diferente do que o observado até então. Observa-se, no entanto, uma série de medidas tomadas pela instituição com o intuito de produzir um resultado positivo no que diz respeito a diversificação do campo diplomático:

- Alterações nas provas de línguas estrangeiras;
- Ampliação nas cidades em que se poderia fazer o concurso;
- Suspensão da proibição do concurso para as mulheres;
- Eliminação das entrevistas e provas orais;
- Nomeação imediata;
- Bolsa para afrodescendentes (negros);
- Reserva de vagas para deficientes físicos;
- Eliminação do critério etário;
- Ampliação no número de recrutados.

A maioria dessas medidas podem ser analisadas e algumas medidas. A primeira diz respeito às alterações nas provas de línguas estrangeiras, não se pode afirmar que as medidas tomadas ao longo do tempo tiveram influência sobre a possível diversidade, até porque a exigência de conhecimentos avançados e intermediários sempre estiveram presentes. Entretanto, é possível dizer que as mudanças observadas levou a um aumento no número de inscritos, que se tornou muito maior na medida em que se eliminou a prova de francês e de ter tornado as demais apenas classificatórias, não eliminatórias. O relato abaixo mostra que o número de vagas é também um

motivador que não pode ser desprezado:

Somente pude cogitar ser um 'filho do Barão' com a democratização (aumento de vagas e modificação das provas) do acesso ao IRBr, pois por mais que me destacasse na minha terra, acreditava que estar no círculo pensante brasileiro era algo impossível para alguém de uma região incrustada no semi-árido brasileiro. Mas essa democratização, pelo visto, está dissolvendo uma parte que eu considero essencial do 'ser diplomata' que é o amor a estudo, ao conhecimento¹⁸³.

Outra medida é a reserva de vagas para deficientes físicos, fruto de um Decreto voltado para os direitos das pessoas com deficiência física¹⁸⁴. Mesmo não sendo uma medida de iniciativa do Itamaraty, foi adotada pela Instituição e está estabelecida em edital. Não se sabe, no entanto, quantos foram os beneficiados por ela. Por fim, a valorização salarial nos anos Lula (2003-2010), que tornou a carreira mais atrativa, pode ter influenciado também no número de inscritos, mas não é possível saber qual o seu resultado sobre os aprovados.

As demais podem ser analisadas e mensuradas, sobretudo a aprovação de mulheres, de negros e a diversificação geográfica.

Somado a isso se tem estímulos indiretos que podem aumentar o interesse em se ingressar na carreira, mas que não serão analisados na presente pesquisa por não ser o objetivo, neste momento, discutir os processos de promoções e remoções:

- Suspensão das barreiras institucionais para as mulheres;
- Reconhecimento da união de pessoas do mesmo sexo para efeitos de remoção e benefícios;
- Estímulo à promoção das mulheres.

¹⁸³ Questão enviada ao diplomata Paulo Roberto de Almeida e divulgada em seu blog: <http://diplomattizando.blogspot.com.br/2009/08/1330-ingresso-no-itamaraty-pequena.html>

¹⁸⁴ DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009.

1.3.1. A geografia do recrutamento

Antes de dar início à discussão das medidas, é importante analisar qual a origem geográfica dos diplomatas brasileiros. A diplomacia brasileira, até o início dos anos 1980, era proveniente predominantemente do Rio de Janeiro.¹⁸⁵ Ou seja, o espaço de recrutamento dessa “elite da elite” esteve durante boa parte da história restrito à capital do Império e das primeiras décadas da República, o que era esperado na administração pública antes da adoção dos concursos públicos em todo ou parte do território nacional. No entanto, mesmo após a adoção da seleção via Instituto Rio Branco, o Rio de Janeiro continuou concentrando um número bastante elevado de diplomatas, sobretudo oriundos da zona sul.

Tendo essa primeira constatação em mente, é importante verificar a representação regional no MRE. O Embaixador Luiz Felipe Lampreia fala da mudança que ocorreu durante os primeiros dez anos da sua carreira, de 1961 e 1971, como a ampliação dos quadros do Ministérios:

A zona sul do Rio de Janeiro continuava responsável por talvez 90% ou mais dos diplomatas, então na primeira fase mudou muito pouco [...]. A instituição era uma instituição em que todo mundo se conhecia e que não havia praticamente nenhum tipo de anonimato, ninguém passava despercebido. A boa maioria tinha apelidos, eram conhecidos como seu apelido básico: raposa argentada, manga rosa, por aí a fora. Era uma coisa típica de *country club*, de sociedade, não havia muito mais do que isso.¹⁸⁶

Essa concentração de diplomatas do Rio de Janeiro, sobretudo de um espaço geográfico tão restrito da cidade, ajuda a pensar o *habitus diplomático* como sendo fruto das disposições e estilizações de um grupo que esteve ou que teve grande proximidade com o ambiente social do Brasil Império. Dessa forma, é possível pensá-lo como uma rede de sociabilidade que antecede à vida institucionalizada. Nela é reforçada e reproduzida o *habitus* distintivo cultivado no Brasil Imperial e nos corpos diplomáticos da França e

¹⁸⁵ CHEIBUB, Zairo Borges. **Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em Perspectiva Histórica.** Dados, Rio de Janeiro, n 28, p. 113-131. 1985.

¹⁸⁶ Entrevista concedida à autora em 08 de maio de 2007.

Inglaterra, que em maior ou menor grau também estão presentes nas famílias de maior capital social, cultural e econômico da zona sul carioca.

O Embaixador e ex-Ministro mais longevo da instituição, Celso Amorim, reafirma esse predomínio da zona sul do Rio de Janeiro no Itamaraty:

É... acho que houve, porque não há a menor dúvida, com raras exceções, eram da zona sul do Rio de Janeiro, entre as quais eu. [...] Tem até uma foto do quinto ano primário lá, que aliás um outro diplomata que encontrou, o Rui Nogueira, que no mesmo quadradinho, era um quadradinho mesmo. Foto de turma tem 40 ou 50 alunos, mas no mesmo quadradinho, um do lado do outro estávamos eu, que fui ministro; o Rui Nogueira que foi secretário geral do Itamaraty, embaixador, ministro interino até algumas vezes; o comandante da Marinha e o presidente da Embraer. Então para você ver como que era a elite. Isso não era só o Itamaraty, isso era uma coisa geral, mas se refletia muito no Itamaraty.¹⁸⁷

Dado esse cenário, é possível dizer que o *habitus diplomático* em grande medida é fruto da sociabilidade e de disposições inculcadas antes da entrada na carreira, nas famílias, colégios de elite e cursos superiores oferecidos na capital. O Embaixador Marcos Azambuja também está de acordo: “É preciso pensar menos em um ministério, como entendemos hoje, e mais em um clube social, com suas regras e peculiaridades.”¹⁸⁸

Embora a centralidade do Rio de Janeiro venha perdendo gradativamente a importância ao longo do século XX, como se pode ver abaixo, mais de um terço dos diplomatas atuantes no Ministério ainda são oriundos da antiga capital.

¹⁸⁷ Entrevista concedida à autora em 02 de julho de 2015.

¹⁸⁸ AZAMBUJA, M. **Casa bem-assombrada**: O Itamaraty antes da sua ida para Goiás. In: Revista Piauí. Edição 54. Março de 2011.

TABELA 9 - Diplomatas brasileiros por Estado

Estados	N	%
AC	1	0,1%
AL	2	0,1%
AM	10	0,7%
BA	39	2,7%
CE	34	2,3%
DF	70	4,8%
ES	14	1,0%
GO	28	1,9%
MA	3	0,2%
MG	139	9,5%
MS	15	1,0%
MT	1	0,1%
PA	6	0,4%
PB	8	0,5%
PE	43	2,9%
PI	11	0,8%
PR	70	4,8%
RJ	474	32,5%
RR	3	0,2%
RS	124	8,5%
SC	26	1,8%
SE	5	0,3%
SP	333	22,8%
Total	1.460 ¹⁸⁹	100,0%

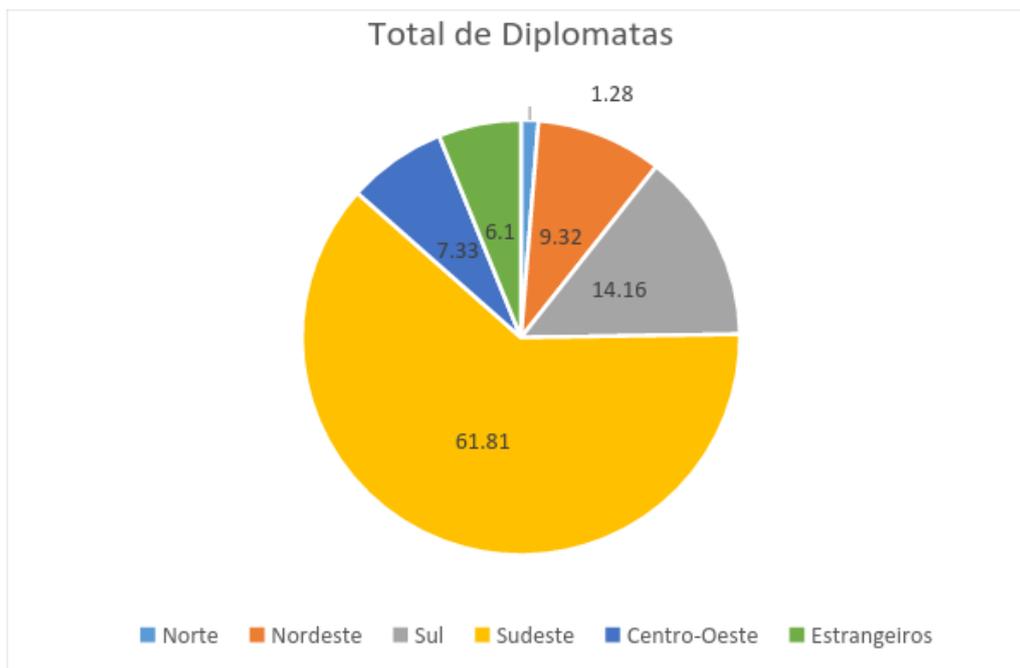
Fonte: Elaboração da autora a partir do banco de dados de diplomatas ativos

A taxa de aprovados nascidos no exterior é de 6,1%, próximo ao percentual de 7,33% de toda a região Centro-Oeste e muito superior àquela verificada na região Norte do país, com apenas 1,28% de aprovados, como se verá abaixo. A hipótese é que esse número relativamente alto de nascidos no exterior - mas com cidadania brasileira, como preconiza o concurso -, são de filhos de diplomatas, de oficiais de chancelaria ou adidos militares que estavam servindo no exterior no momento do nascimento dos filhos.

¹⁸⁹ Soma-se a estes 1460, 74 que nasceram no exterior.

Com relação aos diplomatas nascidos no Brasil, nos últimos 20 anos (1995-2014) 24% dos diplomatas ainda são oriundos da antiga capital e não se sabe quantos deles provem da zona sul. No entanto, os nascidos em São Paulo e Minas Gerais vêm crescendo substancialmente nas listas de aprovação, comprovando o peso do Sudeste no quadro da Instituição. Os dados de aprovados por região revelam o seguinte:

GRÁFICO 4 – Total de Diplomatas



Fonte: Banco de dados de diplomatas ativos.

Como se pode ver, mais de 60% dos aprovados são nativos de apenas de quatro estados brasileiros: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, respectivamente. Mesmo considerando que esta é a região com maior concentração populacional (42,13%)¹⁹⁰, sua representatividade no MRE é quase 20% superior à apresentada no país. Seguindo essa lógica, o Sul e o Centro-Oeste seriam as regiões mais ajustadas ao quadro nacional, girando em torno de 14% e 7% respectivamente. O Norte e sobretudo o Nordeste seriam os territórios com piores índices quando comparados com sua população relativa. Enquanto o Norte tem 8,32% da população nacional, no

¹⁹⁰ De acordo com os dados do IBGE em 2010.

Itamaraty eles são apenas 1,28%. Neste quesito, o Nordeste seria a região mais comprometida. São apenas 9,32% de nordestinos ao passo que eles representam 27,83% da população nacional.

Tabela 10– Distribuição da população por região

Períodos	1970	1980	1991	2000	2010
Centro-Oeste	4,90%	5,78%	6,41%	6,85%	7,37%
Nordeste	30,34%	29,24%	28,91%	28,12%	27,83%
Norte	4,43%	5,59%	6,98%	7,60%	8,32%
Sudeste	42,68%	43,40%	42,65%	42,65%	42,13%
Sul	17,65%	16,00%	15,05%	14,79%	14,36%

Fonte: IBGE (2010)

Num primeiro momento, pode-se pensar que essas diferenças têm relação com a centralidade do processo seletivo, antes restrito a poucas capitais da federação. No entanto, é preciso relativizar seu peso, já que este concurso difere de vários outros da administração pública. Desde pouco tempo da criação do Instituto Rio Branco, o peso do capital cultural acumulado - que em grande medida depende do capital escolar e, portanto, também dos recursos financeiros para custear escolas de elites e cursos de idiomas - foram fundamentais para o sucesso na aprovação. Dado o peso do capital econômico na preparação, é preciso relativizar a importância dos custos de deslocamento para esse grupo. É claro que a centralidade no processo pode diminuir o número de interessados e inscritos, mas talvez não impacte o número de aprovados, como se verá abaixo.

1.3.2 A ampliação das cidades

Sobre a história do processo de recrutamento, que antecede o curso de formação (CPCD), é possível dizer que de 1934 até 1958,¹⁹¹ anos de seleção via DASP e os primeiros anos do IRBr, a seleção se dava somente no estado do Rio de Janeiro. Fica patente que essa forma de recrutamento privilegiava os moradores da capital, de localidades próximas ou filhos de famílias abastadas que tinham condições de enviar seus filhos à capital federal para fazer as provas, já que não havia auxílio financeiro por parte do governo federal aos candidatos. De acordo com o Embaixador, e ex-diretor do IRBr, Fernando Guimarães Reis:

A primeira Turma foi admitida em 1946, com 27 integrantes, que dois anos depois seriam Cônsules de Terceira Classe (o que, hoje, chamamos de Terceiros-Secretários). Naquela época, falando de modo geral, só os que tiveram uma educação esmerada (porque afortunados) ou os muito talentosos se atreviam a enfrentar o temido exame de admissão. De resto, não eram muitos os candidatos – a grande maioria residente no então Distrito Federal, bem menos em São Paulo e poucos provenientes de outros Estados.¹⁹²

Depois de 1959 tem-se a adoção da seleção prévia feita em outras cidades do país e o restante das etapas no Distrito Federal com o auxílio do governo federal. Houve um aumento significativo na diversificação dos candidatos. Enquanto em 1957 eram apenas 16,6% os oriundos de outros estados, em 1959, com essa nova medida, 47,9% dos candidatos estão fora da capital federal, mas a maioria dos aprovados continuavam a ser do Rio de Janeiro.

Em 1972 as provas da primeira fase aconteciam no Rio de Janeiro e

¹⁹¹ O Decreto Nº 45.535, de 5 de março de 1959, foi o responsável por introduzir as mudanças no processo de seleção do IRBr. A primeira foi a descentralização parcial do concurso. A seleção prévia seria feita nas capitais de maior densidade do país e o restante dos exames na capital da República. O artigo 3º ainda preconiza que “O Instituto Rio-Branco promoverá ao transporte dos candidatos inscritos e sua permanência no Rio de Janeiro, durante o tempo dos exames psicossomáticos e das provas de nível intelectual do Exame Vestibular”.

¹⁹² REIS, Fernando Guimarães. **Por uma academia renovada** : formação do diplomata brasileiro. Brasília: FUNAG, 2013, p. 29.

em algumas capitais do Brasil. O IRBr fornecia hospedagem e transporte aos aprovados para realização das demais fases no Distrito Federal. A idade limite para ingresso na carreira era de 30 anos. Até 1990 os exames eram realizados quase em sua totalidade na capital federal, com exceção da primeira fase, que era realizada em algumas capitais brasileiras. A tabela abaixo dá uma dimensão da ampliação da área geográfica ao longo do tempo:

2011- 2014	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
---------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

Fonte: Anuários e Editais de concurso (1978-2014). Elaboração da autora.

As primeiras informações disponíveis datam de 1972. Com evidente prioridade para o Sudeste, à exceção do Espírito Santo, todas as outras capitais da região recebiam a primeira fase do concurso. Como se pode notar, o mesmo não ocorria nos estados da região Norte até 1980, quando Belém e Manaus passaram a figurar entre as possibilidades mais próximas para os candidatos desses estados. Nos estados do Nordeste, embora mais numerosos, apenas três capitais abrigavam o concurso até 1990, enquanto as três capitais da região Sul já tinham provas no mesmo período.

Até 2005 o concurso era realizado parte nas capitais brasileiras e parte no Distrito Federal, com as despesas pagas pelo MRE. Em 1996 só a primeira fase era realizada nas capitais. De 1997 até o primeiro concurso de 2003 duas fases eram realizadas nas capitais e as demais no Distrito Federal. E, finalmente, no segundo concurso de 2003 e em 2004 apenas a quarta fase se dava em Brasília. Em 2005 todas as etapas eram realizadas em 17 capitais brasileiras. E a partir de 2011 todas as capitais brasileiras passaram a ter o concurso em todas as suas etapas.

Não há informações sobre os anos de 1991 a 1995, mas, como se pode ver, não há mudanças significativas entre o último concurso de 1990 e o de 1996. A exceção é Campo Grande, que passa a fazer parte do calendário em 1996 e 1997, mas volta a ficar ausente até 2004. Apesar de Manaus e Belém serem as duas únicas capitais do Norte a fazerem parte do processo seletivo, pelo menos em suas primeiras fases, Manaus foi retirada do calendário, voltando apenas em 2004. Pode-se perceber a crescente adesão de cidades, sobretudo a partir de 2005, com mais cinco capitais: três do Centro Oeste, uma do Sudeste e outra do Nordeste. Quanto ao Nordeste, apesar de ter o maior número de estados, apenas três capitais recebiam o concurso: Recife, Salvador e Fortaleza, enquanto dos sete estados do Sul e Sudeste, em seis se aplicavam as provas. No Centro-Oeste só Brasília figurava como possibilidade aos candidatos. Tendo em vista essas desigualdades regionais, em 2011 houve uma nova expansão, alcançando sobretudo as capitais no

Norte e Nordeste, quando todas as capitais do Centro-Oeste, exceto Palmas, já haviam sido atendidas na expansão de 2005.

Ao analisar a relação entre inscritos no concurso e aprovados, nota-se que em 1970 somente 20% dos candidatos estavam inscritos no Rio de Janeiro. Entretanto, as mudanças das regras, com a seleção em outros estados, não culminaram com a mudança de perfil dos atores¹⁹³.

No primeiro vestibular, após a instituição da seleção prévia, o Rio de Janeiro apresentou somente 52,1% dos candidatos, mas obteve quase 80% das aprovações [...] essa tendência foi mantida durante toda a década de 1970, pois o Rio de Janeiro tinha, em média, 50% de todos os candidatos aprovados.¹⁹⁴

O que se conclui portanto, é que o aumento na área de recrutamento não alterou o perfil daqueles que compõem o MRE. Ou seja, ampliar a área geográfica do concurso não leva automaticamente a um aumento da representação geográfica no Ministérios das Relações Exteriores, tampouco gera mudanças significativas na aprovação.

Os dados abaixo podem ajudar a perceber se há uma relação realmente significativa entre estes os estes dois polos, localidade do concurso e aprovados.

¹⁹³ Quando analisado somente o lugar no nascimento, é espantosa a maioria de diplomatas oriundos da Região Sudeste: pouco mais de 70% são dessa região. Mas para não haver distorções, já que nem sempre o lugar em que se nasceu foi o lugar em que se foi socializado, o autor utiliza outra variável: local de residência na época do concurso. O estado do Rio de Janeiro, entre 1946 a 1982, tem uma média de 70,4% de candidatos aprovados vivendo no estado.

¹⁹⁴ CHEIBUB, Zairo Borges. **Diplomacia, Diplomatas e Política Externa: Aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty**. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 1984. P. 70.

TABELA 12 – Aprovados por Estado

Estados	1966-1971	1972-1977	1978-1979	1980-1988	1989-1990	1991-1995	1966	1997	1998	1999-2004	2005-2010	2011-2014
AC	2,2%											
AL		1,0%									0,2%	
AM	2,2%	1,0%	3,2%	0,8%						0,5%	0,7%	
BA	2,2%	1,0%	3,2%	2,5%		0,9%	3,8%	3,6%		3,2%	2,9%	4,6%
CE		1,0%	9,7%	4,6%		0,9%				3,8%	1,8%	1,1%
DF		1,3%				2,7%	5,7%		4,8%	7,0%	7,7%	5,7%
ES	4,3%	1,0%		1,3%		2,7%	1,9%			0,5%	0,5%	
GO				1,3%		2,7%				2,2%	2,9%	2,3%
MA			3,2%							0,5%	0,2%	
MG	2,2%	7,8%	9,7%	5,0%		7,1%	7,5%	10,7%	19,0%	10,8%	10,6%	19,5%
MS		1,0%		0,8%						2,2%	0,9%	3,4%
MT						0,9%					0,2%	
PA	2,2%	1,0%								0,5%	0,4%	
PB										1,1%	0,9%	1,1%
PE	4,3%	3,9%		5,4%	4,5%	1,8%	1,9%		4,8%	1,1%	2,4%	3,4%
PI		1,0%		0,4%			1,9%	3,6%		1,1%	0,9%	
PR		4,9%	3,2%	3,8%	4,5%	2,7%	5,7%	14,3%	9,5%	4,3%	4,8%	9,2%
RJ	69,6%	48,0%	48,4%	38,5%	63,6%	46,9%	39,6%	28,6%	33,3%	25,3%	22,3%	18,4%
RN		1,0%	3,2%	1,3%			1,9%			1,6%	1,1%	1,1%
RO	2,2%										0,2%	
RR				0,4%							0,4%	
RS	2,2%	10,8%		10,9%	4,5%	11,5%	9,4%	3,6%	4,8%	7,0%	8,2%	8,0%
SC		1,0%		1,3%		1,8%	1,9%			2,2%	1,8%	4,6%
SE				0,4%		1,8%					0,2%	1,1%
SP	6,5%	14,7%	16,1%	20,1%	22,7%	15,9%	18,9%	35,7%	23,8%	25,3%	27,8%	16,1%

TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
--------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

Fonte: Elaboração da autora a partir do banco de dados de diplomatas ativos

A tabela acima respeitou as mudanças observadas nos editais de seleção ao longo do tempo. Estão marcados em azul os estados que receberam os concursos do IRBr. Como não se tem informações sobre a periodização de 1966 até 1971 e de 1991 até 1995, optou-se por não assinalar nenhum dos estados. Apesar disso, se compararmos os períodos anteriores e posteriores a 1991 e 1995, tendemos a acreditar que não houve mudanças significativas.

Em 1961, sete capitais brasileiras passaram a receber a primeira fase do concurso. Isso se prolonga até 1977.¹⁹⁵ Entre 1972 e 1977 tem-se uma aprovação maior nos estados em há concurso, mas Bahia e Pernambuco continuam com baixa aprovação: Ceará, Mato Grosso do Sul, Pará, Santa Catarina, Alagoas, Amazonas, Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Piauí não tem o concurso, mas tem o mesmo índice de aprovação da Bahia, cerca de apenas 1%. E o Paraná, que está na mesma situação da maioria, supera Pernambuco na lista de aprovação. Rio de Janeiro continua concentrando quase 48% das vagas existentes, seguido por São Paulo, com 14,7%, enquanto estados que não tiveram o concurso ficaram com 13,9% das vagas. O Distrito Federal, e aqui é preciso considerar sua especificidade enquanto unidade da federação recém-criada, apesar de ter o concurso, só terá aprovação no período de 1980 a 1988.

Um quadro não muito diferente se dá na periodização subsequente. De 1978 a 1979 tem-se o concurso em Pernambuco e Rio Grande do Sul sem aprovados e com grande concentração na região Sudeste, com 70,8% das vagas. O quadro não se altera muito até o final. Temos um aumento na área de recrutamento, que nem sempre se traduz em aprovação no concurso. O caso do Pará e Santa Catarina talvez sejam os mais emblemáticos neste aspecto.

¹⁹⁵ MUNDORAMA. **Filhos da democracia:** A descolonização da diplomacia brasileira. 2014. Disponível em: <http://mundorama.net/2015/03/06/filhos-da-democracia-a-descarioquizacao-da-diplomacia-brasileira-por-rogerio-de-souza-farias-e-gessica-carmo/>.

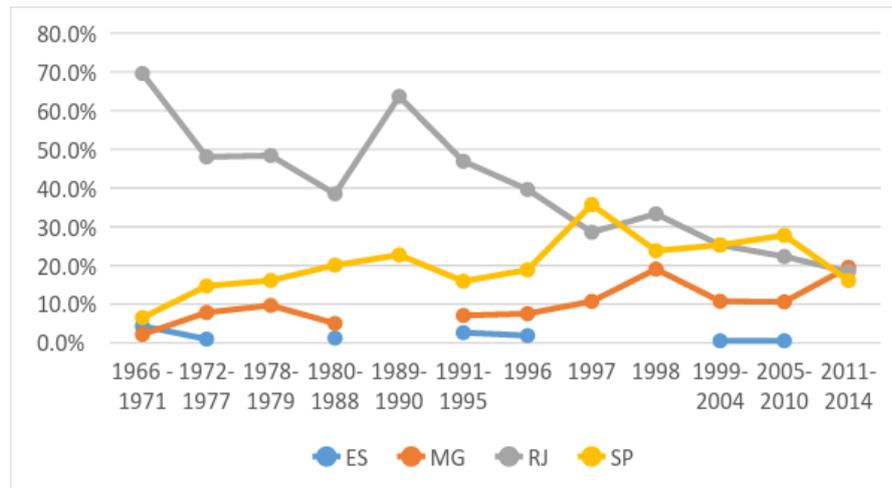
Os dois passam a receber o concurso em 1980 e 1989, respectivamente, mas não houve aprovação. No governo Dilma, temos o concurso instituído em 24 capitais brasileiras, em todas as suas fases, mas se tem aprovados em apenas 15 estados.

Como foi demonstrado, ao contrário do que se poderia intuitivamente pensar, não se pode atribuir a diversificação geográfica dos aprovados à ampliação da seleção para outros estados do país. O destaque do Sudeste em detrimento do Norte e Nordeste pode ser explicado por outras variáveis. Este é um concurso em que é cobrado um alto capital cultural, seja ele adquirido na família, seja em escolas e universidades de elite, e a maioria dessas instituições está localizada nas regiões Sudeste e Sul. Sem contar ainda o conhecimento em línguas estrangeiras, isso pressupõe a existência de um capital econômico que é capaz de dar conta desses deslocamentos.

A aprovação da região Sudeste sempre foi acima de 70%. O único momento em que a região teve uma aprovação menor no concurso foi em 1996, com 67,9%. Mesmo com a ampliação no governo Dilma (2010-2014), o índice de aprovação continuou em torno de 70,1%.

Embora o Rio de Janeiro venha perdendo espaço na “nova diplomacia”, talvez seja prematuro dizer que há uma “transferência automática” de aprovação para os candidatos de São Paulo, como se observa no gráfico abaixo:

GRÁFICO 5 - Aprovados do Sudeste, por estado



Fonte: Banco de dados dos diplomatas ativos.

O Espírito Santo tem a menor aprovação e em vários momentos não tem aprovados no concurso (1978-1979, 1989-1990, 1997, 1998 e 2011-2014), mas os demais estados da região sudeste, exceto Minas em 1989 e 1990, têm os maiores índices de aprovação.

Por isso não dá para atribuir uma “transferência automática” de candidatos do Rio para São Paulo. Como se pode observar na última periodização, os três estados, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, respectivamente, têm o maior índice de aprovação, embora em todo o período que antecede a este São Paulo tenha ficado em segundo lugar.

Os anos em que se têm apenas representantes de sete estados são 1997 e 1998. São dois concursos com 21 e 28 aprovados, respectivamente, o que pode ter auxiliado a concentração de estados, então explicado pelo alto capital escolar dos candidatos.

Como se pode notar, a ampliação no número de cidades que passam a receber o concurso não parece ter uma correlação significativa no número de aprovados. Por outro lado, a criação de 100 vagas anuais entre 2006 e 2010 impactaram sobremaneira a diversificação geográfica no Itamaraty. Como se verá mais à frente, o capital escolar é fundamental para o sucesso no concurso. Com a ampliação do número de vagas foi possível

diversificar a geografia e as instituições de origem da diplomacia brasileira. Certamente outras variáveis, como o *background* escolar ajudam a entender um pouco melhor e minimizar a importância da área de recrutamento sobre a aprovação, como se verá na segunda parte deste trabalho.

1.3.3. As mulheres na carreira

Pautando-se no artigo 1973 da Constituição de 1891, o qual dizia que “todos os brasileiros” poderiam pleitear um cargo público, Maria José de Castro Rebello Mendes, em 1918 torna-se a primeira mulher a ingressar no Itamaraty. Os argumentos antifeministas à época chamavam a atenção de que o plural masculino não incluía a mulher, os arranjos de significados que foram conferidos ao termo masculino “brasileiro” variavam de acordo com cada situação. Enquanto o plural de “brasileiro” deixava de fora as mulheres, o Código Penal as reconhecia na qualidade de autora e ré.

De 1919 até a reforma Graça Aranha de 1938, quando o concurso foi proibido para mulheres, 18 delas tinham ingressado no Itamaraty. Somente em 1953 uma mulher ingressou por força de um mandado de segurança e em 1954¹⁹⁶ foi finalmente extinta a proibição. Entretanto, no primeiro concurso do Instituto Rio Branco, em 1945, não se colocou em edital tal proibição, gerando o seguinte constrangimento:

No início de abril, o Instituto ainda era celebrado por abrir ‘as portas a quantos queiram se inscrever sem distinção de sexo e de casta’, mas já funcionava um processo de ‘severa seleção de documentos’, como afirmou um servidor, para diminuir o número de candidatos indesejáveis no certame. Em 16 de abril, após o encerramento das inscrições, e menos de duas semanas antes do início das provas, partiu da Presidência da República, mais especificamente de Gabriel Monteiro da Silva, chefe da Casa Civil, a determinação de que ‘sendo pensamento do governo não admitir mais o ingresso de funcionários do sexo feminino à carreira de diplomata’, o Itamaraty deveria evitar matrícula definitiva no Instituto Rio Branco de mulheres até que fosse publicado um Decreto-Lei que legalizasse a proibição. Essa medida claramente afrontava a legislação vigente. Várias mulheres já haviam recebido a guia de exame médico para o concurso. [...] As ‘providências’ foram negar as inscrições para as que obtiveram

¹⁹⁶ Lei Nº 2.171, de 18 de janeiro de 1954.

sucesso na prova – 81 homens e 15 mulheres foram aprovados'. [...] Yvone Magno Pantoja foi uma das entusiasmadas mulheres que atendeu ao chamado da democratização em 1946. Preparou-se para o concurso, enfrentou toda sorte de resistência e conseguiu passar em 22ª lugar no vestibular. Feliz com o seu sucesso, ao tentar matricular-se, foi informada de que só seriam homologadas as inscrições de 'brasileiros natos, do sexo masculino'. O resultado do vestibular, publicado em 20 de maio de 1946, expurgou o nome de todas as mulheres e Yvone só conseguiu matricular-se no curso quase uma década depois, após longa batalha judicial.¹⁹⁷

A proibição de mulheres gerou impactos profundos sobre a instituição no que diz respeito à equidade entre os sexos. O reflexo disso pode ser visto na tabela abaixo, dos aposentados apenas pouco mais 10% são do sexo feminino:

¹⁹⁷ MUNDORAMA. **Filhos da democracia**: A descolonização da diplomacia brasileira, 2015. p. 57- 59 Disponível em: <http://mundorama.net/2015/03/06/filhos-da-democracia-a-descarioquizacao-da-diplomacia-brasileira-por-rogerio-de-souza-farias-e-gessica-carmo/>.

TABELA 13 - Gênero dos diplomatas

Cargos	Homens	%	Mulheres	%
Embaixadores	184	75,4%	9	26,5%
Ministros de Segunda Classe	24	9,8%	4	11,8%
Cônsul	32	13,1%	17	50,0%
Primeiro Secretário	3	1,2%	0	0,0%
Segundo Secretário	1	0,4%	4	11,8%
Terceiro Secretário	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL	244	100,0%	34	100,0%

Fonte: Elaboração da autora a partir do banco de dados de diplomatas ativos

Em 2012, 278 estavam diplomatas aposentados. Destes, somente 12,2% eram mulheres. Como se pode notar, a proibição ou dificuldades não se restringiam ao ingresso na carreira. Ela se estendia à vida institucionalizada, já que havia uma série de barreiras que limitavam a ascensão de mulheres na carreira. Até meados dos anos 1980, caso a mulher diplomata se casasse com um colega de carreira - situação bastante comum quando, por ocasião do trabalho, se muda de país a cada três ou quatro anos - e seu marido fosse removido, ela era obrigada a “agregar”, já que não era permitido que os dois servissem no exterior. O ato de agregar consiste em acompanhar o cônjuge sem remuneração e nem direito ao tempo de serviço. Em outras palavras, ficar com a carreira suspensa. O regulamento não determina quem dos dois deveria agregar, mas na unanimidade dos casos quem agregava era a mulher. Essa medida obrigava as mulheres a escolher entre a profissão e o matrimônio, tornando os dois irreconciliáveis. Abolida essa forma, outras foram mantidas até a segunda metade dos anos 1990, quando se eliminou a proibição de casais servindo no mesmo posto ou retirada das verbas de representação, que constituem boa parte dos salários dos lotados no exterior, das profissionais casadas com diplomatas.

Como se pode ver no quadro acima, essas barreiras impactaram sobremaneira a carreira dessas mulheres. Enquanto 75,4% dos homens alcançaram o grau mais elevado da carreira, o mesmo ocorreu para apenas

26,5% das mulheres. Em 1996 apenas três mulheres eram embaixadoras, de um total de 98 embaixadores. Em 2005 entre os embaixadores brasileiros somente nove diplomatas eram do sexo feminino. No entanto, em 2011 já eram 26. Neste mesmo ano, das nove nomeações para Ministro de Primeira Classe¹⁹⁸, quatro eram de mulheres, alcançando assim 20% do contingente de Embaixadores brasileiros. Desta forma, tem-se, nos últimos dez anos, 25 diplomatas promovidas a Ministras de Primeira Classe¹⁹⁹. Nos dias atuais, a representação de mulheres na carreira está distribuída da seguinte forma:

TABELA 14 - Proporção de diplomatas, por sexo

SEXO	N	%
Homens	1216	77,7%
Mulheres	349	22,3%
Total	1565	100,0%

Fonte: Banco de dados dos diplomatas ativos

A dificuldade de alcançar os postos mais altos não se dava apenas pelas restrições. Para figurar nessas listas de promoções aos cargos mais altos da carreira é necessário ter tempo de casa e também concluir o Curso de Altos Estudos.²⁰⁰ É preciso também capital social entre os colegas, aspecto em que as mulheres do Itamaraty têm mais dificuldade. Muitas delas equilibram as funções de diplomata, responsável pela casa e esposa de diplomata, enquanto os homens têm mais tempo livre para socializar com os colegas de profissão.

¹⁹⁸ Dados informados por Hermano Telles Ribeiro (Secretário de Planejamento Diplomático), em junho de 2011. Foram promovidas as seguintes embaixadoras: Carmen Lídia Richter Ribeiro Moura, Gláucia Silveira Gauch, Mariangela Rebuá de Andrade Simões e Eliana Zugaib.

¹⁹⁹ De acordo com os dados de 2013 as lotações das Ministras de Primeira Classe são, por exemplo, o Consulado-Geral em Zurique, Embaixada em Wellington, Embaixada em Praia, Ministério da Justiça, Consulado-Geral em Santiago, Embaixada em Berna, Missão Junto às Nações Unidas, Consulado-Geral em Buenos Aires, Ministério da Previdência Social, Consulado-Geral em Bruxelas, Embaixada em Estocolmo, Delegação Permanente junto à UNESCO, Embaixada em Luanda, Embaixada em Abidjan, Subsecretaria Geral Política II, Embaixada em Mascate, Embaixada em Abuja, Delegação Permanente em Genebra, Missão Junto às Nações Unidas, Tribunal Superior Eleitoral, Consulado-Geral de Rivera, Embaixada em Adis Abeba.

²⁰⁰ BALBINO, Viviane Rios. Diplomata, substantivo comum de dois gêneros: um retrato da presença feminina no Itamaraty no início do século XXI. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 2011.

O relato de uma diplomata exemplifica as dificuldades das mulheres em conseguir conciliar o desenvolvimento do seu capital social na carreira com os papéis que tinham de desempenhar no âmbito privado:

Eu queria tanto a minha carreira que eu fazia qualquer coisa, pagava qualquer preço, eu construí a casa, eu cuidava dos meninos, e ele só fazia o trabalho dele. E era assim, ele estava em casa no domingo lendo o jornal e ninguém incomodava porque ele estava trabalhando e a gente fazia todo o resto, leva menino pra médico, pra dentista, trabalha. [...] Até me lembro de uma coisa muito interessante, muito curiosa, um dia eu estava no trabalho e a babá me liga de casa, e diz: o 'XXXXX tá com um febrão', não sei o que é, então falei: 'bom, então vou lá ver o que é'. Saí, passei no banheiro, encontrei uma amiga minha, a XXXXX, um pouco mais velha do que eu... eu disse: o 'XXXXX está com um febrão', então eu estou indo correndo em casa. Daí XXXXX nem falou nada, nem me perguntou nada, sabe o que ela me disse? "Você não diga a ninguém que vai levar seu filho ao médico, diga que você vai ao cartório". Todo mundo respeita se você for ao cartório, agora se você for ao médico... aí é: "...as mulheres na carreira, olha aí". Se um homem sair para levar o filho ao médico é um pai esmerado, atencioso, homem dedicado, etc... se for a mulher....²⁰¹

Por estar mais à esquerda do espectro político-ideológico do que seu antecessor, o PSDB, o Partido dos Trabalhadores esteve associado ao desenvolvimento de políticas que atendessem ou mitigassem os problemas das minorias sociais. Entretanto, quando se olha para o caso específico das mulheres no Itamaraty o relato é de que, o aumento do número de promovidas ao cargo de embaixadora não foi uma política que pode ser atribuída ao PT, como se julgou num primeiro momento, mas ao ministro Celso Amorim (2003-2010), que insistia que nas listas de promoções figurassem mulheres, para que se diminuísse a desigualdade de gênero na casa.

Essa atribuição à figura do chefe da casa e não a uma política de governo pode ser verificada na fala abaixo, em que a entrevistada diz ter acompanhado o processo. Mesmo no mandato de uma Presidenta também do Partido dos Trabalhadores, os ministros que sucederam Celso Amorim não deram continuidade à política implantada em sua gestão.

[...] o Celso realmente fazia questão de em cada lista de promoção, isso eu presenciei, dizendo: quantas mulheres? Na votação para o quadro de acesso tinha um número, primeira era a votação, tinha uma cota para mulheres, depois para postos b, que era para quem

²⁰¹ Entrevista concedida em 24 de novembro de 2014. Diplomata anônimo.

estava nos postos mais difíceis eram as mulheres, então você matava dois coelhos com uma pedrada só. A outra coisa que ele fez, também muito importante, foi colocar mulheres em posições elevadas. Ele colocou a primeira mulher a ser embaixadora na ONU; subsecretaria, o meu caso; a primeira embaixadora na Santa Sé, que foi a Vera. Ele promoveu muito a mulher, muito, muito mesmo, eu acho que é preciso dar a ele esse crédito [...]. Depois disso o que nós temos notado, embora os sucessores, sejam da minha geração, meus colegas, essa tendência não foi seguida²⁰²

Como se pode ver, mesmo depois da eliminação das barreiras que limitavam o acesso e a ascensão das mulheres na carreira, elas não compõem nem um quarto do corpo diplomático brasileiro. Uma hipótese é de que se tem menos mulheres que fazem o processo seletivo do IRBr, em comparação com a carreira de Oficial de Chancelaria. A hipótese inicial seria a dificuldade de conciliar a vida profissional e pessoal. No entanto essa hipótese parece questionável quando se olha para outro cargo do MRE, o de Oficial de Chancelaria. Embora em grau um pouco menor, também está exposto ao principal constrangimento da vida diplomática: as remoções. Entretanto, é um cargo em que não se desempenha funções de mando e em grande medida se restringe à tarefa de secretariar os diplomatas. Nessa função, o número de mulheres supera e muito o número de homens. Em 2005 essa carreira contava com 60,5% de mulheres contra 19,4% de mulheres diplomatas, no mesmo período.

Em 1993 as aprovadas eram 21% do total, em 2010, com a seleção de 100 aprovados, o percentual de mulheres não ultrapassou 25%. O ano em que se teve maior aprovação foi 2008, com 31 de 115 aprovados, compondo um percentual de 26,96%. Antes de 2005 e da abertura de 100 vagas anuais, as mulheres não ultrapassavam 19,28% da casa. Com o preenchimento de 500 novas vagas o percentual não excedeu os 23%.

TABELA 15 - Divisão sexual, por governo

SEXO	Governo Militar	Governo Sarney	Governo Collor/Itamar	Governo FHC	Governo Lula	Governo Dilma
Homens	79,4%	80,6%	81,3%	83,2%	75,3%	75,8%
Mulheres	20,6%	19,4%	18,7%	16,8%	24,7%	24,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

²⁰² Entrevista concedida em 24 de novembro de 2014. Diplomata anônimo.

Fonte: Banco de dados dos diplomatas ativos. Elaboração da autora.

Embora a primeira impressão fosse de que o aumento de aprovadas na carreira seria gradual a partir da eliminação da proibição das barreiras internas e dos estímulos à ocupação dos espaços pelo movimento feminista, isso não se verifica. O percentual permanece razoavelmente estável, com a aprovação mais baixa no período de 1995-2002 e o pico nos anos Lula (2003-2010).

O aumento do número de mulheres não se dá após a eliminação das entrevistas em 1984, como se poderia supor num primeiro momento, mas quando se elimina qualquer prova oral para a entrada na carreira. Ainda que não fossem propriamente um limitador, as mulheres eram expostas a questões, como filhos e casamento, que eram feitas exclusivamente a elas:

Eram um obstáculo terrível. Também para os homens, mas para as mulheres em especial. Eles sempre perguntavam: 'Quê que vai acontecer?'; 'Vai continuar na carreira? Não vai? Como é que vai ser se você casar? Como vai fazer com o seu marido? Como vai continuar: isso aqui é uma coisa que você está interessada agora, vai largar' [...]. Também faziam com os homens, mas com as mulheres eram piores [...]. E ficaram perguntando: 'Se seu marido for dentista, se seu marido...'. E eu: 'Nem sei se vou me casar!' [...] A mesma coisa acontece com os homens – e se a mulher for arquiteta, engenheira? Terão o mesmo tipo de problema que a mulher. Quer dizer, o mesmo tipo de problema se coloca para os homens, mas isso nunca era perguntado para eles. Era uma coisa bastante desigual.²⁰³

Em outra entrevista também foi relatado outros tipos de constrangimentos, como o pedido da banca para que a candidata tirasse sua blusa, como será relatado mais à frente. Embora não note discriminação no que diz respeito à eliminação de homens e mulheres, a percepção das mulheres era de que o obstáculo a ser transposto para quem divergia do grupo majoritário no campo diplomático era maior²⁰⁴. Os questionamentos acerca da

²⁰³ BALBINO, Viviane Rios. **Diplomata, substantivo comum de dois gêneros**: um retrato da presença feminina no Itamaraty no início do século XXI. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 2011.p. 118.

²⁰⁴ BALBINO, Viviane Rios. **Diplomata, substantivo comum de dois gêneros**: um retrato da presença feminina no Itamaraty no início do século XXI. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 2011.

vida privada, casamento e filhos eram mais frequentes para o sexo feminino.

Com eliminação das provas orais observa-se um aumento de 4,9% no número de mulheres aprovadas de um governo para o outro. Com base nesse dado, acredita-se que os exames orais tendem a limitar o acesso de mulheres à carreira. Isso talvez se dê pelos critérios subjetivos da banca ou porque as mulheres sejam menos treinadas, tenham mais dificuldades e sejam mais rigidamente avaliadas quando falam em público. Sendo assim, ao contrário do resultado gerado pelo aumento no número de vagas sobre a diversidade geográfica, a redução do número de vagas não impactou severamente o recrutamento de mulheres no governo Dilma. Embora não sejam nem um quarto dos aprovados, os índices apresentados nos últimos anos são os mais significativos na história.²⁰⁵

1.3.4. A eliminação da prova de Francês

Entre as medidas que levaram ao debate da ‘democratização’ na carreira está a eliminação da prova de Francês, a partir de 1995, conduzida pelo Embaixador André Amado, diretor do IRBr, cumprindo a determinação do Ministro Luiz Felipe Lampreia (1995-2001):

No concurso de 1995, com o Francês obrigatório, o número de inscritos caiu para 545. A média dos anos precedentes, quando a prova do idioma era apenas classificatória, fora de 730. Além disso, a tendência declinante do desempenho dos candidatos na prova de Francês era evidente. Naquele ano, 66% obtiveram menos de 30 pontos em 100, que era a nota mínima exigida, e 91% teriam sido reprovados, caso a nota de corte fosse 50, como acontecia com o Inglês. Excluído o Francês do concurso de 1996, apresentaram-se

²⁰⁵ É importante alertar que os dados apresentados por Balbino (2011) apontam que o problema da representação feminina na diplomacia não é um fenômeno exclusivamente brasileiro. Embora melhor, nos EUA também não se tem equidade. Nesse país as mulheres ocupavam, em 2005, 35,8% do contingente e “na vizinha Argentina, havia 209 diplomatas do sexo feminino (21,8%) entre os 960 no total. Comparativamente, dois países em que a situação de representação feminina na carreira diplomática é mais expressiva são os também vizinhos Paraguai, com 37,4% de mulheres entre seus 289 diplomatas e Bolívia, onde as mulheres representam 41,6% (82 diplomatas do sexo feminino) dos 197 diplomatas em serviço no ano de 2005. Sobre o Paraguai, cabe observar que apenas 47 dos 289 diplomatas foram selecionados por concurso público, realizado pela primeira vez em 2003. E, entre esses, as mulheres foram maioria: 26 entre 47, ou 55,3%” (BALBINO, 2011, p. 49).

2355 candidatos, aumento de 432% em relação ao ano anterior.²⁰⁶

A intenção não é retirar era francês da formação do diplomata brasileiro, mas apenas do concurso. A língua francesa estava fora dos currículos escolares desde 1971 e sua cobrança no processo seletivo acabava por privilegiar quem tivesse recursos para investir numa segunda língua. O ex-ministro Luiz Felipe Lampreia relatou²⁰⁷ que a intenção de tirar o francês, embora tenha sido sua, não foi simples, porque teve que enfrentar a resistência de uma parcela mais conservadora do Itamaraty e da Embaixada da França no Brasil.

No segundo concurso de 2003, Francês e Espanhol retornam aos editais na modalidade escrita e classificatória, na quarta fase. No concurso de 2005 até 2007 é possível optar por uma das duas línguas, mas elas figuram como sendo eliminatórias. Finalmente, de 2009 a 2013 as duas línguas voltam a ser exigidas na quarta fase, mas apenas para efeitos de classificação dos candidatos (é bom lembrar que, em se tratando do Ministério das Relações Exteriores, a classificação tem íntima relação com os postos que serão ocupados posteriormente). Em 2013 foram 6.492 inscritos, em 2014, ano em que elas voltam a ser eliminatórias, foram 4.152. Também é preciso observar que o número de vagas caiu de 31 para 18, o que também pode ter influenciado esse índice decrescente. Em 2007, durante o período de recrutamento de mais de 100 vagas anuais, o número chegou a 8.667 inscritos.

Embora a prova não tenha o rigor apresentado no passado, quando se cobrava, inclusive, a aptidão oral -, espera-se que o candidato seja capaz de ler e responder questões de interpretação de textos de até 20 linhas. O que é possível para aqueles que conseguem alcançar um bom conhecimento básico da língua, que lhes dê capacidade para ler, por exemplo, Victor Hugo e Émile Zola. Estes autores constavam entre os textos na seleção de 2014.

²⁰⁶ LAMPREIA, Luiz. Felipe. **O Brasil e os ventos do mundo**. Rio de Janeiro: Objetiva, p. 35. 2010.

²⁰⁷ Entrevista concedida à autora em 12 de julho de 2015.

1.3.5. As entrevistas e provas orais

As entrevistas e provas orais foram, sobretudo a primeira, o principal instrumento de medição do capital cultural, de constrangimento e de exclusão dos candidatos julgados não “vocacionados” para a carreira. Isso incluía mulheres, negros, gays e lésbicas e os que não tinham o domínio da cultura legítima de forma razoavelmente naturalizada. O Embaixador Marcos Azambuja assim descreve seus exames orais quando ingressou na instituição na década de 1950:

A primeira era o exame de português, no qual o principal arguidor foi Aurélio Buarque de Holanda [...] cabia-me falar sobre a crase, assunto que então, como agora, me enche de perplexidade e insegurança. [...] O último exame, aquele que encerrava o calvário do acesso à Casa, era o de cultura geral, e o meu arguidor foi Guimarães Rosa, em quem a aparente bonomia escondia, de fato, um imenso saber. Na conversa, chegamos a Florença, que eu havia visitado meses antes.²⁰⁸

O edital de 1972 diz que na segunda fase será realizada uma “rigorosa investigação dos costumes e do conceito corrente dos candidatos”²⁰⁹ que tinham efeito eliminatório. Essa “avaliação” se mantém até 1983, com militares compondo a banca. Uma entrevistada que entrou justamente neste período relata:

[...] a banca examinadora era composta por militares, enfim... era uma coisa até muito, muito, um peso muito forte, você sentia que intimidava muito, e o exame era feito, fora o exame acadêmico [...] depois você tinha esse exame com a banca, que era uma coisa que intimidava. Eu me lembro que a gente era exposta a situações terríveis, eu me lembro que eu entrei na banca, uma banca de umas oito pessoas, era de uniforme, tinha médico também, etc... entrei na banca e um militar disse: ‘a senhora tire a blusa’. Aí eu disse: ‘bom... é... eu vou precisar repetir algum exame médico?’ Daí ele disse assim: ‘suponha que sim e suponha que não’. Eu disse: ‘na suposição que eu tenha que fazer um exame médico, por favor me encaminhe para o lugar onde eu serei examinada, supondo que eu não vou fazer nenhum exame médico não vejo razão de eu tirar a blusa’.²¹⁰

²⁰⁸ AZAMBUJA, Marcos. **Casa bem-assombrada**: O Itamaraty antes da sua ida para Goiás. In: Revista Piauí. Edição 54. Março de 2011.

²⁰⁹ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Edital. Brasília, 1972, p. 12.

²¹⁰ Entrevista concedida em novembro de 2014. Diplomata anônima.

A entrevista, sobretudo no período militar, tinha um caráter fiscalizador, buscando excluir da carreira aqueles que fossem críticos ao governo. Mas além disso, coagia-se mulheres e demais que não estivessem de acordo com os agentes do campo diplomático. Joaquim Barbosa relata que, em 1980, foi eliminado nessa etapa. Sua aparência foi descrita pelos examinadores como regular e no relatório consta “tem uma auto-imagem negativa, que pode parcialmente ter origem na sua condição de *colored*”²¹¹.

Como se pode ver, há alguns problemas nas avaliações orais, que tinham o objetivo claro não só avaliar o conhecimento dos candidatos, mas de coagi-los para avaliar sua capacidade de resposta. As provas podiam também expor o avaliado a situações constrangedoras ou eliminá-lo por questões meramente subjetivas, ficando a critério da banca decidir se o entrevistado era ou não adequado à diplomacia brasileira. Como aponta um outro entrevistado que entrou na Casa nesse período, mas já no governo civil de José Sarney (1985-1989):

[...] lá você tinha a tal da banca examinadora, oral, um critério totalmente subjetivo se você poderia ou não ser um diplomata, isso caiu por ações na justiça, aliás por filhos de diplomatas. Alguns examinadores achavam que eles não tinham perfil para ser diplomata, eram muito imaturos, ou tinha de fato problemas com relação a sexualidade dos candidatos [...]. Tinha um colega nosso, Embaixador, que fazia parte dessa banca, e o apelido dele era *deer hunter* (caçador de “veados”, isto é, homossexuais). Isso de fato, é uma banca, cuja legalidade era no mínimo discutível, para dizer o mínimo. Então tinha, resvalava muito nessa coisa de sexualidade das pessoas, de raça.²¹²

Apesar disso, as provas orais, diferente das entrevistas, não tinham os problemas dos constrangimentos e nem a evidente intenção de constranger e eliminar mulheres, negros, gays e lésbicas. No caso das mulheres, passível de ser mensurável, e, portanto, extensivo aos demais, há o aumento de 4,9% na aprovação ao se limitar as provas somente à modalidade escrita.

²¹¹ Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/radar-on-line/judiciario/o-dia-em-que-joaquim-barbosa-foi-reprovado-no-itamaraty/>

²¹² Entrevista concedida à autora em outubro de 2014. Diplomata anônima.

1.3.6. A nomeação imediata

O concurso é só o primeiro passo na carreira diplomática. Após aprovado, o candidato passa por dois anos de formação em um curso equivalente a um mestrado, no Instituto Rio Branco. Outrora a nomeação só se dava após a conclusão do Curso de Preparação à Carreira Diplomática no referido instituto. Isso, portanto, constituía uma dificuldade para os candidatos que não morassem no Distrito Federal ou que tivessem poucos recursos.

Na década de 1950, além da exigência de que o candidato tivesse dois anos de estudos universitários na bagagem,

[...] o processo de exames – orais e escritos – se estendia por seis meses, e como o curso de preparação durava dois anos, o candidato deveria prover seus gastos por quase três anos, sem qualquer remuneração, salvo se conseguisse provar à administração estar literalmente à míngua de recursos. Ao contrário das corporações militares, não dispúnhamos de alojamentos, nem de serviços médicos, nem de alimentação regular para os aspirantes, o que tinha o efeito de desencorajar os que temiam não poder arcar com as despesas. A própria carga horária das aulas, e a necessidade de produzir papéis, e de estar preparado para arguições e exames, impedia que um aluno pudesse ter algum emprego complementar. Conclusão: a natureza das coisas privilegiava os candidatos de classe média do Rio de Janeiro e, em menor medida, os que vinham de regiões mais próximas da então capital.²¹³

Houve também, em determinado período, concessão aos aprovados de uma bolsa de mestrado da CAPES, mas isso não era o suficiente para se manter na capital federal, ainda mais com o *habitus* imposto pela carreira:

Os diplomatas tinham que pagar despesas com restaurantes, comidas finas e os demais 'hábitos caros' que competiam à carreira. Para tanto, recebiam uma quantia que era considerada muito abaixo do que ele deveria gastar por mês para levar uma vida apropriada. Grande parte vivia com o apoio financeiro dos pais, e alguns davam aulas particulares (principalmente de línguas), para complementar o orçamento.²¹⁴

A partir de 1995 a nomeação passou a ser imediata, ou seja, logo

²¹³ AZAMBUJA, Marcos. **Casa bem-assombrada**: O Itamaraty antes da sua ida para Goiás. In: Revista Piauí. Edição 54. Março de 2011.

²¹⁴ OLIVEIRA, Ana Paula Conceição. **Diplomatas Negros (as)**: Ação afirmativa no Instituto Rio Branco e Trajetória de Diplomatas (ex-bolsistas). Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, da Universidade Federal da Bahia. 2011. p. 58.

após a aprovação no concurso. Hoje, o aprovado é nomeado Terceiro Secretário, e, após sua formatura, pode atuar como diplomata nas embaixadas, consulados e escritórios do Brasil e do exterior.

Dados evidenciam que a exigência do Curso de Preparação à Carreira Diplomática, sem a nomeação após o concurso, restringia o interesse e as possibilidades daqueles que não tinham condições de se manter durante dois anos em Brasília, aumentando assim o caráter elitista da carreira.

De 1973 até 1990 a média de candidatos que faziam o processo seletivo foi de aproximadamente 683. Os dados obtidos após 2005, embora irregulares, têm o menor número em 2014, que foi de 4.152 com o pico de 8.667 em 2007. Esse crescimento substancial é resultado de múltiplos fatores, entre eles: (i) a nomeação imediata a partir de 1995, que possibilitava aos candidatos se mudar para o Distrito Federal e se manter com recursos próprios; (ii) aumento no número de vagas, aumentando as chances de aprovação e (iii) eliminação ou critério menos rígido – apenas classificatório – para as provas de francês e espanhol.

1.3.7. O critério etário

Entre as mudanças ocorridas no processo seletivo, o critério de idade dos candidatos sofreu alterações significativas. Durante a maior parte do tempo do processo seletivo, o limite de idade era de 32 anos. Mesmo com a proibição pela Constituição Federal de 1988 de qualquer discriminação por critério etário, até 1996 foi mantida a regra, embora o limite de idade tenha aumentado. O concurso passou a ser possível para aqueles que tinham até 36 anos. Em 1996 este critério foi finalmente abolido.

Considerando esse aspecto, é importante analisar a idade dos ingressantes na carreira. Quando se verifica as informações de 1.556 diplomatas, temos o seguinte desenho etário:

TABELA 16 - Média de idade ao longo do tempo

ANOS	IDADE
1966 - 1970	23
1971 - 1980	26
1981 - 1990	26
1991 - 2000	27
2001 -2010	28
2010 - 2014	28
Total de informações	1556

Fonte: Banco de dados dos diplomatas ativos. Elaboração da autora.

A idade média dos ingressantes na carreira vem aumentando lentamente ao longo do tempo, passando de 23 para 28 anos. Sendo atualmente em torno de 27 anos. Cerca de 29,3% dos entrevistados no *survey* disseram não ter tido nenhuma atividade remunerada antes do ingresso na carreira, dedicando o tempo para a preparação do concurso, já que não é raro muitos fazerem o concurso mais de uma vez²¹⁵. A baixa faixa etária, a dificuldade do processo seletivo e o alto índice de pessoas que se dedicaram apenas a ele apontam para o necessário capital cultural acumulado através do convívio familiar e do ingresso em escolas de elite, somado ao capital econômico dos pais tanto para garantir o ingresso nesses espaços quanto para a manutenção da vida durante os tempos de preparação.

Como se pode ver, a eliminação desta imposição não alterou de modo significativo o perfil etário da diplomacia brasileira, embora ele tenha aumentado cinco anos nas últimas cinco décadas, a carreira continua sendo procurada por jovens.²¹⁶

²¹⁵ Nesta notícia de 2011, alguns candidatos revelam que estão na sua segunda ou terceira tentativa: <http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2011/06/concurso-2011-para-diplomata-e-o-mais-concorrido-dos-ultimos-10-anos.html>

²¹⁶ Na análise antropológica de Moura (1995) fica evidente tanto a presença de jovens, como seu desejo de fazer parte da carreira era um projeto que antecedia inclusive a entrada na universidade.

1.3.8. O Prêmio-bolsa vocação para a diplomacia

A questão dos negros é ainda mais difícil do que das mulheres, dada a desigualdade brasileira que atinge sobretudo as parcelas não-brancas da população. Se não bastassem as exigências do concurso, que o tornam muito difícil para pessoas com baixo capital econômico e pouco investidas de capital cultural, ainda há relatos de exclusão de negros nas entrevistas ao concurso, o que ajudou a manter a instituição majoritariamente branca. A primeira denúncia de discriminação racial foi em 1946, denunciada por parlamentares.²¹⁷

A primeira nomeação para um embaixador negro só se deu ao final da gestão do ministro Celso Amorim, em 2010. Benedicto Fonseca Filho, 47, passou no concurso aos 22 anos. O Embaixador tem uma trajetória pouco convencional para este grupo e que certamente o auxiliou no processo seletivo. Filho de um funcionário da instituição, agente de portaria, ele teve oportunidade de estudar em instituições internacionais.

Foi essa experiência internacional que me despertou o interesse pelo Itamaraty. Talvez por ter estudado em escolas internacionais, na escola francesa e na americana. [...] Tive oportunidades que raramente os negros têm. Morei no exterior, estudei idiomas com a ajuda do Itamaraty, porque ajudavam nos estudos dos filhos dos funcionários²¹⁸.

É preciso frisar que há uma dificuldade adicional em se analisar esse grupo no Itamaraty: não há dados disponíveis sobre autodeclaração de cor. Assim os dados apresentados aqui são de fontes secundárias, notícias ou no site do MRE.

O Itamaraty é um espaço tão restrito que, em 2003, apenas 0,7%

²¹⁷ MUNDORAMA. **Filhos da democracia: A descolonização da diplomacia brasileira.** 2015, Disponível em: <http://www.mundorama.net/2015/02/24/filhos-da-democracia-os-diplomatas-brasileiros-na-nova-republica-1985-2010-por-rogerio-de-souza-farias-e-gessica-carmo/>.

²¹⁸ UOL. **Minha História Benedicto Fonseca Filho, 47**. 2011. Disponível em: [Http://Www1.Folha.Uol.Com.Br/Fsp/Mundo/Ft0601201107.Htm](http://Www1.Folha.Uol.Com.Br/Fsp/Mundo/Ft0601201107.Htm).

dos diplomatas brasileiros pertenciam ao grupo não-branco²¹⁹. O programa de bolsas para afrodescendentes foi implementado em 2002, no último ano da gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. Denominado “Bolsa Prêmio de Vocação para a Diplomacia”²²⁰ o programa prevê o pagamento de uma bolsa durante o período de um ano no valor de R\$ 25.000²²¹, valor pouco superior à R\$ 2.000,00 mensais, dos quais apenas 30% são admitidos para o custeio, o restante devendo ser destinado a materiais de estudos, cursos ou aulas particulares.

Para conseguir uma dessas bolsas os candidatos têm de se inscrever através da internet no sítio do CESPE-UnB e escrever uma lauda de redação sobre sua experiência como afrodescendente. Posteriormente, é preciso passar por um processo seletivo em duas etapas. A primeira é uma prova objetiva de Português, Noções de Política Internacional e História do Brasil, realizada em várias capitais. A segunda é uma entrevista²²² com os aprovados na primeira etapa, que acontece apenas em Brasília com as despesas pagas pelo IRBr. Nesta etapa os candidatos têm de apresentar: plano, cronograma e orçamento para os estudos. Os demais aspectos avaliados são: “a) formação acadêmica; b) adequação e viabilidade do Plano de Estudos e Desembolso; c) necessidade de apoio para realização de seus

²¹⁹ UOL. **Negros contam com o apoio de intelectuais para ingressar no Itamaraty**. 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/imprescindivel/dia/gd060203.htm>.

²²⁰ Em discurso em dezembro de 2001, o Presidente da República afirma: “Quero lhes dizer que a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos vai apoiar um programa de ação afirmativa no Instituto Rio Branco, que é o responsável pela formação dos diplomatas brasileiros. Serão concedidas 20 bolsas de estudos para afrodescendentes para que se preparem, especificamente, para o concurso que haverá – como há todo ano – no Itamaraty. Precisamos ter um conjunto de diplomatas – temos poucos – que sejam o reflexo da nossa sociedade, que é multicolorida, e não tem cabimento que ela se apresente pelo mundo afora como se fosse uma sociedade branca, porque não é” (CARDOSO, 2001, p. 728).

²²¹ Este valor da bolsa foi reajustado em 2003, já no governo Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2002, o auxílio era de R\$ 15.000. O número de bolsas também passou de 20 para 30 anuais.

²²² O diplomata e um dos responsáveis pelo programa esclarece um dos objetivos da entrevista: “Então, quando nós procuramos trabalhar com Bancas de Reparação sobre como se constituiu essa identidade como afrodescendente, a gente quer manter o foco do Programa, a gente não quer que o Programa seja motivo de chacota: ‘Ah, olha, a loirinha de olho verde ganhou a Bolsa’. Não, isso não pode acontecer! Mesmo que ela seja afrodescendente, por quê? Porque no caso do Brasil, a gente sabe que o fenótipo tem muita importância. A pessoa que tem a pele muito clara tem o olho mais claro. Mesmo que seja afrodescendente, ela não vai ser identificada como tal. E isso tem peso na vivência que ela vai ter da sua identidade racial” (OLIVEIRA, 2011, p. 66).

estudos preparatórios ao Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata; d) expectativas pessoais sobre a Carreira Diplomática; e) experiência pessoal do candidato como afrodescendente; f) conhecimento e aceitação dos objetivos do programa.”²²³ Os demais requisitos para pleitear a bolsa estão todos os contidos no edital para o concurso mais ter realizado a inscrição e se autodeclarar afrodescendente. A bolsa poderá ser renovada até quatro vezes,²²⁴ desde que o candidato tenha apresentado rendimentos satisfatórios nos concursos de seleção.

As bancas são compostas por representantes do IRBr, diplomatas (ex) bolsistas, da Seppir, do CNPQ e da Fundação Palmares, que trazem representantes para participar do processo seletivo. As Bolsas são concedidas àqueles candidatos e candidatas que obtiverem maior pontuação na escala classificatória da seleção do PAA.²²⁵

O sítio do IRBr traz a seguinte informação: “até 2014, o Ação Afirmativa já concedeu 594 bolsas para 354 bolsistas, dos quais 21 foram aprovados no CACD”²²⁶. Levando em consideração o número de bolsistas com o número de aprovados, apenas 6% deles, mesmo com as renovações, conseguiram a aprovação no concurso. Caso se considere o total de 740 diplomatas ingressos de 2003 a 2014, esse percentual cai para menos de 3% dos aprovados. Isso demonstra que, apesar de ser um programa importante, ele ainda não é suficiente para tornar aptas pessoas que estiveram em condições sociais de desvantagem social, econômica e cultural para competir com os demais. Tendo em vista a baixa eficiência ao programa, cujas críticas

²²³ MRE. Programa de ação afirmativa. 2015. Disponível em: http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/programa_de_acao_afirmativa.xml.

²²⁴ “A) A primeira renovação da bolsa-prêmio é facultada a todos os candidatos sem restrições; b) A segunda renovação da bolsa-prêmio é condicionada a desempenho satisfatório anterior (aprovação e classificação) na primeira fase do CACD; c) A terceira renovação da bolsa-prêmio é condicionada a desempenho satisfatório anterior (aprovação e classificação) na primeira e segunda fases do CACD; d) A quarta e última renovação da bolsa-prêmio é condicionada a desempenho satisfatório anterior (aprovação e classificação) na primeira, segunda e terceira fases do CACD.” (disponível em: http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/programa_de_acao_afirmativa.xml).

²²⁵ OLIVEIRA, Ana Paula Conceição. (2011) Diplomatas Negros (as): Ação afirmativa no Instituto Rio Branco e Trajetória de Diplomatas (ex-bolsistas).. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, da Universidade Federal da Bahia, p. 66.

²²⁶ MRE. Programa de ação afirmativa. 2015. Disponível em: http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/programa_de_acao_afirmativa.xml.

serão analisadas abaixo, em 2011 foram criadas as cotas para a primeira fase do concurso. De acordo com uma diplomata: “o ministro Celso Amorim sempre quis que o nosso Concurso atingisse mais brasileiros abarcando a toda diversidade do País. Foi uma decisão do nosso ministro Celso Amorim. Se ele tomou essa decisão é porque estava certo no que estava fazendo.”²²⁷

Uma das críticas apresentadas ao programa e que pode explicar a baixa aprovação é a desistência dos bolsistas de fazer o concurso.

Para o secretário Márcio, não há como controlar as desistências porque o concurso é gratuito, com a inscrição feita pela internet. Sendo assim, há o livre-arbítrio para que o candidato possa, no dia da prova, se apresentar para fazê-la. Não há medida punitiva ou que bloqueie essa atitude que, a meu ver, diminui as oportunidades de outrem quanto uma ação afirmativa.²²⁸

Outras críticas apresentadas é a falta de acompanhamento e tutoria aos bolsistas. As tutorias dependem do interesse e disponibilidade de diplomatas para orientar os beneficiários.

Para compreender o perfil dos beneficiários do programa, de doze diplomatas que foram aprovados no concurso, sete eram do Sudeste, quatro do Nordeste e um do Centro-Oeste²²⁹. Os diplomatas nordestinos apontaram a necessidade de se mudar para São Paulo, Rio de Janeiro ou Brasília em busca dos melhores cursinhos e preparação para a carreira e relataram que, por vezes, tinham de conciliar os estudos com trabalhos que mantivessem sua subsistência fora de sua cidade²³⁰. As diferenças de acesso tornam ainda mais

²²⁷ OLIVEIRA, Ana Paula Conceição. **Diplomatas Negros (as): Ação afirmativa no Instituto Rio Branco e Trajetória de Diplomatas (ex-bolsistas)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, da Universidade Federal da Bahia, 2011. p. 78.

²²⁸ OLIVEIRA, Ana Paula Conceição. **Diplomatas Negros (as): Ação afirmativa no Instituto Rio Branco e Trajetória de Diplomatas (ex-bolsistas)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, da Universidade Federal da Bahia, p. 69. 2011.

²²⁹ OLIVEIRA, Ana Paula Conceição. **Diplomatas Negros (as): Ação afirmativa no Instituto Rio Branco e Trajetória de Diplomatas (ex-bolsistas)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, da Universidade Federal da Bahia. 2011.

²³⁰ “Alguns diplomatas (ex) bolsistas residiram em casas de parentes por algum tempo enquanto conseguiam empregos para se auto-sustentarem nas grandes cidades quando distantes de suas famílias, quatro diplomatas relataram trabalhar ao mesmo tempo em que

difícil a condição dos afrodescendentes negros das regiões Norte e Nordeste em particular, já que precisam custear as despesas para se manter longe de casa. Essa certamente é outra dificuldade que acaba diminuindo os efeitos das bolsas no processo de aprovação.

Entre as histórias relatadas no trabalho de Oliveira (2011) estão famílias de classe média-baixa cujos pais se esforçaram para dar uma educação que garantisse a apreensão dos aspectos culturais legitimados. Sete entre 12 diplomatas passaram por instituições privadas de ensino; os demais passaram por colégios militares ou escolas de aplicação e apenas um fez sua formação exclusivamente em instituições públicas de ensino. No Ensino Superior é mantido este padrão, com dez diplomatas em instituições privadas e cinco em públicas, que são as de mais difícil acesso. Vários desses pais conseguiram acessar o Ensino Superior.

Um diplomata entrevistado deixa claro que a bolsa auxilia negros de classe média ou até alta a passar no concurso.

A idéia que tenho, que está até sendo compartilhada entre os demais da mesa, é que não se está atrás do negro que não teve uma base, que não teve uma boa educação. Você está atrás do negro que tem base, que tem chances de passar no concurso. Provavelmente ele será de classe média ou até classe alta e ele, que já tem a possibilidade real de passar, vai ter o reforço da bolsa por um ou dois anos, para se preparar e com esse reforço ele vai poder se dedicar, exclusivamente, à preparação, e se igualar então aos demais concorrentes, que são pessoas de fato que podem se dar ao luxo de depois que concluir a graduação, muitas que já moraram no exterior e etc. e tal, podem se dar ao luxo de estar só estudando até passar em um concurso como o Rio Branco.²³¹

Ao contrário dos relatos históricos de exclusão, os dados analisados, juntamente com esta fala, deixam evidentes as iniciativas do Ministério em

tinham a bolsa que, no início do programa era de R\$1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais) mensais e só podia custear professores particulares, cursos e material para estudo, mas não cobria gastos como aluguel, despesas com água, luz e internet. Do grupo entrevistado apenas um diplomata recebia apoio de sua família em forma de recursos financeiros para custear os estudos em outra cidade, mas, em geral, notei que o diplomata que migrava preocupava-se em enviar recursos para apoiar suas famílias” (OLIVEIRA, 2011, p. 95).

²³¹ OLIVEIRA, Ana Paula Conceição. **Diplomatas Negros (as):** Ação afirmativa no Instituto Rio Branco e Trajetória de Diplomatas (ex-bolsistas).. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, da Universidade Federal da Bahia, 2011. p. 110.

deixar de ser majoritariamente de e para pessoas brancas. Essa iniciativa, no entanto, seleciona os afrodescentes capazes de ter capturado grande parte do capital cultural exigido no concurso *antes* de se tornar bolsista. A medida, portanto, seria voltada para que este grupo pudesse chegar em condições de concorrer com o grupo branco altamente elitizado.

[...] podemos dividir as respostas dos bolsistas referente à classe média em dois blocos. No primeiro, estão os bolsistas que se reconhecem privilegiados pelo fato de poderem desfrutar e ter acesso a bens sociais e culturais nessa estrutura social profundamente desigual; que frequentaram e conseguiram formação fundamental, médio e superior em instituições escolares de prestígio social; têm domínio de línguas estrangeiras; oportunidades de viajar de férias, em intercâmbios culturais, a estudos e/ou a trabalho; ocupam cargos não-manuais de prestígio social; têm acesso a bens culturais – literatura, arte, cinema, teatro, assinatura de revistas, jornais, acesso à internet, bens que não são acessíveis a todos; e têm comportamentos e práticas sociais distintos que indicam o habitus da classe média. No segundo, os bolsistas que se reconhecem privilegiados, mas são veementes ao afirmar que não pertencem à classe média ao comparar a sua situação econômica, social e cultura com pessoas por eles considerados de classe média, ou seja, tendo como “grupo de referência”, “extra- grupos”, grupos pelos quais eles não se vêem pertencer, grupos que considerem estar excluídos.²³²

E, como se viu, apesar disso, o programa é pouco eficaz se não for conjugado com medida mais efetivas, como a reserva de vagas, que foi instituída de forma parcial em 2011 e plena a partir do edital de 2015.²³³

²³² LIMA, Vera Lúcia Alves Rodrigues. **A inserção do negro na carreira de diplomata:** ação afirmativa para o Instituto Rio Branco. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2005, p. 93.

²³³ No edital de 2015, atendendo à Lei Nº 12.990, de 9 de junho de 2014, voltada a todo os concursos do funcionalismo público, são reservadas 20% das vagas para candidatos afrodescentes (negros) em todas as etapas do concurso.

2. A CONSTRUÇÃO DO *HABITUS* DIPLOMÁTICO

Como já abordamos as alterações nas regras de recrutamento, assim como medidas que deixaram o campo um pouco mais diverso, agora é preciso entender o *habitus diplomático* propriamente dito e tentar responder à segunda questão a que se propôs este trabalho: a diversidade altera o *habitus* presente na carreira? Ou seja, há alterações nas disposições mentais e corporais dos seus agentes? Ou essas estruturas estruturadas continuam funcionando como estruturas estruturantes? Já que:

Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*, sistemas de *disposições* duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente 'reguladas' e 'regulares' sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro.²³⁴

Para entender a relação campo e *habitus* é preciso compreender como Bourdieu trata essas duas esferas como relacionais, em que as condutas individuais podem influenciar as estruturas objetivas e vice-versa. Trata-se, nesse sentido, de uma relação dialética entre estrutura e agente numa conjuntura que torna possível a atualização deste *habitus*, que é um sistema de disposições mentais e corporais duráveis, transferíveis, mas passíveis de serem modificados. Em outras palavras, diz respeito a uma matriz de apreciações, ações e percepções que tornam possíveis a realização de tarefas a partir de esquemas pré-estabelecidos obtidos por relações dialéticas de análise dos resultados esperados e obtidos.²³⁵

²³⁴ BOURDIEU, Pierre. **Estruturas, habitus, práticas**. In: *Senso Prático*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009. p. 87.

²³⁵ MICELI, Sérgio. **A força do sentido**. In: Bourdieu, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

A teoria bourdiesiana de campo e *habitus* procura dialogar e compor a partir das teorias estruturais e a teoria da ação, buscando estabelecer uma relação entre as duas que não seja a de determinação de uma sobre a outra.

A noção de campo refere-se a espaços objetivos de relações entre agentes diferencialmente posicionados segundo uma distribuição desigual de recursos materiais e simbólicos, isto é, de capitais múltiplos que operam como meios socialmente eficientes de exercício do poder. O conceito de *habitus* aponta, por sua vez, para esquemas simbólicos subjetivamente internalizados de geração e organização da atividade prática dos agentes individuais, esquemas que tomam a forma de disposições mentais e corporais, isto é, modos potenciais socialmente adquiridos e tacitamente ativados de agir, pensar, sentir, perceber interpretar, classificar e avaliar.²³⁶

Embora considere que a análise bourdiesiana tenda para os constrangimentos da estrutura sobre a subjetividade dos indivíduos, pretende-se aqui verificar se com a mudança parcial dos atores o *habitus diplomático* também muda.

O *habitus* diplomático pode ser entendido como a apreensão aparentemente naturalizada de uma série de códigos, sendo traduzido na carreira como uma vocação.²³⁷ Essa ideia, ao fazer parecer que esses códigos são traços da personalidade, individuais, acaba por camuflar o fato de que são códigos aprendidos e internalizados. Em outras palavras, tratar o *habitus* diplomático como vocação torna invisíveis as condições e oportunidades objetivas de apreensão e internalização dos critérios distintivos e dos capitais fundamentais para ocupar e disputar espaços neste campo. No caso do Itamaraty, as origens não se remetem apenas à classe social, mas também à origem geográfica e espacial e que por vezes são redes de relações que antecedem a vida institucionalizada e que transferem para a instituição a unidade observada fora dela. Vasco Leitão da Cunha, ministro entre os anos de

²³⁶ PETERS, Gabriel **Habitus, reflexividade e neo-objetivismo na teoria prática de Pierre Bourdieu**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, vol. 28, nº 83. 2013. p. 48.

²³⁷ Vocação é entendida aqui como “mera transfiguração ideológica da relação que se estabelece objetivamente entre uma categoria de agentes e um estado de demanda objetiva, ou melhor, do mercado de trabalho, e que se concretiza através de uma carreira por intermédio do sistema de disposições produzidas pela interiorização de um tipo determinado de condições objetivas envolvendo um tipo determinado de oportunidades objetivas” (BOURDIEU. 2007, p. 200).

1964 e 1965, diz, por exemplo, que a carreira diplomática é parte de uma vocação. O Embaixador Gelson da Fonseca segue a mesma linha de interpretação, escrevendo no prefácio de seu livro que ela: “quase vem do berço”.²³⁸ Essa vocação estaria relacionada ao prazer pela diversidade de interesses, pelo cultivo de elementos da cultura legítima e também pelo domínio de várias línguas, como exemplificado abaixo:

[...] exigência natural para o bom desempenho profissional, é o gosto e a facilidade para línguas. Vasco falava inglês em casa (era a língua de sua mãe); conta, pitorescamente, como aprendeu francês aos cinco anos em Paris e dominou mais tarde o espanhol, o italiano e um pouco do russo. Lê ‘apaixonadamente’ os clássicos da literatura e da história e ganha cultura humanística, outra condição necessária para quem quer entender outros povos e costumes.²³⁹

O aprendizado de línguas, das regras de etiqueta, de uma “cultura humanística” que inclui dispor de conhecimento histórico e literário acabam por estabelecer distinções significantes²⁴⁰ que diferenciam o campo diplomático dos demais. Essas distinções acabam construindo um capital simbólico importante que pode não ser determinante mas são valorizadas na carreira.

[...] o Itamaraty, quando eu entrei, eu entrei... eu fiz exame, acho que em 62, terminei em 63. Terminei de fazer o exame em 63, pior período, fui aprovado em 63 e acabei me formando em 64. É... acho que houve, porque não há a menor dúvida, com raras exceções, eram da zona sul do Rio de Janeiro, entre as quais eu.²⁴¹

Essas são algumas passagens daqueles que, enquanto diplomatas de carreira, ocuparam o cargo de ministro. Para além do capital político acumulado, é preciso também considerar outros capitais simbólicos evidenciados nessas falas e que ajudam a compreender como alguns conseguem destaque perante os demais. Isso não está ligado necessariamente às origens: Azeredo da Silveira e Vasco Leitão da Cunha têm origens um

²³⁸ CUNHA, Vasco Leitão. **Diplomacia em Alto mar**: depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994. p. 31.

²³⁹ CUNHA, Vasco Leitão. **Diplomacia em Alto mar**: depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994. p. 31.

²⁴⁰ BOURDIEU, Pierre. **La distinction**: critique social du jugement. Paris: Les Éditions de Minuit. 1979.

²⁴¹ Entrevista concedida à autora em 02 de julho de 2015.

pouco mais próximas, o pai e avô faziam parte do campo político – deputado federal e senador, respectivamente. O pai de Vasco Leitão da Cunha era advogado, mas também tinha ligações com o campo político. Seu tio foi ministro da Educação e Saúde em 1946 e 1947 e seu pai era próximo do Barão do Rio Branco. Ramiro Saraiva Guerreiro, entretanto, não tinha origens próximas ao campo político ou diplomático. Filho de médico, migrou da Bahia para o Rio de Janeiro e sua primeira ocupação foi de escrivão de polícia, ocupação que lhe possibilitou pagar professores de línguas estrangeiras para se qualificar para o concurso do Instituto Rio Branco, no qual passou em primeiro lugar. Luiz Felipe Lampreia era filho, neto e bisneto de diplomatas e Celso Amorim, assim como Guerreiro, não tinha vínculos com pessoas da instituição.

Assim como a ideia de vocação, o gosto ou o “bom gosto” também é parte de um poder simbólico que, assim como os demais, costuma mascarar seus processos de apreensão sob o manto da naturalização. Em outras palavras, o gosto é o produto das relações de diferentes instâncias de produção, às vezes interdependentes e dotadas cada uma de um poder estruturante.²⁴²

O “bom gosto” é aquele que foi aprovado no processo de legitimação do que é considerado bom, do que deve ser valorizado, apreciado, cultivado. Ele é parte da desigualdade na qual estão estruturadas as relações sociais. Na descrição de Joaquim Nabuco, por exemplo, nota-se a presença desses elementos inculcados através da socialização familiar e no seu grupo social “como seu irmão mais velho, Sizenando, Joaquim foi educado no manejo das maneiras, das palavras, na modulação do corpo e da voz, de modo a encarnar as marcas de seu grupo social.”²⁴³

Os gostos são capazes de evidenciar as “oposições entre as classes”. Não se ignora, aqui, as críticas que o livro *La distinction*, de Pierre

²⁴² LIZÉ, Wescelas e ROUEFF, Olivier. **La fabrique des goûts**. Actes de la Recherche En Sciencs Sociales. Numéro 181-182. 2010. p. 4 – 11.

²⁴³ ALONSO, Angela. **Perfis brasileiros: Joaquim Nabuco**. São Paulo: Companhia das Letras. 2007. p. 21.

Bourdieu, recebe por sua correlação entre gosto e classe social, sobretudo por desconsiderar outras barreiras como idade, gênero, etnicidade e localização geográfica.²⁴⁴ Ou ainda de que esse tipo de análise bourdiesiana não consegue mais dar conta das condições atuais.²⁴⁵ Entretanto, “contrariamente aos defensores da desconstrução das hierarquias sociais, sugere que a especificidade dos gostos próprios às diferentes e frações de classe está longe de ser uma ideia ultrapassada, especialmente em sociedades como a brasileira.”²⁴⁶

O *habitus* diplomático impõe uma noção de gosto que é universal e distintiva. Se por um lado ela é comum e comparável entre os diplomatas, também é distinta e distintiva da média dos cidadãos dos países representados.

Os sujeitos sociais se distinguem por meio de distinções entre o belo e o feio, o distinto e vulgar que se exprimem ou são traduzidas por duas classificações objetivas. E por causa disto, o exemplo mostra a análise estatística de que as oposições observadas no consumo cultural também são encontrados no consumo de alimentos: a antítese entre quantidade e qualidade, grandes e pequenos pratos, a substância e a forma ou formas, abrange a oposição, a desigualdade entre o gosto ligado à necessidade, com alimentos mais nutritivos e econômicos e o sabor da liberdade – ou do luxo, que, por oposição ao ao francês popular, dá ênfase à forma (de apresentar, de servir, de comer, etc.), trata-se de uma estilização que que negação da função alimentar. (Tradução livre)²⁴⁷

A afirmação acima demonstra a significância dos padrões culturais e

²⁴⁴ HALL, John. R. **The capital (s) of cultures: a nonholistic approach to status situations, class, gender, and ethnicity**. In LAMONT, Michèle e Fournier, Marcel. *Cultivating differences: symbolic boundaries and the making of inequality*. The University of Chicado Press, 1992.

²⁴⁵ FRIDMAN, Viviana e OLLIVIER, Michèle. **Goûts, pratiques culturelles et inégalités sociales: branchés e exclus**. Revista Sociologie et Sociétés, vol. XXXVI, 2004 p. 3 – 11.

²⁴⁶ PULICI, Carolina. **O gosto dominante como gosto tradicional: preferências e aversões estéticas das classes altas de São Paulo**. *Novos Estudos*, n. 91, novembro de 2011, p. 54.

²⁴⁷ BOURDIEU, Pierre. **La distinction: critique sociale du jugement**. Paris: Les Éditions de Minuit. 1979.

« Les sujets sociaux se distinguent par les distinctions qu'ils opèrent entre le beau et le laid, le distingue et le vulgaire, et ou s'exprime ou se traduit leur position dans les classements objectifs. Et de ce fait, l'analyse statistique montre par exemple que des oppositions de même structure que celles qui s'observent em matière de consommations culturelles se retrouvent aussi en matière de consommations alimentaires: l'antithèse entre la quantité et la qualité, la grande bouffe et les petits plats, la substance et la forme ou les formes, recouvre l'opposition, liée à des distances inégales à la necessite, entre le goût de necessite, qui porte vers les nourritures à la fois les plus nourrisantes et les plus économiques, et le goût de liberte – ou de luxe – qui, par opposition au franc-manger populaire, porte à déplacer l'accent de la matière vers la manière (de présenter, de servir, de manger, etc) par un parti de stylisation qui demande à la forme et aux formes d'opérer une dénégations de la fonction” (BOURDIEU. 1979, p. II, VI)

de gosto na produção e reprodução do campo. Qualidade, quantidade, a maneira de apresentar e servir a comida, por exemplo, fazem parte de processo de distinção que precisa ser considerados.

O universo da cultura não é tomado como o reino da fruição estética desinteressada, mas como *locus* de divisões, barreiras, segregações e conflito de poderes. O gosto é a arena onde essas disputas simbólicas são travadas, onde grupos sociais almejam se distinguir uns dos outros, buscando impor as regras sociais que lhes são favoráveis, em busca de prestígio e reconhecimento e poder.²⁴⁸

Ao representarem a capacidade de apreciação e preservação da arte e cultura, o fazem através dos elementos que são legitimados como sendo expressões artísticas e os aspectos culturais definidores da cultura do país que representam.

O domínio naturalizado dos traços da cultura legítima, mais o aspecto físico, a cor da pele, a forma de falar e se vestir eram aspectos importantes nos primeiros anos da República. Tal qual alguns concursos no Ministério da Defesa, até um determinado momento exigia-se altura mínima para se fazer o processo seletivo do IRBr.

O regulamento do IRBr diz que as pessoas devem se vestir com traje 'passeio completo', nada mais. Não diz nada em relação a cabelos, acessórios, cores de vestimenta ou outros aspectos da apresentação física. Contudo esse é um aspecto de grande relevância na casa. Há casos de alunos do IRBr que são repreendidos por vestir camisas escuras, gravatas 'coloridas demais', roupas muito apertadas ou decotadas, brincos ou colares muito grandes. Os casos de repreensão explícita por um superior hierárquico, no entanto, são bastante raros.²⁴⁹

Num ambiente altamente homogêneo como este, pode-se dizer que os diplomatas de mesma origem social, geográfica, escolar, étnica e de gênero reproduzem no interior da instituição o seu *habitus* de origem, que se resume em grande medida num domínio naturalizado dos aspectos culturais legítimos: entender de vinho e comida, gostar de ler e escrever textos literários, vestir-se

²⁴⁸ GARSON, Marcelo. **Bourdieu e as cenas musicais – limites e barreiras**. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, PR – 4 a 7 de setembro de 2009, p. 4.

²⁴⁹ MOURA, Cristina Patriota. **O Instituto Rio Branco e a Diplomacia Brasileira: um estudo de carreira e socialização**. Rio de Janeiro: FGV. 2009. p. 83.

de forma adequada ao campo, entender e consumir obras de arte e músicas legitimadas etc. No entanto, os que não detêm esses elementos têm o desejo de internalizá-los, já que estes esquemas são transferíveis e passíveis de serem incorporados, mesmo que de forma tardia. Dessa forma, o *habitus* diplomático, mesmo se tratando de uma estrutura estruturada, acaba por se comportar como uma estrutura estruturante. É claro que aqueles que incorporam essas disposições *a posteriori* ficam mais expostos e podem ter mais problemas em serem aceitos pelos pares que têm o *habitus* internalizado precocemente.

A repreensão mais comum é silenciosa, feita com um olhar diferente, sentida nas pequenas coisas. Ademais, os próprios alunos controlam uns aos outros, fazendo comentários sobre as vestimentas alheias. É interessante como, principalmente entre os homens, um comentário sobre qualquer peça de vestuário gerava grande incômodo na pessoa. Ao cabo de dois meses no IRBr, é possível perceber um processo de homogeneização no vestuário dos alunos.²⁵⁰

Fica evidente como as vestimentas são um elemento de hierarquização e distinção, entre “aqueles que sabem se vestir e aqueles que não sabem”. Este saber naturalizado implica não só no uso das vestimentas corretas de acordo com a ocasião, como também são considerados seu corte, ajuste e tecidos estabelecidos como corretos pelos padrões de etiqueta e estilo vigentes. Aos outsiders restam a apreensão e aplicação das regras estabelecidas, caso contrário poderão ser tachados de excêntricos, inadaptados ou até mesmo indisciplinados, e isso terá resultados neste ambiente de disputa e hierarquização.

Dentre as formas mais comuns e influentes de incorporação do capital cultural estão a família e a escola. A primeira acaba dando fluidez e invisibilidade ao *habitus* incorporado, enquanto a segunda assegura uma familiaridade tardia com esses elementos de consagração. Essa familiaridade acaba encerrando toda uma aparência de natureza naturalmente distinguida:

²⁵⁰ MOURA, Cristina Patriota. **O Instituto Rio Branco e a Diplomacia Brasileira**: um estudo de carreira e socialização. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 83.

Mudou o Natal e mudamos nós. Éramos, os empregados do Itamaraty, em primeiro lugar, poucos. E tínhamos um acurado *esprit de corps*, que vinha de afinidades de formação, temperamento e origem. Essas afinidades eram reforçadas pela modelagem que, consciente e inconscientemente, o Itamaraty imprimia aos que ingressavam na carreira. Não era, por certo, uma camisa de força, e nem por gestos e palavras se exercia nada que parecesse uma ação autoritária, coercitiva. [...] Não se impunham regras de convívio de maneira explícita, mas quando um dos nossos cardeais dizia a um grupo de diplomatas que se sentassem ‘à vontade’, todos se sentariam no mais rigoroso respeito ao que determinava a lista de antiguidade. Em outras palavras: todos sabiam o seu lugar. As vantagens de sistemas como códigos de comportamento profundamente enraizados são evidentes. Ganha-se em organicidade e coerência, mas reconheça-se, perde-se em criatividade e espontaneidade.²⁵¹

Esses sistemas de “códigos de comportamento” do qual fala o Embaixador não só dão unidade ao corpo, mas estabelecem critérios de distinção entre os pares. Essas regras são altamente hierarquizantes. Através delas os indivíduos têm seu prestígio e posição de poder reafirmadas. A ordem de sentar à mesa, por exemplo, obedece uma rigorosa ordem de precedência, muito semelhante à observada na corte de Luís XIV.²⁵² Ela leva em conta a antiguidade e a importância dos convidados. É convidado a sentar do lado direito dos “donos da casa” o casal mais antigo e/ou mais importante da noite; ao lado esquerdo o segundo casal, seguindo os demais a mesma lógica. Quanto mais longe do casal anfitrião, menos distinto é o convidado.²⁵³

O Embaixador Marcos Azambuja deixa clara a internalização do *habitus* diplomático pelos seus agentes, ao dizer que não se tratava de “uma camisa de força” ou de uma “ação autoritária, coercitiva” e que mesmo assim todos sabiam as regras. Isso explicita essa capacidade do *habitus* de engendrar liberdades controladas de pensamentos, percepções, expressões e ações.²⁵⁴ Nesse sentido, o Instituto Rio Branco, como escola diplomática,

²⁵¹ AZAMBUJA, Marcos. **Casa bem-assombrada**: O Itamaraty antes da sua ida para Goiás. In: Revista Piauí. Edição 54. Março de 2011.

²⁵² ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. 2001.

²⁵³ TOMASS, Lea Maria. **Diferença e igualdade entre os Estados**. Uma etnografia da precedência nas relações diplomáticas. Brasília, Dissertação de Mestrado. 2001.

²⁵⁴ BOURDIEU, Pierre. **A objetividade do subjetivo**. In: Senso Prático. Petrópolis: Editora Vozes. 2009.

passa a ser um importante repassador e reproduzidor do *habitus* diplomático e sua importância enquanto regulador das práticas cresce na medida em que a instituição vai ficando um pouco mais diversa.

A ideia de “bom gosto” também está associada à de requinte, no qual a etiqueta ocupa certo destaque. A etiqueta faz parte de um minucioso cerimonial que rege a vida na sociedade de corte durante os séculos XV ao XVIII, no qual a utilização do espaço, inclusive sua distribuição, uso da linguagem, formas de tratamento e roupas eram determinados pela lei e pelo costume.²⁵⁵ A qualidade de nobre é fundamentada sobre o estilo de vida reconhecido por um longo tempo. A moda, as boas maneiras e a arte são também formas de demarcação das diferenças na sociedade de corte.²⁵⁶ Enfim, a etiqueta consiste “numa auto apresentação da sociedade de corte. Através dela, cada indivíduo, e antes de todos o rei, tem o seu prestígio e sua posição de poder relativa confirmados pelos outros.”²⁵⁷ Essas formas de distinção das sociedades de corte são observadas no Itamaraty; as regras de etiqueta, a obediência à hierarquia são aspectos fundamentais para o exercício da carreira, como observa o Embaixador André Amado sobre as regras de etiqueta que devem ser observadas:

Muito bem. A que horas se deve chegar ao jantar: À hora marcada. Errado, Junto com os demais convidados, para não incomodar. Dois equívocos em uma única resposta. Então antes de começar? Certo, desde que se saiba por quê. Ao chegar antes, o diplomata terá condições de ajudar o embaixador a receber os convidados. Aliás, adianto que antes, durante e depois do jantar o diplomata terá também de assistir o embaixador a entreter os convivas. Ele jamais deve restringir-se a uma roda com outros colegas de serviço, para não mencionar aboletar-se no melhor sofá da sala, para tirar o peso da noite dos pés. É sempre importante lembrar que o convite não foi para divertir-se, foi para trabalhar. Logo, primeira providência: “embaixador, a partir de que horas o senhor acha que poderei ser útil?”²⁵⁸

²⁵⁵ ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. 2001.

²⁵⁶ RIBEIRO, Renato Janine.. **A etiqueta no Antigo Regime: do sangue à doce vida**. São Paulo: Brasiliense. 1983.

²⁵⁷ ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.

²⁵⁸ AMADO, André. Por dentro do Itamaraty: impressões de um diplomata. Brasília: Funag, 2013. p. 56.

O julgamento acerca de determinadas temáticas também é um aspecto socialmente construído, não se tratando, portanto, de um dom inato, que circunscreve os elementos pertencentes a determinados grupos e os que dele estão excluídos. Em linhas gerais, pode-se dizer que a etiqueta, o julgamento estético e moral, além do domínio das belas artes são elementos fundamentais no exercício do poder simbólico. A etiqueta é o lócus onde os “reis vão domesticar a honra, fazendo-a fluir do trono em vez da iniciativa individual. É no sorriso de Luís XIV, mais que na espada de duelista, que o nobre vai sentir-se honrado.”²⁵⁹ A etiqueta na corte de Luís XIV, assim como na vida diplomática, é uma forma de alcançar e de manter o poder adquirido, trata-se de uma série de coerções que definem a hierarquia e a posição de cada um na organização.

[...] a Cerimônia de Formatura confere, de fato, uma identidade duradoura aos formandos, incluindo-os no mundo que dali para frente será a sua referência prioritária. Essa identidade provém de pertencer a uma coletividade que tem a conduta de seus membros regulada pelas normas da hierarquia e pela ‘tradição’ da casa, formas de sociabilidade codificadas e uma visão de mundo pautada nos valores condensados na figura do barão do Rio Branco: a diplomacia como meio de vida, a Casa e a pátria. A Cerimônia de Formatura é o ponto final dessa aquisição de identidade que começa com o ingresso no IRBr.²⁶⁰

É importante ressaltar que não se julga que os quadros do Itamaraty tenham sido substituídos por uma elite escolar de capital cultural tardio em detrimento da anterior, marcada pela invisibilidade desse capital, proporcionada pela socialização familiar. Tendo-se em vista as mudanças no Brasil e o crescimento da classe média, é possível afirmar que embora não seja a elite da zona sul carioca, trata-se de quadros que muitas vezes passam pela incorporação do capital cultural na família e na escola, com um alto percentual de pais com alta escolaridade. Como se verá à frente, isso, pelo menos em tese, garantiria a absorção desse capital desde cedo na família.

²⁵⁹ RIBEIRO, R. J. **A etiqueta no Antigo Regime: do sangue à doce vida**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 71.

²⁶⁰ MOURA, Cristina Patriota. **O Instituto Rio Branco e a Diplomacia Brasileira: um estudo de carreira e socialização**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 37.

Esse “espírito de corpo”, essa organicidade que vinha pela origem geográfica e formação e que, portanto, poderia exigir menos da instância formativa do IRBr, com o tempo passa a exigir mais. Conforme aumenta a diversificação na instituição mais o papel de formação do IRBr vai se tornando mais importante para a reprodução do *habitus*. O aumento nos quadros do Ministério poderia ter gerado mudanças ou deixado evidente o conflito entre aquilo que está estabelecido pela tradição e os novos grupos. O Embaixador Gelson Fonseca, na introdução do depoimento do ex-Ministro Vasco Leitão da Cunha, diz: “Hoje, vivemos situações muito diferentes das que o embaixador Leitão da Cunha descreve: o Ministério cresceu, perdeu sua dimensão quase familiar e adquiriu as características de uma instituição burocrática complexa.”²⁶¹ No entanto, o que se observará mais a frente é que houve pouca alteração no “*habitus* diplomático”, que continua funcionando muito mais como uma estrutura estruturante do que estruturada, o que faz pensar que o Instituto Rio Branco ocupa um papel importante na inculcação e homogeneização entre os jovens diplomatas. Em outras palavras, nesses 70 anos de processo de seleção via IRBr, observam-se algumas mudanças que tiveram importância sobre o recrutamento, mas esses fatores não podem ser sobrevalorizados, pois as mudanças parciais nos agentes recrutados se deparou com o forte processo de formação da diplomacia brasileira representado pelo IRBr. O Embaixador Rubens Ricupero, professor de História Diplomática do IRBr, nos anos 1980, revela aspectos interessantes sobre o Curso de Preparação à Carreira Diplomática (CPCD):

[...] ele é um poderoso instrumento de socialização, no sentido de criar um espírito de corpo. Não é que ele vai criar uniformidade de pensamento, o Itamaraty sempre teve divergentes, mas no sentido de criar uma cultura, profissional e até práticas corporais, educação, sociabilidade, é muito importante a formação no Instituto Rio Branco.²⁶²

O IRBr, ao longo do tempo, reafirma e reproduz o *habitus*

²⁶¹ CUNHA, Vasco Leitão. **Diplomacia em Alto mar: depoimento ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. XVIII. 1994.

²⁶² Entrevista concedida à autora em 01 de novembro de 2006.

diplomático que teria conseguido “...se estabelecer como um ‘estamento’ que se caracteriza por uma visão de mundo e estilo de vida particulares que compõe um *ethos* que guarda certas semelhanças com o *ethos* cortês (...) o adjetivo ‘nobre’ ou ‘aristocrático’ é utilizado por candidatos e seus parentes para designar o ‘diplomata.’”²⁶³ Essa noção não é produzida pela hereditariedade, mas pelo *habitus* dos indivíduos que compõem o Ministério, indicando quase uma indissociabilidade entre a vida privada e profissional. Essas noções fazem parte da linguagem dos diplomatas brasileiros. Nas entrevistas é comum ouvir esses adjetivos para se referir aos demais colegas de profissão pelos quais se têm alguma estima.

É importante ainda observar que no começo do século XX, não se tratava apenas da absorção naturalizada dessas regras, era levado também em consideração o aspecto físico dos interessados ou dos que já estavam na instituição:

Do Barão poderia escrever-se hoje, um tanto à maneira do que Shakespeare escreveu de César e do seu gosto ou afã de cercar-se de homens gordos, que procurou, quando senhor quase absoluto do Itamaraty, cercar-se de homens não só inteligentes, cultos, e políticos como altos, belos e eugênicos: homens que, completados por esposas famosas, elegantes e bem vestidas, dessem ao estrangeiro a ideia de ser o Brasil – pelo menos sua elite – país de gente sã e bem-conformada (...). Os feios, os franzinos, os cacogênicos, se dependesse dele, não ocupariam sequer postos que obrigassem o Itamaraty a convidá-los a seus jantares ou banquetes; muito menos posições de relevo na representação do Brasil na Europa e nos Estados Unidos. Sua aversão aos cacogênicos estendia-se, de algum modo, a brasileiros de cor. Só quando de valor excepcional – o caso do cacogênico Santos Dumont – pareciam-lhe os indivíduos feios, pálidos, franzinos, utilizáveis ou toleráveis por um sistema mais que diplomático, como o Itamaraty, de organização e de definição de valores superiormente nacionais: sistema a que o Barão comunicou sua imagem de super-protetor de uma pátria a seu ver necessitada do respeito dos europeus e anglo-saxões, para crescente afirmação de seu prestígio.²⁶⁴

A diplomacia também é um espaço em que é possível desenvolver

²⁶³ MOURA, Cristina Patriota. **O Instituto Rio Branco e a Diplomacia Brasileira**: um estudo de carreira e socialização. Rio de Janeiro: FGV. 2009. p, 48.

²⁶⁴ FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar Editores, 2010. p. 144.

atividades paralelas, principalmente de escritor de livros históricos ou literários. A presença relevante de diplomatas na Academia Brasileira de Letras demonstra isso. Não se trata apenas de condições objetivas para se dedicar a estas atividades, como tempo, a possibilidade de viver em outros países e de conhecer outras histórias e culturas, mas é também a busca de consagração em outro campo. Dentre alguns exemplos temos Vinícius de Moraes, João Cabral de Melo Neto, Guimarães Rosa, Alberto da Costa e Silva, José Guilherme Merquior, Brasília Itiberê, Antônio Houaiss, Evaldo Cabral de Melo e vários outros. A carreira diplomática não dá só a estabilidade necessária para poder se dedicar a outros projetos. Ela oferece a oportunidade de viajar e morar em diversos lugares, o que é uma característica atrativa para escritores e artistas, além de agregar capital simbólico à carreira artística e diplomática.

Fui escritor de domingo durante todo o meu tempo na ativa e só na aposentadoria pude realizar alguns de meus projetos. No entanto, o fato de ser escritor, de tentar ser um homem de cultura, abriu-me portas por toda parte. Graças a isso pude ter acesso ao que havia de melhor no plano da inteligência e do saber nos países em que servi. Por outro lado, se não tivesse sido diplomata, provavelmente não teria escrito o que escrevi.²⁶⁵

A carreira diplomática não só possibilita conciliar ambições paralelas, como consagra aqueles que o fazem. Acontece, por vezes, do diplomata ser mais enaltecido por suas habilidades eruditas e literárias do que pela sua atividade no Ministério. Nesse sentido, o caráter distintivo da instituição mais uma vez é reafirmado. O compositor Vinícius de Moraes, que ocupava o posto de primeiro secretário, foi cassado em 1968 pelo Ato Institucional n. 5 e reintegrado, postumamente, em 2006, como Embaixador. Ao ser perguntado sobre a importância de Vinícius para a diplomacia, o Embaixador Jerônimo Moscardo revela: “Não existe embaixador mais competente que o Vinicius. Ele se transformou hoje na presença do Brasil no mundo. Foi o homem que inventou no Brasil a diplomacia cultural.”²⁶⁶

²⁶⁵ MARINHO, Marcos Vinícius. **Entrevista com Alberto da Costa e Silva**: um olhar brasileiro sobre a África. Revista Juca, ano 1, 2007, p. 12.

²⁶⁶ MEMÓRIAS REVELADAS. Vinícius de Moraes recebe homenagem póstuma. Centro de Referência de Lutas Políticas no Brasil. Entrevista com o Embaixador Jerônimo Moscardo.

Para aqueles que não têm atividades paralelas que os possam distinguir entre os pares e que os ajudem a reafirmar o alto capital cultural da instituição, há a possibilidade de aumento desse capital por “contágio”, ou seja, através de relações de amizade com pessoas consagradas em suas atividades artísticas, culturais ou políticas.

Minhas relações em Madri, por exemplo, eram diversificadas e incluíam um grupo de artistas que pensavam e funcionavam de maneira alternativa. Costumavam reunir-se em um restaurante que permanecia aberto até altas horas da noite, conveniência que se enriquecia com a presença regular, entre outros, de Rafael Alberti, o maior poeta espanhol da época, e Cristina Almeida, advogada dos etarras (da ETA).²⁶⁷

O capital simbólico adquirido “por contágio” não é um elemento desprezível na carreira. Embora seja uma instituição altamente hierárquica, o capital social é um importante capital simbólico, capaz de alterar até mesmo as relações hierárquicas existentes.

[...] os superiores me achavam uma pessoa pouco confiável, pois eu tava discutindo sobre política externa, mas estava pensando em encontrar-me com Bernardo Bertolucci, Glauber Rocha, que vivia lá em casa. Isso desequilibrava um pouco o superior hierárquico, que só pensava e só se dedicava à diplomacia. Eu, por exemplo, saía de uma reunião chata na Embaixada em Roma e ia jantar com Pasolini e isso gerava uma situação desequilibrante. Alguns superiores gostavam, o Gibson (Barbosa) por exemplo, gostava muito, me convidava para jantar para que eu convidasse o Bertolucci, e eles ficavam conversando.²⁶⁸

Esta fala demonstra que a hierarquia não é uma camisa de força e que a posse de capital social ou cultural destacado pode alterar suas regras. O Embaixador Arnaldo Carrilho estava no início da carreira, mas, dado seu alto capital social, era capaz de se sobrepôr à estrutura hierárquica da carreira e jantar com o ex-Ministro Mario Gibson Barbosa no posto deles em Roma. A partir disso, pode-se concluir que algumas relações com pessoas de fora da carreira podem se converter em chances de prestígio na instituição. É possível

²⁶⁷ AMADO, André. **Por dentro do Itamaraty**: impressões de um diplomata. Brasília: Funag. 2013. p. 213.

²⁶⁸ Entrevista com o diplomata Arnaldo Carrilho. YASSINE, Amena ; BANDEIRA, Igor Trabuco ; COSTA, Marcelo Almeida da Cunha; PAPA, Rodrigo de Carvalho Dias. **Vida de Cinema**. Revista Juca, Brasília, ano 5, 2011, p. 9.

assim supor que aquele que se dedica apenas à política externa e não tem interesses ou relações fora da carreira estaria mais sujeito às relações estabelecidas pelas posições e regras hierárquicas.

Enfim, como se pode notar, o indivíduo não se torna diplomata com um título alcançado na nomeação e com o aprendizado de determinadas técnicas. A diplomacia compreende um processo de assimilação das regras que nem sempre estão escritas, mas que fazem parte *habitus diplomático*. Deixa de ser importante pensar se esse *habitus* é pré ou pós-IRBr quando se considera o desejo do indivíduo de fazer parte de um espaço distintivo, descrito muitas vezes como o “último reduto da nobreza no Brasil.”²⁶⁹ Em outras palavras, mesmo nos diferentes há o desejo e empenho em internalizar as estruturas objetivas de significação do campo, transformando-as em estruturas subjetivas. Diplomatas aparecem em programas televisivos, revistas e demais publicações; são poetas, historiadores, compositores, romancistas; são descritos como pessoas elegantes, ponderadas, de bom gosto, que dominam vários idiomas e têm conhecimento amplo sobre diversos lugares e culturas. Essas descrições são tidas como inatas, são naturalizadas, evidenciadas não como elementos aprendidos, mas como manifestação da natureza dos agentes. Esses são os aspectos da carreira mais evidentes. Fazer parte desse espaço é partilhar esses elementos distintivos e de consagração, é ser visto como um deles para os de fora. Mesmo que não tenham as origens que compuseram a gênese do campo diplomático, muitos querem reproduzir esses traços. E para isso há tempo e espaço para a inculcação desses aspectos: dois anos de formação no Instituto Rio Branco para absorver o “*esprit de corps*” da carreira.

2.1. A Origem escolar

Como se viu, desde a localidade, a forma do concurso, o curso de

²⁶⁹ MOURA, Cristina Patriota. **O Instituto Rio Branco e a Diplomacia Brasileira**: um estudo de carreira e socialização. Rio de Janeiro: FGV. 2009.

preparação, tudo isso acabava por privilegiar os moradores com maior capital econômico e simbólico que habitavam a antiga capital. No entanto, nos últimos anos assiste-se à diminuição do Rio de Janeiro, mas ao crescimento de recrutados de São Paulo e Minas Gerais, assim como a diminuição dos graduados em Direito e o aumento dos bacharéis em Relações Internacionais. Rio Grande do Sul e Paraná são os dois estados que têm o melhor índice de aprovação depois daqueles que compõem a região Sudeste. Entretanto, não é possível dizer que eles foram beneficiados com a “descarioquização”²⁷⁰ do MRE.²⁷¹ Seus índices oscilam ao longo do tempo, nem sempre de modo positivo ou em decorrência da diminuição da aprovação do Rio de Janeiro. Os dois estados juntos tem em média 12,31% dos diplomatas brasileiros e, como se mostrou anteriormente, a região Sul, considerando-se Santa Catarina, não está superdimensionada no Ministério, ao contrário do que ocorre no Sudeste.

Até primeira metade da década de 1980 a trajetória educacional dos diplomatas brasileiros passava por: colégio de padres no Rio, Faculdade de Direito no Rio de Janeiro e, finalmente o Instituto Rio Branco. As instituições mais significativas na lista de aprovados são: UFRJ, UERJ e PUC-Rio.²⁷² Sobre o alto número dos formados em Direito ao longo do tempo, o relato dos jovens diplomatas dos anos de 1996 e 1997 aponta o desejo de entrar na carreira diplomática antes mesmo do ingresso na universidade e que este objetivo teria conduzido suas escolhas, inclusive pelo curso de Direito, pois este não somente auxiliaria no concurso, mas seria uma carreira de melhor status caso desistissem do projeto ou não conseguissem concretizá-lo.²⁷³ A graduação em Direito, neste caso, constituir-se-ia mais num meio para obtenção da aprovação

²⁷⁰ MUNDORAMA. **Filhos da democracia**: A descolonização da diplomacia brasileira. 2015, Disponível em: <http://www.mundorama.net/2015/02/24/filhos-da-democracia-os-diplomatas-brasileiros-na-nova-republica-1985-2010-por-rogerio-de-souza-farias-e-gessica-carmo/>.

²⁷¹ MUNDORAMA. **Filhos da democracia**: A descolonização da diplomacia brasileira. 2015, Disponível em: <http://www.mundorama.net/2015/02/24/filhos-da-democracia-os-diplomatas-brasileiros-na-nova-republica-1985-2010-por-rogerio-de-souza-farias-e-gessica-carmo/>.

²⁷² CHEIBUB, Zairo Borges. **Diplomacia, Diplomatas e Política Externa**: Aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 1984.

²⁷³ MOURA, Cristina Patriota. **O Instituto Rio Branco e a Diplomacia Brasileira**: um estudo de carreira e socialização. Rio de Janeiro: FGV. 2009.

e, caso esta não ocorresse, poderia ser a melhor possibilidade profissional na área de humanas, marcada por cursos de baixo status e salários. A escolha do curso não era, portanto, uma opção pela carreira jurídica. Em entrevista, o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães fala: “Fui fazer vestibular de Direito, porque eram as matérias que mais me interessavam... História, Português... Era um bom aluno de Português, e assim por diante. Tinha feito o curso científico. Na época, havia o clássico e o científico, mas decidi, no último ano, fazer vestibular para a faculdade de Direito”.²⁷⁴

É fundamental, a partir de agora, verificar a trajetória escolar dos agentes que compõem essa burocracia, levando em conta que os aprovados nem sempre fizeram trajetória nos seus estados de origem. Tem-se que considerar a mobilidade geográfica desse grupo e o investimento escolar que se fez para a inserção na carreira diplomática. Como se viu até aqui, a reprodução do *habitus* não precisava ser trabalhado pelo IRBr, já que a rede de sociabilidade antecedia a entrada na instituição. Por exemplo, na família Gurgel Valente, os três irmãos foram diplomatas – Mauri, Mozart e Murilo – dois dos filhos de Mozart se tornaram diplomatas: Mitzi e Marilu. Esta última se casou com Luiz Felipe Seixas Corrêa, sobrinho de Jorge Alberto Seixas Côrrea. Luiz Felipe tem uma filha na carreira, Maria Eduarda, que por sua vez também é casada com um diplomata. Além disso, é primo de Luiz Felipe Lampreia, filho de diplomata brasileiro e neto e bisneto de diplomatas portugueses. Luiz Felipe Lampreia ainda teve um tio materno na carreira, que chegou a ocupar o cargo de Ministro Interino no Governo Dutra (1946-1950). O próprio Barão teve, além do pai, Visconde do Rio Branco, mais dois descendentes, Miguel e João Paulo. André Amado, é sobrinho do político e diplomata da República Velha, Gilberto Amado, sem contar seu parentesco próximo com Jorge Amado, o romancista, ainda tem um irmão na carreira. Manoel Pio Côrrea, responsável pela criação do Centro de Informação do Exterior, órgão responsável por monitorar os

²⁷⁴ DINATALE, Bianca Sotelino e MARTINICO, Eder Clanbuchar. **De frente com Samuca**. Revista Juca: Diplomacia e Humanidades. Brasília. Ano.4. 2010, p. 245.

passaportes de brasileiros considerados perigosos ao regime militar,²⁷⁵ também deixou um filho na carreira. Araújo Castro, que foi ministro, também. Todos os citados pertencem a famílias da zona sul carioca ou que nasceram em outros estados, mas fizeram sua formação no Rio de Janeiro. É o caso de Melo Franco, nascido em Belo Horizonte, mas com passagem pela Universidade do Brasil, que tem pai e filho na carreira, ambos Affonso²⁷⁶. Ou Alberto da Costa e Silva, que se mudou aos 12 anos para o Rio de Janeiro e que tem outros dois filhos na carreira: Pedro, Antônio e Elza Maria casada com diplomata. Como se pode ver, a rede de sociabilidade se produzia e reproduzia nas relações familiares e instituições escolares da zona sul carioca.

O capital escolar faz parte do capital cultural objetivado, ou seja, é capaz de ser mensurado através dos títulos.²⁷⁷ No caso do Instituto Rio Branco, para estar apto a fazer o concurso é preciso ter o ensino superior completo, mas aqueles que conseguem a aprovação, em sua maioria, são os egressos das melhores instituições de ensino do país.

O capital cultural não é adquirido sem esforços pessoais, a demanda do agente de um trabalho contínuo longo e sustentado de aprendizagem e aculturação com o objetivo de "incorporá-lo", de fazê-lo seu, esse capital transforma o ser social em agente [...] a aquisição de capital cultural exige tempo e, portanto, materiais, essencialmente meios financeiros para obter esse tempo (skholé); o capital cultural está intimamente relacionado e neste sentido com o capital econômico, que é, de alguma forma, uma conversão.²⁷⁸

Como se pode notar, o capital cultural objetivado requer sobretudo tempo e meios materiais para sua conversão e absorção. Dessa forma, a análise das instituições de ensino pelas quais passaram os diplomatas brasileiros antes de sua inserção é um importante fator, já que elas são em

²⁷⁵ BATISTA, David do Nascimento. **Habitus Diplomático: um estudo do Itamaraty em tempos do regime militar (1964-1985)**. Recife: Ed. Universitária da UFPE. 2010.

²⁷⁶ GRILL, Igor Gastal. **As múltiplas notabilidades de Afonso Arinos: biografias, memórias e a condição de elite no Brasil do século XX**. Revista de Sociologia e Política, v. 23, n. 54, p. 21-42, jun. 2015.

²⁷⁷ Bourdieu, Pierre. **Sistemas de Ensino e Sistemas de Pensamento**. In: A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva. 2007.

²⁷⁸ CHEVALLIER, S.; CHAUVIRÉ, C. **Diccionario Bourdieu**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2011. p. 26. Tradução Livre.

parte responsáveis pelo capital cultural acumulado pelos seus agentes. Enfim, estas instituições são recursos fundamentais para aqueles que desejam ingressar na carreira diplomática. Há que se considerar também o capital cultural não objetivado, aquele que se adquire na convivência familiar e que é um elemento importante para a construção de um capital simbólico capaz de colocar os indivíduos em condições de disputa pelos melhores cargos e salários.²⁷⁹ Esse capital demanda o domínio de certas regras de conduta e o uso da língua a que as famílias com maior escolaridade e renda têm acesso.

[...] a língua não é apenas uma ferramenta de comunicação, ela fornece outro um vocabulário mais ou menos rico, um sistema de categorias mais ou menos complexo, portanto a capacidade de decifrar e manipular estruturas complexas, se lógica ou estética, depende , em parte, da complexidade da língua transmitida pela família.²⁸⁰

Considerando esses aspectos, é importante verificar e analisar qual a origem escolar dos diplomatas brasileiros, quais as instituições pelas quais eles passaram antes de ingressar na carreira, o que elas significam no campo universitário brasileiro e por fim qual a escolaridade de seus pais.

A tabela 17 abaixo já aponta para um dado importante: a grande maioria dos diplomatas são oriundos de instituições públicas de ensino superior. Os aprovados de instituições privadas são apenas 22%. Tem-se ainda uma parcela de graduados em instituições estrangeiras.

TABELA 17 - Natureza da instituição

INSTITUIÇÃO	N	%
Pública	1039	73,8%
Privada	310	22,0%
Estrangeira	59	4,2%
Total	1408	100,0%

Fonte: Banco de dados dos diplomatas ativos. Elaboração da autora.

²⁷⁹ BOURDIEU, Pierre. **Reprodução Cultural e Reprodução social**. In: A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva. 2007.

²⁸⁰ CHEVALLIER, Stéphane; CHAUVIRÉ, Christiane. **La reproduction: éléments pour une théorie du système d'enseignement**. Paris: Les Éditions de Minuit. 1970. p. 92.

No caso brasileiro, as instituições públicas de ensino superior são as mais concorridas e que, portanto, selecionam os melhores candidatos para fazerem parte de seus bancos. São aquelas, portanto, que recrutam os alunos já dotados das disposições que exigidas neste campo.²⁸¹ Por exemplo, metade dos alunos da USP, de acordo com pesquisa publicada no jornal *Folha de São Paulo*, se “situa no quinto mais elevado da pirâmide de distribuição de renda do país”.²⁸² Dos calouros de 2014, 65,4% fizeram todo Ensino Médio em escolas privadas, as de maior capacidade de dotar seus alunos do capital exigido nos processos seletivos para as melhores instituições de ensino superior.

Considerando o Ranking Universitário da Folha de São Paulo (RUF), que classificou em 2014 “as 192 universidades brasileiras a partir de indicadores de pesquisa, inovação, internacionalização, ensino e mercado”, as 10 melhores instituições do Brasil foram:²⁸³

TABELA 18 - Classificação das dez melhores universidades brasileiras (2014)

1º	USP	SP
2º	UFMG	MG
3º	UFRJ	RJ
4º	UFGRS	RS
5º	Unicamp	SP

²⁸¹ BOURDIEU, Pierre. **La distinction**: critique sociale du jugement. Paris: Les Éditions de Minuit. 1979. p. 101.

²⁸² UOL. **Metade dos calouros da USP está entre os 20 mais ricos do Brasil**. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2014/11/1545237-metade-dos-calouros-da-usp-esta-entre-os-20-mais-ricos-do-brasil.shtml>.

²⁸³ “No ranking de cursos é possível encontrar a avaliação de cada um dos 40 cursos de graduação com mais ingressantes no Brasil, como administração, direito e medicina, a partir de dois indicadores: ensino e mercado. Em cada classificação são considerados os cursos oferecidos por universidades, por centros universitários e por faculdades” Disponível em: <http://ruf.folha.uol.com.br/2014/>. Os dados que compõem os indicadores de avaliação do RUF são coletados por uma equipe da **Folha** em bases de patentes brasileiras, em bases de periódicos científicos, em bases do MEC e em pesquisas nacionais de opinião feitas pelo Datafolha.” (<http://ruf.folha.uol.com.br/2014/oruf/>)

6º	Unesp	SP
7º	UFSC	SC
8º	UnB	DF
9º	UFPR	PR
10º	UFSCar	SP

Fonte: Ranking Universitário Folha de São Paulo.

Como se pode notar todas as instituições do ranking são públicas e todas, exceto a UnB, estão no eixo Sul e Sudeste, sendo que quatro delas se situam no estado de São Paulo. Estas poderiam ser nomeadas como as “instituições de excelência”, sendo os seus cursos os mais concorridos e de inserção mais difícil para aqueles que não têm capital cultural acumulado através da vivência familiar e do acesso a escolas privadas que os capacitam e treinam para esses processos seletivos. Além disso, essas escolas só são acessíveis por meio do pagamento de altas taxas de mensalidade, ou seja, a presença do capital econômico não pode ser desprezada. Nesse sentido:

[...] a instituição escolar, que em outros tempos acreditamos que poderia introduzir uma forma de meritocracia ao privilegiar aptidões individuais por oposição aos privilégios hereditários tende a instaurar, através da relação encoberta entre a aptidão escolar e a herança cultural, uma verdadeira *nobreza de Estado*, cuja autoridade e legitimidade são garantidas pelo título escolar.²⁸⁴

Uma análise feita entre 1997 e 2000, na Unicamp, apontou que 69,9% dos seus ingressantes eram oriundos de escolas particulares. Para o curso de engenharia o índice chegava a 77,9%. Apenas 27,1% declararam que trabalhavam antes de entrar na faculdade; novamente, em engenharia 16,2% declararam que trabalhavam antes de seu ingresso no curso. Dos que estudaram em escola privada, 58,5% disseram que a renda familiar era superior a 20 salários mínimos. Enquanto isso, para o grupo de estudantes de

²⁸⁴ BOURDIEU. Pierre. **O Novo Capital**. In: Razões Práticas. Campinas: Papyrus. 2005. p. 35 – 52, p. 39.

escolas públicas, apenas 24,3% declararam rendimentos semelhantes e 36,4% disseram que os rendimentos familiares giravam em torno de 10 a 20 salários mínimos. Mesmo entre os estudantes de escolas públicas, daqueles que ingressaram, 60,7% viviam em famílias com rendimento superior a dez salários mínimos, índice que chega a 84,5% daqueles que estudaram em colégios particulares.²⁸⁵ Para fins de comparação, no ano de 2001 apenas 8,96% e 4,93% da população brasileira, respectivamente tinham rendimentos superiores a 10 ou 20 salários mínimos.²⁸⁶ Levando em consideração somente o estado de São Paulo, 21,9% tem renda familiar acima de 10 salários mínimos.

A confrontação desses dados demonstra o peso do capital econômico e escolar para o ingresso nas melhores instituições. A tabela 17 abaixo mostra seu alcance sobre os aprovados no IRBr:

TABELA 19 - Origem das instituições de ensino dos diplomatas brasileiros

INTITUIÇÕES	N	%
Instituições do RUF	769	54,62%
Outras instituições nacionais	576	40,91%
Estrangeiras	63	4,47%
Total	1408	100,00%

Fonte: Elaboração da autora a partir do banco de dados de diplomatas ativos

Como se pode ver, do total de ingressantes, mais da metade são apenas desses dez estabelecimentos, o que reforça a importância dessas “instituições de excelência” para a formação de indivíduos capazes de obter os melhores cargos e salários. Se for contabilizada apenas as instituições que mais aprovam, tem-se a UnB (16,3%), a USP (13,9%) e a UFRJ (9,4%), concentrando juntas 39,6% das aprovações.

TABELA 20 - Instituições de Origem

²⁸⁵ MAIA, Rafael Pimentel; PINHEIRO, Hildelde Prisco; PINHEIRO, Aloísio de Souza. **Heterogeneidade do desempenho de alunos da Unicamp, do ingresso à conclusão.** Cadernos de Pesquisa. vol.39 no.137 São Paulo May/Aug. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742009000200015&script=sci_arttext

²⁸⁶ Não se conseguiu obter, através das séries histórias do IBGE, o rendimento médio familiar antes de 2001.

Instituições	Estados com menor índice de aprovação		Estados com maior índice de aprovação	
Instituições do RUF	156	49,5%	597	56,1%
Outras instituições nacionais	147	46,7%	429	40,3%
Estrangeiras	12	3,8%	38	3,6%
Total	315	100,0%	1064	100,0%

Fonte: Elaboração da autora a partir do banco de dados de diplomatas ativos

É importante salientar que o sucesso no concurso também está relacionado a outros tipos de capital que antecedem a entrada na universidade. Tem vantagem quem possui capital cultural relacionado à formação prévia, sobretudo em escolas particulares, e os que dispõem de tempo para a preparação para os exames de vestibular, ou seja, os que não precisam trabalhar para a sua subsistência. Isso tudo está relacionado com a existência de um capital econômico fornecido pelos pais.

A alta concentração geográfica das instituições de ensino ranqueadas nas regiões Sudeste e Sul, que coincide também com o maior número de aprovados no IRBr, levou-nos a dividir os dados em duas categorias: de estados que mais aprovam (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná) e os demais, verificando onde os diplomatas fizeram seus estudos no ensino superior.

Como se pode ver, 49,5% dos provenientes dos estados com menor índice de aprovação passaram pelas instituições que estão localizadas basicamente no Sudeste e no Sul. Muitos tiveram, portanto, que sair de suas cidades e estados de origem em busca de melhor qualificação ou de um título com mais valor simbólico no mercado de trabalho. Enquanto 56,1% dos nascidos nos estados com maior aprovação passaram por estes espaços de excelência. Conclui-se, portanto que este último grupo tem menos necessidade de se mudar de estado, já que as instituições estão no mesmo estado de origem. O índice de pessoas oriundas dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná que fizeram seus estudos em outras instituições que não são as classificadas como as dez melhores do país é de 40,3%, contra 46,7% dos outros estados. Entretanto, como se pode perceber, apesar dessas diferenças para os dois grupos, a passagem por essas instituições se constituem como elemento importante na construção do capital simbólico objetivado. Não se nota nenhuma evidência significativa sobre aqueles que fazem seus estudos no exterior, os dois grupos estratificados têm 3,6 e 3,8%.

Considerando a mobilidade geográfica dos diplomatas, dos 147 diplomatas de instituições nacionais que não estão dentre as 10 primeiras do RUF, constatou-se que 58 deles, ou seja 39,45%, não estudaram em instituições de seus estados de origem. Dentre estas estão UNICeub (9), PUC-Rio (8) e UERJ (7). As duas primeiras são instituições de ensino privado, uma em Brasília e outra no Rio de Janeiro; a última, pública, também no Rio de Janeiro. Para tentar mensurar essa mobilidade, é importante verificar quais os estados de origem desses diplomatas e em quais instituições eles ingressaram no Ensino Superior. Sendo assim, tem-se:

TABELA 21 - Mobilidade entre os estados que menos aprovam

INSTITUIÇÕES	USP	UFRJ	UFRGS	Unicamp	UNESP	UFS	UnB	UFR	TOTAL
Amazônia		2					3		5
Bahia	3			2			6	1	12
Ceará	2						9		11
Sergipe	1						2		3
Espírito Santo							2		2
Brasília		3		1			44		48
Mato Grosso do Sul	4			2			4		10
Rio Grande do Norte	1	1			1		3		6
Goiás	3			1	1		13		18
Maranhão							1		1
Pará		1					1		2
Paraíba							1		1
Pernambuco	1	1	1				7		10
Piauí							7		7
Rondônia							1		1
Santa Catarina			1	1		8	6	2	18
Roraima							1		1
TOTAL	15	8	2	7	2	8	111	3	156

Fonte: Elaboração da autora a partir do banco de dados de diplomatas ativos

Duas instituições não tiveram diplomatas dos outros estados: UFMG e UFSCar. Neste grupo, a UnB é a instituição que tem mais aprovados. Mesmo relativizando esse número, já que 44 do total dos diplomatas são de Brasília e fizeram sua formação lá, portanto podendo desconsiderar a mobilidade para este grupo, mesmo assim são 67 de outros estados que passaram pela instituição do Distrito Federal, número muito superior aos 15 que fizeram seus estudos na USP, a segunda colocada. Isso possivelmente se dá pela distância do deslocamento. A UnB é a única instituição das classificadas próxima do Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

Tendo em vista a centralidade observada pela UnB na formação dos diplomatas de outros estados, é importante ver se o mesmo dado é verificado entre os cinco estados com maior número de aprovados.

TABELA 22 - Origem geográfica e instituição de ensino superior dos aprovados:

Instituições	USP	UFMG	UFRJ	UFRGS	UNICAMP	UNESP	UFSC	UnB	UFPR	UFSCAR	Total
RJ, SP, MG, RS, PR	29,6%	9,0%	19,9%	10,5%	3%	1,5%	2,1%	17,9%	6,6%	0,0%	613
Demais Estados	9,6%	0,0%	5,1%	1,3%	4,5%	1,3%	5,1%	71,2%	1,9%	0,0%	156

Fonte: Elaboração da autora a partir do banco de dados de diplomatas ativos

A partir desta tabela percebe-se que a proeminência da UnB se dá com pessoas de outros estados. Quando se considera somente os estados com maiores índices de aprovação esse número é significativamente menor. Quando se observa apenas esses cinco estados, o número maior de aprovados no concurso de admissão à carreira diplomática são oriundos da USP e UFRJ, que juntas têm praticamente metade das aprovações desses estados (49,5%). A UnB ocupa, neste cenário, apenas o terceiro lugar.

Os cursos de Direito e Relações Internacionais são aqueles que mais aprovam, a UFSCar, que não contabiliza nenhum aprovado, não tem nenhum dos dois cursos. No entanto, a hipótese intuitiva que levaria a pensar que isso seria a causa deste percentual nulo, é equivocada, pois a UFRJ, que tem um bom índice de aprovação, teve seu curso de Relações Internacionais aberto apenas em 2009. A Unicamp, embora também não tenha nenhum dos dois cursos, também têm aprovados. No mais, praticamente todas as dez instituições têm os dois cursos, à exceção da já comentada UFSCar, Unicamp e UFPR que não têm o curso de Relações Internacionais.

Tendo-se em vista a comprovação do alto capital cultural objetivado da diplomacia brasileira, cumpre verificar a escolaridade dos pais dos diplomatas brasileiros que responderam ao *survey* para verificar a reprodução do capital econômico, somado ao capital cultural, estabelecendo-se assim uma ordem de sucessão.

Os dados abaixo referem-se à escolaridade do pai e da mãe a partir do *survey* com a resposta de 208 diplomatas brasileiros:

TABELA 23 - Escolaridade do pai e da mãe

Instrução	Pai		Mãe	
	N	%	N	%
Sem instrução	2	0,96%	0	0,00%
Fundamental	11	5,29%	7	3,41%
Ensino Médio	40	19,23%	66	32,20%
Superior	102	49,04%	90	43,90%
Especialização	26	12,50%	19	9,27%
Mestrado	13	6,25%	11	5,37%
Doutorado	14	6,73%	12	5,85%
Total	208	100,00%	205	100,00%

Fonte: Survey. Elaboração da autora.

Conforme se pode notar, 74,5% dos pais e 64,4% das mães dos diplomatas entrevistados têm mais de 15 anos de estudo. Embora a escolaridade brasileira tenha aumentado de forma significativa nos últimos dez anos, o número de pessoas com ensino superior passou de 4,4% para 7,9% pessoas com Ensino Superior,²⁸⁷ muito diferente, portanto do cenário analisado até agora. É preciso considerar que ainda se está trabalhando com uma geração formada em um período em que esse recurso era ainda mais escasso. Confrontando a escolaridade dos pais dos diplomatas brasileiros com o cenário nacional, pode-se perceber elementos que apontam para processos de reprodução, transferência e distribuição de capital simbólico, sobretudo cultural, que se materializa em aprovação em vestibulares mais concorridos e num dos concursos mais difíceis do país. Afinal o modo de reprodução faz com que:

[...] o capital puxe o capital e com que a estrutura social tenda a perpetuar-se [...]. A reprodução da estrutura de reprodução da estrutura de distribuição do capital cultural se dá na relação entre as estratégias das famílias e a lógica específica da instituição escolar [...]. As famílias são corpos (*corporate bodies*) animados por uma espécie de *conatus*; no sentido de Spinoza, isto é, uma tendência a perpetuar seu ser social, com todos seus poderes e privilégios que é a base das '*estratégias de reprodução*', estratégias de fecundidade,

²⁸⁷ IBGE. **Censo democrático** 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>.

estratégias matrimoniais, estratégias de herança, estratégias econômicas e, por fim, estratégias educativas.²⁸⁸

Essas estratégias de perpetuação social estão baseadas no capital familiar e de educação de que são investidos seus filhos. Neste caso, nota-se que os filhos daqueles que têm alto capital cultural objetivado são também aqueles que têm mais sucesso no concurso, tendo-se em vista suas exigências culturais associadas ao *habitus* diplomático, já aludidas. Esse grupo acaba sendo privilegiado, já que as frações mais ricas em capital cultural são mais propensas a investir na educação e em práticas culturais propícias para manter ou aumentar esses aspectos que os distinguem dos demais²⁸⁹ e os coloca em posição de domínio naturalizado dos aspectos culturais legitimados neste campo.

Sobre os cursos presentes na carreira diplomática, temos a seguinte distribuição:

TABELA 24 - Relação de cursos na carreira diplomática

Cursos	N	%
Administração ²⁹⁰	54	3,8%
Agronomia e Zootecnia	4	0,3%
Antropologia e Museologia	3	0,2%
Arquitetura	14	1,0%
Artes	12	0,9%
Biologia	2	0,1%
Ciência da Computação ²⁹¹	11	0,8%
Ciência Política	16	1,1%
Ciências Contábeis	2	0,1%
Ciências Militares	4	0,3%

(Continuação)

²⁸⁸ BOURDIEU, Pierre. **O Novo Capital**. In: Razões Práticas. Campinas: Papyrus. 2005.p. 35.

²⁸⁹ BOURDIEU, Pierre.. **Reprodução Cultural e Reprodução social**. In: A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva. 2007.

²⁹⁰ Dois diplomatas que informaram que sua formação era marketing foram contabilizados aqui.

²⁹¹ Aqui também foram considerados dois diplomatas que cursaram Informática e um que fez Processamento de Dados.

Cursos	N	%
Ciências Sociais	34	2,4%
Comunicação Social	112	7,9%
Desenho Industrial	4	0,3%
Direito	525	37,2%
Economia	118	8,4%
Engenharias ²⁹²	59	4,2%
Farmácia	3	0,2%
Filosofia	25	1,8%
Física	9	0,6%
Geografia e Turismo	10	0,7%
História	59	4,2%
Letras	93	6,6%
Matemática	4	0,3%
Medicina ²⁹³	19	1,3%
Psicologia	6	0,4%
Química	3	0,2%
Relações Internacionais	203	14,4%
Teologia	3	0,2%
Total	1411	100,0%

Fonte: Banco de dados dos diplomatas ativos. Elaboração da autora.

De 1946 a 1960, os formados em Direito eram 73,6% dos que entraram na carreira. E foi diminuindo, chega a 55,9% entre 1973 e 1982.²⁹⁴ Considerando que o recorte analisado aqui é dos diplomatas que passaram a ingressar na carreira a partir de 1964, vê-se que a queda de ingressantes na carreira oriundos dos cursos de Direito continua, mas eles ainda representam 37,2% do corpo diplomático atualmente. Se considerarmos apenas os últimos 20 anos, esse índice é de apenas 24%, comprovando assim este processo de queda.

²⁹² Aqui foram considerados os cursos de Engenharia Aeronáutica, Civil, Computação, Produção, Controle e Automação, Minas, Telecomunicações, Elétrica, Eletrônica, Mecatrônica, Metalúrgica e Química.

²⁹³ Aqui considerou-se também os cursos de Medicina Veterinária (um diplomata) e Odontologia (quatro diplomatas).

²⁹⁴ CHEIBUB, Zairo Borges. **Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em Perspectiva Histórica.** Dados, Rio de Janeiro, n 28, 1985. p. 113-131.

Além da diversidade de cursos, há também o aumento em algumas áreas. Administração e Economia, que era de 1,8% no período de 1946 a 1960, passou para 8,5% entre 1973 a 1982²⁹⁵ e hoje é responsável por 12,2% dos agentes da instituição.

O curso de Ciências Sociais, que oscilou durante o período analisado, mas que cresceu, passando de 2,7% de 1946 a 1960 para 6,2% nos anos de 1973 e 1982²⁹⁶. Hoje corresponde a apenas 3,7%, quando somados aos cursos de Ciência Política, Antropologia e Museologia.

O curso de Letras, que também vinha crescendo, chegando a 15,3% entre 1973 a 1982, hoje representa apenas 6,6%.²⁹⁷ Sobre o curso de Letras é possível dizer que ele cedeu espaço para os graduados em Relações Internacionais, que passaram a ver este curso como uma opção melhor para aqueles que gostam de se dedicar ao estudo de idiomas.

Exceto o curso de Direito que, como já dito, corresponde a mais de um terço da diplomacia atual, percebe-se que os cursos de Relações Internacionais passaram a ter bastante expressão. 14,4% do universo são originários desse curso, quando até o começo dos anos 1980 eram inexistentes na instituição. E 18,5% dos formados foram aprovados nos últimos 20 anos, aumentando para 24% na última década. Este aumento pode ser explicado a partir de duas variáveis. A primeira tem relação com o fato do primeiro curso de Relações Internacionais, oferecido pela Universidade de Brasília, datar de 1974. Sua primeira turma formou-se, então, por volta de 1979 e a ampliação do número de cursos se dá do final dos anos 1990. E, segundo, são as mudanças ocorridas no processo seletivo, que exigem dos candidatos um conhecimento

²⁹⁵ CHEIBUB, Zairo Borges. **Diplomacia, Diplomatas e Política Externa: Aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty.** Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 1984.

²⁹⁶ CHEIBUB, Zairo Borges. **Diplomacia, Diplomatas e Política Externa: Aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty.** Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 1984.

²⁹⁷ CHEIBUB, Zairo Borges. **Diplomacia, Diplomatas e Política Externa: Aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty.** Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 1984.

maior nesta área de conhecimento, inclusive em provas como Direito, Economia e Inglês, por exemplo.

Como já foi dito, não se pretende aqui estabelecer com precisão o 'locus do *habitus*', se ele antecede ou não a entrada na instituição, mas não é possível deixar de chamar a atenção para algumas evidências que ajudam a compreender o objeto, já que "os homens formados em uma dada disciplina ou em uma determinada escola partilham de um certo 'espírito', literário ou científico".²⁹⁸ Medir a influência da formação e o peso das instituições sobre o *habitus* dos agentes também não é o objetivo do presente trabalho, mas certamente a formação, sobretudo em Direito na USP e UFRJ, contribuem para o *habitus* verificado na carreira.²⁹⁹

2.2. A sombra do patrono

A tentativa de compreender a história do Ministério das Relações Exteriores passa necessariamente por uma década de gestão do Barão do Rio Branco (1902-1912).

A regra de pensamento e expressão universalmente aceita, segundo a qual o que é 'social' não pode ser 'individual' e o que é 'individual' não pode ser 'social', é um desses axiomas fossilizados que têm a tendência a serem aceitos na medida em que todos parecem aceitá-los, mas que desaparecem como a roupa nova do rei quando são examinados sem preconceitos.³⁰⁰

A figura do Barão está para o Itamaraty, assim como Mozart para o processo de independência e identidade do artista³⁰¹ ou Luís XIV para o controle e hierarquização de sua corte através de regras rígidas e hierarquizantes de comportamento e etiqueta.³⁰² A análise dessas biografias apontam para elementos que continuam presentes na instituição. Isso não quer

²⁹⁸ BOURDIEU, Pierre. **Sistemas de Ensino e Sistemas de Pensamento**. In: A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 206.

²⁹⁹ A tese de Frederico de Almeida, A nobreza togada: as elites jurídicas e a política da justiça no Brasil, estabelece algumas proximidades possíveis entre o *habitus* das elites jurídicas e diplomáticas.

³⁰⁰ ELIAS, Norbert. **Escritos e Ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 70. 2006.

³⁰¹ ELIAS, Norbert. **Mozart – Sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1994.

³⁰² ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. 2001.

dizer que não estivessem presentes anteriormente, mas que o Barão reforçou determinados aspectos e que estes acabaram por se firmar como estruturas do campo diplomático, que embora sejam estruturadas acabam funcionando como estruturantes.

Ao ser perguntado se o legado do Barão continuava presente no Itamaraty, o Embaixador Luiz Felipe Seixas Corrêa, diz: “Sem dúvida! Eu acho que isso é um fator diferencial pro Brasil, em relação às diplomacias latino americanas em geral, que é de você ter um ministro com um legado extremamente positivo. Foi um legado que se materializou em território, é extraordinário.”³⁰³

É atribuído ao Barão o desenho atual do território brasileiro, tanto sua expansão com a anexação do Acre, como o apaziguamento dos problemas fronteiriços. Ele se torna patrono, ou seja, aquele que direciona e cujas ações são lembradas e relembradas nas comemorações e formaturas.

[...] Rio Branco conquistou seu lugar entre os santos do nacionalismo brasileiro, um dos *founding fathers* da nação, curiosamente deslocado no tempo em relação ao momento da independência nacional. A passagem pela chefia da chancelaria brasileira de 1902 até sua morte em 1912, consolidou uma determinada visão da identidade internacional do país e do papel que a política externa deveria desempenhar na construção e reafirmação dessa identidade.³⁰⁴

Além de sua atuação na política externa, inerente ao seu cargo, ele também teve lugar de destaque na política interna, sobretudo sua influência na remodelação do Rio de Janeiro.³⁰⁵ O Itamaraty foi, nos tempos do Barão, “uma

³⁰³ Entrevista concedida à autora em 11 de novembro de 2015

³⁰⁴ SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes.. **O Evangelho do Barão**. São Paulo: UNESP, 2012. p. 10.

³⁰⁵ “As reformas tiveram como um dos efeitos a redução da promiscuidade social em que vivia a população da cidade, especialmente no centro. A população que se comprimia nas áreas afetadas pelo bota-abixo de Pereira Passos teve ou de apertar-se mais no que ficou intocado, ou de subir os morros adjacentes, ou de deslocar-se para a Cidade Nova e para os subúrbios da Central. Abriu-se espaço para o mundo elegante que anteriormente se limitava aos bairros chiques como Botafogo, e se espremia na rua do Ouvidor. O *footing* passou a ser feito nos 33 metros de largura da avenida Central, quando não se preferia um passeio de carro pela avenida Beira-Mar. No Rio reformado circulava o mundo *belle-époque* fascinado com a Europa, envergonhado do Brasil. Em particular do Brasil pobre e do Brasil negro. Era o mundo do Barão

espécie de Ministério como que de Educação e Cultura, concorrendo para que viessem ao Rio de Janeiro intelectuais europeus eminentes, artistas, médicos de renome; e Ministério também de Informação ou Propaganda, de certo modo responsável pela ‘*bonnepresse*’ francesa e às vezes inglesa em torno de valores brasileiros.”³⁰⁶

Além da sua atuação da política externa e interna. O Barão é celebrado também como responsável pela reorganização e modernização do Itamaraty:

É exatamente esse programa que ele vai realizar de forma sistemática nos mais de nove anos em que esteve à frente de um Ministério que renovou a ponto de recriá-lo quase de alto a baixo. Começou com a expansão dos quadros, reduzidos à mais completa e absoluta indigência quando chegou. Para se ter ideia do que era então o governo no Brasil e, dentro dele, a já então menor e mais pobre das Pastas, é suficiente lembrar que o Itamaraty possuía apenas 27 funcionários ou empregados, que haviam sido 38 em 1859! Os vencimentos também quase não tinham variado em 50 anos.³⁰⁷

Entre as inovações atribuídas à sua gestão estão: o aumento no quadro de funcionários, elevação dos salários, restabelecimento do gabinete do Ministro - que tinha sido desativado durante os anos da gestão do Secretário Geral, o Visconde de Cabo Frio³⁰⁸-, a criação da Biblioteca, da Mapoteca, além da reorganização do arquivo.

Após a mudança do Ministério para Brasília, foi instituído o dia do diplomata.³⁰⁹ A comemoração se dá justamente no dia do nascimento do Barão e é nessa mesma data que acontece a formatura dos novos diplomatas

do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores do presidente que promoveu as reformas. O mesmo barão que na juventude tinha sido capoeira e que agora se esforçava em oferecer à visão do estrangeiro um Brasil branco, europeizado, civilizado” (CARVALHO, 2012, p. 41).

³⁰⁶ FREYRE, Gilberto.. **Ordem e Progresso**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar Editores, 2010. p. 143.

³⁰⁷ RICUPERO, Rubens. **Barão do Rio Branco: Uma biografia fotográfica (1885-1995)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995. p. 73.

³⁰⁸ Foi nomeado Diretor Geral da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros em 1865 até 1867. Ocupando novamente o cargo em 1869 até a sua morte, em 17 de janeiro de 1907.

³⁰⁹ O dia do diplomata é comemorado no dia 20 de abril de todos os anos. Na formatura, aquele que obtém o primeiro lugar no curso preparatório à carreira diplomática recebe a medalha de ouro, relativa ao Prêmio Rio Branco (Anuário. 1972).

brasileiros. A revista editada pelos alunos do IBR tem como título o apelido do Barão quando jovem – Juca; o centro de formação da diplomacia brasileira leva o seu nome; na sede do Rio de Janeiro sua sala é preservada e há uma estátua em bronze de mais de três metros no seu jardim. Como se pode ver, o culto à figura do Barão se faz presente de inúmeras formas, sobretudo nos primeiros anos da carreira, quando se dá a inserção e a maior inculcação do *habitus diplomático*.

FIGURA 10 – Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro: Jardim externo



Fonte: www.funag.gov.br.(2015)

Não se trata apenas de nomear instituições, a preservação de sua memória continua presente em discursos e eventos.³¹⁰ Em 2012, três dias foram dedicados às comemorações dos 100 anos da morte do Barão no MRE em Brasília. Foram 25 palestras,³¹¹ que contaram com a presença de

³¹⁰ Na formatura da turma 2011-2013, o Barão do Rio Branco ainda é citado pelos jovens diplomatas. (<https://www.youtube.com/watch?v=iP0R5xnQACM&list=PLF5B069A7ED2B1F93>)

³¹¹ O evento aconteceu de 08 a 10 de maio e teve como palestrantes: Georges Lamazière; Vasco Mariz, Luiz Felipe de Seixas Corrêa; Armando de Senna Bittencourt; Gonçalo Mello Mourão; Rubens Ricupero; Domingos Savio da Cunha Garcia; Dauberson Monteiro da Silva; Celso Amorim e Luiz Feldman; Antonio Carlos Robert Moraes; Clodoaldo Bueno; Luís Cláudio Villafañe G. Santos; Arno Wehling; Carlos Henrique Cardim; Antônio Celso Alves Pereira; Paulo M. Buss; Lucia Mara Paschoal Guimarães; Helder Gordim da Silveira; Gerardo Caetano; Paulo Roberto de Almeida; Gelson Fonseca Jr; Steven Topik; Synesio Sampaio Goes Filho; Guilherme Frazão Conduru; Fernando Guimarães Reis.

aproximadamente 400 estudiosos, sem contar o público presente. Fruto desse evento é a publicação de um livro com mais de 700 páginas da Fundação Alexandre de Gusmão. A comemoração contou com a presença do Ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, e da Presidenta, Dilma Rousseff, que, ao final da sua fala, diz: “Acho que simplesmente: muito obrigado Senhor Barão! Continuamos e continuaremos fiéis à sua memória, à sua inspiração e ao seu legado!”³¹²

Além dessas palestras, houve também a inauguração da exposição “Rio Branco: 100 anos de memória”. Com curadoria feita pelo diplomata e também historiador Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos, “a exposição apresentou de forma abrangente a vida, a obra e a época de Rio Branco, além de sua presença na memória popular.”³¹³

Outra publicação importante e que evidencia esse esforço constante de preservação da memória e do *habitus* é a edição comemorativa do sesquicentenário do nascimento do Barão do Rio Branco, publicada em 1995, com a introdução de Rubens Ricupero. Ali, diz-se que “Rio Branco foi o último grande Estadista e diplomata do século XIX, um homem totalmente formado pelas instituições e pelos valores da monarquia mas destinado a só ocupar o centro do palco no início da República, quando os seus métodos e talentos estavam em vésperas de perder a eficácia do passado.”³¹⁴

Após apresentar alguns elementos que demonstram o culto à memória do patrono, é importante retomar seu caráter monárquico pois, pela literatura, outra classificação atribuída ao Itamaraty é como casa de monarquistas³¹⁵ insatisfeitos com a recém-criada República. As duas figuras

³¹² CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. **O barão do Rio Branco no centenário de sua morte: memória, inspiração, legado.** Cadernos do CHDD. ano 11. número especial. 2012, p. 277.

³¹³ PEREIRA, Manuel gomes Pereira (org.). **Barão do Rio Branco: 100 anos de memória.** Brasília: FUNAG. 2012.

³¹⁴ RICUPERO, Rubens. **Barão do Rio Branco: Uma biografia fotográfica (1885-1995).** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995. p. 28-9.

³¹⁵ ALONSO, Angela. **Perfis brasileiros: Joaquim Nabuco.** São Paulo: Companhia das Letras. CARVALHO, José Murilo.. (2012). **Os bestializados.** São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

mais emblemáticas da época, Rio Branco e Nabuco,³¹⁶ não escondiam suas predileções pelo antigo regime. Em carta, o segundo escrevia a Rio Branco: “Você adoeceu, eu compreendo isso, porque eu mesmo desde 15 e novembro não sei se vivo – é um estado transitório, eu creio, entre a vida e a morte.”³¹⁷

Outro elemento que aponta para uma espécie de resistência ao novo regime é a manutenção do título nobiliárquico, mesmo depois que estes foram abolidos pelo novo regime.³¹⁸ Entretanto, o Embaixador Luiz Felipe Seixas Corrêa faz uma divisão entre o caráter público e privado desse personagem, de acordo com ele:

A devoção dele à República, foi absolutamente honesta, ele tinha uma ligação muito forte com D. Pedro, mas encontrou uma forma. D. Pedro doente em Paris, ele não foi lá, porque ele tinha medo de ser mal interpretado, foi um cuidado grande, não é à toa que ele foi o que ele foi, ele tinha um cuidado grande com relação a esses temas.³¹⁹

A declarada afeição pela monarquia por parte do Barão, materializada inclusive na manutenção de seu título nobiliárquico sob uma República que os tinha abolido, ajuda a entender o uso linguístico de certos adjetivos, como nobre e plebeu; o peso que elementos compreendidos como “elegantes” têm para as relações de poder e consagração de seus colegas; a percepção, entre os seus candidatos, de que se trata do último reduto da nobreza da República; a apropriação e nomeação de seus espaços, nenhum

FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar Editores. 2010.

³¹⁶ Os diários de Nabuco, organizados por Evaldo Cabral de Mello Neto, revelam: “...o grande efeito sobre mim daquela atitude de Thiers e dos parlamentares da monarquia de Julho era dar-me uma grande prova experimental de que a forma de governo não é uma questão teórica, porém prática, relativa, de tempo e de situação, o que em relação ao Brasil era um poderoso alento para a minha predileção monárquica” (2006, p. 22-3)

³¹⁷ VIANA FILHO, Luís. **A vida do Barão do Rio Branco**. 8. Ed. – São Paulo: Editora UNESPE; Salvador, BA: EDUFBA, 2008. p. 192.

³¹⁸ Para compreender parte da percepção da diplomacia durante os anos do Império, vale ressaltar a resposta de José Maria do Amaral, diplomata e irmão do Visconde de Cabo Frio, em 23 de julho de 1857, à Hordeñana, nomeado pela Argentina para negociar com o diplomata brasileiro. Ao ser tratado pelo colega como astucioso e falso, responde: “(...) sua declaração prévia parecia-me supérflua ou incapaz, porque a nossa regra é supor que no corpo diplomático não há senão cavalheiros; que entre cavalheiros não pode haver velhacos, mas há, com efeito, alguns tolos; que, sendo assim, o diplomata que se deixa codilhar por outro não deve atribuir o desastre senão à sua inexperiência e não à má-fé do colega” (CADERNOS DO CHDD. 2012, p. 49).

³¹⁹ Entrevista concedida à autora em 11/01/2015

dos quais fazendo referência à República, entre outros. Nesse sentido, pode-se afirmar que o Barão não inaugura, mas reforça as estruturas e o *habitus* presentes na instituição desde o Império e que se prolongam ao longo da história.

A variedade de interesses do Barão é um aspecto evidente em todos os relatos analisados, principalmente seus interesses em história, geografia e jornalismo.

Paranhos, que se ensaiara desenhista a bico de pena no Pedro Segundo, correspondendo um pouco às esperanças de Cândido Pardal, seu bondoso mestre de desenho no colégio, tinha-se tornado grande apreciador de obras d'arte, a ponto de figurar, em 1886, no grupo dos membros fundadores da "Société Française de Amis des Arts."³²⁰

Nas memórias e mesmo nos discursos percebe-se que ele estabelece um padrão, ainda mais significativo quando se considera o caráter diletante da carreira.

Desde que voltara da Europa, em 68, ele acalentava certo desejo de ingressar na diplomacia, carreira talvez conveniente às tendências do pesquisador, que, em alguma tranquila cidade, encontraria a calma precisa para os seus estudos. Acreditara até que o lugar de deputado serviria para lhe abrir o caminho. Mas, depois, com o pai à frente do Ministério, procrastinara a ideia. Agora, porém, às razões anteriores juntavam-se os encargos de família. Empenhou-se ativamente para uma solução.³²¹

Apesar das mudanças ocorridas no MRE, o legado do Barão se faz presente em aspectos fundamentais, que compreendem tanto o *habitus* da carreira, como o posicionamento do MRE frente aos demais órgãos do Estado e a "natureza" da política externa. Desta forma, é importante investigar os aspectos institucionais: o insulamento institucional desse espaço, a necessidade das representações do Brasil serem também espaços de sociabilidade, a defesa do "interesse nacional"; e os aspectos comportamentais: seus diversos interesses (história, geografia, jornalismo, artes, etc.), e a condição de imortal na Academia Brasileira de Letras e de

³²⁰ VASCONCELLOS, Mario de Barros. e. (s/d) **O Barão do Rio Branco**. Biografia. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, p. 55.

³²¹ VIANA FILHO, Luís. **A vida do Barão do Rio Branco**. 8. Ed. – São Paulo: Editora UNESPE; Salvador, BA: EDUFBA, 2008. p. 93.

membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

2.2.1. Primeiro legado: insulamento do MRE

Traços do insulamento burocrático são verificados no Itamaraty desde os tempos do Barão, que acreditava que esse espaço deveria se manter distante das disputas político-partidárias efetuadas na política interna. Assim como outros elementos, este também se tornou um dos aspectos marcantes na instituição: seu esforço por se manter distante do cenário político interno, ao mesmo tempo em que procura barganhar para a diplomacia o caráter de estrutura permanente do Estado.³²² Busca-se exercer neste campo uma suposta “neutralidade”,³²³ sobretudo amparada num ideário em se coloca como rivais a política de Estado e de governo, como se verá mais à frente.

Este insulamento, no entanto, não teria sido herdado apenas de Rio Branco. Parte da pouca literatura existente o atribui à falta de interesse dos políticos na instituição, já que a política externa brasileira teria pouca validade para o sucesso eleitoral. Este fator justificaria também o insulamento e a autonomia do Itamaraty frente aos demais aparelhos do Estado.

[...] a despeito dos períodos em que as instituições democráticas funcionaram de modo mais próximo a suas formulações ideais, a política externa permaneceu relativamente isolada do debate público. Isso ajuda a entender por que os partidos políticos nunca se destacaram como atores importantes no processo de formulação da política externa brasileira. Fosse pelo baixo impacto que assuntos de natureza internacional tivessem sobre a lógica da competição político-partidária, fosse pelo relativo consenso que a política externa conseguiu instituir ou fazer parecer instituir, o fato é que esta foi uma das políticas públicas mais insuladas do debate político envolvendo as agremiações partidárias.³²⁴

Variáveis institucionais, históricas e culturais também são relevantes para explicar este fenômeno:

³²² LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando; PACHECO, Regina. (orgs.). **Burocracia e política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2010.

³²³ É frequente os relatos nos jornais de grande circulação essa “neutralidade” do corpo diplomático. O caso mais recente foi o caso do diplomata Alexandre Parolla, que assumiu o cargo de porta-voz de comunicação no governo Temer. Na matéria do jornal Folha de S.Paulo é destacado seu “perfil neutro” como elemento importante. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/09/1817676-convidado-por-temer-diplomata-alexandre-parola-sera-porta-voz-do-governo.shtml?cmpid=compfb>

³²⁴ PINHEIRO, Letícia. Política Externa Brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2004. p. 9.

(a) o arcabouço constitucional do país, que concede grande autonomia ao executivo em tal seara, relegando o Congresso Nacional a uma posição marginal, o que não é singularidade brasileira; (b) o fato de o legislativo brasileiro ter delegado ao executivo a responsabilidade pela formação da política externa; (c) o caráter “imperial” do presidencialismo brasileiro; (d) o fato de o modelo de desenvolvimento por substituição de importações ter gerado uma grande introversão nos processos políticos e econômicos do país, redundando em grande isolamento internacional do Brasil, revertido parcialmente a partir do início dos anos 90; (e) o caráter normalmente não conflitivo e largamente adaptativo da atuação diplomática do país; e, por fim, mas não menos importante, (f) a significativa e precoce profissionalização da corporação diplomática do país, associada ao prestígio de que desfruta o Itamaraty nos âmbitos doméstico e internacional.³²⁵

Dentre essas explicações, é possível ainda levar em consideração uma outra variável não considerada até aqui, que considera as características propriamente sociológicas do insulamento. Não somente aquelas relacionadas à profissionalização precoce da profissão, mas também à permanência, senão de uma fração de classe, pelo menos de seu habitus. Essa permanência dificulta a intervenção de atores que estão de fora do campo. As entrevistas realizadas durante 2006 e 2007 demonstraram algumas questões importantes, principalmente o caráter endógeno do insulamento da instituição. A profissionalização e hierarquização da profissão, somadas à preservação de habitus que procurava reforçar aspectos distintivos dessa diplomacia, também podem ser considerados indícios capazes de explicar o insulamento burocrático da instituição: “O Itamaraty é uma casa meio feudal, com uma estrutura próxima das forças armadas, com uma disciplina, hierarquia, obediência, enfim uma estrutura piramidal muito forte”³²⁶

Nos dados do survey percebe-se que a maioria vê proximidade entre o MRE e outros órgãos da administração pública: 164 afirmaram que há semelhanças e 58 negaram qualquer semelhança com outros órgãos. No entanto, embora seja um ministério civil, seus atores vêm proximidade com o Ministério da Defesa: dentre os 164, 139, ou seja 84% deles, vêm semelhanças

³²⁵ FARIA, Carlos Aurélio Pimenta De. **Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil.** Revista Brasileira de Política Internacional, São Paulo, vol 51, n 2, 2008. p. 81.

³²⁶ Diplomata Paulo Roberto de Almeida, entrevista concedida à autora, em 25 de agosto de 2006

entre estes dois espaços. Apenas um vê semelhança com o Superior Tribunal de Justiça, dois com os espaços propriamente políticos – Congresso e Senado – e 22 com os ministérios civis (Saúde, Educação e Esportes).

Ministério segue uma noção de disciplina e hierarquia semelhantes às de carreiras militares, mas o serviço mais comum do diplomata equivale ao da carreira de Gestor Público. Uma diferença essencial é que as promoções, remoções e outros benefícios são menos "estruturados", ou sujeitos a critérios objetivos. Os critérios subjetivos (chamados com o eufemismo de "merecimento") são, na verdade, os mais importantes.³²⁷

O dado apresentado no survey vai ao encontro das entrevistas realizadas, que enfatizam essa proximidade entre a carreira e as Forças Armadas. Mesmo durante os anos do regime militar (1964-1985), o Itamaraty conseguiu manter-se à parte da ingerência do Presidente da República, nomeando, em sua maioria, ministros da própria carreira. A corporação militar vê no Itamaraty uma espécie de "órgão associado". O processo de formação e a hierarquia presente no corpo diplomático fariam do Itamaraty uma "quarta força" entre os aparelhos de Estado.³²⁸

2.2.1.1 .A política externa como política de Estado

Outro ponto que remete ao legado do Barão diz respeito à discussão travada anteriormente e que tem reverberado no MRE ao longo dos anos: de que a política externa seria uma política de Estado e não de governo.

No governo Rodrigues Alves (1902-1906), anos do Barão no Itamaraty, é dito: "A pasta do Exterior não deve estar subordinada a influências partidárias, mas convêm que seja prestigiada por um nome de valor, que inspire confiança à opinião".³²⁹ Já nos primeiros anos da República há tentativa de isolar o Itamaraty do sistema republicano prevalecente. Características semelhantes serão observadas em outros momentos durante o século XX.

³²⁷ Entrevista concedida à autora em 23 de março de 2015, diplomata anônimo.

³²⁸ GOBO, Karla Lisandra. **Década de 1970: Política Externa e o Papel do Itamaraty**. São Paulo, Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo. 2007.

³²⁹ VIANA FILHO, Luís. **A vida do Barão do Rio Branco**. 8. Ed. – São Paulo: Editora UNESPE; Salvador, BA: EDUFBA, 2008. p. 383.

Essa nova identidade será a de um país pacífico, não intervencionista, seguro dentro de suas fronteiras bem definidas, orgulhoso da grandeza e riqueza de seu território e do tamanho de sua população, identificado com as expressões pan-americanas e confiante no direito internacional e nos fóruns multilaterais³³⁰

De forma geral essas disposições mentais observadas no início do século XX sobre o papel do Brasil e a natureza e condução da política externa continuam presentes ao longo um século. Como se demonstrou, desde os tempos do Barão do Rio Branco há o discurso sobre a diferença do MRE ante os demais ministérios que cuidam especificamente da política interna e por isso estão intimamente atrelados a ela. O MRE seria um espaço diferente, no qual impera a política de Estado e não de governo.³³¹ O discurso do ex-ministro dos anos Médici (1969-1974) Mario Gibson Barbosa reforça essa “tradição” da casa:

A carreira diplomática para mim é semelhante à carreira militar, os diplomatas respeitam o governo sob o qual ele está exercendo a sua função, ele não cede ao governo porque os governos passam, nós passamos também, mas a nação permanece. E se o diplomata não tem uma certa isenção eles contaminam a atividade diplomática. Hoje acho que a política interna está muito dentro do Itamaraty, as preferências para as promoções são dadas para quem é do PT. A independência na política externa deve sempre primar pelo interesse nacional, isso não é ser antiamericano, é ser brasileiro, é defender o interesse nacional, não sacrificaria jamais o interesse nacional em prol de uma amizade com os Estados Unidos, isso é uma bobagem! O diplomata, como cidadão, tem o direito de ter uma posição política, agora como profissional ele não pode ter, porque cada vez que mudar de governo ele tem que mudar de política. A política externa não pode estar subordinada à política interna, porque a política interna a controvérsias, há mudanças repentinas.³³²

Embora essa noção esteja ainda muito forte na instituição, transformando-se num aspecto hegemônico da política externa brasileira, três diplomatas e ex-ministros divergem: Vasco Leitão da Cunha, Ramiro Saraiva

³³⁰ SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. **O Evangelho do Barão**. São Paulo: UNESP, 2012. p. 13-4.

³³¹ Nunes (2010) no entanto revela que no interregno democrático de 1946-1964, a União Democrática Nacional (UDN) sempre ocupara a pasta do MRE. O caso mais emblemático é de Afonso Arinos de Melo Franco, que embora não fosse da carreira diplomática, ela filiado à UDN e fora ministro da casa entre os meses 31 jan. 1961 - 11 set. 1961 e 16 jul. 1962 - 24 set. 1962.

³³² BARBOZA, Mário Gibson. Entrevista concedida no Rio de Janeiro, 15 de setembro de 2006.

Guerreiro e Celso Amorim, que veem a política externa como tendo uma ligação forte com os interesses do Presidente da República. Essa ligação pode ter aspectos estruturais mas é, acima de tudo, política, atrelada aos interesses do governo a que se está servindo.

Princípios básicos são de Estado, estão na constituição: não intervenção, autodeterminação dos povos, respeito aos direitos humanos, etc., etc., etc. Agora a política, política é governo, como você vai executar esses princípios, de que maneira, você não pode ser contra eles, mas como você vai executar é política, isso é governo!³³³

Essa concepção divergente da Política Externa Brasileira talvez seja mais realista pois qualquer das áreas – saúde, educação, defesa, agricultura – recebem tratamentos, investimentos, destaques e sofrem mudanças nos seus programas ou metas conforme os interesses políticos e partidários do chefe do Executivo.³³⁴

É preciso lembrar ainda que as relações internacionais atualmente abordam uma gama muito mais ampla de questões, como pobreza, internacionalização da educação, da saúde e da cultura, direitos humanos, migrações, tornam as barreiras entre doméstico e internacional indissociáveis. Uma série de outros atores passam a se envolver neste processo: Ong's, mídia, igrejas, órgãos públicos municipais e estaduais. Em outras palavras, a autonomia relativa do Itamaraty passa, a partir da abertura econômica e política, a ter que lidar com os diversos interesses setoriais. Sendo assim, a política externa como política pública está sujeita às dinâmicas de escolhas dos governos que resultam em coalizões, barganhas e acordo entre representantes de interesses diversos.³³⁵

No entanto, daqueles que responderam ao *survey*, 89% mantêm a

³³³ AMORIM, Celso. Entrevista concedida a autora em 02 de julho de 2015.

³³⁴ HERMANN, Charles. **Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy**. *International Studies Quarterly* 34, 1990. p. 3-21.

³³⁵ MILANI, Carlos e PINHEIRO, Letícia. **Política Externa Brasileira: os desafios de sua caracterização como Política Pública**. *CONTEXTO INTERNACIONAL*. Rio de Janeiro, vol. 35, no 1, janeiro/junho 2013, p. 11-41.

leitura do Barão, de que se trata de uma política de Estado. Para 57% deles o governo do Partido dos Trabalhadores trata a Política Externa como uma política de governo, fato evidenciado também na fala do Embaixador Mario Gibson Barbosa, ministro do Itamaraty nos anos Médici (1969-1974). A estratégia bem-sucedida do Barão em afastar a política externa da recém-criada República acabou marcando essa política como sendo necessariamente distante dos interesses políticos e partidários. Dessa forma, a Política Externa Brasileira acabou se estabelecendo histórica e discursivamente mais por ajustes do que por mudanças nos seus programas e metas, sendo reafirmada, no discurso de seus diplomatas, como uma política de Estado que defende o “interesse nacional”. Este seria, por sua vez, um elemento único, que paira acima dos interesses e que é passível de apenas uma leitura. Nesse sentido, qualquer mudança no programa ou nas metas da Política Externa Brasileira são compreendidas como ingerência dos interesses políticos e partidários, que em tese feririam a defesa do interesse nacional. Devido a essa percepção sobre a política externa, sobretudo nos anos Lula (2003-2010), o ministro Celso Amorim adotou a postura de sempre deixar claro nas suas conversas com os jovens diplomatas que a política externa que conduzia era a política do governo do presidente Lula e não do Itamaraty.³³⁶

2.2.2 Segundo Legado: representação *versus* burocratização

Os diplomatas se estabeleceram ao longo do tempo como guardiães dos bons costumes, da tradição, da erudição, das regras de etiqueta, ou seja, dos elementos da cultura legítima, altamente hierarquizantes. Suas disposições e maneiras não são apenas corretas, mas naturalizadas, indicando um processo precoce de internalização das regras. Essas nuances, capazes de distinguir e empoderar seus atores, já estavam fortemente presentes na gestão do Barão: “A série de recepções, banquetes e festividades com que Rio Branco procurava entreter as delegações estrangeiras no Rio foi de grandiosidade bem excepcional”.³³⁷ Esses aspectos, que parecem anacrônicos nas sociedades

³³⁶ AMORIM, Celso. **Conversas com jovens diplomatas**. São Paulo: Benvirá. 2011.

³³⁷ VASCONCELLOS, Mario de Barros e. (s/d) O Barão do Rio Branco. Biografia. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, p. 116.

republicanas burguesas, acabam por se firmar como parte relevantes do *habitus* diplomático.

Esse *habitus*, que remetem às práticas observadas nas aristocracias, persiste e é reforçado na República. Neste sentido, o Itamaraty como um espaço da nobreza não está somente na percepção dos candidatos que almejam fazer parte da instituição e seus signos. Cultiva-se, de fato, por parte dos seus agentes, aspectos mais caros às aristocracias do que aos *habitus* republicanos, tanto na esfera linguística quanto na social.

A burocracia estatal ocuparia, neste contexto, uma centralidade menor do que a ação dos diplomatas, ou seja, as regras burocráticas não seriam um fator definidor para a formulação a implementação da política externa brasileira, mas sim a capacidade da diplomacia em conduzir as questões. Como exemplo tem-se o ministro Antonio Azeredo da Silveira dos anos Geisel (1974-1979), diz-se que ele: “...tinha ojeriza à burocracia. Acreditava que o lugar de um país no mundo dependia menos de seus recursos materiais do que da habilidade de seus diplomatas em manipular o sistema internacional em causa própria”.³³⁸ Em outras palavras, acreditava-se que para formular e implementar a política externa não bastava ter conhecimento técnico dos processos, mas outro tipo de capital. Esse capital se construiria a partir da absorção de determinadas regras, formas de comportamento, julgamento e gosto, que acabam por excluir aqueles que não o compartilham. Isso foi considerado em uma das entrevistas com atores do corpo diplomático que atuaram nos anos 1970. Ouviu-se que o aumento da burocratização do Ministério teria prejudicado a velocidade e a qualidade das negociações, já que se estabelecia relações mais próximas entre representantes através de eventos sociais, quando eram “palhaços sociais”. As relações criadas nesses ambiente davam aos agentes liberdade para se contatarem a qualquer hora, sem a necessidade de uma série de protocolos.

³³⁸ SPEKTOR, Matias . **Azeredo da Silveira**: um depoimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 69.

Dessa forma, a burocracia acabava por aumentar a distância entre os representantes estatais que veem maior eficiência nas relações pessoais.

A representação é, nesse sentido, uma forma mais eficiente para estabelecer relações do que o regramento burocrático. E, para fugir das regras, o diplomata depende de aspectos como o charme pessoal, a capacidade de “bem receber” e a habilidade de se mostrar uma pessoa não só informada, mas detentora de gostos e comportamentos compatíveis com as classes mais altas e ilustradas. A capacidade de “bem receber” trata-se de uma espécie de poder simbólico, fundamental para a carreira:

Ainda que haja uma certa semelhança da carreira diplomática com as carreiras militares, há algo que torna o Itamaraty totalmente diferente de todas as demais instituições do Estado. A principal diferença pode ser resumida em uma palavra: representação. A representação é a mais importante e central das funções diplomáticas. Mais do que simplesmente informar e negociar, o Embaixador e os diplomatas em postos no exterior são a imagem do Brasil, profissionalmente e 24 horas por dia. O Diplomata deve dormir de gravata. Não deve haver espaço para brincadeiras no tocante à representação. Da representação desempenhada com decoro e *savoir-faire* dependem as demais funções diplomáticas: a informação e a negociação. Somente a boa representação dará acesso ao diplomata aos círculos relevantes dos países onde exerce suas funções. Sem ela, não terá acesso a nenhuma informação relevante e não será crido como negociador válido. Isso tem uma consequência direta sobre a estrutura administrativa do Itamaraty: sua finalidade precípua é a política exterior, executada por meio dos postos no exterior, o que o faz totalmente diverso do ponto de vista administrativo de qualquer outra instituição do Estado. A administração de bens nacionais e de pessoal em países estrangeiros, com vistas à representação do Estado, com prestígio e visibilidade são elementos essenciais. Um brasileiro inteligente sente orgulho ao passar pela Piazza Navona em Roma e ver lá hasteada a bandeira nacional. É o cartão de visitas e a imagem do Brasil num dos pontos turísticos mais visitados do mundo. Há nisso um imenso valor simbólico. Nenhum grande país jamais desprezou a dimensão representativa e de imagem de sua diplomacia.³³⁹

Como fica evidente, o sinônimo da diplomacia não é sua capacidade de negociação ou informação. Ou melhor, estes aspectos estão intimamente relacionados na forma como estes agentes são capazes de se relacionar com os demais, de serem identificados como um deles. Neste sentido, essas e

³³⁹ Entrevista concedida à autora 28 de outubro de 2014, diplomata anônimo

outras ações são precedidas pela capacidade de representação do diplomata - materializada em seus espaços: tanto em países estrangeiros como no Palácio do Itamaraty - e pela capacidade de receber e demonstrar o domínio naturalizado da cultura legítima. Ao longo do tempo, esses traços se tornam um elemento constitutivo do campo e do *habitus* diplomáticos, em detrimento da burocratização ou da capacidade de negociação de seus atores. Dada a importância desse rito, compreende-se a ingerência, tanto do MRE quanto dos colegas,³⁴⁰ para que os casamentos se deem com pessoas capazes de tráfegar com naturalidade nesses grupos. Nesse sentido, a esposa do diplomata ocupa um papel de destaque, sendo por vezes tratadas como um “ativo” na carreira, já que grande parte das tarefas de representação são delegadas a ela, também responsável por evidenciar as qualidades de seu marido. Numa conversa travada entre “Sra. Oliveira Lima” e sua amiga, ela chega dizer que Nabuco não deveria ter sido designado para Washington pois sua esposa não gostava e nem sabia “receber” adequadamente para um posto demasiadamente importante, devendo assim ser Oliveira Lima o representante ideal, pois tinha uma esposa que também estava à altura do cargo.³⁴¹ Numa das entrevistas realizadas em 2006, a esposa do diplomata entrevistado sentou-se ao seu lado. Quando o diplomata precisou se ausentar, para ir brevemente ao banheiro, fui indagada se conhecia o currículo dele, sua produção literária e intelectual. O papel da esposa é também de chamar a atenção para as qualidades do marido.

Este peso sobre a representação aproxima o Itamaraty das sociedades de corte na mesma medida em o distancia das sociedades burguesas, nas quais estes aspectos fazem parte da vida privada e não pública de seus agentes.³⁴² Na fala do Embaixador André Amado fica clara a importância dessas reuniões sociais e coquetéis para a atividade diplomática:

³⁴⁰ Nos dias atuais não é mais preciso a permissão por escrito do MRE, mas Moura (2007) aponta que há uma pressão interna para que as uniões se deem com pessoas que atendam certos critérios de “sofisticação”, sociabilidade e grau de instrução.

³⁴¹ VIANA FILHO, Luís. **A vida do Barão do Rio Branco**. 8. Ed. – São Paulo: Editora UNESPE; Salvador, BA: EDUFBA. 2008.

³⁴² ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. 2001.

[...] O coquetel torna-se ainda mais importante quando se trata de visita de delegações negociadoras. Em geral, as complexidades técnicas dos temas agendados sempre exigem mais tempo de discussão do que o previsto pelo calendário de reuniões. Encerrar o encontro sem acordos pode dar a impressão de fracasso, sobretudo quando, na maioria das vezes, o que falta mesmo são arredondamentos de última hora, de caráter mais político do que técnico, o que se pode alcançar no ambiente distenso e amigável de um coquetel.

Consciente da importância do apoio que a embaixada deve dar à presença dos visitantes, o Embaixador Marcos Azambuja, quando chefiava o posto em Buenos Aires, instruía que se organizasse todas as noites um coquetel de plantão. Para qual missão? Às vezes, mais de uma. O clima de confraternização entre brasileiros e argentinos ampliava-se, em claro benefício do estreitamento das relações bilaterais³⁴³

Como se pode notar, as relações interpessoais são partes constituintes das futuras negociações. O diplomata Leite Ribeiro considera que “...reuniões descontraídas facilitam a vida profissional...” pois quando “...despidos da formalidade, relaxados, [os diplomatas ficam] propensos a confidências e trocas de informações...”.³⁴⁴

2.2.3 Terceiro Legado: interesses variados

É bastante difundida no Itamaraty a questão dos interesses variados do Barão e a ideia de que o diplomata é um ‘especialista em assuntos gerais’. Também é notória a possibilidade da carreira em proporcionar o cultivo desses interesses paralelos, podendo muitas vezes o diplomata se tornar consagrado tanto na instituição como fora dela. Ou, em alguns casos, ter seu talento reconhecido mais por alguma outra atividades do que propriamente por sua atuação na carreira, como é o caso de: Vinícius de Moraes na música e literatura, Evaldo Cabral de Melo Neto na história, Alberto da Costa e Silva na história e literatura, Guimarães Rosa e João Cabral de Melo Neto também na literatura, Roberto Campos na economia assim como vários outros.

O cargo era mais um prêmio e uma recompensa por serviços

³⁴³ AMADO, André. **Por dentro do Itamaraty**: impressões de um diplomata. Brasília: Funag, 2013. p. 65.

³⁴⁴ ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. **Palácio do Itamaraty**: questões de história, projeto e documentação (1959-70). Revista Arquitectos. ano 09, mar. 2009

prestados em outras áreas do que uma via para contribuir ao serviço público. As razões que moviam os postulantes envolviam o desejo de viajar, educar-se no exterior, ter uma fonte de renda segura e possibilitar a tranquilidade financeira para exercer outras atividades, como a pintura ou a literatura – segundo João do Rio, quase todos os literatos desejavam uma carreira na diplomacia.³⁴⁵

O poeta e Embaixador Francisco Alvim, corrobora esta constatação de João do Rio:

Por volta dessa época, Francisco começou a se interessar; também, pelo estudo de línguas estrangeiras, motivado pela atração crescente pela literatura. Começou a pensar numa profissão (“porque precisava de uma”) e achou que o Itamaraty era uma carreira que não devia maltratar aspirantes a literato (“pois ali estavam, por exemplo, João Cabral e Guimarães Rosa”). Além do mais, considerava a diplomacia uma profissão “charmosa”, que lhe permitiria viajar pelo mundo e ter uma vida confortável.³⁴⁶

Na entrevista à TV Justiça para esclarecer dúvidas sobre a carreira, o diplomata Leandro Vieira Silva diz que o perfil ideal é aquele interessado “...pelo conhecimento humano das mais diversas formas, todas as manifestações culturais, sejam elas: jurídicas, políticas, econômicas, culturais. Você deve ser uma pessoa interessada por cinema, por música, por teatro, é a diversidade que interessa”³⁴⁷. É curioso notar a frequência em que aparece a necessidade de cultivar gostos por música, cinema ou teatro. Em poucas profissões esta exigência se coloca de forma tão explícita como na diplomática. Das manifestações humanas elencadas como necessárias à carreira, o diplomata dá destaque justamente às manifestações culturais. Este dado aparece frequentemente em outras falas. Não é o conhecimento de Relações Internacionais que têm destaque, mas seus interesses por aspectos eminentemente ligados à cultura. E, estes interesses e gostos também são aqueles legitimados, regulados, avaliados e hierarquizados pelos demais agentes e pelo campo diplomático.

³⁴⁵ MUNDORAMA. Filhos da democracia: A descolonização da diplomacia brasileira, 2015. P. 18. Disponível em: <http://www.mundorama.net/2015/02/24/filhos-da-democracia-os-diplomatas-brasileiros-na-nova-republica-1985-2010-por-rogerio-de-souza-farias-e-gessica-carmo/>.

³⁴⁶ INSTITUTO RIO BRANCO. **Revista Juca: Diplomacia e Humanidades**. Brasília. Ano.3. 2009, p. 22.

³⁴⁷ YOUTUBE. **Carreiras - diplomata (2/3)**. 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5mXbKID5Tps>.

O avião a jato, o telefone e a Internet reduziram muito a ação pessoal dos diplomatas. Mas, numa negociação ou nos contatos diários com as autoridades estrangeiras, a simpatia, o charme intelectual, o respeito que se tem por aquele que sabemos que sabe, a confiança na seriedade do interlocutor; a sua cultura e a sua personalidade ainda são elementos que pesam enormemente. Era assim no passado, é no presente e, creio, continuará a ser no futuro.³⁴⁸

Como já se viu, a valorização destes aspectos se refletiu, em boa parte da história, em avaliações para o concurso que focavam justamente nestes aspectos. A seleção durante um longo período favoreceu àqueles que possuíam um tipo de conhecimento erudito e generalista. Ainda hoje, mesmo não tendo o peso que tinha anteriormente, continua sendo um capital importante na carreira. Em entrevistas ou memórias frequentemente é apontado o carácter não só generalista, que faria parte da função, mas também a importância desses indivíduos terem outros interesses, principalmente interesses que estão relacionados às artes e literatura. “...O melhor é que seja generalista, porque o especialista a gente contrata. O diplomata deve ter a capacidade de negociar, de informar e de representar. Deve ser um especialista do geral”.³⁴⁹

Este não é um aspecto que fica perdido no tempo, ou que é capaz de explicar apenas uma antiga conduta valorizada neste espaço. O ex-ministro Embaixador Celso Amorim, na Revista Juca, responde da seguinte maneira a pergunta do aluno-entrevistador sobre seu estímulo à arte e cultura:

A resposta mais ou menos óbvia seria incluir, nos exames ou no curso, matérias que tenham esse conteúdo, de maneira inteligente, não puramente erudita; de maneira que ajude a compreensão da realidade. Fiz um curso de literatura que me ensinou muito, não só sobre literatura, mas sobre o Brasil. Naquela época em que não se conhecia tanto o Nordeste e o Norte, aprendi um pouco lendo. Ter lido Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, Carlos Drummond de Andrade, além de conhecer a pintura de Cândido Portinari, a Bossa Nova, tudo isso ajuda a ser um bom diplomata a entender bem e a divulgar bem o Brasil. O Itamaraty tem um papel muito importante: a difusão da cultura brasileira. Quando fui chefe da Divisão Cultural, em 1977 e 1978, fomos pioneiros quando organizamos o primeiro festival

³⁴⁸ MARINHO, Marcos Vinícius. **Entrevista com Alberto da Costa e Silva**: um olhar brasileiro sobre a África. Revista Juca, ano 1, 2007. p. 12.

³⁴⁹ CUNHA, Vasco Leitão. **Diplomacia em Alto mar**: depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994. p. 174.

de cinema de Guiné-Bissau e de Moçambique. Na Guiné-Bissau, a polícia teve de ser reforçada porque todo mundo queria entrar no cinema para ver os filmes brasileiros. Em Moçambique, havia muita suspeita com relação do Brasil sob o governo militar. Um Embaixador da época, muito inteligente, o Zappa, notou que um alto dirigente da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) assistiu ao filme *Vidas Secas* e ficou muito impressionado – “Mas o Brasil passa esses filmes? . Mesmo naquela época, você poderia mostrar que o Brasil era complexo, que o Brasil tinha outras dimensões.”³⁵⁰

Esta fala do chanceler do governo Lula (2003-2010), responsável por mudanças no processo de recrutamento, cujo objetivo era “democratizar”³⁵¹ o acesso à carreira deixa claro que, a despeito das mudanças, o capital cultural continua sendo um importante medidor importante na seleção e no desempenho dos diplomatas brasileiros. Neste cenário a diplomacia é apenas parte de uma consagração, que se estabelece de forma mais plena se seus agentes se desenvolverem em áreas propriamente intelectuais ou literárias. Jaquaribe (2008) faz um relato de José Guilherme Merquior. Além de destacar seu caráter de “intelectual multifacético e poliglota” o texto inicia da seguinte forma:

José Guilherme Merquior (1941-1991), falecido antes de completar 50 anos, numa fase de máxima criatividade foi, reconhecidamente, no país e no exterior, um dos mais bem dotados ensaístas de nosso tempo. Combinando uma inteligência aguda e rápida com uma excepcional erudição, percorreu, com a maior competência, lucidez e fino espírito crítico, os mais amplos domínios da cultura. Sua produção vai da crítica literária à história crítica das ideias, da filosofia à sociologia e à ciência a política, abrangendo, ainda, a área das relações internacionais, teoricamente, como ensaísta e operacionalmente, como excelente diplomata.³⁵²

O texto primeiro faz um longo elogio às capacidades intelectuais de Merquior para, só ao final dizer que se tratava de um ‘excelente diplomata’.

³⁵⁰ YASSINE, Amena ; BANDEIRA, Igor Trabuco ; COSTA, Marcelo Almeida da Cunha; PAPA, Rodrigo de Carvalho Dias. **Vida de Cinema**. Revista Juca, Brasília, ano 5, 2011, p. 29.

³⁵¹ Quando se olham os dados nota-se que a maior capitalização da primeira fase, chamada TPS – Teste Pré-Seletivo – para outras cidades brasileiras, contribuiu para a maior distribuição geográfica dos aprovados, sem falar ainda no exame de línguas estrangeiras que deixa de ser oral e eliminatório, minimizando assim a barreira lingüística. Embora essas mudanças tenham sido classificadas como ‘democratização do MRE’ é necessário analisar os dados dos aprovados para ver em que medida essas mudanças geraram impacto no recrutamento.

³⁵² JAQUARIBE, Hélio. Brasil, **Mundo e Homem na Atualidade**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p. 711.

Trata-se de mais um caso em que algumas habilidades, tratadas de forma naturalizada, se sobrepõem à carreira, mas são, ao mesmo tempo, elementos de consagração não só para o agente, como para a instituição. Nas memórias, biografias, obtuários um diplomata raramente é descrito apenas como um funcionário da carreira. Sempre é destacado sua inteligência, elegância, cultura, apego às artes, a história ou a literatura. Há aí uma relação nada desprezível entre o agente, suas habilidades e gostos pessoais e que consagram não só a si, mas também a estrutura a qual faz parte. Em resumo, consagrá-los nestes espaços é também reconhecer uma estrutura que estimula estes agentes.

Os dados do survey mostram como é significativo o número de diplomatas que cultivam outros projetos paralelos à carreira, dos 208 respondentes, 97 afirmaram ter outra atividade paralela, que se distribui da seguinte forma:

TABELA 25 – Dedicção a um projeto paralelo

ÁREA DO PROJETO	N
Ciências Humanas	30
Artes e Idiomas	24
Literatura	19
Economia	6
Esporte	6
Gastronomia/enologia	5
Filosofia e Religião	4
Direito	2
Saúde	2
Energia, petróleo e gás natural	1
Ensino	1
Jornalismo	1
TOTAL	101 ³⁵³

³⁵³ O número maior aqui (101) é porque alguns diplomatas tiveram mais do que um projeto paralelo ao longo da carreira.

Fonte: Survey. Elaboração da autora.

Embora os interesses variem bastante, 72,3% declaram que se dedicam à produção de conhecimentos em Ciências Humanas: textos literários, artes e idiomas. Esses campos englobam artes plásticas, fotografia, dança, linguística, todos assuntos valorizados e consagrados dentro e fora da instituição. Destes apenas 96 afirmaram não ter nenhuma publicação.

2.2.3.1 A Academia Brasileira de Letras

A ABL, juntamente com os prêmios literários, acadêmicos ou jornalísticos, representa o grau de distinção e consagração daqueles que se dedicam a escrever. Para alcançar estes espaços é preciso tempo e dedicação que muitas vezes são incompatíveis com as exigências do mundo do trabalho. Os cargos públicos se tornaram, nesse contexto, um caminho natural para os escritores brasileiros. Dada a dificuldade de conciliar esta atividade com trabalhos na iniciativa privada, "...o desenvolvimento da literatura se encontra estreitamente ligado à burocracia de Estado."³⁵⁴ E o Itamaraty acaba por se constituir um espaço de excelência para alcançar estes desejos. Se em outras áreas do funcionalismo ter uma atividade literária pode ser vista como fator de demérito, pois tomaria tempo de outras atividades mais importantes, no Itamaraty ela é valorizada, constituindo-se, não raro, como parte integrante dos aspectos e *habitus* valorizados na carreira.

A consagração nesse espaço só raramente se dá pela atuação diplomática, é considerada somente outras habilidades que seus agentes desenvolvem. Quanto mais erudição, marcada pela publicação de livros – sobretudo de história e literatura; e ocupação em outros espaços, mais estes atores são distinguidos dos demais e consagrados no campo diplomático. Isso é observado tanto nas publicações da instituição, incluindo a revista dos novatos, como também na página da rede social Facebook do MRE. No último dia 15 de outubro foi publicado nesse espaço: "Há cem anos nascia, no Rio de

³⁵⁴ ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**: Cultura Brasileira e Indústria Cultural. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 28.

Janeiro, o diplomata, filólogo, lexicógrafo, tradutor, crítico literário, enciclopedista e professor Antonio Houaiss (1915-1999) [...] Houaiss deixou inacabado um projeto de dicionário, lançado dois anos depois de sua morte, com 228.500 verbetes.”³⁵⁵ Estes aspectos são tão importantes que, na maioria das vezes, eles antecedem as atividades dentro da carreira.

Neste sentido, não é de se estranhar a expressividade de outras duas instituições: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Academia Brasileira de Letras. Essas instituições são, reiteradamente, parte das biografias, matérias e memórias dos diplomatas. A primeira é sabidamente uma instituição legada do Império, em que comemora todos os anos a morte de Dom Pedro II em 05 de 1891. É quase dispensável dizer que o Barão do Rio Branco esteve presente nas duas.

Nem tudo eram aborrecimentos. Por esse tempo, morto o historiador Pereira da Silva, em Paris, lembrara-se Nabuco do nome de Paranhos para preencher-lhe a vaga, na Academia de Letras, instituição fundada dois anos antes, em que se congregavam expoentes da inteligência brasileira. Não dizia Machado de Assis, seu acatado presidente, que ela precisava ‘de um certo número de *grandsseigneurs* de todos os partidos’? “Critério social e conservador”, segundo Graça Aranha, suficiente para explicar a eleição de Paranhos. Este, no entanto, ao saber da sugestão de Nabuco, vacilou muito. Deveria apresentar-se candidato, como determinavam os estatutos? Indeciso, tímido, ele não sabia. Julgava até ser imodesto disputar a vaga antes de Lafaiete Pereira, Quintino Bocaiúva “e outros que deviam ser dos *Quarenta*”. Por fim, dada a insistência de Eduardo Prado e José Veríssimo, que secundavam Nabuco, responde a este numa fórmula dúbia: “Aceitaria se fosse eleito, mas entendo que não me devo declarar candidato à Academia. Entretanto, resolva por mim como achar melhor”. Para os amigos, seria o bastante. Estava, porém, em tal estado de vacilação que logo se arrependeu. Informou a Hilário: “Depois de expedido o telegrama, arrependi-me do ‘resolva por mim como achar melhor’. Espero porém, que à vista da opinião manifestada na primeira parte o Joaquim (Nabuco) não dirá que sou candidato.”³⁵⁶

A presença do Barão nestas duas instituições reafirma o caráter

³⁵⁵FACEBOOK. **Ministério das Relações Exteriores.** Disponível em: <https://www.facebook.com/ItamaratyGovBr/photos/a.147451148621511.22424.125578787475414/1093270850706198/?type=3&theater>.

³⁵⁶ VIANA FILHO, Luís. A vida do Barão do Rio Branco. 8. Ed. – São Paulo: Editora UNESPE; Salvador, BA: EDUFBA, 2008. p. 185.

difuso e dileitante da diplomacia. Ele se dizia historiador, geógrafo e jornalista. No caso da ABL, das 276 cadeiras desde a sua fundação no início do século XX, 41 foram ocupadas por diplomatas brasileiros. O caminho das letras e o conhecimento histórico fazem parte daquilo que se costuma classificar como ‘um homem ilustrado’ e é este o perfil mais cultivado no Itamaraty. E a ABL é o espaço mais importante para a consagração literária dos autores brasileiros.³⁵⁷ Enquanto o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado por D. Pedro II é a entidade mais representativa da cultura e da ciência do Império, ela “...reunia um corpo reduzido de associados plenamente identificados com o projeto civilizatório da monarquia.”³⁵⁸

Sobre a ABL é possível dizer que a presença de diplomatas de carreira é particularmente expressiva. No levantamento realizado em 2013 eles se encontravam na quinta posição desde a sua fundação. É possível que esta posição seja ainda mais relevante caso se considere que 3 das funções que antecedem a quinta posição – jornalista, professor e político – podem estar superdimensionadas. É que estas atividades são, muitas vezes, desenvolvidas paralelamente por juristas, diplomatas, médicos, etc. Sem contar ainda o percentual do corpo diplomático no universo de profissões na sociedade brasileira. Mesmo hoje, pós expansão na carreira³⁵⁹, o Itamaraty conta com apenas 1573 diplomatas, aproximadamente.

TABELA 26 - Academia Brasileira De Letras

PROFISSÃO	N
Jornalista	111
Professor	96
Jurista	65
Político	58
Diplomata	41
Historiador	39

³⁵⁷ GRILL, , Igor Gastal. **As múltiplas notabilidades de Afonso Arinos:** biografias, memórias e a condição de elite no Brasil do século XX. Revista de Sociologia e Política, v. 23, n. 54, 2015. p. 21-42, jun.

³⁵⁸ SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. **O Evangelho do Barão.** São Paulo: UNESP, 2012. p. 47.

³⁵⁹ De 2007-2011 o corpo diplomático brasileiro contou com 400 novos profissionais, a maior expansão desde a sua criação que não ultrapassava o acréscimo de 30 profissionais ao ano.

Crítico	32
Médico	22
Tradutor	13
Cientista Social	12
Filólogo	10
Biógrafo	10
Engenheiros	9
Sacerdote da igreja católica	6
Exército e Marinha	4
Filósofo	4
Empresário	3
Lexicógrafo	2
Conferencista	2
Cartógrafo	1
Livreiro	1
Farmacêutico	1
Geógrafo	1
Humorista	1
Economista	1
TOTAL	545

Fonte: Dados biográficos da Academia Brasileira de Letras. Elaboração da autora.

Sobre a coleta, é importante fazer uma nota metodológica: o número total observado na tabela supera em muito o número de imortais da ABL, que conta em toda sua história com 276 membros. Isso se deve porque raramente sua classificação é única. A maioria se descreve como pertencente a duas ou três atividades, por exemplo: Roberto Campos se classifica como economista, diplomata e professor. Como não se trata de uma pesquisa somente com os membros da ABL, não julgamos necessária a análise pormenorizada de qual seria a principal atividade dos imortais, considerando-se então todas as entradas relatadas pelos seus membros como válidas na presente coleta. Não se julgou prudente utilizar somente a primeira atividade, pois, como é um site específico da ABL, a primeira ocupação apontada é justamente a que lhe conferiu o título de imortal, de forma que muitos aparecem como: romancistas, contistas. Utilizando este método teríamos, em grande medida, não a atividade remunerada, mas aquela que o levou à titulação, e como o objetivo era ver quantos diplomatas havia e há na casa, foi importante considerar todas as atividades relatadas.

2.2.3.2 O *habitus diplomático* reafirmado e reproduzido nas novas gerações: o caso da Revista Juca

A partir de 2006, o Itamaraty passa a ser ocupado pelas turmas dos 100, como foram chamados os cinco anos de ampliação dos quadros do MRE. O aumento do número de recrutados foi a medida que gerou maior diversidade regional no MRE, mas somadas a ela tem-se ainda medidas que tornaram as provas de línguas estrangeiras apenas classificatórias e não mais eliminatórias, o avanço do Teste Pré-Seletivo e do concurso para outras capitais do país e por fim, a eliminação das provas orais. Este cenário apontava para mudanças nos atores que ocupavam este espaço, levando à suspeita de que um ‘novo *habitus*’ poderia estar sendo forjado. É em meio a esse processo que é criada a revista Juca, em 2007, que empresta como nome o apelido de seu patrono Barão do Rio Branco quando jovem. Ali os jovens diplomatas se referem a si mesmos como jucanos. São, portanto, os herdeiros do Barão e de suas tradições.

Na publicação dos alunos do Instituto Rio Branco é possível perceber o reconhecimento e a reprodução dos vários anos de conservação do *habitus diplomático* “...investidos da força intrínseca da objetivação e da autoridade vinculada a toda realização publicamente autorizada do *habitus*.”³⁶⁰

Na primeira edição da revista, o Diretor-Geral do IRBr apresenta a revista numa carta de boas-vindas, reforçando a atividade diplomática mais uma vez como vocação, naturalizando assim a apreensão dos códigos e do capital inculcados em processos de socialização.

Pelo sim, pelo não, melhor é colocar o mundo em palavras. A lição valeria, sobretudo, para diplomatas, cujo ofício – para não dizer vocação que vem do Barão – tem os limites do próprio mundo. Nosso grande Patrono, que amava cuidar de fronteiras, sabia disso – tanto assim que, onde quer que fosse, levava a pátria dentro de si, na memória.³⁶¹

³⁶⁰ BOURDIEU, Pierre. **Estruturas, *habitus*, práticas**. In: **Senso Prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009. p. 181.

³⁶¹ REIS, Fernando Guimarães. **Carta de boas-vindas**. Revista Juca, vol.1, n. 1, 2007. p. 3.

Este primeiro volume se inicia com uma entrevista com o Embaixador Alberto da Costa e Silva. A presença constante deste Embaixador em publicações da casa reafirma o valor que a instituição deposita sobre aqueles que são consagrados em outros espaços .

O ex-ministro Ramiro Saraiva Guerreiro, apresentado no início da segunda edição, é um dos poucos que não se destaca por suas outras habilidades, mas por ter ocupado os cargos de Secretário Geral e ministro. A terceira edição, teve o Embaixador Arnaldo Carrilho, que tinha variados interesses e convivia com Glauber Rocha, Pasolini e Bernardo Bertolucci. Este é outro aspecto interessante: a transferência de consagração. Aqui ocorre o contrário análogo do “informado”,³⁶² ao invés de compartilhar o descrédito do estigmatizado, o diplomata compartilha a consagração dos artistas com os quais se relaciona. Arnaldo Carrilho era um ‘informado’ sobre o campo dos cineastas e esse capital social permitiu que ele se destacasse numa carreira bastante hierarquizada, pois possibilitou sua aproximação com os mais graduados da carreira.

Paulo Nogueira Batista e seus aspectos de negociador internacional foi a matéria de abertura da quarta edição. O quinto número se inicia com um destaque para a “naturalização do brilhantismo” de José Guilherme Merquior” que, “com apenas 17 anos, já havia lido todos os livros que alguém poderia ler.”³⁶³ Na sexta edição é a vez do ministro Antonio Patriota. Além dos aspectos da vida diplomática e do ministério, o entrevistador especula sobre seu gosto pela música. A edição, publicada em 2014, não inicia com nenhum diplomata em particular, mas com os acontecimentos que levaram ao regime ditatorial militar de 1964. Com exceção da segunda e da última, todas as outras evidenciam os interesses diversos, sobretudo no que diz respeito à arte e cultura, daqueles que fizeram parte deste espaço.

³⁶² GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 2008. Rio de Janeiro: LTC.

³⁶³ VIEIRA, Marcos Vinícios de Araújo. **José Guilherme Merquior**: um diplomata de 900 anos. Revista Juca, ano 5, 2011.

Não são só os ‘estabelecidos’ que expõem suas outras atividades e paixões. Os alunos do IRBr também exercitam esse ‘outro lado’, fazendo ensaios não só de relações internacionais, mas também de obras literárias e por vezes compondo poemas. Por exemplo, numa edição têm-se as questões acerca do acordo ortográfico pela ótica daqueles que, de certa forma, o operacionalizaram; resenhas sobre Saramago e Adam Smith; e textos de poesia e prosa realizados pelos alunos.

Portanto, quando o processo de seleção se torna mais diverso, surge um mecanismo de tensão, declarado ou não, que procura reestabelecer as regras tradicionais do campo, ou melhor, das práticas correspondentes àquele grupo. De outro modo, pode ser entendida como a reprodução da “libido diplomática”, ou seja, daquilo que se deseja que sejam as significações valorizadas no campo e desejadas pelos agentes.³⁶⁴ Neste sentido, o estudo mais aprofundado de um caso ou de uma publicação tão específica pode ajudar a compreender como, apesar das mudanças nos agentes, há um processo que pretende reafirmar e reproduzir o “*habitus* diplomático” no século XXI.

Em resumo, a Revista Juca segue a lógica do reforço do “*habitus* diplomático” no momento em que a ampliação dos números de quadros e de mudanças no processo seletivo diversifica os aprovados. Seu conteúdo reitera a ideia do Itamaraty como sendo um espaço específico que obedece a uma lógica distinta dos demais campos da burocracia, ao mesmo tempo em que reforça seus aspectos distintivos. Apesar das mudanças ocorridas no MRE, a Revista Juca acaba por reproduzir o *habitus* valorizado na instituição, dando destaque ao caráter diletante da profissão, cultivado desde os tempos do Barão.

O lançamento da publicação num momento tão específico de

³⁶⁴ PONTES, Nicole Louise Macedo Teles de. **Habitus e libido social: revisitando Bourdieu através da psicanálise**. Estudos de Sociologia, vol. 2, n. 17, 2011.
BOURDIEU, Pierre. Meditações pascalianas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2001.

diversificação na carreira leva a pensar que anteriormente o *habitus* vinha mais facilmente inculcido em seus agentes, já que tinham origens muito semelhantes. Com o ingresso de um número maior de candidatos, o Instituto Rio Branco passa a ocupar um papel maior na produção e reprodução do que é e do que se espera de um diplomata, a começar pelo nome da revista, que ao mesmo tempo em que evidencia a posição transitória de novatos dos jucanos, a esperança é de que eles se encaminhem na carreira tal qual o Barão. Como aparece na primeira edição da própria revista

José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Chanceler que ingressou no panteão dos heróis nacionais como patrono da diplomacia brasileira, era conhecido nos seus dias de juventude e de boemia como Juca Paranhos — à época, ele ainda não havia recebido o título nobiliárquico que posteriormente denominaria nossa academia diplomática. Fosse o Itamaraty no século XIX organizado como o é hoje, o jovem diplomata que consolidaria as fronteiras nacionais e estabeleceria novo paradigma para a política externa brasileiras seria tratado, em sua temporada na academia diplomática, por Terceiro Secretário Juca Paranhos. A revista elaborada pelos diplomatas recém-ingressados no Instituto Rio Branco presta homenagem à política exterior legada pelo Barão do Rio Branco e ao próprio Barão, que, antes das glórias nas questões arbitrais e políticas, foi... o Juca.³⁶⁵

Evidentemente não se quer dizer que toda a diplomacia brasileira corresponda ao modelo de José Guilherme Merquior, Guimarães Rosa, Alberto da Costa e Silva, Vinícius de Moraes, João Cabral de Melo Neto, e tantos outros nomeados até aqui. Eles são o modelo a ser seguido, o norte. São reiteradamente nomeados como ícones da instituição. O ambiente propicia e estimula o desenvolvimento de atividades que não necessariamente estão relacionadas com a diplomacia, mas que são defendidas como essenciais para o seu exercício.

2.2.3.2.1 Revista Juca: análise dos dados

Na primeira edição da revista, seu principal objetivo é apontado: “A Juca visa a mostrar a produção acadêmica, artística e intelectual dos alunos da

³⁶⁵ MRE. **Revista anual dos alunos do Curso de Formação/Mestrado Profissional em Diplomacia do Instituto Rio Branco.** Disponível em: <http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/juca.xml>.

academia diplomática brasileira, bem como a recuperar a memória da política externa e difundi-la nos meios diplomático e acadêmico.³⁶⁶ Como se pode ver, não é uma publicação apenas de textos de Relações Internacionais ou Política Externa como se esperaria de uma revista especializada, mas um veículo que divulga a sofisticação intelectual de seus agentes, destacando seu amplo capital cultural. Apesar de um recrutamento mais pragmático, que cobra volume maior de conhecimentos em Relações Internacionais ou Política Externa, a instituição e seus agentes continuam reforçando a reprodução do diplomata diletante. Nota-se que o desejo prévio dos agentes em ter uma profissão e em conseguir conciliá-la com sua produção paralela encontra apoio e é estimulada pelo campo. Entende-se que há uma associação entre o desejo do campo e dos neófitos em perpetuar o *habitus* diplomático, pois a maioria dos selecionados diziam ter interesse apenas na diplomacia, por entendê-la como diferente dos demais postos da burocracia de Estado.

Eu saí da faculdade querendo ser advogada, mas em alguma coisa eu achava que o Direito não me completaria. Porque o Direito é uma carreira muito fechada...Como vou te dizer isso sem magoar os meus colegas e amigos que são advogados? É um carreira obtusa...Estou te falando em off, eu acho uma carreira que te amplia poucos horizontes. Aí eu tinha acabado de prestar OAB, estava esperando o número da OAB, aí eu vi que tinha aberto o curso de diplomacia, e eu não queria ser funcionária pública de jeito nenhum!³⁶⁷

Um dos elementos de afirmação de distinção e de alto capital cultural é o gosto pela arte. Num dos artigos da Revista, a autora associa pianistas de jazz à atividade diplomática e elenca uma série de pianistas e compositores. Seu argumento não pode ser compreendido sem um conhecimento do que é o jazz e qual a posição e o grau de consagração de seus compositores no campo da música. “A diplomacia é arte com toques de ciência, prática para além da teoria. Reúne conhecimento, criatividade, intuição e coração na defesa dos interesses do Estado. Trata-se de um saber-fazer, combinação de aparência ambígua entre o intelectual e o material, equilibrada

³⁶⁶ MRE. **Edital de abertura do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata de 2016.** Disponível em: <http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/News.xml>.

³⁶⁷ Entrevista concedida em maio de 2015. Diplomata anônimo.

pela phronesis.”³⁶⁸ Seu texto reproduz a ideia de que a diplomacia é arte ou vocação, e não um saber especializado numa determinada área do conhecimento, adquirido através do estudo. Trata-se do domínio de certo diletantismo, acompanhado por uma estilização da vida que lhes são próprias. O ‘saber-fazer’, a absorção do conhecimento, é invisibilizado diante do discurso da vocação ou do domínio da arte.

O Embaixador Fernando Guimarães Reis, diretor do IRBr de 2004 até 2010 – personagem, portanto, ativo na construção da publicação e na formação dos jovens diplomatas durante este período –, reafirma esse caráter generalista com alto capital cultural:

As exigências para o bom desempenho da diplomacia variam de acordo com as épocas, porém algumas delas permanecem: como os poetas, trabalhamos com as palavras; como os pintores ou os artesãos, devemos compor imagens capazes de dar sentido à nossa identidade como seres humanos e como brasileiros. A Revista que o leitor tem em mãos demonstra que no serviço exterior do Brasil também estão poetas e ficcionistas, analistas e pensadores, acadêmicos e cronistas, pintores e artistas. Para nós, cada palavra e cada imagem está embebida de memória e reflete um pouco da formação que recebemos ao longo de nossas vidas.³⁶⁹

Enfim, especialização é tudo que a diplomacia não é, até porque a especialização não deixaria transparecer o ‘caráter culto’ de seus agentes. O editorial do quinto número da revista Juca – tendo como referência o quadro de Holbein, de 1533, apresentado na introdução deste trabalho – corrobora mais uma vez o caráter difuso da profissão:

O exercício de reflexão que se encontra nas páginas da Juca – em todos os seus textos, artigos, ensaios e entrevistas – revela que jovens diplomatas, de diferentes formações acadêmicas e de diferentes origens compartilham habilidades que permanecem essenciais à carreira que escolhemos, e que estavam circunscritas à representação de Holbein: capacidade de análise, de observação, de ponderação, de imaginação e ampla criatividade.³⁷⁰

³⁶⁸ TAMBELLI, Mônica. **A diplomacia e o piano de jazz: between the devil and the blue sea**. Revista Juca: Diplomacia e Humanidades. Brasília. Ano.1, 2007. p. 97.

³⁶⁹ REIS, Fernando Guimarães. **Carta de boas-vindas**. Revista Juca, vol.1, n. 1, 2007, p. 3.

³⁷⁰ INSTITUTO RIO BRANCO. **Revista Juca: Diplomacia e Humanidades**. Brasília. Ano 5. 2011.

Ou a reprodução da ‘diletância’ permanece entre os jovens diplomatas ou é reproduzida pelo processo de formação, tornando assim esses valores homogêneos entre os demais. Os constrangimentos conjunturais que levaram à diversificação de um espaço cuja homogeneidade era bastante significativa não alteraram os esquemas de percepção, ação e pensamento presentes e reproduzidos no campo diplomático.

Produto da história, o *habitus* produz as práticas, individuais e coletivas, portanto, da história, conforme os esquemas engendrados pela história; ele garante a presença ativa das experiências passadas que, depositadas em cada organismo sob a forma de esquemas de percepção, de pensamento e de ação, tendem, de forma mais segura que todas as regras formais e que todas as normas explícitas, a garantir a conformidade das práticas e sua constância ao longo do tempo. Passado que sobrevive no atual e que tende a se perpetuar no porvir ao se atualizar nas práticas estruturadas de acordo com seus princípios, lei interior por meio do qual se exerce continuamente a lei de necessidades externas irreduzíveis às pressões imediatas da conjuntura³⁷¹

A associação com a intelectualidade e as artes está fortemente presente. Isso não quer dizer que todos os diplomatas ou que a maioria deles seja artista, mas que essa é uma característica valorizada dentro da casa, a ponto da atividade diplomática ser comparada a ela. Quem pretende ter conjuntamente com a carreira uma atividade artística recebe reconhecimento e valorização pelos seus pares, afinal são estes que disputarão vagas na ABL, e que são imortalizados na história e nas publicações da instituição. Trata-se, portanto, de um capital simbólico importante. Por mais que este não seja o perfil da maioria ou que possuí-lo não impacte sobre as promoções, a Revista Juca, junto às outras evidências já relatadas, revela que ser diplomata é ter e cultivar interesses diversos, que estão relacionados com os signos culturais que são frequentes nas classes de maior capital econômico, social e cultural.

As entrevistas com diplomatas e embaixadores publicadas na Revista apresentam relatos das atividades dentro e fora do MRE. Ser ou se tornar diplomata, num sentido mais amplo, é ter a capacidade de não estar

³⁷¹ BOURDIEU, Pierre. **A antropologia imaginária do subjetivismo**. In: Senso Prático. Petrópolis: Editora Vozes, 2009. p. 90.

encerrado na carreira. Assim, cultivando a história, a tradição, fazendo ensaios, não só de relações internacionais, por vezes até compondo poemas, essas habilidades paralelas são reforçadas. Para exemplificar, na terceira edição da revista, a entrevista com o diplomata aposentado Arnaldo Carrilho, que dedicou 37 anos à carreira, sua atuação é descrita da seguinte forma:

Carrilho é uma síntese do que se imagina de um diplomata: um homem culto, que presenciou alguns dos principais momentos da história recente. Ao mesmo tempo, quebra expectativas ao ter servido em 14 países diferentes, muitos dos quais considerados desafios na carreira. Uma demonstração de que trajetórias profissionais bem-sucedidas não têm de ser, necessariamente, óbvias.³⁷²

Ao folhear as publicações da Revista tem-se a impressão de que os temas de artes e humanidades se sobrepõem aos demais, por isso consideremos importante classificá-los. Para fazer a categorização das temáticas procurou-se ater à predominância e espécie. Por exemplo: a análise sobre acordo ortográfico foi classificada como Relações Internacionais, pois versava preponderantemente sobre as relações entre países lusófonos para se chegar à sua versão final. Já ensaios de livros de literatura e sua possível relação com as relações internacionais foram classificadas como arte, literatura e cinema, pois a preponderância era a obra e não as relações internacionais. Na categoria “outros” é contemplada análises sociais, principalmente do Brasil, mas também de outros países, perfis de cientistas e escritores que não faziam parte da carreira diplomática.

³⁷² INSTITUTO RIO BRANCO. **Revista Juca:** Diplomacia e Humanidades. Brasília. Ano.3. 2009, p. 8.

TABELA 27 – Publicações da Revista Juca

Edições	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2014*	TOTAL
Arte, Cinema, Fotografia e literatura	6	7	7	9	11	8	10	58
Barão do Rio Branco	1	1	0	0	1	2	0	5
Relações Internacionais	4	5	6	2	4	3	7	31
Perfis de Embaixadores	1	2	3	2	2	1	0	11
Memória –história Diplomática	3	2	1	2	1	7	3	19
Resenhas	3	1	1			1	2	8
Informações sobre a carreira	2	0	0	0	4	0	0	6
IRBr	1	0	0	2	1	0	0	4
Esportes ³⁷³	0	0	0	0	0	0	1	1
Outros	0	1	2	3	2	0	2	10
TOTAL	21	19	20	20	26	22	25	153

*Em 2013 a revista não foi editada.

Fonte: Revista Juca. Elaboração da autora.

Os dados acima mostram que de fato há preferência ou valorização por publicações que evidenciem o capital cultural acumulado dos jovens diplomatas. Como se pode notar os temas de arte, literatura e cinema somam nas 7 edições quase o dobro de temas de Relações Internacionais.

Considerando o aspecto altamente hierárquico da carreira, perguntou-se ao Embaixador Fernando Guimarães Reis sobre os editores, se haveria influência na escolha dos artigos, ou se a classificação do autor no processo seletivo era levada em conta para a publicação. Segundo ele: “Os alunos sempre tiveram total liberdade para editar a revista, da inteira responsabilidade deles. Entendo que a classificação não teve qualquer

³⁷³ Nesta última edição surgiu uma matéria sobre diplomatas dedicados aos esportes radicais, no início da matéria é dito: “Poetas. Romancistas. Músicos. Escultores, pintores, colecionadores de arte, Especialistas em Cinema. [...]Ao lado deles encontra-se um grupo igualmente arrojado: diplomatas que se dedicam a esportes radicais.” (2014, p. 105)

interferência.”³⁷⁴ Apesar da valorização e da tradição, da diversidade de conhecimento, chamado aqui de ‘diletância’, algumas mudanças são observadas: como a não influência da classificação³⁷⁵ na escolha dos autores, isso é significativo numa carreira em que essa é uma variável a ser considerada para as promoções e remoções e em que não se chega ao cargo de Embaixador com menos de 20 anos de profissão. É importante também frisar a importância de temas que reproduzem a História e tradição do campo – Barão do Rio Branco, Perfis de Embaixadores e Memória e história diplomáticas – que juntos somam 37 publicações em 7 anos de existência da revista, ficando atrás somente das publicações e produções artísticas dos jovens diplomatas.

A reflexão sobre os dados fez surgir outra questão: seriam os egressos do curso de Relações Internacionais aqueles que teriam uma contribuição maior em temas específicos? Dessa forma, teriam os graduados em Relações Internacionais uma conduta mais especializada nas publicações, enquanto os graduados em outras especialidades escreveriam sobre assuntos diversos? Os dados abaixo auxiliam na reflexão³⁷⁶.

³⁷⁴Entrevista concedida via e-mail em 04 de agosto de 2013.

³⁷⁵Os últimos seis meses do curso no Instituto Rio Branco são dedicados ao estágio na SERE – Secretaria de Estado das Relações Exteriores – e no exterior, no caso em países da América Latina, a escolha pelos países se dá a partir da classificação no concurso, que o acompanhará durante toda a vida, é a primeira ordem de precedência a ser respeitada no MRE.

³⁷⁶A discrepância entre os dados presentes nas duas tabelas com relação aos números finais advém a ausência de dados dos autores das publicações nas sexta e sétima edições.

TABELA 28 - Revista Juca por área de formação dos escritores

Formação	Relações Internacionais	Direito	Ciências Humanas aplicadas	Ciências Humanas	Letras e Artes	Ciências da Saúde	Ciências Exatas	Comunicação Social
Arte, cinema e literatura	10	10	4	8		3		4
Barão do Rio Branco		2						
Relações internacionais	11	7	1	4	1		2	1
Perfis de embaixadores	4	6		2	1	1		2
Memória - histórica diplomática	1	2		1	1	3		
Resenhas		2		2	1			
Informações sobre a carreira	1	1		2		1		
IRbr		2	1					
Outros		3	5		1			
Total	30	37	6	20	7	5	7	8

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados coletados na Revista Juca

É possível afirmar que de fato os egressos de Relações Internacionais são os que mais escrevem textos relativos à área, mas eles também têm uma contribuição muito significativa para as publicações relativas às artes. Ou seja, embora cooperem para a especialização juntamente com os graduados em Direito, eles reafirmam a 'diletância' do campo.

São inúmeras as referências na Revista Juca, nas memórias e biografias o recurso de se abrigar na diplomacia como forma de manter

aspirações artísticas e intelectuais com a segurança que um emprego público oferece, mas com maior distinção do restante da administração pública brasileira. A introdução do Embaixador Marcos Azambuja para o livro de memórias do ex-ministro Luiz Felipe Lampreia aponta: “O cuidar prioritariamente de assuntos com certa especificidade temática não fazia nem faz com que a elite da diplomacia brasileira deixasse de ser o que devia: uma escola de generalistas e o campo natural de ação para animais essencialmente políticos.”³⁷⁷

Essa análise procurou demonstrar que essas diferenças são reforçadas e estimuladas no IRBr, que mesmo nas novas gerações resistem à especialização no MRE.³⁷⁸ A escolha do nome, as publicações que destacam os diplomatas que tiveram um percurso generalista, a composição de textos históricos ou literários, inclusive poemas, podem ser interpretadas como sinônimo dessa resistência à especialização ou, como o próprio diretor do IRBr Fernando Guimarães Reis (2004-2010) colocou, ‘compartimentação’ do ministério. O nome da revista não é tão somente uma homenagem ao seu patrono, mas também a lembrança de seu caráter boêmio, como é tratado em diversas de suas biografias, assim como sua ‘diletância’ e patriotismo (Viana Filho, 2009; Vasconcellos, s/d; Santos, 2012), essas três características do patrono da diplomacia brasileira são reforçadas nas páginas da revista criada por seus alunos, que se auto-definem como ‘jucanos’.

2.3 Outros *habitus* distintivos

A distinção é um aspecto fundamental na vida social, através dela são criadas oposições culturais, de gostos e práticas que dão sentido ao campo.³⁷⁹ Essas formas de expressão, que não são dadas naturalmente, são classificadas e classificadoras. Ser visto em restaurantes, galerias de arte,

³⁷⁷ LAMPREIA, Luiz Felipe. **O Brasil e os ventos do mundo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010. p. 9.

³⁷⁸ Que dentre elas são mais algumas mudanças no processo de recrutamento, que não estaria mais aberto a todos aqueles que possuem ensino superior.

³⁷⁹ LEBARON, Frédéric. **La Distinction, oeuvre-carrefour de la sociologie de Bourdieu**. In : Lectures de Bourdieu. Paris : Ellipses. 2012.

museus ou determinados cinemas, ou o gosto por determinados estilos musicais, filmes ou arte são elementos carregados de valor geradores de capitais simbólicos para seus agentes.

[...] a teatralização legitimadora da qual sempre se acompanha o exercício do poder se estende a todas as práticas e em particular aos consumos, que não têm necessidade de ser inspirados pela busca da distinção para ser distintivos. A própria arte de viver dos detentores do poder contribui ao poder que o torna possível já que suas verdadeiras condições de possibilidade permanecem ignoradas e que ele pode ser percebido não somente como a manifestação legítima do poder, mas como fundamento de sua legitimidade.³⁸⁰

Os gostos estabelecem uma hierarquia de valor, é um campo de luta e oposição mais ou menos declarada pela legitimação e aumento do valor simbólico de seus signos. Eles funcionam como marcadores de privilégios de determinadas classes e campos.

O gosto pelo consumo de bens artísticos e culturais não são aspectos naturais. Além de estarem relacionados à socialização precoce, eles também dependem da capacidade econômica, de dispensar parte da renda familiar a este tipo de fruição capaz de inculcar, desde cedo, hábitos de consumo, tornando-os aparentemente naturais.

A ideologia do gosto naturalizado retira suas aparências e sua eficácia, que como todas as estratégias ideológicas se engendram na luta de classes cotidianas. Elas são naturalizadas das diferenças reais, convertendo em diferenças naturais as diferenças dos modos de aquisição da cultura (ou da língua) que tem menos traços visíveis de sua gênese, que não teria nada de aprendido, de preparado, de afetado, de estudado, de escolar ou de livresco, manifestado pela facilidade e natureza que a verdadeira cultura é natural, um novo mistério de concepção imaculada.³⁸¹

A naturalização do gosto e do consumo de bens culturais encontram

³⁸⁰ BOURDIEU, Pierre. **Os modos de dominação**. In: *Senso Prático*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009. p. 233.

³⁸¹ BOURDIEU, Pierre. **La distinction**: critique sociale du jugement. Paris: Les Éditions de Minuit. 1979.

L'idéologie du goût naturel tire ses apparences et son efficacité de ce que, comme toutes les stratégies idéologiques que s'engendrent dans la lutte des classes quotidienne, elle naturalise des différences réelles, convertissant en différences de nature des différences dans le mode d'acquisition de la culture et reconnaissant comme seul légitime le rapport à la culture (ou à la langue) qui porte le moins les traces visibles de sa genèse, qui, n'ayant rien d'appris, d'apprêté, d'affecté, d'étudié, de 'scolaire' ou de 'livresque', manifeste par l'aisance et le naturel que la vraie culture est nature, nouveau mystère de l'immaculée conception. (Bourdieu. 1979, p. 73).

evidências empíricas que questionam essa ‘imaculada concepção’. No caso brasileiro antes de saber o padrão de consumo é preciso verificar em qual percentual ele está presente na sociedade brasileira. Na Pesquisa de Orçamento Familiares (POF), nos anos de 2002 e 2003, apenas 27% declararam algum gasto com bens e serviços culturais.³⁸² Este índice manteve-se praticamente estável no biênio 2008 e 2009.³⁸³ É preciso ainda considerar que esta taxa cai para 10% quando se considera as atividades realizadas fora de casa. Estas dispensam maiores recursos econômicos já que é preciso transporte, ingresso, alimentação, para cada um dos membros da família. Sem contar ainda os aspectos não econômicos, como tempo de deslocamento ou falta de familiaridade alguns desses espaços, como teatros e museus, por exemplo, que inibem sobretudo as famílias de baixa renda por considerarem espaços caros e elitizados.

No biênio 2008 e 2009, dos gastos com bens culturais externos, 86,9% iam para o cinema, seguido do teatro com 15,27% e 7,56% para shows.³⁸⁴ O consumo de bens culturais fora do domicílio está relacionado com a escolaridade: 32,69% dos domicílios com chefes com mais de 11 anos de estudo desfrutavam desse tipo de consumo; apenas 6,53% de chefes com um a três anos de estudo; 16,57% para quem tem 11 anos, ou seja o correspondente ao Ensino Médio Completo: “Ser escolarizado é um dos traços que caracterizam o consumidor contumaz de bens culturais.”³⁸⁵ Se se levar em consideração que escolaridade está intimamente ligada com à renda, a partir desses dados pode-se concluir que aqueles que têm ensino superior, têm

³⁸² IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003. Disponível em : <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2002/>.

³⁸³ IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009/.

³⁸⁴ PAGLIOTO, Bárbara Freitas e MACHADO. **Perfil dos Frequentadores de Atividades Culturais**: o caso das metrópoles brasileiras. Revista Estado e Economia, São Paulo, vol. 42, n. 4, 2012. p. 701-730, out-dez.

³⁸⁵ BOTELHO, Isaura. **As especificações do mercado de arte no Brasil**: Entrevista com George Kornis. Revista Observatório Itaú Cultural : OIC. – n. 13 .set. 2012. Disponível em: <http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/2013/01/Revista-Observat%C3%B3rio-IC-n.13.pdf>. São Paulo : Itaú Cultural, 2012, p. 106.

também os melhores cargos e salários no mercado de trabalho e são também aqueles que têm maior capital econômico e cultural – nesta ordem – para atividades relacionadas à cultura. E que dado esse acesso muitas vezes precoce e também frequente, os espaços são naturalizados, não sendo um motivo de inibição ou constrangimento.

TABELA 29 – Lazer dos diplomatas brasileiros

Nos horários de lazer, poderia nos dizer de que forma prefere passar seu tempo?												
Educação	Literatura nacional e estrangeira	Concertos	Restaurantes	Exposições artísticas	Peças teatrais	Músicas	“cinema arte”	Filmes de grande bilheteria	TV aberta	TV por assinatura	Internet	Jornais e revistas impressos
Capitais dos Estados	67,0%	16,0%	27,4%	13,2%	4,7%	0,9%	25,5%	2,8%	1,9%	19,8%	36,8%	20,8%
Demais capitais	70,0%	6,7%	51,7%	8,3%	3,3%	3,3%	11,7%	6,7%	0,0%	18,3%	33,3%	13,3%
Interior	61,9%	9,5%	73,8%	11,9%	4,8%	4,8%	16,7%	9,5%	0,0%	26,2%	47,6%	19,0%
TOTAL	66,8%	12,0%	43,8%	11,5%	4,3%	2,4%	19,7%	5,3%	1,0%	20,7%	38,0%	18,3%

Fonte: Survey. Elaboração da autora.

Considerando-se as atividades, independente do espaço, as três mais citadas dentre as que os diplomatas preferem nos seus horários de lazer são: literatura, restaurantes e internet, respectivamente. No caso da literatura, ela não é só uma apreciação, mas também por vezes é uma atividade que o diplomata concilia com a carreira, buscando outro tipo de consagração. Como se viu acerca da Academia Brasileira de Letras e na Revista Juca:

O diplomata sempre foi tido como um homem necessariamente culto. Se for uma pessoa rasa, dificilmente compreenderá os indivíduos e as situações com que terá de lidar. E não basta ler revistas e livros sobre política externa. Quando eu dava aulas no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, costumava afirmar – e ainda penso estar certo – que, para entender o que se passa no mundo, se pode dispensar a leitura de *Foreign Affairs* – cujas matérias envelhecem em menos de um ano e, às vezes, meses depois de serem publicadas -, mas não a dos romances de Balzac, que nos dão lições insubstituíveis sobre a natureza e o exercício do poder.³⁸⁶

Dedicar um tempo à leitura de romances, como se vê, é inculcado na formação do diplomata brasileiro como uma atividade fundamental e superior à dedicação em textos de Relações Internacionais. O conhecimento específico perde em relevância diante da internalização da cultura legítima e da necessidade de “mostrar-se culto”.

A importância de frequentar restaurantes já é apontada como um *habitus* importante dentre os diplomatas. Nestes espaços se pode colocar em prática a estilização do gosto e se demonstrar aos demais a capacidade de cultivar e apreciar hábitos de custos elevados, que incluem a apreciação de comidas e a capacidade de harmonizá-la com vinhos adequados.

A internet é um elemento comum a boa parcela da população brasileira com acesso à computador e linha telefônica. Embora dependa também da renda e escolaridade, metade dos brasileiros têm acesso a rede, que a utilizam tanto para o trabalho quanto para o lazer.³⁸⁷ Nestas tabelas

³⁸⁶ MARINHO, Marcos Vinícius. Entrevista com Alberto da Costa e Silva: um olhar brasileiro sobre a África. Revista Juca, ano 1, 2007.

³⁸⁷ http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150429_divulgacao_pnad_ibge_lgb

procurou-se estratificar estes comportamentos por região de nascimento, para verificar se a origem e a facilidade de acesso implicariam em mudanças significativas. Para os hábitos de leitura não se verificou diferenças significativas. O tempo de lazer gasto nas horas vagas na internet é maior daqueles vindos do interior do país. Aqui vale uma outra nota: parte dos diplomatas que eram residentes no interior estão nas regiões metropolitanas ou próximas das capitais. Neste sentido, ao menos em tese, eles não estariam tão distantes de equipamentos de lazer disponibilizados nas capitais. O dado mais impressionante aqui é sobre o hábito de frequentar restaurantes, muito mais elevado entre os diplomatas que nasceram e possivelmente foram sociabilizados no interior 73,8% e 51,7% nas outras capitais e apenas 27,4% nas capitais de maior aprovação. As capitais de maior aprovação são aquelas que além de ter maior acesso a equipamentos culturais também têm maior oferta de restaurantes, possibilitando o acesso a estes espaços muito precocemente. Os dados apresentados, vão portanto na contramão do que se esperaria, mas podem ser interpretados como a necessidade maior de aprovação. Aqueles que não nasceram nos 'espaços típicos' da diplomacia brasileira buscam ser aprovados através do consumo de *habitus* consagrados e a frequência em restaurantes é, das atividades externas, a que possui maior valor simbólico.

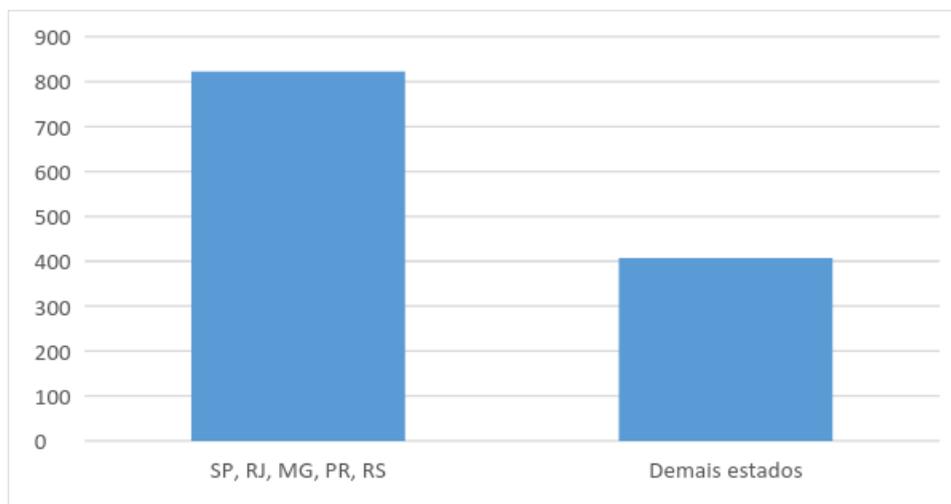
Embora os dados sobre preferência por restaurantes em horários de lazer não correspondam à hipótese intuitiva sobre acesso precoce a estabelecimentos é preciso verificar se o mesmo ocorre com os equipamentos culturais, já que algumas das atividades culturais estão intimamente comprometidas com a possibilidade de acesso, como: concertos, exposições artísticas, peças teatrais, musicais, cinemas 'arte'.

As atividades preferenciais dos diplomatas, que podem ser realizadas fora de casa, são: 12% vão para concertos; 11,5% para exposições artísticas; 6,7% para peças teatrais. Não são as atividades principais, mas são aquelas em que é preciso considerar maior dispêndio de recursos e maior

capital cultural. Concertos e exposições artísticas, sobretudo, ocorrem em espaços altamente elitizados e que exigem que seus agentes estejam razoavelmente socializados com seus símbolos.

Sobre concertos, peças teatrais e musicais, que são realizados principalmente em teatros. Fazendo a ressalva que concertos e musicais muitas vezes necessitam de espaços ainda maiores e mais bem equipados, já que necessitam de grande volume de materiais e cenários. Sem levar ainda estes aspectos em consideração, tem-se a seguinte distribuição de teatros no território nacional.

GRÁFICO 6 – Número de teatros por Estados



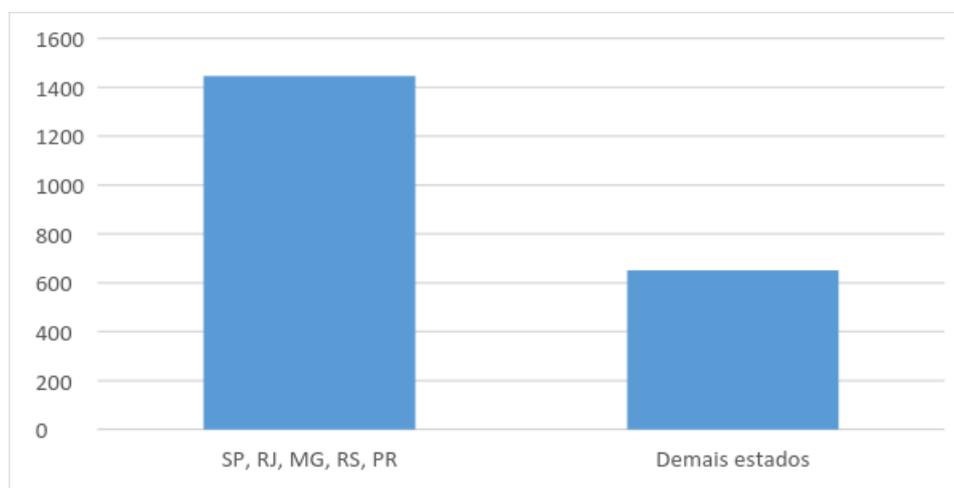
Fonte: Funarte. Elaboração a autora

Com relação ao gosto dos diplomatas brasileiros por filmes, vê-se uma super valorização dos filmes ditos do 'cinema arte' 19,7% dedicam seu tempo livre a este tipo de atração, ao passo que os cinemas de grande bilheteria são apenas apreciados por 5,3%. Os que estudaram nas cinco capitais que mais aprovam (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba) são os que mais dedicam seu tempo livre a deste tipo de filme 25,5%, sendo apenas 2,8% os que assistem aos filmes de grande bilheteria, que são mais apreciados por aqueles que viveram pelo menos parte de suas vidas no interior 9,5%³⁸⁸. Quando se confronta estes dados com os do

³⁸⁸ O número de pessoas do interior ser superior aos das demais capitais pode ser explicado

Ministério da Cultura sobre equipamentos culturais, encontra-se uma possível explicação para essas diferenças de gostos entre os diplomatas das diferentes regiões.

GRÁFICO 7 – Número de salas de cinema nos Estados



Fonte: Ancine 2007. Elaboração: a autora

Como se pode ver, aqueles que estudaram nestes estados têm um acesso muito superior às salas de cinema e teatro, e estes oferecem também maior diversidade de títulos a escolha dos consumidores. Só no estado de São Paulo há 722 salas de cinema, número superior ao existente nos demais 21 estados mais o Distrito Federal, que juntos somam 651 salas apenas, e destas 79 estão concentradas no Distrito Federal. O acesso à programação diversificada, sobretudo a filmes que não estão em cartaz apenas no circuito comercial, auxilia na formação do gosto pelo cinema de 'arte'. Opções desse tipo são menos frequentes nas regiões com número baixo de salas de exibição de filmes.

Embora possa parecer que o gosto por 'filmes arte' seja majoritariamente restrito às classes A e B, nas altas classes paulistas há a valorização dos filmes de grande bilheteria e sobretudo norte-americanos.³⁸⁹ O

na medida em que se considerou apenas as capitais e não suas regiões metropolitanas, neste sentido muitos que tiveram sua educação nas Regiões Metropolitanas dessas cidades conseguiam ter acesso, mesmo que restrito, aos equipamentos culturais disponíveis.

³⁸⁹ PULICI, Carolina. **O gosto dominante como gosto tradicional**: preferências e aversões estéticas das classes altas de São Paulo. *Novos Estudos*, n. 91, novembro de 2011.

‘gosto burguês’ que “...prefere sempre e invariavelmente *la vie en rose à la vie en noir*, rejeita o pessimismo antiburguês de gente com problemas para a colher o otimismo social de gente sem problemas esperando, em suma, que a arte não seja senão um instrumento de obscurecimento – e não de crítica – da realidade social”³⁹⁰ é um aspecto presente neste grupo. O gosto por este tipo de filme dentre os diplomatas os aproximaria mais do gosto dos intelectuais, aqueles que detém não necessariamente um alto capital econômico, mas um alto capital cultural: “a ida a concertos e óperas estão concentrados não apenas entre os mais ricos, mas, também entre os mais escolarizados.”³⁹¹ No caso do Itamaraty, onde a escolaridade é razoavelmente homogênea, vê-se a preferência por concertos dada por 16% daqueles que estudaram nas cinco capitais com maior índice de aprovação e que têm maior proximidade e possibilidade de frequentar estes espaços, que estão em grande medida, também concentrados nessas capitais e suas regiões metropolitanas³⁹². “Os teatros estão presentes em maior quantidade nos municípios das RMs de São Paulo (66,7% dos municípios metropolitanos), Belo Horizonte (60%) e Rio de Janeiro (58,8%). Os museus estão muito mais presentes nos municípios da região de Porto Alegre (58,1%).”³⁹³

Gilberto Chateaubriand é um dos maiores colecionadores de arte brasileira moderna e contemporânea. Filho do jornalista e fundador do Museu de Artes de São Paulo (MASP), Assis Chateaubriand ingressou na carreira no

³⁹⁰ PULICI, Carolina. **O gosto dominante como gosto tradicional**: preferências e aversões estéticas das classes altas de São Paulo. *Novos Estudos*, n. 91, novembro de 2011, p. 136.

³⁹¹ PULICI, Carolina. **O gosto dominante como gosto tradicional**: preferências e aversões estéticas das classes altas de São Paulo. *Novos Estudos*, n. 91, novembro de 2011, p. 97.

³⁹² Paglioto e Machado (2012) apontaram que apesar do consumo de bens e serviços culturais serem baixos nos domicílios brasileiros com apenas 27,13% no biênio 2008/2009, as regiões metropolitanas apresentam índices maiores. “Este resultado ressalta a importância da localização como condicionante da oferta, principalmente a vantagem dos grandes centros urbanos [...] No ranking das regiões metropolitanas, São Paulo é a região que possui o maior percentual de domicílios consumidores nos dois períodos, seguido por Porto Alegre em 2002-2003 e por Belo Horizonte em 2008-2009” (p. 718)

³⁹³ BOTELHO, Isaura. **As especificações do mercado de arte no Brasil**: Entrevista com George Kornis. *Revista Observatório Itaú Cultural : OIC*. – n. 13 (set. 2012). Disponível em: <http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/2013/01/Revista-Observat%C3%B3rio-IC-n.13.pdf>. São Paulo : Itaú Cultural, 2012.

primeiro concurso para o Instituto Rio Branco. Em 1953, iniciou sua coleção, que hoje inclui obras de artistas como Tarsila do Amaral, Anitta Malfatti, Lasar Segall, Di Cavalcanti, Portinari, Waltercio Caldas, Djanira, dentre outros. Atualmente são mais de 7000 peças e seu acervo continua em expansão. Parte de sua coleção foi transferida, em regime de comodato, ao Museu de Artes do Rio de Janeiro. Chateaubriand é consagrado no Brasil e no exterior. Participa como membro do conselho internacional do Museu de Arte Moderna de Nova York – MoMa; da Fundação Cartier para Arte Contemporânea, França; da comissão administrativa da Fundação Bienal de São Paulo; do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo - MAC/USP; do conselho do Paço Imperial; do MAM/RJ; e do Museu de Arte Moderna de São Paulo - MAM/SP.³⁹⁴ O conhecimento e apreciação de obras de arte por si só é um caráter distintivo importante das classes mais altas³⁹⁵:

TABELA 30 – Consumo de arte

Compra ou já comprou obras de arte			
Educação	Sim	Não	N
Capitais dos Estados	64,5%	35,5%	107
Demais Capitais	65,6%	34,4%	61
Interior	58,8%	41,5%	41
TOTAL	63,6%	36,4%	209

Fonte: Survey. Elaboração da autora

No campo diplomático, a aquisição de obras de arte é um aspecto importante para a distinção dentre seus pares. Adquirir obras e montar uma coleção particular colocam este grupo na posição de consumidores, aumentando seu valor distintivo. Neste caso, não se trata somente do capital cultural, mas também de investimento econômico e do domínio dos signos do campo das artes. Visa-se a garantir o retorno do capital investido e a distinção dentre os colegas. É possível, a partir do tipo de consumo que se faz no campo artístico, fazer uma “curva de importância” com a seguinte forma: apreciadores, compradores e colecionadores. Esta última função ocupa ponto alto da curva,

³⁹⁴ ITAUCULTURAL. Gilberto Chateaubriand. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa464/gilberto-chateaubriand>.

³⁹⁵ PULICI, Carolina. **O gosto dominante como gosto tradicional**: preferências e aversões estéticas das classes altas de São Paulo. *Novos Estudos*, n. 91, novembro de 2011.

já que exige do seu agente a capacidade de comprar de diversas obras que dialoguem minimamente entre si. Neste aspecto, dos 133 diplomatas que disseram já ter comprado obras de arte, 41 deles, ou seja 19,6%, classificam-se como colecionadores.

TABELA 31 – Número de obras compradas

Número de obras compradas	%	N
1 a 5	45,1%	60
5 a 10	18,8%	25
10 a 20	15,8%	21
20 - 30	5,3%	7
Mais de 30	15,0%	20
Total	100,0%	133

Fonte: Survey. Elaboração da autora.

Quando se considera a idade dos diplomatas, levando em conta a média de entrada de 27 anos na carreira, vê-se que quanto maior a idade e o tempo de carreira, mais eles se voltam para o consumo de obras de arte. Dos diplomatas acima de 35 anos, 68,9% disseram ser compradores ou colecionadores, dentre os mais jovens esse índice é de 55,8%. Pode-se entender a aquisição de obras de arte está relacionada com a imposição crescente do *habitus diplomático*, assim como à melhoria dos salários, que permite fazer parte deste grupo, sobretudo quando estão no exterior. Com salários mais altos e baixos custos, eles poupam para comprar *luxury goods* dos países onde estão servindo.³⁹⁶

TABELA 32 – Gosto musical

Educação	Blues	Eletrônico	Folk	Jazz	Música Clássica	MPB	Rock	World music
Capital dos Estados	3,0%	2,0%	0,0%	14,0%	13,0%	37,0%	25,0%	6,0%
Demais capitais	1,9%	1,9%	0,0%	11,1%	7,4%	40,7%	33,3%	3,7%
Interior	0,0%	10,0%	5,0%	12,5%	12,5%	22,5%	32,5%	5,0%

³⁹⁶ BOTELHO, Isaura. **As especificações do mercado de arte no Brasil**: Entrevista com George Kornis. Revista Observatório Itaú Cultural : OIC. – n. 13 (set. 2012). Disponível em: <http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/2013/01/Revista-Observat%C3%B3rio-IC-n.13.pdf>. São Paulo : Itaú Cultural.

TOTAL	2,1%	3,6%	1,0%	12,9%	11,3%	35,1%	28,9%	5,2
--------------	------	------	------	-------	-------	-------	-------	-----

Fonte: Survey. Elaboração da autora.

A música e a musicalidade fazem parte de suas referências. No caso brasileiro, a música é um dos primeiros contatos do estrangeiro com o Brasil, trata-se do principal *soft power* brasileiro. Nesse sentido entender de música, sobretudo a brasileira, não é apenas um aspecto distintivo do gosto, mas também uma ferramenta de trabalho, sobretudo para aqueles que trabalham no Departamento Cultural e da promoção do Brasil no Exterior. Sem contar ainda que o gosto por Música Popular Brasileira é um dos principais elementos marcadores da nacionalidade. Para se ter a dimensão da importância da música brasileira na instituição foi divulgado no facebook do Ministério:

Com o apoio do Itamaraty, o Clube do Choro de Brasília realizou turnê pelas cidades americanas de Boston, Nova York e Washington durante a segunda quinzena de setembro.

A iniciativa buscou divulgar o choro nos Estados Unidos, por meio do método elaborado pela Escola Brasileira de Choro Raphael Rabello, instituição vinculada ao Clube do Choro e criada nos mesmos moldes das escolas Norte-americanas de jazz, responsáveis pela preservação, renovação e difusão do gênero.

A turnê incluiu a realização de aulas no Berklee College of Music, a maior e mais importante instituição independente de ensino de música no mundo e que contabiliza 253 prêmios Grammy. O Clube do Choro também ofereceu oficinas de música na Tufts University e se apresentou nas casas de show nova-iorquinas Concert House e Cornelia Street Café³⁹⁷

Neste sentido não é de se espantar que 35,1% deles tenham preferência por MPB, seguido por 28,9% de Rock e 12,9% de Jazz, que são os estilos musicais contemporâneos de maior legitimidade. Não há diferenças expressivas entre regiões e gostos musicais. O único dado que chama a atenção é o gosto por música eletrônica por 10% daqueles que nasceram no interior, sendo apenas aproximadamente 2% no restante do país. É possível dizer que essa diferença se dá também pelo pouco acesso a espaços com diversidade musical. No interior há menos casas noturnas que se dividem em gêneros musicais, ao passo em que predominam aquelas que oferecem “de

³⁹⁷ MRE. Ministério das Relações Exteriores; Disponível em: <https://www.facebook.com/ItamaratyGovBr>.

tudo um pouco”, sendo a música eletrônica reservada aos momentos de maior destaque da noite. Não houve nenhuma indicação aos gêneros mais populares como Funk, Rap ou Sertanejo.

A prática de esportes é outro aspecto importante quando se procura distinguir e atribuir valor a um grupo em detrimento de outro, constituindo-se um elemento de hierarquização entre os agentes e seus campos.

De acordo com a pesquisa do IBGE em 2013,³⁹⁸ 54,1% dos brasileiros praticam alguma atividade física ou algum esporte. Destes a maioria são homens 50,4% para 49,6% de mulheres. No campo diplomático 86,5% afirmaram já ter praticado algum esporte ao longo do tempo.³⁹⁹ Ao contrário dos dados nacionais no diz respeito à estratificação por gênero, 84,9% dos homens disseram ter praticado algum esporte, entre as mulheres este índice é maior, de 89,9%. Tanto nos dados nacionais quanto no Itamaraty as diferenças não são expressivas mas, enquanto nos dados nacionais, a falta de tempo afeta mais as mulheres – já que muitas são obrigadas a conciliar o trabalho, o cuidado da casa e dos filhos – no Itamaraty essa diferença pode ser atribuída à valorização do aspecto físico, cobrança que recai de forma mais incisiva sobre as mulheres.

³⁹⁸ GOV. **A prática de esporte no Brasil.** 2015. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/diesporte/2.html>.

³⁹⁹ GOV. **A prática de esporte no Brasil.** 2015. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/diesporte/2.html>.

TABELA 33 – Esportes praticados por mais tempo

Esportes praticados por mais tempo		
Academia de Ginástica	47	26,0%
Artes marciais	6	3,3%
Ballet	8	4,4%
Basquete	3	1,7%
Capoeira	1	0,6%
Ciclismo	5	2,8%
Corrida	12	6,6%
Esgrima	2	1,1%
Futebol	18	9,9%
Ginástica Olímpica	2	1,1%
Golf	2	1,1%
Handball	1	0,6%
Hipismo	3	1,7%
Iatismo	2	1,1%
Karatê	1	0,6%
Mergulho	2	1,1%
Natação	15	8,3%
Patinação	1	0,6%
Remo	1	0,6%
Rugby	1	0,6%
Surfe	1	0,6%
Tênis	24	13,3%
Vôlei	3	1,7%
Xadrez	1	0,6%
Yoga, Pilates	19	10,5%
Total	181	100,0%

Fonte: Survey. Elaboração da autora.

Os dados apresentados apontam que a maioria não se dedica ou se dedicou a um esporte, mas a exercícios corriqueiros de academias de ginástica (26%). No entanto se considerarmos apenas as outras atividades, retirando também da lista Yoga e Pilates que são muitas vezes correccionais ou funcionais, e Ballet tem-se 59,1% dos respondentes que fazem ou fizeram algum esporte ao longo da vida. Neste grupo de 107 diplomatas, ou seja 25,5% praticaram tênis que é um esporte reconhecido como de elite, já que exige que o praticante seja sócio de um clube que disponha de quadra, investimento em materiais necessários e aulas particulares. No caso francês "... tudo que acontece, fora os casos mais ou menos raros, são mais ou menos claramente associados a uma classe, o boxe, o futebol, o rugby ou a musculação que

evocam às classes populares, o tênis e sky à burguesia e o golfe à grande burguesa.”⁴⁰⁰

No entanto, é importante não incorrer no erro de comparar dois países tão diferentes entre si. Embora possa haver semelhanças significativas entre suas elites que sejam passíveis de ser comparadas – ainda mais porque a França serve, em grande medida, de inspiração na estilização da vida e dos gostos dos diplomatas –, há elementos que só são explicáveis quando se compreende parte da sociedade brasileira. Neste aspecto é interessante observar o resultado apresentado com outro realizado por uma empresa de marketing esportivo, MSI Sports, com mais de 500 presidentes de empresas.⁴⁰¹

TABELA 34 – Esportes mais praticados pelos diplomatas vs. Esportes mais praticados pelos presidentes de empresas

Esportes mais praticados pelos diplomatas			Esportes mais praticados pelos presidentes de empresas ⁴⁰²	
Tênis	24	22,4%	Tênis	23%
Futebol	18	16,8%	Golfe	16%
Natação	15	14,0%	Corrida	11%
Corrida	12	11,2%	Futebol	8%
Artes marciais	6	5,6%	Natação	6%

Fonte: Survey vs. Revista Exame. Elaboração da autora.

Como se pode ver, há mais proximidades do que distanciamento entre estes dois grupos no que diz respeito às modalidades esportivas, exceto as Artes Marciais para os Diplomatas e o Golfe para os presidentes de empresas, os outros esportes são comuns aos dois. No caso francês, o futebol evoca às classes populares. Seria possível dizer que isso também é verdade no Brasil. No entanto, os dados mostram que ele acaba sendo um esporte, talvez o único, que transcende às classes sociais no Brasil, ocupando o quarto

⁴⁰⁰ BOURDIEU, Pierre. **La distinction: critique sociale du jugement**. Paris: Les Éditions de Minuit. 1979.

« [...] tout ce qui advient à chacun d'eux par le fait qu'il est plus ou moins rare et plus ou moins clairement associé à une classe, la boxe, le football, le rugby ou le culturisme évoquant les classes populaires, le tennis et le sky la bourgeoisie et le golf la grande bourgeoisie » (BOURDIEU. 1979, p. 19).

⁴⁰¹ EXAME. **Esporte da elite**. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/873/noticias/esporte-da-elite-m0084362>.

⁴⁰² EXAME. **Esporte da elite**. <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/873/noticias/esporte-da-elite-m0084362>.

lugar na preferência dos executivos e segundo dentre os diplomatas. Em resumo, embora esteja associado às classes populares, ele transcende essas noções que podem ser aplicadas a outros esportes. Neste caso, assim como a MPB para a música, o futebol é um marcador importante da “brasilidade”. Embora não ocupe o mesmo espaço que a MPB no Itamaraty, já que o futebol tem sua própria instituição, a Fifa, ele é um dos aspectos simbólicos importantes para o Brasil. Neste sentido é a marca de Brasil que os diplomatas cultivam e que os remetem à casa, ao Brasil e ao fato de serem brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante boa parte de sua existência, o Itamaraty foi ocupado basicamente por homens brancos, jovens, heterossexuais ou pelos capazes de exercer sua homossexualidade com ‘discrição’. Por moradores tradicionais da zona sul do Rio de Janeiro, formados em Direito na UFRJ, UERJ ou PUC-RJ, portadores “naturais” da língua e cultura legítimas. O Itamaraty foi descrito pelo Embaixador Marcos Azambuja como uma instituição da ‘elite da elite’, justamente como preconizava o Barão do Rio Branco. Não havia preocupação em diversificar; era um espaço também ‘naturalmente’ excludente. Ao contrário da cultura que eles representavam e apresentavam, na música com sotaques nordestinos e de cantores miscigenados, na literatura que ressaltava as agruras da pobreza como em João Cabral de Melo Neto ou em Jorge Amado. Eram homens brancos se não nascidos, criados na então capital do país, muitos com passagem por instituições de ensino estrangeiras, e capazes de falar francês ou inglês quase sem sotaque. A forma de recrutamento durante boa parte do tempo, inclusive nos primeiros anos do Instituto Rio Branco, priorizava capital social e cultural: quanto maior o primeiro, mais flexível se tornava o último. Num segundo momento o capital social foi, cada vez mais, deixado de lado por uma avaliação que testava basicamente o capital cultural dos candidatos. Estes deviam demonstrar conhecimentos de literatura brasileira e portuguesa, latim, passar por provas orais que testavam sua expressão na língua legítima em português, inglês e francês. Nos últimos anos as provas se tornaram mais pragmáticas, voltadas para os conhecimentos em Relações Internacionais. A

foto abaixo, ilustra o retrato da diplomacia brasileira no século XXI:



Foto: Roberto Stuckert/PR. Turma de formandos do Instituto Rio Branco em abril de 2015.

Esta imagem resume uma parte do argumento desenvolvido neste trabalho. Se a pergunta é: o Itamaraty diversificou? A resposta é sim. Como se pode ver, há algumas mulheres e pouquíssimos negros numa maioria de jovens homens brancos. Pode-se dizer que instituição se tornou menos excludente, mas ainda reflete pouco da sociedade brasileira.

As medidas mais efetivas para a diversificação na carreira ocorreram após a redemocratização, antes dela apenas havia a preocupação de divulgar e expandir as áreas em que eram realizados os concursos. A divulgação em outras capitais, iniciada em 1977, aumentou substantivamente o número de inscritos no concurso. Este processo já implica numa incipiente diversificação geográfica. O baixo resultado desta medida pode ser explicado a partir do recorte de classe dos aprovados. Aqueles que se prestavam ao concurso com chances reais de aprovação eram também a 'elite da elite' de seus estados, os recursos financeiros para seus deslocamentos não eram necessariamente problema. A preocupação em diversificar a carreira só aparece nos anos finais no século XX, sobretudo a partir dos governos FHC e Lula. No governo deste último nota-se não apenas a adoção de medidas efetivas como também uma

mudança no discurso, que deixa de se referir somente à meritocracia e passa a expor a necessidade de transformar o Itamaraty num espaço que representasse mais a sociedade brasileira, fato inédito até então. Em resumo, pode-se dizer que a diplomacia do Império representava a aristocracia, nos primeiros anos da República os quadros eram da elite social, econômica e cultural. Os cinquenta anos finais do século XX foram marcados pela adoção de discurso e prática que privilegiavam o mérito daqueles que tivessem maior capital cultural e econômico. Somente no século XXI, passa-se a dizer que a diplomacia precisa representar a sociedade brasileira. Há, portanto, medidas e mudanças nas regras de recrutamento e no discurso, mas que ainda não transformaram a instituição de forma substantiva.

Por exemplo, durante os governos Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) e Lula (2003 – 2010) houve um esforço maior para tornar a carreira menos excludente. A gestão de Luiz Felipe Lampreia (1995 – 2001) eliminou a prova de Francês do processo seletivo, passou a nomear como Terceiro Secretário os aprovados no ato da matrícula para o Instituto Rio Branco, medida que garantia aos novatos um salário para estabelecer residência na capital do país e começar a se inserir nos hábitos caros da carreira, como roupas e restaurantes. Eliminou-se também as barreiras que impediam que diplomatas mulheres casadas com diplomatas fossem obrigadas a deixar a carreira ou a “agregar” - licença sem remuneração e que não contava como tempo de carreira - para acompanhar seus maridos. Essas medidas acabavam limitando sua ascensão na carreira, fazendo com que muitas chegassem apenas ao posto de Primeira Secretária. No final de 2002, já no período Celso Lafer, foi criada a Bolsa Prêmio Vocação Diplomática, programa de ação afirmativa para aumentar a representação de negros no Ministério. Os negros, até então, representavam 0,7% do quadro da instituição, sendo que nenhum deles ocupava o cargo de Embaixador. Quanto aos deficientes, embora a lei de inclusão de cotas em concursos públicos datar de 1999, a medida só foi adotada em editais em 2002.

Nos anos Celso Amorim (2003 – 2010), apesar da prova de francês

retornar ao concurso, foram eliminadas as provas orais, que limitavam a aprovação de mulheres e possivelmente de negros, gays e lésbicas. Tendo em vista o baixo resultado da medida criada anteriormente para afrodescendentes negros, criou-se também cotas para este grupo na primeira fase do concurso. Com a aprovação da lei de cotas para afrodescendentes para todos os concursos, a partir de 2014 há a reserva de 20%. Ao aumentar o número de recrutados aumentou também a diversificação geográfica. Embora não seja uma medida, ela teve uma implicação no aumento da representação regional. Esta gestão fez ainda um exercício ativo na promoção de mulheres, inclusive aumentando o número de mulheres nomeadas embaixadoras.⁴⁰³ Em 1996 eram apenas 3 Embaixadoras, hoje são 34 dentre os 205 Embaixadores brasileiros. Como se pode ver, embora tenha melhorado bastante a equidade de gênero nos postos mais altos da carreira, ainda está muito abaixo do percentual de mulheres na sociedade: elas representam, aproximadamente, 51% da população brasileira e 22,3% dos aprovados no concurso do Instituto Rio Branco. O aumento no número de vagas e a extinção das entrevistas não beneficiaram as mulheres. A medida que mais favoreceu – mesmo que pouco – o crescimento desse grupo dentre os aprovados foi a eliminação, em 2005, de qualquer prova oral. Esta iniciativa colaborou para o aumento de quase 8% entre os governos Fernando Henrique e Lula. Embora não submetessem os candidatos a constrangimentos como nas entrevistas, os dados acima revelam que havia ainda um forte caráter subjetivo na aplicação das avaliações orais que atingiam sobretudo as pessoas que não fossem homens, brancos, heterossexuais, jovens. Além disso, é preciso ainda considerar que este tipo de seleção adotava critérios de eliminação daqueles que não dominavam o uso legítimo da língua tanto portuguesa como estrangeiras. E, como é sabido, no MRE, mais do que em outros órgãos do funcionalismo público, este é um conhecimento altamente valorizado, sendo considerado um importante

⁴⁰³ Antes de fazer as entrevistas, acreditava-se que a promoção das mulheres era uma medida do Partido dos Trabalhadores, mas as entrevistas revelaram que se tratou de uma pauta do ministro Celso Amorim (2002-2010), que exigia que tivesse mulheres nas listas de promoções afim de diminuir a desigualdade existente no ministério, aspectos que não foram verificáveis na gestão posterior da Presidenta Dilma Rousseff, também pertencente ao Partido dos Trabalhadores.

elemento de distinção.

Houve, por parte de integrantes do Itamaraty, críticas à retirada da prova oral de inglês a partir de 2005. Muitos, entretanto, não levaram em consideração o retorno das provas de francês e espanhol. Embora não seja possível mensurar o tamanho dessas ações, é importante observar que a seleção exige do candidato o conhecimento de três línguas estrangeiras. Desta forma, a crítica de que, a partir da eliminação da prova oral de Inglês, o Itamaraty estaria selecionando monoglotas não se sustenta. É verdade que deixou-se de exigir fluência e que, em muitos momentos, a prova de línguas foi classificatória. Mesmo assim, para obter conhecimento em três línguas estrangeiras, o candidato precisa, ao menos, ter passado por cursos ou aulas regulares, o que significa um alto investimento de tempo e recursos.

Atualmente o Rio de Janeiro experimenta o menor percentual na história de diplomatas (32,5%). No entanto, os estados de São Paulo e Minas Gerais sofreram aumentos expressivos, 22,5% e 9,5%. Neste sentido, pode-se dizer que a carreira apresenta maior diversidade regional, mas sai pouco do Sudeste. Essa centralidade do Sudeste pode ser explicada pela também centralidade das instituições de ensino superior, nove das dez universidades melhor ranqueadas⁴⁰⁴ estão na região Sul e Sudeste, seis delas na última. Essas instituições selecionam os melhores estudantes, aqueles que dominam a cultura e os conhecimentos legítimos passados por suas famílias, tornando sua aquisição invisibilizada.⁴⁰⁵ O ingresso nelas, sobretudo nos cursos mais concorridos, exige do candidato, além de capital cultural, também capital econômico suficiente para frequentar aquelas escolas capazes de transferir e treinar seus alunos para os conhecimentos legítimos exigidos nessas seleções.

⁴⁰⁴ FOLHA. **Ranking universitário Folha 2014**. 2014. Disponível em: <http://ruf.folha.uol.com.br/2014/>.

⁴⁰⁵ BOURDIEU, Pierre. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.

« ...l'acquisition de la culture légitime par la familiarisation insensible au sein de la famille tend en effet à favoriser une expérience enchantée de la culture qui implique l'oubli de l'acquisition e l'ignorance des instruments de l'appropriation » (Bourdieu, 1979, p. III)

No caso brasileiro, este papel é desempenhado pelas escolas privadas.⁴⁰⁶ A trajetória em instituições de ensino de elite dá a essas pessoas vantagem nas disputas pelos melhores cargos e salários no mercado de trabalho, tanto pelo aspecto objetivo da formação, como pelo valor simbólico que as titulações nestas instituições representam na sociedade. Neste aspecto não é de se estranhar que, no concurso mais difícil do país, a maioria tenha se formado pela Universidade de São Paulo.

Notou-se alguma mudança também em relação aos cursos superiores frequentados pelos diplomatas antes do concurso. Até o começo dos anos 1980 havia a representação de menos de dez cursos, sendo que, no período de 1946 até 1982, o curso de Direito correspondia a 59,9% dos diplomatas brasileiros. Esse percentual já representava uma queda, visto que, nos anos de 1946/1960, correspondia a 73,6%.⁴⁰⁷ Os bacharéis em Direito representam atualmente 37,2% da diplomacia brasileira, mas o percentual continua em declínio. Se for considerado os últimos 20 anos (1995 – 2014), apenas 24% passaram por essa graduação. Os diplomatas hoje provêm de 28 cursos diferentes.⁴⁰⁸ Os formados em Relações Internacionais, inexistentes até o começo dos anos 1980, atualmente correspondem a 14,4% da instituição. Nos últimos 10 anos, eles já são 24% dos aprovados. Esse crescimento dos graduados em Relações Internacionais está relacionado ao aumento no número de cursos observado a partir do final dos anos 1990.⁴⁰⁹ Enquanto até 1980 só havia um curso, da Universidade de Brasília, atualmente são mais de 100 espalhados pelo Brasil. Sem contar ainda que os conteúdos ministrados

⁴⁰⁶ Numa pesquisa realizada em 2014 pelo jornal Folha de São Paulo, mais de 60% de seus calouros fizeram todo o Ensino Médio em instituições privadas de ensino e mais da metade estão no quinto mais elevado da pirâmide de distribuição de renda

⁴⁰⁷ CHEIBUB, Zairo Borges. **Diplomacia, Diplomatas e Política Externa: Aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty.** Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 1984.

⁴⁰⁸ _____. **Diplomacia, Diplomatas e Política Externa: Aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty.** Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 1984.

⁴⁰⁹ SANTOS, Norma Breda dos. e FONSECA, Fúlvio Eduardo. **A Pós-Graduação em Relações Internacionais no Brasil.** Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 31, n 2, 2009. p. 353-380.

vão ao encontro dos conhecimentos exigidos no concurso nos últimos anos. Juntos, os graduados em Direito e Relações Internacionais correspondem a mais da metade 51,6% do Itamaraty.

Como se viu, embora a carreira seja vista como arte ou mais comumente como vocação, estes aspectos naturalizados, não são 'naturais'. Os aspectos simbólicos são uma noção de vocação que se buscava nos homens, brancos, jovens, bonitos, bem vestidos, que seriam capazes de ter naturalizada a linguagem e a cultura dos altos círculos, que possam ser comparáveis à elite francesa ou inglesa. Há todo um processo de socialização que quanto mais diverso, mais a atuação no Instituto Rio Branco se faz presente a fim de normatizar os comportamentos. Essa normatização dos comportamentos, que diz respeito à inculcação do *habitus* diplomático, está em manter presente práticas verificadas desde da gestão do patrono, Barão do Rio Branco, algumas delas presentes desde o Império. Estas práticas dizem respeito à posição do Ministério diante dos demais órgãos do aparelho de Estado; à condução da política externa, ou ao funcionamento do MRE; além das mais simbólicas, que são aquelas referentes ao comportamento dos diplomatas. Busca-se reproduzir tanto o insulamento do MRE em relação aos demais órgãos quanto a ideia de que sua política externa deve ser entendida como uma política de Estado, mantendo-se assim longe dos interesses político e partidários. A representação coloca a valorização dos Palácios do Itamaraty e de suas embaixadas no exterior e a forma de receber convidados como um importante elemento de poder e distinção, que se sobrepõe à burocratização. Apesar das mudanças que tornaram este espaço menos excludente, estes ainda são elementos muito valorizados de distinção entre os pares. Essas formas de distinção, assim como no Barão, não se restringem ao desempenho na diplomacia. A Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ambos com elevado número de diplomatas entre imortais ou sócios, são espaços de consagração para literatos, historiadores, geográficos, memorialistas, poetas, tradutores, ou seja para aqueles que durante o tempo na carreira também se dedicaram a outras atividades. Isso faz

destes atores agentes valorizado tanto fora quanto dentro da instituição.

O peso do Instituto Rio Branco, no momento de maior diversificação geográfica promovida pela ampliação na seleção, leva a um reforço do que é o habitus diplomático. Isso pode ser verificado no estudo de caso da Revista Juca, na qual os diplomatas reproduzem os aspectos valorizados ao longo da história na instituição. A reprodução desses valores não muda mesmo com a entrada de graduados em Relações Internacionais, que passam a produzir textos da área, mas também conservam um alto grau de ‘diletância’.

O que se percebe é que, apesar das mudanças objetivas observadas no campo – maior representação regional, maior número de mulheres, poucos negros, deficientes físicos, gays e lésbicas –, o habitus diplomático pouco se altera, sendo seus aspectos principais reforçados e reproduzidos pelo Instituto Rio Branco. A cultura legítima valorizada e reproduzida na carreira – como o gosto por literatura, restaurantes, MPB, tênis, o consumo de obras de arte – é a mesma presente nos grupos com maior capital econômico e/ou culturais. Os diplomatas oriundos de outros círculos e que não têm estes habitus internalizados, tem o conhecimento e o desejo de incorporá-los e de fazer parte deste grupo. Esse desejo de assimilar rapidamente as disposições mentais e corporais presentes na casa ajuda a compreender porque, mesmo com a baixa diversificação, o efeito sobre habitus é tão pequeno. Como se pode ver abaixo, João Lucas Ijino Santana termina com o também diplomata Guimarães Rosa seu discurso de formatura da turma de 2015. Deixando claro sua erudição, o culto pelas tradições e pelos seus agentes mais destacados, sem se esquecer do Barão, a fala demonstra que ele já domina algumas das regras deste espaço:

Foi cheio de veredas o caminho que trilhamos para que hoje estivéssemos aqui e sabemos que ainda mais longa será a caminhada que ora se inicia. Isso me faz lembrar as palavras de Riobaldo, personagem de Grande Sertão: Veredas, para quem “o real não está nem na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”. Que essa travessia seja repleta de felicidade pessoal e de realizações profissionais para cada um de nós que hoje assume o compromisso solene de levar adiante o legado do Barão do

Rio Branco. Em nome da Turma Paulo Kol, a todos vocês, muito obrigado⁴¹⁰

Para finalizar, o Itamaraty torna-se um pouco menos excludente, e, mesmo que distante, representa um pouco mais a diversidade brasileira. Entretanto, há o esforço para que seu *habitus* permaneça, afinal como poderia dizer algum diplomata: “Se vogliamo che tutto rimanga come è, bisogna che tutto cambi”, no original.⁴¹¹

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Affonso Arinos de Mello Franco- Perfil do Acadêmico**. Disponível em <<https://goo.gl/7LrhEd>>. Acesso em 22 de julho de 2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Alberto Vasconcellos da Costa e Silva- Perfil do Acadêmico**. Disponível em <<https://goo.gl/pQwzkV>>. Acesso em 22 de julho de 2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Aluísio **Tancredo Gonçalves de Azevedo- Perfil do Acadêmico**. Disponível em <<https://goo.gl/5uUbpv>>. Acesso em 22 de julho de 2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Antônio Houaiss- Perfil do Acadêmico**. Disponível em <<https://goo.gl/nGFVxp>>. Acesso em 22 de julho de 2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Antônio Peregrino Maciel Monteiro- Perfil do Acadêmico**. Disponível em <<https://goo.gl/Mv2CrD>>. Acesso em 22 de julho de 2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Carlos Magalhães de Azeredo- Perfil**

⁴¹⁰ITAMARATY. **Discurso do Secretário João Lucas Ijino Santana, Orador da Turma Paulo Kol (2013-2015) do Instituto Rio Branco – Brasília, 12 de Agosto de 2015**. 2015. http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10789%3Adiscurs-o-do-secretario-joao-lucas-ijino-santana-orador-da-turma-paulo-kol-2013-2015-do-instituto-rio-branco-brasilia-12-de-agosto-de-2015&catid=206&Itemid=460&lang=pt-BR.

⁴¹¹ Tradução livre: “se queremos que tudo permaneça como está, é preciso que tudo mude” LAMPEDUSA, G. T. (2013) *Il Gattopardo*. Milano: Feltrinelli.

do Acadêmico. Disponível em <<https://goo.gl/FhAos5>>. Acesso em 22 de julho de 2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Domício Afonso Forneiro da Gama- Perfil do Acadêmico.** Disponível em < <https://goo.gl/nsZXJh>>. Acesso em 22 de julho de 2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Domingos José Gonçalves de Magalhães- Perfil do Acadêmico.** Disponível em <<https://goo.gl/uG7VG1>>. Acesso em 22 de julho de 2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Evandro Lins e Silva- Perfil do Acadêmico.** Disponível em <<https://goo.gl/EXzVOi>>. Acesso em 22 de julho de 2015.⁴¹²

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Francisco Adolfo de Varnhagen- Perfil do Acadêmico.** Disponível em <<https://goo.gl/f0eKwY>>. Acesso em 22 de julho de 2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda- Perfil do Acadêmico.** Disponível em <<https://goo.gl/rSd1F8>>. Acesso em 22 de julho de 2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Francisco Otaviano de Almeida Rosa - Perfil do Acadêmico.** Disponível em <<https://goo.gl/xl2Elz>>. Acesso em 22 de julho de 2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Geraldo Holanda Cavalcanti - Perfil do Acadêmico.** Disponível em <<https://goo.gl/bGWnJX>>. Acesso em 22 de julho de 2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Gilberto Amado- Perfil do Acadêmico.** Disponível em <<https://goo.gl/3uNjPR>>. Acesso em 22 de julho de

⁴¹² Evandro Lins e Silva não foi diplomata de carreira, mas sim jurista. Contudo foi nomeado Ministro das Relações Exteriores de Junho a setembro de 1963, enquanto exercia o cargo de Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Hélio Leite Pereira Lobo- Perfil do Acadêmico**. Disponível em <<https://goo.gl/RmjtUE>>. Acesso em 22 de julho de 2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça- Perfil do Acadêmico**. Disponível em <<https://goo.gl/h1ZDT6>>. Acesso em 22 de julho de 2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **João Cabral de Melo Neto- Perfil do Acadêmico**. Disponível em <<https://goo.gl/JBdRkp>>. Acesso em 22 de julho de 2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **João Carneiro de Sousa Bandeira- Perfil do Acadêmico**. Disponível em <<https://goo.gl/KZOqoY>>. Acesso em 22 de julho de 2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **João Guimarães Rosa- Perfil do Acadêmico**. Disponível em <<https://goo.gl/aSwDd9>>. Acesso em 22 de julho de 2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo- Perfil do Acadêmico**. Disponível em <<https://goo.gl/Q0VRm2>>. Acesso em 22 de julho de 2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Joaquim Caetano da Silva- Perfil do Acadêmico**. Disponível em <<https://goo.gl/iuoGac>>. Acesso em 22 de julho de 2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **José Guilherme Merquior- Perfil do Acadêmico**. Disponível em <<https://goo.gl/2qzV4l>>. Acesso em 22 de julho de 2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **José Maria da Silva Paranhos Júnior- Perfil do Acadêmico**. Disponível em <<https://goo.gl/ltLsyZ>>. Acesso

em 22 de julho de 2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **José Pereira da Graça Aranha- Perfil do Acadêmico**. Disponível em <<https://goo.gl/GK5nWW>>. Acesso em 22 de julho de 2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Lauro Severiano Müller- Perfil do Acadêmico**. Disponível em <<https://goo.gl/eSHtaZ>>. Acesso em 22 de julho de 2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Luís Caetano Guimarães Júnior- Perfil do Acadêmico**. Disponível em <<https://goo.gl/h01plh>>. Acesso em 22 de julho de 2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Manuel de Oliveira Lima- Perfil do Acadêmico**. Disponível em <<https://goo.gl/2IWNi2>>. Acesso em 22 de julho de 2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Manuel José de Araújo Porto-Alegre- Perfil do Acadêmico**. Disponível em <<https://goo.gl/VYTJb9>>. Acesso em 22 de julho de 2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Olegário Mariano Carneiro da Cunha - Perfil do Acadêmico**. Disponível em <<https://goo.gl/suZPjS>>. Acesso em 22 de julho de 2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Oswaldo Orico- Perfil do Acadêmico**. Disponível em <<https://goo.gl/N3f5cB>>. Acesso em 22 de julho de 2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Otávio Cavalcanti Mangabeira- Perfil do Acadêmico**. Disponível em <<https://goo.gl/pFnXsi>>. Acesso em 22 de julho de 2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Raimundo da Mota de Azevedo Correia - Perfil do Acadêmico**. Disponível em <<https://goo.gl/gqF3PL>>. Acesso em 22 de julho de 2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Roberto Campos- Perfil do Acadêmico**. Disponível em <<https://goo.gl/n0yWkU>>. Acesso em 22 de julho de 2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Rui Barbosa de Oliveira- Perfil do Acadêmico**. Disponível em <<https://goo.gl/Sh5JO4>>. Acesso em 22 de julho de 2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Rui Ribeiro Couto- Perfil do Acadêmico**. Disponível em <<https://goo.gl/yymnGd>>. Acesso em 22 de julho de 2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Salvador de Meneses Drummond Furtado de Mendonça- Perfil do Acadêmico**. Disponível em <<https://goo.gl/vHDpTc>>. Acesso em 22 de julho de 2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Sergio Corrêa da Costa- Perfil do Acadêmico**. Disponível em <<https://goo.gl/IsVL5X>>. Acesso em 22 de julho de 2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, **Sergio Paulo Rouanet- Perfil do Acadêmico**. Disponível em <<https://goo.gl/PVhtF8>>. Acesso em 22 de julho de 2015.

ALMEIDA, Frederico Normanha Ribeiro de. **A nobreza togada: as elites jurídicas e a política da justiça no Brasil**. Tese do doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP. São Paulo, 2010. 329 p.

ALMEIDA, Paulo Roberto. **Formação da Diplomacia Econômica no Brasil: As relações econômicas internacionais no Império**. São Paulo: SENAC, 2005. 675 p.

ALONSO, Angela. **Perfis brasileiros: Joaquim Nabuco**. São Paulo: Companhia das Letras. 2007. 354 p.

ALVAREZ, Marcos César. **Bacharéis, Criminologistas e Juristas: Saber**

Jurídico e a Nova Escola Penal no Brasil. São Paulo: Método. 2003. 267 p.

AMADO, André. **Por dentro do Itamaraty**: impressões de um diplomata. Brasília: Funag. 2013. 184 p.

AMARAL, Luis Gurgel. **O meu velho Itamarati**: (de amanuense a secretario de legação) 1905-1913. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1947. 364 p.

AMORIN, Celso. **Ministério das Relações Exteriores**. Brasília. 2009. Disponível em: <https://goo.gl/SbSP7q>>. Acesso em: 16 de agosto de 2013.

_____. **Conversas com jovens diplomatas**. São Paulo: Benvirá. 2011. 616 p.

ARAÚJO, João Hermes Pereira. **Um episódio na vida diplomática de Oswaldo Aranha**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. 1994.

AZAMBUJA, Marcos. **Casa bem-assombrada: O Itamaraty antes da sua ida para Goiás**. In: Revista Piauí. Edição 54. Março de 2011.

BALBINO, Viviane Rios. **Diplomata, substantivo comum de dois gêneros: um retrato da presença feminina no Itamaraty no início do século XXI**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 2011. 212 p.

BANDEIRA DE MELLO, Gastão. **Estrutura e organização do Ministério das Relações Exteriores – análise evolutiva e tendências**. 1982. Tese (Curso de Altos Estudos – CAE) – Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, Brasília. 1982.

BARBOZA, Mário Gibson. **Na diplomacia o traço todo da vida**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora. 2002. 528 p.

BARROSO, Gustavo. **História do Palácio Itamaraty**. Museu Histórico Diplomático do Itamaraty: Rio de Janeiro. 1968.

BATISTA, David do Nascimento. **Habitus Diplomático**: um estudo do Itamaraty em tempos do regime militar (1964-1985). Recife: Ed. Universitária

da UFPE. 2010.

BECKER, Howard. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2007. 296 p.

BOECKEL, Cristina; ALBUQUERQUE, Patrícia. **Concurso 2011 para diplomata é o mais concorrido dos últimos 10 anos**. G1, Rio de Janeiro – RJ, 16 de jun. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/eZknxs>> Acesso em:

BOPP, Raul. **Memórias de um Embaixador**. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora. 1968.

BOTELHO, Isaura. **As especificações do mercado de arte no Brasil: Entrevista com George Kornis**. Revista Observatório Itaú Cultural: OIC. – N. 13. São Paulo : Itaú Cultural, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/Qch7tL>>. Acesso em:

BOURDIEU, Pierre. PASSERON, Jean-Claude. **La reproduction: éléments pour une théorie du système d'enseignement**. Paris: Les Éditions de Minuit. 1970. 279 p.

BOURDIEU, Pierre. **La distinction: critique sociale du jugement**. Paris: Les Éditions de Minuit. 1979. 672 p.

_____. **Campo de poder e *Habitus* de classe**. In: A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva. 2007.

_____. **Sistemas de Ensino e Sistemas de Pensamento**. In: A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva. 2007.

_____. **Reprodução Cultural e Reprodução social**. In: A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva. 2007.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006.

_____. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras. 1996. 432 p.

_____. **Compreender**. In: A Miséria do Mundo. Petrópolis: Vozes. 1997.

_____. **Espaço social e Espaço Simbólico.** In: Razões Práticas. Campinas: Papyrus. 2005. p. 13 – 33.

_____. **Espírito de Estado:** Gênese e Estrutura do Campo Burocrático. In: Razões Práticas. Campinas: Papyrus. 2005. p. 91-136.

_____. **O Novo Capital.** In: Razões Práticas. Campinas: Papyrus. 2005. p. 35 – 52.

_____. **A economia das trocas linguísticas.** São Paulo: Edusp. 2008.

_____. **Estruturas, *habitus*, práticas.** In: **Senso Prático.** Petrópolis: Editora Vozes. 2009.

_____. **A ação do tempo.** In: **Senso Prático.** Petrópolis: Editora Vozes. 2009.

_____. A objetividade do subjetivo. In: **Senso Prático.** Petrópolis: Editora Vozes. 2009.

BRASIL. **Anuário do Instituto Rio Branco.** 1951: Rio de Janeiro: 1951, 68 p.

BRASIL. **Anuário do Instituto Rio Branco.** 1952: Rio de Janeiro: 1952, 179 p.

BRASIL. **Anuário do Instituto Rio Branco.** 1953, 1954, 1955: Rio de Janeiro: 1955, 201 p.

BRASIL. **Anuário do Instituto Rio Branco.** 1956, 1957: Rio de Janeiro: 1957, 148 p.

BRASIL. **Anuário do Instituto Rio Branco.** 1958, 1959, 1960: Rio de Janeiro: 1960, 192 p.

BRASIL. **Anuário do Instituto Rio Branco.** 1961, 1962, 1963: Rio de Janeiro: 1963, 244 p.

BRASIL. **Anuário do Instituto Rio Branco.** 1964, 1965: Rio de Janeiro: 1965, 186 p.

BRASIL. **Anuário do Instituto Rio Branco.** 1966, 1967: Rio de Janeiro: 1967,

278 p.

BRASIL. **Anuário do Instituto Rio Branco.** 1968, 1969: Rio de Janeiro: 1969, 262 p.

BRASIL. **Anuário do Instituto Rio Branco.** 1970: Brasília - DF: 1970, 209 p.

BRASIL. **Anuário do Instituto Rio Branco.** 1971: Brasília - DF: 1971, 204 p.

BRASIL. **Anuário do Instituto Rio Branco.** 1972: Brasília - DF: 1972, 187 p.

BRASIL. **Anuário do Instituto Rio Branco.** 1973: Brasília - DF: 1974, 175 p.

BRASIL. **Anuário do Instituto Rio Branco.** 1974: Brasília - DF: 1974, 159 p.

BRASIL. **Anuário do Instituto Rio Branco.** 1975: Brasília - DF: 1975, 207 p.

BRASIL. **Anuário do Instituto Rio Branco.** 1976: Brasília - DF: 1976, 184 p.

BRASIL. **Anuário do Instituto Rio Branco.** 1977: Brasília - DF: 1977, 248 p.

BRASIL. **Anuário do Instituto Rio Branco.** 1978, 1979, 1980: Brasília - DF: 1980, 257 p.

BRASIL. **Anuário do Instituto Rio Branco.** 1981: Brasília - DF: 1981, 116 p.

BRASIL. **Anuário do Instituto Rio Branco.** 1982: Brasília - DF: 1982, 131 p.

BRASIL. **Anuário do Instituto Rio Branco.** 1983: Brasília - DF: 1983, 125 p.

BRASIL. **Anuário do Instituto Rio Branco.** 1984: Brasília - DF: 1984, 153 p.

BRASIL. **Anuário do Instituto Rio Branco.** 1985: Brasília - DF: 1985, 160 p.

BRASIL. **Anuário do Instituto Rio Branco.** 1986: Brasília - DF: 1986, 182 p.

BRASIL. **Anuário do Instituto Rio Branco.** 1987: Brasília - DF: 1987, 259 p.

BRASIL. **Anuário do Instituto Rio Branco.** 1988: Brasília - DF: 1988, 432 p.

BRASIL. **Anuário do Instituto Rio Branco.** 1989, 1990: Brasília - DF: 1990,

325 p.

BRASIL. **Anuário do Instituto Rio Branco**. 2013: Brasília - DF: 2014, 324 p.

BRASIL. **Anuário do Instituto Rio Branco**. 2014: Brasília - DF: 2015, 334 p.

BRASIL. **Decreto nº 6.559, DE 8 DE SETEMBRO DE 2008**⁴¹³. Disponível em: <<https://goo.gl/Yhg4DO>>. Acesso em:

BRASIL. **LEI Nº 11.440, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006**⁴¹⁴. Disponível em: <<https://goo.gl/mkTQqk>>. Acesso em:

BRASIL. **Decreto nº 93.325, DE 1 DE OUTUBRO DE 1986**⁴¹⁵. Disponível em: < <https://goo.gl/w6VBW8> >. Acesso em:

BRASIL. **Decreto nº 9032, DE 18 DE ABRIL DE 1946**⁴¹⁶. Disponível em: < <https://goo.gl/ydcqWE> >. Acesso em:

BRASIL. **Decreto nº 45.535, de 5 de março de 1959**⁴¹⁷. Disponível em: <<https://goo.gl/fEc86q>>. Acesso em:

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 1972.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 1973.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 1974.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 1975.

⁴¹³ Aprova o Regulamento de Promoções da Carreira de Diplomata do Serviço Exterior Brasileiro e delega competência ao Ministro de Estado das Relações Exteriores para a prática dos atos que especifica.

⁴¹⁴ Institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei no 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, altera a Lei no 8.829, de 22 de dezembro de 1993; revoga as Leis nos 7.501, de 27 de junho de 1986, 9.888, de 8 de dezembro de 1999, e 10.872, de 25 de maio de 2004, e dispositivos das Leis nos 8.028, de 12 de abril de 1990, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 8.829, de 22 de dezembro de 1993; e dá outras providências.

⁴¹⁵ Aprova o Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior.

⁴¹⁶ Dispõe sobre o ingresso na carreira de Diplomata e o aperfeiçoamento de funcionários da referida carreira, e dá outras providências.

⁴¹⁷ Introduce modificação no processo de exame Vestibular de Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores.

- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 1976.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 1977.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 1978.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 1979.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 1980.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 1981.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 1982.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 1983.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 1984.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 1985.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 1986.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 1987.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 1988.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 1989.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 1990.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 1996.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 1997.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 1998.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 1999.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 2000.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Edital**. Brasília, 2015.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso na cerimónia de entrega do Prémio Nacional dos Direitos Humanos**. Palácio do Planalto, Brasília. 2001.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras. 2012. 196 p.

CERVO, Amado. e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: UnB. 2002. 248 p.

_____. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva. 2008. 297 p.

CHEIBUB, Zairo Borges. **Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty**

em Perspectiva Histórica. Dados, Rio de Janeiro, n 28, p. 113-131. 1985.

_____. **Diplomacia, Diplomatas e Política externa**: Aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 1984.

CHEVALLIER, Stéphane; CHAUVIRÉ, Christiane. **Diccionario Bourdieu**. Buenos Aires: Nueva Visión. 2011.

COENEN – HUTHER, Jacques. **Sociologia das Elites**. Lisboa: Instituto Piaget. 2004.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. **O barão do Rio Branco no centenário de sua morte: memória, inspiração, legado**. Cadernos do CHDD. Ano 11. Número especial. 2012.

CUNHA, Vasco Leitão. **Diplomacia em Alto mar: depoimento ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 1994.

DESLAURIERS, Jean-Pierre e KÉRISIT, Michèle. **O delineamento de pesquisa qualitativa**. In: **A Pesquisa Qualitativa**. Petrópolis: Editora Vozes. 2008. p 127 – 153.

DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO, **Luiz Felipe Seixas Côrrea – verbete**. Disponível em: <<https://goo.gl/F1OgqT>>. Acesso em: 11 de agosto de 2015.

DINATALE, Bianca Sotelino e MARTINICO, Eder Clanbuchar. **De frente com Samuca**. Revista Juca: Diplomacia e Humanidades. Brasília. Ano.4. 2010.

DORVAL, Gisela Pereyra. **The point of view of the tradition in the institucional identity**: The case of the Ministry of Foreign Relations in Brazil. Janus. Net, e-journal of Internactional Relations. Vol. 4, nº 2. 2013. P. 84-103.

DURKHEIM, Émile. **As regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes. 1995.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. **Os Estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2000.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. 2001.

_____. **Escritos e Ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 2006.

_____. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar editores. 2011.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta De. **Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil**. Revista Brasileira de Política Internacional, São Paulo, vol 51, n 2, 2008. p. 80-97.

FREYRE, Gilberto. . **Ordem e Progresso**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar Editores. 2010.

FRIDMAN, Viviana e OLLIVIER, Michèle. **Goûts, pratiques culturelles et inégalités sociales: branchés e exclus**. Revista Sociologie et Sociétés, vol. XXXVI, 2004 p. 3 – 11.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Cadernos do Centro da História da Documentação Diplomática**. Ano 1, nº 1. 2002.

GARSON, Marcelo. **Bourdieu e as cenas musicais – limites e barreiras**. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, PR – 4 a 7 de setembro de 2009.

GENÉ, Mariana. **Sociología política de las elites: Apuntes sobre su abordaje a través de entrevistas**. Rev. Sociol. Polít., v. 22, n. 52, 2014. p. 97-119.

GOBO, Karla. Lisandra. **Década de 1970: Política Externa e o Papel do Itamaraty**. São Paulo, Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo. 2007.

GOFFMAN, Erving. **Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento**

face a face. Petrópolis, RJ: Vozes. 2012.

_____. **Estigma:** Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC. 2008.

GOUVÊA, Fernando da Cruz. **Oliveira Lima: Uma biografia.** Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. 1976.

GRILL, Igor Gastal. **As múltiplas notabilidades de Afonso Arinos:** biografias, memórias e a condição de elite no Brasil do século XX. Revista de Sociologia e Política, v. 23, n. 54, 2015. p. 21-42.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. **Lembranças de um empregado do Itamaraty.** São Paulo: Sicialiano.1992.

_____. **Depoimento.** Rio de Janeiro: CPDOC. 1985.

HALL, John. **The capital (s) of cultures:** a nonholistic approach to status situations, class, gender, and ethnicity. In LAMONT, Michèle e Fournier, Marcel. Cultivating differences: symbolic boundaries and the making of inequality. The University of Chicado Press, 1992.

HERMANN, Charles. **Changing Course:** When Governments Choose to Redirect Foreign Polícy”. InternationalStudiesQuarterly 34. 1990. p. 3-21.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil.** São Paulo: Editora Martin Claret, capítulo X. 2003.

INSTITUTO RIO BRANCO. **Anuários do instituto Rio Branco.** Disponível em: <<https://goo.gl/NhDqzV>>. Acesso em: 10 de ago. 2013.

INSTITUTO RIO BRANCO. **CACD - Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata.** Disponível em: <<https://goo.gl/XTJNrBl>>. Acesso em: 12 de ago. 2013.

INSTITUTO RIO BRANCO. **Revista Juca: Diplomacia e Humanidades.** Brasília. Ano.1. 2007.

INSTITUTO RIO BRANCO. **Revista Juca: Diplomacia e Humanidades.** Brasília. Ano.2. 2008.

INSTITUTO RIO BRANCO. **Revista Juca: Diplomacia e Humanidades.** Brasília. Ano.3. 2009.

INSTITUTO RIO BRANCO. **Revista Juca: Diplomacia e Humanidades.** Brasília. Ano.4. 2010.

INSTITUTO RIO BRANCO. **Revista Juca: Diplomacia e Humanidades.** Brasília. Ano 5. 2011.

INSTITUTO RIO BRANCO. **Revista Juca: Diplomacia e Humanidades.** Brasília. Ano.6. 2012.

INSTITUTO RIO BRANCO. **Revista Juca: Diplomacia e Humanidades.** Brasília. Ano.7. 2014.

JACUARIBE, Hélio. **Brasil, Mundo e Homem na Atualidade.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 2008.

LAMPEDUSA, **Giuseppe Tomasi di . Il Gattopardo.** Milano: Feltrinelli. 2013.

LAMPREIA, Luiz Felipe. **O Brasil e os ventos do mundo.** Rio de Janeiro: Objetiva. 2010.

LEBARON, Frédéric. **La Distinction, oeuvre-carrefour de la sociologie de Bourdieu.** In: Lectures de Bourdieu. Paris: Ellipses. 2012.

LIMA, Lucas Oliveira Barbosa. **O negociador: um perfil do Embaixador Paulo Nogueira Batista.** Revista Juca, ano 4, 2010.

LIMA, Oliveira. **Memórias:** estas minhas reminiscencias. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1937.

LIMA, Vera Lúcia Alves Rodrigues. **A inserção do negro na carreira de diplomata:** ação afirmativa para o Instituto Rio Branco. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e

Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2005.

LIZÉ, Wescelas e ROUEFF, Olivier. La fabrique des goûts. **Actes de la Recherche En Sciences Sociales**. Numéro 181-182, 2010. p. 4 – 11.

LOPES, Dawisson Belém. **Diplomacia de macacão**: a classe operária vai ao Itamaraty. Insight inteligência. Fevereiro-março. 2013.

LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz; PACHECO, Regina Silvia (orgs.). **Burocracia e política no Brasil**: desafios para a ordem democrática no século XXI. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2010.

MAIA, Rafael Pimentel; PINHEIRO, Hildelde Prisco; PINHEIRO, Aloísio de Souza. **Heterogeneidade do desempenho de alunos da Unicamp, do ingresso à conclusão**. Cadernos de Pesquisa. vol.39 no.137 São Paulo May/Aug. 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/rGdr3U>>. Acesso em:

MARINHO, Marcos Vinícius. **Entrevista com Alberto da Costa e Silva**: um olhar brasileiro sobre a África. Revista Juca, ano 1, 2007.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Joaquim Nabuco**: Diários 1873-1910. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi produções literárias. 2006.

MEMÓRIAS REVELADAS. **Vinícius de Moraes recebe homenagem póstuma**. Centro de Referência de Lutas Políticas no Brasil. Entrevista com o Embaixador Jerônimo Moscardo. Disponível em: < <https://goo.gl/dWVCht>>. Acesso em: 15 de agosto de 2015.

MENDES, Manuel. **O Cerrado de Casaca**. Brasília: Editora Thesaurus.1995.

MICELI, Sérgio. **A força do sentido**. In: Bourdieu, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2007.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Cultura em números: anuário de estatísticas culturais** - 2ª edição. Brasília: MinC, 2010. Disponível em:<<https://goo.gl/8hUOGw>>. Acesso em: 14 de maio de 2015.

MOSER, Benjamin. **Clarice, uma biografia**. São Paulo: Cosac e Naify. 2013.

MOURA, Cristina Patriota. **O Instituto Rio Branco e a Diplomacia Brasileira: um estudo de carreira e socialização**. Rio de Janeiro: FGV. 2009.

_____. **O inglês, o parentesco e o elitismo na casa de Rio Branco**. Cena Internacional, ano 8, nº 1. 2006.

_____. **O Charme (in) discreto do gosto burguês paulista: estudo sociológico da distinção social em São Paulo**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2010.

_____. **Carta de boas-vindas**. Revista Juca, vol.1, n. 1, 2007.

NUNES, Edson de Oliveira. **A gramática política do Brasil: Clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Garamond universitária. 2010.

OLIVEIRA, Ana Paula Conceição. **Diplomatas Negros (as): Ação afirmativa no Instituto Rio Branco e Trajetória de Diplomatas (ex-bolsistas)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, da Universidade Federal da Bahia. 2011. Disponível em: < <https://goo.gl/3V61Tb> >. Acesso em:

ONUKE, Janina & OLIVEIRA, Amâncio Jorge de. **Eleições, Política Externa e Integração Regional**. Revista de Sociologia e Política. Curitiba, n. 27, nov. 2006.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira: Cultura Brasileira e Indústria Cultural**. São Paulo: Brasiliense. 2006.

PAGLIOTO, Bárbara Freitas e MACHADO, Ana Flávia. **Perfil dos Frequentadores de Atividades Culturais: o caso das metrópoles brasileiras**. Revista Estado e Economia, São Paulo, vol. 42, n. 4, p. 701-730, out-dez.

2012.

PALÁCIO ITARAMATY BRASÍLIA: **Brasília**, Rio de Janeiro. São Paulo: Banco Safra. 1993.

PASSIANI, Enio. **Não existe pecado abaixo do Equador? Algumas considerações sobre o processo de formação da sociedade de corte no Brasil (1808-1889)**. Revista Sociedade e Estado - Volume 27 Número 3. 2012.

PENNA FILHO, Pio. **A Pesquisa Histórica no Itamaraty**. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, n. 42. 1999. Disponível em: <<https://goo.gl/zKXWH8>>. Acesso em 17 de novembro de 2015.

PEREIRA, João Francisco. **Ramiro, empregado do Brasil**. Revista Juca, ano 2, 2008.

PEREIRA, Manoel Gomes Pereira (org.). **Barão do Rio Branco: 100 anos de memória**. Brasília: FUNAG. 2012.

PERISSIONOTTO, Renato. **Comparação, História e Interpretação: Por uma ciência política histórico-interpretativa**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Volume 28. Número 83. Outubro. 2013.

PETERS, Gabriel. **Habitus, reflexividade e neo-objetivismo na teoria prática de Pierre Bourdieu**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, vol. 28, nº 83. 2013.

PINHEIRO, **Leticia Política Externa Brasileira, 1889-2002**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2004.

PONTES, Nicole Louise Macedo Teles de. **Habitus e libido social: revisitando Bourdieu através da psicanálise**. Estudos de Sociologia, vol. 2, n. 17, 2011.

POUPART, Jean. “A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas”. In: **A Pesquisa Qualitativa**. Petrópolis: Editora Vozes. 2008. p. 215 – 253.

PULICI, Carolina. **O gosto dominante como gosto tradicional:** preferências e aversões estéticas das classes altas de São Paulo. *Novos Estudos*, n. 91, novembro de 2011.

REIS, Fernando Guimarães. Por **uma academia renovada:** formação do diplomata brasileiro. Brasília: FUNAG, 2013.

RIBEIRO, Renato Janine. **A etiqueta no Antigo Regime:** do sangue à doce vida. São Paulo: Brasiliense. 1983.

RICUPERO, Rubens. **Barão do Rio Branco:** Uma biografia fotográfica (1885-1995). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 1995.

RICUPERO, Rubens. **Entrevista do Embaixador Rubens Ricupero para a revista Digesto Econômico.** Cadernos do CHDD. Ano 11. Número especial. 2012.

ROCHA, Juliana. **Minha História:** Benedicto Fonseca Filho, 47. Folha de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/kSElf3>>. Acesso em: 13 de setembro de 2015.

RODRIGUES, Nelson. **Flor de Obsessão.** São Paulo: Companhia das Letras. 1997.

ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. **Palácio do Itamaraty:** questões de história, projeto e documentação (1959-70). *Revista Arquitextos*. Ano 09, mar. 2009

ROUANET, Henry e WERNER, Ackerman e ROUX, Brigitte. **A análise geométrica dos dados:** a lição de La Distinction de Bourdieu. 2005. Disponível em:< <https://goo.gl/7vFpCP>>. Acesso em: 05 de maio de 2015.

SANTOS, Joaquim Ferreira dos. **Leila Dinis.** São Paulo: Companhia das Letras. 2008.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. **O Evangelho do Barão.** São Paulo: UNESP. 2012.

SANTOS, Norma Breda dos & FONSECA, Fúlvio Eduardo. **A Pós-Graduação em Relações Internacionais no Brasil**. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 31, n 2, 2009. p. 353-380.

SARTORI, Giovanni. **Da sociologia da política à sociologia política**. In: LIPSET, Seymour M. (org.). Política e Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

SCARABÔTOLO, Hélio A. **O Barão do Penedo: Diplomata do Império**⁴¹⁸. 1990.

SCHUWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras. 2012.

SILVA, Frederico Barbosa da; Araújo, Helton Ellery; Souza, André Luiz. **O Consumo Cultural das Famílias Brasileiras**. In: Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas. Vol. 2. Brasília: IPEA. 2007.

SILVA, Alberto da Costa e. **Das mãos do oleiro**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 2005.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Getúlio a Castello**. São Paulo: Companhia das Letras. 2010.

SOARES, José Carlos Macedo. **O Itamaraty no governo Nereu Ramos**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores. 1958.

SOUTO, Alexandre; BANDEIRA, Danilo Vilela; MACHALA, Gustavo; CAVALVANTE, Pedro Mendonça. **O construtor de Pontes: um dia na vida de Antonio Patriota**. Revista Juca, Brasília, ano 6, 2012.

SPEKTOR, Matias. **Kissinger e o Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2009.

_____. **Azeredo da Silveira: um depoimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV.

⁴¹⁸ Conferência pronunciada no dia 29 de novembro de 1989 no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por ocasião de sua posse como Sócio Honorário e no Instituto Histórico de Petrópolis em 12 de fevereiro de 1990.

2010.

STRAUSS, Leo. **Espelhos e Máscaras**. São Paulo: Edusp. 1999.

TAMBELLI, M. A diplomacia e o piano de jazz: between the devil and the blue sea. **Revista Juca: Diplomacia e Humanidades**. Brasília. Ano.1. 2007.

TARRAFEL, Andressa. Manoel Pio Corrêa Jr. (1918-2013) - **O diplomata, as viagens e os livros**. Folha de São Paulo. São Paulo. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/5a2XPq>>. Acesso em: 14 de novembro de 2015.

TOCQUEVILLE, Alexis. **A Democracia na América**. São Paulo: Martins Fontes. Livro I: Leis e costumes. 2014.

TOMASS, Lea Maria. **Diferença e igualdade entre os Estados**: Uma etnografia da precedência nas relações diplomáticas. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília. Brasília. 2001.

VASCONCELLOS, Mario de Barros e. **O Barão do Rio Branco**. Biografia. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, s/d.

VIANA FILHO, Luís. **A vida do Barão do Rio Branco**. 8. Ed. – São Paulo: Editora UNESPE; Salvador, BA: EDUFBA. 2008.

VIEIRA, Marcos Vinícios de Araújo. **José Guilherme Merquior**: um diplomata de 900 anos. Revista Juca, ano 5, 2011.

WACQUANT, Luïc. **O legado sociológico de Pierre Bourdieu**: Duas dimensões e uma nota. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 19, p. 95-110, nov. 2002.

_____. **Poder simbólico e a fabricação dos grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes**. Novos estudos, São Paulo, 96, p. 87-103, julho de 2013.

_____. **L'habitus comme objet et méthode d'investigation**. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Paris, 184, 2010. p. 108-121.

YASSINE, Amena ; BANDEIRA, Igor Trabuco ; COSTA, Marcelo Almeida da

Cunha; PAPA, Rodrigo de Carvalho Dias. **Vida de Cinema**. Revista Juca, Brasília, ano 5, 2011.

WITTE, James. **A Ciência Social digitalizada: avanços, oportunidades e desafios**. Sociologias, Porto Alegre, ano 14, no31, set./dez. 2012, p. 52-92

FONTES E SITES:

ANA PAULA SLIMA. **André Amado**: sobre diplomacia. 2013. Disponível em: <https://anapaulaslima.wordpress.com/2013/03/22/embaixador-andre-amado/>.

Acesso em: 04 de setembro de 2016.

BBC. **IBGE**: Metade dos brasileiros estão conectados à internet; Norte lidera em acesso por celular. Disponível em: <<https://goo.gl/bRDSBI>>. Acesso em:

BIBLIOTECA DIGITAL USP. **Os dialetos judeu-italianos. Um estudo sobre o bagito**. Disponível em: <https://goo.gl/UYAnv2>. Acesso em: 25 de junho de 2015.

CAMARA LEGISLATIVA. **Projeto de lei 7473**. Disponível em: <<https://goo.gl/vP07yal>>. Acesso em 08 de agosto de 2015.

CESPE. **Segunda fase, língua portuguesa 2014**. Disponível em: <<https://goo.gl/WHTd7u>>. Acesso em 12 de março de 2015.

CESPE. **Terceira fase- geografia e política internacional, 2014**. Disponível em: <<https://goo.gl/4cMVMX>>. Acesso em 12 de março de 2015.

CESPE. **Terceira fase- prova de língua espanhola e francesa, 2014**. Disponível em: <<https://goo.gl/aw9N7U>>. Acesso em 12 de março de 2015.

CESPE. **Terceira fase- prova de língua inglesa, 2014**. Disponível em: <<https://goo.gl/c1tfeS>>. Acesso em 12 de março de 2015.

CESPE. **Terceira fase- prova de noções de Direito e DIP, 2014**. Disponível em: <<https://goo.gl/Svjhw>>. Acesso em 12 de março de 2015.

CESPE. **Terceira fase- Prova história do Brasil, 2014**. Disponível em:

<<https://goo.gl/kiYiZ9>>. Acesso em 12 de março de 2015.

CESPE. **Terceira fase- prova noções de economia, 2014.** Disponível em: <<https://goo.gl/ivAUAO>>. Acesso em 12 de março de 2015.

CESPE; **Diplomata 2014.** Disponível em: <<https://goo.gl/PDIjBO>>. Acesso em 12 de março de 2015.

DESIGNUP. Disponível em: <<https://goo.gl/1hPgi0>>. Acesso em: 15 de outubro de 2014.

DIPLOMATIZZANDO. **Ingresso no Itamaraty: pequena polemica em copo d'agua.** Disponível em: <<https://goo.gl/fnuf4j>>. Acesso em 02 de novembro de 2014.

ESPORTEGOV. **Esporte no Brasil.** Disponível em: <<https://goo.gl/m6luRV>>. Acesso em 29 de agosto de 2015.

EXAME. **A prática de esportes da elite.** Disponível em: <<https://goo.gl/uqGw7K>>. Acesso em 29 de agosto de 2015.

EXTRA GLOBO. **A nova cara do Itamaraty.** Disponível em: <<https://goo.gl/HZNfuW>>. Acesso em 12 junho de 2015.

FACEBOOK. **Ministério das relações exteriores.** Disponível em: <<https://goo.gl/Ujl5rd>>. Acesso em: 19 de outubro de 2015.

FGV. **CPDOC.** Disponível em: <<https://goo.gl/GYYMPd>>. Acesso em: 28 de junho de 2015.

FLICKR. Disponível em: <<https://goo.gl/jjXdUw>>. Acesso em 12 de dezembro de 2014.

FOLHA ONLINE. **Metade dos calouros da USP estão entre os 20 mais ricos do Brasil.** Disponível em:<<https://goo.gl/KJbCJq>>. Acesso em 28 de junho de 2015.

FOLHA ONLINE. **Negros contam com o apoio de intelectuais para**

ingressar no Itamaraty. Disponível em: <<https://goo.gl/Kpxolf>>. Acesso em 20 de agosto de 2015.

FUNAG. Disponível em: <www.funag.gov.br>. **Acesso em:**

G1. Instituto Rio Branco registra 6 mil inscritos em concurso para 30 vagas. Disponível em: <<https://goo.gl/nd2bGr>>. Acesso em 20 de maio de 2015.

G1. Servidor que enviou alerta de 'golpe' perde cargo de confiança no Itamaraty. 2016 .Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/06/servidor-que-enviou-alerta-de-golpe-perde-cargo-de-confianca-no-itamaraty.html>. Acesso em 15 de julho de 2016.

GRUPO IMPACTO. Disponível em: <<http://www.grupoimpactoweb.com.br/>>. Acesso em 14 de maio de 2014.

IBGE. **Censo democrático 2010.** Disponível em: <<https://goo.gl/ScdEyp>>. Acesso em 15 de junho de 2015.

IBGE. **Escolaridade e rendimento aumentam e cai mortalidade infantil.** <<https://goo.gl/et4PIU>>. Acesso em: 08 de junho de 2015.

IBGE. **Nível geográfico.** Disponível: <<https://goo.gl/MR9Bk5>>. Acesso em: 08 de junho de 2015.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.** Disponível em : <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2002/>. Acesso em 15 de junho de 2015.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009** Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009/. Acesso em 15 de junho de 2015.

IHGB. **Luiz Felipe de Seixas Corrêa.** Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/LFSCorrea.html>. Acesso em: Disponível em:

convidado-por-temer-diplomata-alexandre-parola-sera-porta-voz-do-governo.shtml?cmpid=compfb. Acesso em 10 de outubro de 2016.

INSTITUTO RIO BRANCO. **Programa de ação afirmativa**. Disponível em: <<https://goo.gl/l1wvNk>>. Acesso em 15 de junho de 2015.

ITAMARATY. **Discurso do secretário José Ijino Santana**. Disponível em: <<https://goo.gl/7BYvbw>>. Acesso em: 18 de novembro de 2015.

ITAUCULTURAL. **Gilberto Chateaubriand**. Disponível em: <<https://goo.gl/457yVu>>. Acesso em 10 de outubro de 2015.

JUSBRASIL. **Como e quando o Itamaraty discriminou Joaquim Barbosa**. Disponível em: <<https://goo.gl/fPrJUu>>. Acesso em 10 de outubro de 2015.

LEMONDE. **Les ambassadeurs vivent les repas comme une pratique professionnelle obligatoire**. Disponível em: http://www.lemonde.fr/idees/article/2016/08/28/les-ambassadeurs-vivent-les-repas-comme-une-pratique-professionnelle-obligatoire_4988899_3232.html. Acesso em: 25 de julho de 2016.

MACEDO, Ana Paula; JUNGBLUT, Cristiane. **FH abre vagas para negros no curso preparatório para a prova do Itamaraty**. O Globo, Rio de Janeiro-RJ, 20 de Dez. 2001.

MATOS. Disponível em: <www.alynemattos.com>. Acesso em 15 de dezembro de 2014.

MRE. **Anuário irbr 72**. Disponível em: <<https://goo.gl/Ra1lQt>>. Acesso em 10 de outubro de 2015.

MUNDORAMA. **Filhos da democracia: A descolonização da diplomacia brasileira**. Disponível em: <<https://goo.gl/OPFJhU>>. Acesso em 10 de outubro de 2015.

NATIONALGALLERY. **The ambassadors**. <<https://goo.gl/QQsnhJ>> . Acesso em 10 de outubro de 2015.

OBSERVA. Disponível em: <<https://goo.gl/LRpoeA>>. Acesso em 10 de outubro de 2015.

PBASE. Disponível em: <www.pbase.com>. Acesso em: 12 de junho de 2014.

PERIODICOS UFSC. **Analfabetismo no Brasil**: desconceitos e políticas de exclusão. Disponível em: <<https://goo.gl/2WPVL6>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2015.

PLANALTO. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Disponível em: <<https://goo.gl/zaZnrG>>. Acesso em: 14 de maio de 2015.

PLANALTO. **Lei 12.990**. Disponível em: <<https://goo.gl/Jox2mM>>. Acesso em: 14 de maio de 2015.

TERRA. **Diplomata que ajudou em fuga de senador boliviano é suspenso do Itamaraty**. 2013. Disponível em: <https://noticias.terra.com.br/brasil/politica/diplomata-que-ajudou-em-fuga-de-senador-boliviano-e-suspenso-do-itamaraty,58f07933635ac410VgnCLD200000b2bf46d0RCRD.html>. Acesso em: 10 de maio de 2015.

TERRA. **Uma heroína quase esquecida**. Disponível em: <<https://goo.gl/QDpSzg>>. Acesso em: 14 de maio de 2015.

UFMG. Disponível em: <www.ufmg.br>. Acesso em 12 de março de 2015.

UFPR. Disponível em: <www.ufpr.br>. Acesso em 12 de março de 2015.

UFRGS. Disponível em: <www.ufrgs.br>. Acesso em 12 de março de 2015.

UFRJ. Disponível em: <www.ufrj.br>. Acesso em 12 de março de 2015.

UFSC. Disponível em: <www.ufsc.br>. Acesso em 12 de março de 2015.

UFSCAR. Disponível em: <www.ufscar.br>. Acesso em 12 de março de 2015.

UNB. Disponível em: <www.unb.br>. Acesso em 12 de março de 2015.

UNESP. <www.unesp.br>. Acesso em 12 de março de 2015.

UNICAMP. Disponível em:<www.unicamp.br>. Acesso em 12 de março de 2015.

USP. Disponível em: <www5.usp.br>. Acesso em 12 de março de 2015.

VEJA. **O dia em que Joaquim Barbosa foi reprovado no Itamaraty.** Disponível em: <<https://goo.gl/cAl6sa>>. Acesso em: 10 de abril de 2015.

YOUTUBE. **70 anos do Instituto Rio Branco – Embaixador Gonçalo Mourão.** Disponível em: <<https://goo.gl/yAqOgE>>. Acesso em 05 de novembro de 2015.

YOUTUBE. **70 anos do Instituto Rio Branco – Professora Sara Wlaker.** Disponível em: <<https://goo.gl/wxVg2d>>. Acesso em 05 de novembro de 2015.

YOUTUBE. **Carreira de diplomata muita dificuldade.** Disponível em: <<https://goo.gl/zr86lj>>. Acesso em 05 de novembro de 2015.

YOUTUBE. **Carreiras – Diplomata (2/3).** Disponível em: <<https://goo.gl/tju0BA>>. Acesso em 05 de novembro de 2015.

ENTREVISTAS:

ALMEIDA, Paulo Roberto: **entrevista concedida em Curitiba**, 25 de agosto de 2006.

AMORIM, Celso. **Entrevista concedida no Rio de Janeiro**, 02 de julho de 2015.

BARBOZA, Mário Gibson. **Entrevista concedida no Rio de Janeiro**, 15 de setembro de 2006.

CARBONAR, Orlando. **Conversa telefônica concedida em Curitiba**, 03 de abril de 2007.

CORRÊA, Luiz Felipe. **Entrevista concedida no Rio de Janeiro**, 11 de janeiro de 2015.

COSTA E SILVA, Alberto da: **entrevista concedida no Rio de Janeiro**, 09 de setembro de 2006.

COURY, Sérgio: **Entrevista concedida em Curitiba**, 27 de setembro de 2006.

FRANCO, Álvaro: **entrevista concedida no Rio de Janeiro**, 12 de setembro de 2006.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. **Entrevista concedida no Rio de Janeiro**, 14 de setembro de 2006.

LAMPREIA, Luiz Felipe. **Entrevista concedida no Rio de Janeiro**, 08 de maio de 2007.

_____. **Entrevista concedida no Rio de Janeiro**, 12 de julho de 2015.

REIS, Fernando Guimarães. **Entrevista via e-mail**, 04 de agosto de 2013.

RICUPERO, Rubens. **Entrevista concedida em São Paulo**, 01 de novembro de 2006.